

Callipole

Revista de Cultura

Callipole

Revista de Cultura

N.º 23 – 2016



Município de Vila Viçosa
Câmara Municipal

Callipole – Revista de Cultura – n.º 23 – 2016

Propriedade

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Director

Manuel João Fontainhas Condenado

Director Adjunto

Licínio Lampreia

Conselho de Redacção

Ana Rocha

Antónia Ruivo

António Almas

António Rosa

Cuba Ramalho

João Ruas

João Tavares

Joaquim Barreiros

José Rosa

Licínio Lampreia

Luís Brito da Luz

Margarida Borrega

Mário Tavares de Oliveira

Moisés Cayetano Rosado

Noémia Serrano

Rute Pardal

Tiago Abalroado

Tiago Salgueiro

Colaboradores deste número

Antónia Ruivo

António Almas

Carlos Aurélio

Celso Gomes

David Cranmer

David Germano

Dulce Santos

Flávio Lopes

Francisco Rosado

Hugo Guerreiro

João Ruas

Joaquim Saial

Jorge Penim de Freitas

Julián García Blanco

Licínio Lampreia

Luís Brito da Luz

Luís Lopes

Luís Rosado

Manuel João Fontainhas Condenado

Margarida Alçada

Maria Luísa Gama

Maria Manuela Baroso

Miguel Soromenho

Natália Melo

Ruben Martins

Rute Pardal

Tiago Alves

Tiago Salgueiro

Vítor Serrão

Capa

Castelo de Vila Viçosa (gravura de Pier Maria Baldi, relacionada com a viagem de Cosme de Médicis a Espanha e Portugal 1668/1669)

Foto Capa

© Fundação da Casa de Bragança

Administração e Redacção

Câmara Municipal de Vila Viçosa

Praça da República

7160-207 Vila Viçosa

Telefone: 268 889 310 – Paços do Concelho

Endereço electrónico de *Callipole*

geral@cm-vilavicosas.pt

Execução gráfica

Colibri – Artes Gráficas

Periodicidade anual (23.º ano)

Tiragem: 500 exemplares

ISSN: 0872 5225

Depósito Legal N.º 121787/98

Os artigos são da inteira responsabilidade dos respectivos autores.

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA

<i>Manuel João Fontainhas Condenado</i>	9
---	---

DOSSIER COM TEXTOS DAS VI JORNADAS DO PATRIMÓNIO DE VILA VIÇOSA (2015)

DISCURSO DA CERIMÓNIA DE ABERTURA DAS VI JORNADAS DO PATRIMÓNIO DE VILA VIÇOSA <i>Manuel João Fontainhas Condenado</i>	13
--	----

O PATRIMÓNIO DE VILA VIÇOSA: DA CLASSIFICAÇÃO DOS MONUMENTOS PÁTRIOS À ABERTURA AO MUNDO <i>Flávio Lopes</i>	17
--	----

AS VALÊNCIAS HISTÓRICO-ARTÍSTICAS DE VILA VIÇOSA E AS BASES DE UMA CANDIDATURA <i>Vítor Serrão</i>	29
--	----

DE DOSSIER A PROCESSO <i>Margarida Alçada</i>	33
--	----

VILA VIÇOSA – PAISAGEM CULTURAL CANDIDATA A PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO <i>Licínio Lampreia</i>	41
--	----

D. JOÃO IV (1604-1656): 360 ANOS DA MORTE DO FUNDADOR DA DINASTIA DE BRAGANÇA

CONSPIRAÇÃO, EXECUÇÕES E CRIME, NO TEMPO DA RESTAURAÇÃO <i>João Ruas</i>	57
---	----

Índice

MODOS DE GOVERNAR NA DINASTIA DE BRAGANÇA: O CONSELHO DE ESTADO DE D. JOÃO IV (1640-1656) <i>Maria Luísa Gama</i>	65
---	----

ESTUDOS HISTÓRICOS

A FOLHA OFICIAL DO ESTADO E VILA VIÇOSA – ALGUNS EXEMPLOS CURIOSOS DO SÉCULO XX <i>Joaquim Saial</i>	91
--	----

VILA VIÇOSA NO SE RINDE. EL SITIO DE 1665 (1.ª PARTE) <i>Julián García Blanco</i>	101
--	-----

ESTATUTO SOCIAL E HIERARQUIA MILITAR, UMA DIFÍCIL CONCILIAÇÃO: A CONDUTA OPERACIONAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS NA BATALHA DE MONTES CLAROS <i>Jorge Penim de Freitas</i>	135
---	-----

ESTUDOS DO PATRIMÓNIO

A CASA DO PRIMO MATROCO, ONDE FALECEU HENRIQUE POUSÃO <i>Tiago Salgueiro</i>	153
---	-----

O FUNDO MUSICAL DO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, VILA VIÇOSA <i>David Cranmer</i>	171
--	-----

UMA CAPELA COM NOME – CAPELA DO SANTÍSSIMO NOME DE JESUS NA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VILA VIÇOSA <i>Carlos Aurélio</i>	189
--	-----

FORMULAÇÃO DE PASTAS CERÂMICAS A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS ARGILOSAS E CARBONATADAS DOS CONCELHOS DE VILA VIÇOSA E REDONDO PARA A PRODUÇÃO DE OLARIA TRADICIONAL <i>Alves, T., Martins, R., Lopes, L., Gomes, C., Baroso, M. Santos, D., Rosado, F., Rosado, L.</i>	207
--	-----

MUSEUS, TERRITÓRIO E INTERACÇÃO COM A COMUNIDADE

MUSEU DO MÁRMORE – O FUTURO, PRESENTE!

R. Martins, L. Lopes, Luís Brito da Luz, D. Germano e N. Melo 227

NÚCLEO MUSEOLÓGICO DA ALFAIA AGRÍCOLA: TESOURO
DO ALENTEJO AGRÍCOLA

Hugo Guerreiro 257

HOMENAGEM

COMEMORAÇÃO DOS 120 ANOS DO FALECIMENTO

DO PADRE JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA (1839-1896)

Rute Pardal 267

RECENSÃO

SERRÃO, Vítor – *ARTE, RELIGIÃO e IMAGENS EM ÉVORA*

No Tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1578-1602,

Publicações da Fundação da Casa de Bragança

Miguel Soromenho 277

NOTÍCIAS CULTURAIS

NOTÍCIAS DE VILA VIÇOSA PARA O MUNDO – EVOCANDO O

II ENCONTRO DE POETAS POPULARES DE VILA VIÇOSA – 2015

Antónia Ruivo 283

PARDAL, Rute, *“Práticas de Caridade e Assistência em Évora (1650-1750)”*,

Edições Colibri, 2015

António Almas 287

NOTA DE ABERTURA

Quando se refere uma publicação representativa do Município de Vila Viçosa, emerge naturalmente a luz própria de *Callipole*, a revista anual de cultura da Câmara Municipal, publicada ininterruptamente desde 1993. Fiel ao conceito original, em formato de livro, continua a ser uma revista especificamente cultural, aberta ao diálogo e às virtualidades da paisagem cultural dos nossos dias.

A abertura e a tolerância reflectem-se, desde logo, quer no vastíssimo leque de matérias tratadas nesta edição da revista, quer no número e na diversidade dos colaboradores, tanto portugueses como estrangeiros, que lhe submeteram os seus trabalhos.

Entre 1993 e 2016, em *Callipole* escreveu-se grande parte da história local e regional.

Em termos gerais, a revista é constituída de núcleos temáticos diversificados. As áreas preferenciais de interesse são as Humanidades, Ciências Sociais e a Criação Literária, entendidas no sentido amplo. Sendo estas as áreas privilegiadas, *Callipole* abre-se a outros espaços e temáticas no âmbito local, nacional e internacional, publicando textos inéditos de personalidades de destaque no plano universitário ou intelectual.

Aos 23 anos de vida, chegamos a 2016 com 23 números editados. Trata-se, pois, de uma fecundidade cultural e científica invulgar no campo da história, do património, da arte e da literatura, não só pela extraordinária soma de números publicados, mas também pelo número de páginas que essas obras atingem (cerca de seis mil e duzentos suportes de papel).

Este vigésimo terceiro número da revista conta com uma unidade temática dedicada às VI Jornadas do Património de Vila Viçosa (2015). *Callipole* associa-se assim a uma iniciativa patrimonial e cultural de grande importância estratégica para Vila Viçosa, através da publicação de testemunhos escritos das conferências apresentadas naquelas Jornadas, permitindo a sua ulterior consulta

por todos aqueles que se interessam por estas problemáticas. Nesta edição, reconhecidos autores assinam artigos acerca dos 360 anos da morte de D. João IV (1604-1656). *Callipole* pretende marcar uma pauta das efemérides alusivas a ilustres personalidades calipolenses, como é o caso do fundador da dinastia de Bragança. Destacamos, ainda, as unidades temáticas matriciais de estudos históricos e de estudos do património, constituídas de uma nutrida, variada e criteriosa secção de trabalhos relacionados com estes temas, tornando-se um dos principais alvos de interesse da revista. Nestes espaços, um colaborador espanhol apresenta trabalho de elevada qualidade escrito em castelhano. Além dos artigos de fundo relacionados com os estudos históricos e do património, parte do conteúdo de *Callipole* é dedicada à museologia, cuja publicação de trabalhos sobre este tema certamente terá continuidade nos próximos números. O texto evocativo da vida e da obra do Padre Joaquim José da Rocha Espanca (1839-1896) patenteia bem o interesse e o amplo acolhimento da revista às grandes figuras da vida, da religião, da história e da cultura calipolense. É retomado neste número da revista o espaço das recensões. Noticia-se a realização do II encontro de poetas populares e o lançamento de um livro de autora Calipolense.

Esta edição da revista apresenta vários aspectos que são causa do nosso regozijo: conta com um colectivo pluridisciplinar constituído de 29 colaboradores, 15 dos quais publicam pela primeira vez (aos colaboradores habituais acrescentam-se novos nomes, evidenciada a capacidade regeneradora que tem caracterizado a revista); acresce que 7 autores calipolenses escrevem em *Callipole*, um dos quais pela primeira vez, mantendo-se a desejada e reiterada matriz calipolense, patente na produção historiográfica sobre esta vila, o que converte esta numa publicação mais “calipolense”, a par de outras anteriores.

Não poderíamos terminar sem uma merecida e justa nota de agradecimento aos membros do Conselho de Redacção que exemplarmente servem a revista, aos fiéis e generosos colaboradores, nacionais e estrangeiros, e aos leitores, seus principais destinatários. A todos expresso a minha gratidão e público reconhecimento.

Manuel João Fontainhas Condenado

Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa

Dossier com textos das
VI Jornadas do Património
de Vila Viçosa (2015)

DISCURSO DA CERIMÓNIA DE ABERTURA DAS VI JORNADAS DO PATRIMÓNIO DE VILA VIÇOSA

Manuel Condenado*

Minhas Senhoras, Meus Senhores

Em nome do Executivo Municipal e de todos os Calipolenses, as primeiras palavras são para expressar os nossos agradecimentos pela vossa participação nestas VI Jornadas do Património de Vila Viçosa.

Estamos absolutamente convictos de que se pretendermos desenvolver um projecto de crescimento sustentado e equilibrado de Vila Viçosa, atenta a sua identidade cultural e as suas memórias locais, ocupam um lugar privilegiado os temas relacionados com o PATRIMÓNIO. Com efeito, o património calipolense, que percorre múltiplos territórios – a história, a arte, a religião, o urbanismo, a arquitectura –, só para citar alguns exemplos mais significativos, constitui um valor extraordinário e excepcional desta vila alentejana.

Vale a pena referir que o património de Vila Viçosa, entendido no sentido lato do termo, apesar das vicissitudes da sua história, das ameaças naturais e humanas e da evolução da vida económica e social que, em nome de estranhas concepções de progresso, valoriza o efémero e transitório, conserva grande parte da sua autenticidade e idiossincrasia particular.

Em Vila Viçosa respira-se uma atmosfera de arte, de história e de cultura que o labor diário das instituições públicas e privadas que tutelam o PATRIMÓNIO – Fundação da Casa de Bragança à cabeça – souberam conservar e valorizar ao longo dos tempos.

* Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa

A Autarquia Calipolense confere igualmente uma especial relevância às problemáticas relacionadas com o património local.

É neste contexto que Vila Viçosa – a “Vila Ducal” – acolheu com os braços abertos e incomensurável regozijo a VI edição das Jornadas do Património.

Os propósitos que constituíram a génese da realização dos vários projectos das Jornadas do Património de Vila Viçosa, que tiveram a sua primeira edição no ano de 2003, expressam de forma inequívoca a necessidade de criação dum espaço de abertura ao diálogo, ao debate de ideias e à discussão técnica e científica de referência e de amplos horizontes, susceptível de permitir o aparecimento de estudos inovadores em torno das várias vertentes do património calipolense.

A realidade evidencia que esta iniciativa não é uma acção esporádica, pontual e determinada por circunstâncias ocasionais, mas que, pelo contrário, se insere num trabalho duradouro, com mais de uma década, que se traduziu, em muitos casos, em resultados de grande alcance e de impacte positivo junto da comunidade local.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Após uma interrupção dos trabalhos relativos ao processo de preparação da candidatura de Vila Viçosa a Património Mundial da UNESCO, ocorrida nos anos de 2009 a 2013, o actual Executivo Camarário deu um novo alento e impulso a este processo, encaminhado para a elaboração do formulário e do estudo comparativo, e, sobretudo, para a reformulação do Documento de Inclusão de Vila Viçosa na lista indicativa dos Bens Portugueses candidatos a Património Mundial.

Neste sentido, realizou-se um esforço concreto tendo em vista a criação dum contexto mais favorável aos propósitos finais da candidatura.

Decorreu neste período um espaço de reflexão e análise dirigido essencialmente para o aprofundamento de temas e reformulação de estratégias, assim como para privilegiar novas linhas de investigação e reforçar o debate à volta de questões relacionadas com o património local.

As vertentes propulsoras deste exercício de reflexão apontaram, sobretudo, para:

- a celebração dum protocolo de cooperação com a Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, com o objectivo principal de estabelecer as condições de assistência técnica e científica no âmbito da fundamentação do valor universal e excepcional do património de Vila Viçosa;
- a renovação do modelo organizacional da candidatura, de forma que permitisse a sua adaptação às condições e exigências actuais da UNESCO.

Nesta nova etapa, adquiriu redobrada relevância a reapreciação da identificação do BEM a candidatar que passou a ser denominado paisagem urbana, arquitectónica, histórica e cultural. Ultimadas as várias fases deste processo, o novo documento de inclusão na lista indicativa, que hoje é divulgado publicamente, foi entregue pessoalmente no dia 29 de Janeiro de 2015 à Senhora Presidente da Comissão Nacional da UNESCO.

Convém recordar que o programa desta edição das Jornadas do Património permitiu fundamentar, de forma exaustiva e integrada, os critérios de classificação exigidos pelo Comité Mundial, que constam do documento de inclusão de Vila Viçosa na Lista Indicativa de Portugal.

No momento e circunstâncias actuais, procuraremos ser dignos e fiéis herdeiros do valiosíssimo legado espiritual e material das gerações que nos precederam, abertos a todas as sugestões do futuro e particularmente atentos aos discursos histórico, cultural e patrimonial dos nossos dias.

Reafirmo que a Câmara Municipal de Vila Viçosa manterá o estudo, a conservação e a promoção dos nossos valores patrimoniais nas opções dominantes da sua acção diária, constituindo a premissa do entendimento da autarquia para um futuro mais sustentável e harmonioso do concelho. Vila Viçosa tem um longo passado e um património de que se orgulha, mas tem sobretudo o hercúleo desafio de um futuro a construir. Por isso, os nossos esforços encontram-se impregnados de um fortíssimo sentido estratégico, pretendendo estimular a reflexão prospectiva e abrir novos caminhos, assim como mobilizar os calipolenses em torno deste desígnio colectivo.

Resulta incontornável sublinhar a distinção que se outorga a Vila Viçosa através da colaboração e da presença neste evento dos mais altos representantes de várias instituições de prestígio e de referência nacionais e de ilustres moderadores e oradores de elevada craveira científica e académica, aos quais expressamos a nossa imensa gratidão e público reconhecimento. São estas palavras de agradecimento igualmente dirigidas ao Senhor Presidente da Sociedade Filarmónica União Calipolense de Vila Viçosa, pela cedência deste espaço para a realização das VI Jornadas do Património de Vila Viçosa.

Termino, convidando todos os presentes para uma visita à I Feira Renascentista de Vila Viçosa, iniciativa organizada pela Câmara Municipal, que pretende a promoção e divulgação turística, evidenciando a história local e a identidade da “Vila ducal renascentista”.

O PATRIMÓNIO DE VILA VIÇOSA: DA CLASSIFICAÇÃO DOS MONUMENTOS PÁTRIOS À ABERTURA AO MUNDO

Flávio Lopes

Em outubro de 2015 a Câmara Municipal de Vila Viçosa fez publicar, em Diário da República, a classificação do Edifício dos Paços do Concelho¹.

Como interpretar esta ação do Município?

Que ligação tem esta classificação com o recente esforço do Município para inscrever Vila Viçosa na mais prestigiada lista do património do mundo?

Constituirão Vila Viçosa e a Tapada Real uma paisagem cultural com capacidade de afirmação e projeção internacional?

Socorrendo-se do texto elaborado para justificar o pedido de inclusão na Lista indicativa dos bens portugueses candidatos a Património Mundial da UNESCO², o autor aborda a evolução das ações de proteção do património de Vila Viçosa, ao longo do século XX, estabelece a ligação com o momento atual, e prevê as etapas futuras.

As etapas da proteção do património arquitetónico

O núcleo urbano de Vila Viçosa apresenta, numa área relativamente pequena, uma das mais altas densidades de bens culturais imóveis protegidos pela lei portuguesa, quando comparado com outras vilas e cidades de igual ou superior dimensão geográfica.

¹ Edital n.º 957/2015, DR, 2.ª série, n.º 208, de 23-10-2015.

² Esse estudo foi elaborado pelo Município de Vila Viçosa e contou com o apoio técnico da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, nomeadamente do autor e do Prof. Doutor José de Monterroso Teixeira.

A proteção jurídica dos bens imóveis com valor histórico, artístico ou arqueológico, iniciou-se na primeira década do século XX (período das primeiras classificações ocorridas em Portugal) e tem-se prolongado até aos nossos dias, acompanhando a evolução dos critérios nacionais de conservação do património cultural e também a percepção das comunidades locais sobre o seu património.

Em Vila Viçosa, a análise da cronologia das classificações e das ações de maior relevo dirigidas ao património cultural, ocorridas desde 1910, leva-nos a identificar três etapas principais:

- A primeira etapa, de proteção dos monumentos pátrios³, ocorrida em 1910 com a classificação de três monumentos nacionais;
- O segundo período, de exaltação da nacionalidade e da independência, na década de 1940, no âmbito das duplas Comemorações da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência (de 1140 e 1640 a 1940);
- O atual período, de abertura do património de Vila Viçosa ao mundo, através dos estudos e propostas do Município para a inscrição da Paisagem Cultural de Vila Viçosa na *Lista do Património Mundial* da UNESCO

A proteção dos monumentos pátrios

Na segunda metade do século XIX intensificou-se a pressão da opinião pública nacional mais esclarecida para que Portugal, à semelhança de outros países europeus, protegesse e restaurasse de forma mais sistemática e efetiva os seus monumentos. A atuação do Estado, através do ministério responsável pelas obras públicas⁴, centrava-se no restauro de alguns monumentos emblemáticos como são os casos do Mosteiro da Batalha, do Mosteiro dos Jerónimos ou da Torre de Belém. Faltava, porém, um arrolamento dos bens a proteger⁵. Só a 30 de Dezembro de 1880 foi aprovada pela Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses a “Lista dos edifícios monumentais do reino”, dividida em seis classes.

³ Usámos a expressão “monumentos pátrios” para recordar os apelos de Alexandre Herculano, contra a destruição de muitos monumentos, publicados na revista *O Panorama*, entre 1838 e 1839 e posteriormente reeditados, em 1873, nos *Opúsculos* do mesmo autor, sob a designação “Monumentos Pátrios”.

⁴ Segundo Maria Helena Maia a atuação do Estado intensificou-se a partir da criação, em 1852, do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, por iniciativa de Fontes Pereira de Melo (MAIA, Maria Helena – *Património em Portugal (1825-1880)*. Lisboa: Edições Colibri, 2007, p. 193).

⁵ CUSTÓDIO, Jorge – “De Alexandre Herculano à Carta de Veneza (1837-1964)”. In: *Dar futuro ao passado*. Catálogo de exposição. Lisboa: IPPAR, 1993, p. 50.

O património de Vila Viçosa: da classificação dos monumentos pátrios...

Em 30 de Dezembro de 1901 foram estabelecidas, por decreto, as bases fundamentais sobre as quais deveria assentar a classificação dos monumentos nacionais. Entre 1906 e 1910 um conjunto de decretos procedeu à classificação de mais de quatro centenas de monumentos nacionais, distribuídos por cinco classes:

- *Monumentos pré-históricos;*
- *Monumentos lusitanos e lusitano-romanos;*
- *Monumentos medievais, do renascimento e modernos;*
- *Monumentos militares;*
- *Monumentos civis.*

O decreto de 1910 incluía os primeiros monumentos nacionais situados em Vila Viçosa:

- O Castelo (em ruínas), incluído na classe dos *Monumentos militares;*
- O Cruzeiro, incluído na classe dos *Monumentos medievais, do renascimento e modernos;*
- O Pelourinho, incluído na classe dos *Monumentos civis.*

Exaltação da nacionalidade e da independência

Na década de 1940, as intervenções levadas a cabo no âmbito das comemorações dos centenários da nacionalidade e da independência tiveram por objetivo dar um novo protagonismo a Vila Viçosa, exaltando os seus valores simbólicos, de modo a tornarem-se representativos da identidade nacional. A extensa intervenção realizada incluiu:

- A reestruturação da parte central da Vila, rompendo um conjunto de quarteirões para transformar a antiga Praça Nova (defronte dos Paços do Concelho) numa alameda aberta sobre o Castelo;
- O redesenho da antigo Rossio de São Paulo, hoje Largo D. João IV;
- A reconstrução e completamento do Castelo, tirando-o do seu estado de ruína e dando-lhe uma maior visibilidade.

Para maior coerência das ações realizadas foram classificados, em 1944 e 1945, três novos monumentos nacionais e dois imóveis de interesse público:

- *Monumentos nacionais* – Igreja dos Agostinhos; Igreja e Claustro do Convento das Chagas e Paço Ducal de Vila Viçosa, todos situados no Terreiro do Paço;
- *Imóveis de interesse público* – Igreja da Esperança (Largo Mouzinho de Albuquerque); Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Largo do Castelo); Igreja de S. Bartolomeu ou Igreja de S. João Evangelista (Praça da República);

Na mesma altura, procedeu-se à trasladação, para a Igreja dos Agostinhos, do Túmulo do 1.º Duque de Bragança, que se encontrava em Chaves.

Abertura do património de Vila Viçosa ao mundo

Na década de 1990 surgiram as primeiras correntes de opinião defensoras da apresentação de uma candidatura ao reconhecimento, pela UNESCO, da singularidade de Vila Viçosa.

Uma série de indicadores mostram-nos um esforço articulado de valorização do património de Vila Viçosa:

- Em 1997 a Revista *Monumentos*⁶ dedicou o seu sexto número a Vila Viçosa;
- No mesmo ano é publicada a classificação da Capela de S. João Batista (Campo da Restauração) como imóvel de interesse público;
- Em 2002 é publicada a classificação da Igreja de Nossa Senhora da Lapa, como imóvel de interesse público;
- Em 2003 realizaram-se as *I Jornadas do Património – Arquitetura e Urbanismo* em Vila Viçosa, evento que teve sequência em anos seguintes;
- Em 2007 a Revista *Monumentos* regressou à temática do património de Vila Viçosa, no seu número 27; No mesmo ano é classificado o Palácio dos Matos Azambuja, ou Casa dos Arcos (Praça Martim Afonso de Sousa, 16) como imóvel de interesse público;
- Entre 2012 e 2013 são publicadas as classificações de 6 novos imóveis de interesse público:
 - Em 2012 – Paço dos Bispos-Deões (Terreiro do Paço); Igreja e Convento de Santa Cruz; Igreja, Convento e Cerca de Nossa Senhora da Piedade (Largo dos Capuchos);
 - Em 2013 – Igreja de S. Domingos; Igreja do Espírito Santo, ou Igreja da Misericórdia de Vila Viçosa (Praça da República); Ermida de S. Bento (Alto de S. Bento, Tapada Real);
- Em 2015 são publicadas as classificações do Convento de Nossa Senhora do Amparo, ou de São Paulo (Largo D. João IV), da Casa de Fresco do Solar dos Sanches de Baena e do Edifício dos Paços do Concelho de Vila Viçosa (Praça da República).

Estas ações, complementadas pela densificação dos instrumentos de planeamento urbano e territorial, com contribuição direta para a preservação do

⁶ Publicação editada pela extinta Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

património de Vila Viçosa, foram criando as condições para dar início ao processo de candidatura à inscrição na *Lista do Património Mundial*.

O processo de inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO

A convenção do património mundial

A *Convenção do património mundial, cultural e natural* (UNESCO, 1972) é o instrumento de direito internacional de maior sucesso e repercussão junto do grande público.

A convenção considera que a degradação ou o desaparecimento de um bem do património cultural e natural constituem um empobrecimento efetivo do património de todos os povos do mundo e que a proteção de tal património à escala nacional é, a maior parte das vezes, insuficiente devido à vastidão dos meios que são necessários para o efeito e à insuficiência de recursos económicos, científicos e técnicos de muitos países ou territórios no qual se encontram os bens a salvaguardar. A fim de contribuir para um maior conhecimento e proteção do património cultural e natural, propõe um programa de registo (Inscrição na *Lista do Património Mundial*) e preservação de monumentos, conjuntos e sítios de excepcional importância.

Portugal aderiu a esta convenção em 1980 e tem-se empenhado na concretização dos seus objetivos.

A *Lista do Património Mundial* contava, em julho de 2015, com 1031 bens inscritos (802 bens culturais, 197 bens naturais e 32 bens mistos), entre os quais se incluem os 15 bens portugueses que seguidamente se indicam (referindo-se as respectivas datas de inscrição):

- Centro histórico de Angra do Heroísmo (1983);
- Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, em Lisboa (1983);
- Mosteiro da Batalha (1983);
- Convento de Cristo, em Tomar (1983);
- Centro histórico de Évora (1986);
- Mosteiro de Alcobaça (1989);
- Paisagem Cultural de Sintra (1995);
- Centro histórico do Porto (1996);
- Sítios arqueológicos do Vale do Rio Côa (1998);
- Floresta Laurissilva, na Madeira (1999);
- Alto Douro vinhateiro (2001);
- Centro histórico de Guimarães (2001);
- Paisagem da cultura da vinha da Ilha do Pico, nos Açores (2004);
- Cidade Fronteira e de Guarnição de Elvas e as suas Fortificações (2011);
- Universidade de Coimbra – Alta e Sofia (2013).

De acordo com a *Convenção do património mundial, cultural e natural* são considerados como património cultural:

- Os *monumentos* – Obras arquitetónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os *conjuntos* – Grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- Os *sítios* – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

A área que engloba o centro histórico de Vila Viçosa e a Tapada Real poderá integrar-se na categoria dos *sítios* e na subcategoria das *paisagens culturais*, por representar uma obra conjugada do homem e da natureza que ilustra a evolução da sociedade e do assentamento humano ao longo dos tempos, sob a influência dos condicionamentos materiais e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, económicas e culturais, internas e externas.

A evolução dos conceitos – As paisagens urbanas históricas

Ao longo da últimas quatro décadas os conceitos e as doutrinas sobre o património cultural evoluíram extraordinariamente. Essa evolução reflete-se, quer nos estudos e nas recomendações da UNESCO sobre o património cultural, quer nas propostas dos diferentes Estados para integração dos seus bens de maior relevância na *Lista do Património Mundial*.

Também em Portugal temos assistido a um crescente interesse pela identificação, preservação e divulgação do nosso património. Este interesse, centrado inicialmente na preservação dos monumentos e obras de arte de maior significado histórico, alargou-se posteriormente a todos os testemunhos significativos da cultura humana.

Os recentes estudos realizados pelo Município de Vila Viçosa, com a colaboração da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, tiveram presente as mais recentes reflexões da UNESCO, nomeadamente sobre as *Paisagens urbanas históricas*.

Considera-se *paisagem urbana histórica* a área urbana que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais que transcende a noção de centro histórico ou conjunto histórico para passar a incluir o contexto urbano mais abrangente, bem como o respetivo meio geográfico. Esse

contexto mais alargado inclui, nomeadamente, a topografia, a geomorfologia, a hidrologia e as características naturais do local, os elementos construídos, históricos ou contemporâneos, as infraestruturas (à superfície ou subterrâneas), os espaços livres e os jardins, os planos de ordenamento e a organização espacial, as perceções e relações visuais, e todos os outros elementos da estrutura urbana. Engloba, igualmente, as práticas e os valores sociais e culturais, os processos económicos e os aspetos intangíveis do património, enquanto vetores da diversidade e da identidade.

Neste novo quadro de preocupações da UNESCO, a área a candidatar à *Lista do Património Mundial* passou a integrar, quer o núcleo urbano de Vila Viçosa, anterior às expansões da segunda metade do século XX, quer a Tapada Real.

Lista indicativa do património mundial

A UNESCO exige aos Estados membros a apresentação prévia de listas indicativas onde constem os bens culturais que estes entendem poder vir a pertencer à *Lista do Património Mundial*.

As propostas de inscrição na *Lista do Património Mundial* só são examinadas se o bem imóvel proposto já figurar na Lista indicativa do Estado membro.

Assim, a primeira etapa no processo de candidatura à *Lista do Património Mundial* é a inscrição do bem na Lista indicativa de cada Estado, a qual se realiza com base em critérios que avaliam a importância cultural excecional, a autenticidade e a integridade.

Os critérios

Os bens a integrar na *Lista do Património Mundial* devem satisfazer a um, ou a mais, dos dez critérios aprovados pela UNESCO⁷.

Os estudos realizados permitiram identificar os quatro critérios melhor adaptados aos valores de Vila Viçosa:

- *Critério 1* – O bem proposto deve representar uma obra-prima do génio criador humano;
- *Critério 2* – O bem proposto deve ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado período ou numa determinada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou da criação de paisagens;

⁷ UNESCO – *Orientations devant guider la mise en œuvre de la Convention du patrimoine mondial* (2015). Tradução para língua portuguesa disponível na página electrónica da Comissão Nacional da UNESCO (www.unescoportugal.mne.pt).

- *CrITÉrio 4* – O bem a classificar deve representar um exemplo excecional de um tipo de construção ou de conjunto arquitetónico ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;
- *CrITÉrio 6* – O bem a classificar deve estar direta ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, ideias, crenças ou obras artísticas e literárias de significado universal excecional.

Relativamente aos *CrITÉrio 1* e *2*, considerou-se que a parte da cidade desenhada e construída no século XVI, ampliando o antigo burgo medieval, é um dos primeiros exemplos de concretização dos ideais urbanísticos renascentistas. Vila Viçosa, com as suas ruas convergindo para o recinto do Palácio Ducal, reflete princípios de conformação urbana defendidos no século anterior por uma das figuras mais proeminentes do renascimento italiano, com projecção mundial: Leon Battista Alberti (1404-1472). Por outro lado, os principais edifícios e espaços urbanos construídos no século XVI (incluindo o Palácio Ducal, a Praça, ou terreiro fronteiro, a Igreja das Chagas, ou Panteão da Duquesas, o Convento dos Agostinhos, Panteão dos Duques) constituem elementos artisticamente articulados de um conjunto idealizado como “cidade ideal”.

Relativamente ao *CrITÉrio 4* julga-se que Vila Viçosa e a Tapada Real constituem um exemplo de uma paisagem cultural excecional que se destaca pelas suas conceções urbanísticas, arquitetónicas e paisagísticas, ilustrando vários períodos da história humana, da idade média ao século XX.

Finalmente, e tendo presente o *CrITÉrio 6*, considera-se que Vila Viçosa está associada a importantes acontecimentos com relevância histórica e cultural internacional, nomeadamente, por ter sido escolhida como sede da corte da Casa Ducal de Bragança, e também por estar ligada à obra de vários autores com relevo para: a humanista Púbia Hortênsia de Castro (1548-1595); o padre, historiador e compositor Joaquim Espanca (1839-1896); o pintor Henrique Pousão (1859-1884); a poetisa Florbela Espanca (1894-1930); o matemático Bento de Jesus Caraça (1901-1948) e o historiador de arte Túlio Espanca (1913-1993).

Para além desses factos, Vila Viçosa está ligada à música europeia. O fundo musical de Vila Viçosa, um dos mais ricos de Portugal, testemunha a extraordinária relevância, de escala europeia e de enriquecimento patrimonial material e imaterial, do apoio mecenático que os Duques de Bragança concederam a esta área artística.

Finalmente, Vila Viçosa assume um significado e singularidade que a tornam única a nível mundial, quer pela utilização intensiva do mármore nos seus edifícios, ruas e praças, quer pelo enquadramento histórico e paisagístico que lhe proporciona a Tapada Real, reserva cinegética de grandes dimensões, cuja integridade tem resistido à passagem do tempo.

Autenticidade

Vila Viçosa é um raro exemplo de cidade onde ainda podemos apreciar, em toda a sua autenticidade, um projeto urbanístico singular que conciliou um modelo renascentista de urbe com um núcleo urbano medieval pré existente, gerado em torno do paço da alcáçova. A autenticidade de Vila Viçosa, e os valores que lhe estão atualmente associados, não se restringem a esse momento histórico. Ultrapassam-no, para integrar todas as fases do crescimento da Vila, bem como o meio geográfico envolvente próximo.

A cronologia de desenvolvimento urbano de Vila Viçosa continua a ser identificável por apresentar um grau elevado de autenticidade e integridade, sem prejuízo de se reconhecerem transformações diversas motivadas pela contínua adaptação das construções às exigências económicas, sociais e culturais da comunidade.

A autenticidade da paisagem cultural de Vila Viçosa é atualmente reconhecida e consensual entre estudiosos (incluindo historiadores, arquitetos, arqueólogos, paisagistas, e outros profissionais) que baseiam as suas pesquisas na análise de novas e variadas fontes de informação e que têm realçado:

- A fusão entre os valores eruditos decorrentes do projeto urbanístico singular do século XVI com os valores tradicionais, que resultam do saber fazer popular e do emprego das formas e dos materiais mais disponíveis na região, nomeadamente o mármore;
- A articulação entre a vila e o seu enquadramento geográfico;
- A permanência de vestígios físicos que atestam os pressupostos que estiveram na base de cada período da sua história;
- A forma e a conceção dos edifícios de maior importância e a sua implantação no tecido urbano;
- A forma e os materiais tradicionais usados nas construções residenciais e que ainda hoje se mantêm.

Integridade

A paisagem cultural de Vila Viçosa possui vestígios físicos íntegros e harmonizados de todas as fases de crescimento da urbe, desde a idade média.

Naturalmente que, como em todas as cidades vivas, a evolução urbanística realizou-se, quer por adição (de novos quarteirões e de novas construções), quer por transformação do existente (aumento de pisos, modificações funcionais, etc.). Contudo, constata-se que o projeto urbanístico seiscentista, ao qual é atualmente reconhecido pelos especialistas portugueses um significado universal (com interesse histórico, urbanístico, arquitetónico, artístico, paisagístico e científico), não só se encontra íntegro nas suas linhas fundamentais, como também continua a influenciar o carácter e a ambiência da Vila.

Comparação de Vila Viçosa com outros bens idênticos

O plano da expansão quinhentista de Vila Viçosa reflete as teorias mais eruditas do seu tempo relativamente ao planeamento urbano, reconhecendo-se atualmente que esse modo inovador de fazer cidade foi igualmente usado em cidades construídas por portugueses, atualmente inscritas na *Lista do Património Mundial*, nomeadamente:

- **Angra do Heroísmo** (Açores, Portugal) – A ocupação de Angra iniciou-se na segunda metade do século XV e consolidou-se urbanisticamente na segunda metade do século XVI. Durante esse século o núcleo passa de um pequeno aglomerado no topo de uma colina para a consolidação de traçados renascentistas que associam ruas com geometria regular e hierarquizada a praças onde se situam os edifícios mais importantes, a delimitar o centro cívico;
- **Salvador da Baía** (Brasil) – A cidade alta de Salvador da Baía, iniciada em 1549, com um traçado regular adaptado às características topográficas do terreno, com grande paralelismo relativamente a cidades portuguesas, com a existência de várias praças e a rede viária estruturante;
- **Mazagão, ou El Jadida** (Marrocos) – A cidade de Mazagão, construída no século XVI é um exemplo de urbanismo e fortificação militar renascentista. Nela trabalhou o italiano Benedetto da Ravenna, (juntamente com Diogo de Torralva e João de Castilho, para além do irmãos Arrudas), que alguns autores portugueses dão como hipotético autor ou colaborador do projeto global renascentista de Vila Viçosa;
- **Ilha de Moçambique** (Moçambique) – A cidade fortificada, estabelecida no século XVI por Portugal, apresenta um traçado renascentista e corresponde à expansão de um protótipo enraizado no reino que depois se vai disseminar em territórios marcados pela implantação e presença portuguesas.

É também importante compreender o valor de Vila Viçosa, quando posto em situação de paralelismo com cidades europeias, atualmente consideradas como exemplos excecionais do urbanismo renascentista, nomeadamente:

- **Ferrara** (Itália) – A cidade e corte literária dos Este, apresenta uma *ensanche* de traçado renascentista induzida pela construção do palácio dos Diamantes (c.1493-1505), com projeto do arquiteto Biaggio Rossetti, para o Duque Ercole d'Este, como experiência inovadora baseada nos princípios do *Tratado de Arquitetura* de Filarete (c.1460), onde reflete sobre a integração urbana.
- **Urbino** (Itália) – O centro histórico de Urbino, dominado pelo palácio ducal e pela catedral, está classificado, desde 1998, como Património

Mundial da Humanidade pela UNESCO. Possui um programa urbanístico e arquitectónico realizado com o patrocínio do duque do mesmo título, Frederico de Montefeltro (1445), que propôs a reforma da sua estrutura urbana medieval e da sua imagem pela construção do seu paço, na decorrência da demonstração objectiva da homologia Albertiana entre casa e cidade.

- **Lerma** (Burgos, Espanha) – A Vila de Lerma é apontada por muitos historiadores como um exemplo espanhol de vila ducal renascentista, (o seu senhor, o 1.º Duque de Lerma foi o influente primeiro ministro de Filipe II, e 3.º de Portugal (1578-1621).

Valorização e gestão do património: As próximas etapas

O esforço levado a cabo pelo Município para, numa primeira etapa, justificar a inscrição da paisagem cultural de Vila Viçosa na *Lista indicativa do património mundial* apoia-se na certeza da importância e do elevado significado desse património para a comunidade local e para o País, e também na convicção de que a sua degradação ou desaparecimento poderiam constituir uma perda para todos os povos do mundo.

A futura elaboração da proposta de candidatura à UNESCO, após a inscrição do bem na *Lista indicativa do património mundial*, exige a cooperação de outras entidades, a nível local, regional e nacional, para assegurar uma estratégia articulada de proteção jurídica, de aprofundamento do conhecimento, de divulgação turística e de gestão.

A lei portuguesa estabelece uma adequada articulação com o direito internacional, nomeadamente com a *Convenção do património mundial, cultural e natural* (UNESCO, 1972).

Relativamente aos bens culturais que o País inscreve na *Lista indicativa do património mundial*, a lei determina a abertura oficiosa de procedimento de classificação, no grau de interesse nacional, e a fixação da respectiva zona especial de proteção⁸. Deste modo garante-se, junto da UNESCO e das comunidades e autoridades interessadas, a prévia proteção jurídica do bem imóvel e evidencia-se o empenho em salvaguardar essa parte do património.

As candidaturas a apresentar à UNESCO obedecem a normas e orientações técnicas que esta instituição divulga permanentemente. Os padrões de qualidade da informação a prestar são elevados, sendo exigido um aprofundamento do conhecimento sobre a área objeto da proposta e a demonstração do cumprimento dos critérios internacionalmente estabelecidos.

⁸ Artigo 72.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro.

O aprofundamento dos estudos sobre a história, a arquitetura, a arte e todos os aspetos que dão consistência e sentido ao valor universal de Vila Viçosa constituirão um precioso elemento para a divulgação turística.

Vila Viçosa inscreve-se num eixo cultural que liga Évora a Elvas e o seu contributo pode ser essencial para o sucesso de uma rota que poderá gerar benefícios económicos à região e constituir motivação suplementar para a preservação do património cultural e natural.

Ao longo deste texto mostrámos como a classificação do edifício dos Paços do Concelho, ocorrida em 2015, faz parte de uma estratégia global do Município de Vila Viçosa para abertura do seu património à comunidade local, aos portugueses e ao mundo, num desejo de valorizar a nossa Cultura e promover o desenvolvimento local. Esta estratégia, feita de várias etapas e congregando várias vontades e saberes, é um exemplo e uma janela de esperança no futuro.

AS VALÊNCIAS HISTÓRICO-ARTÍSTICAS DE VILA VIÇOSA E AS BASES DE UMA CANDIDATURA

Vítor Serrão *

Desejo manifestar, com o meu testemunho de historiador de arte e de estudioso do património histórico-artístico calipolense, o parecer de que cidade de Vila Viçosa justifica plenamente ser candidatada à categoria de *Património da Humanidade* e integrar a lista indicativa dos bens portugueses junto das instâncias da UNESCO – e, mais que isso, afirmar a convicção de que tal candidatura pode ser coroada de sucesso face às mais-valias que a suportam.

Há cinco motivos substanciais que justificam, a meu ver, uma forte candidatura nesse sentido. A categoria de *Paisagem urbana histórica* pode considerar-se a mais adequada ao caso de Vila Viçosa, pela sua abrangência, para unificar a proposta em elaboração, dado que existem valias históricas e artísticas de peso a reforçá-la e a ancorar tal pretensão.

Em **primeiro lugar**, antes de mais, destaca-se a valia excepcional da *textura urbana de Vila Viçosa*, motivo poderoso de incremento desta candidatura: trata-se de valorar o seu conjunto de bens histórico-arquitectónicos, integrados numa teia de ruas e praças segundo um traçado de desenho moderno, onde se destacam naturalmente o cenográfico terreiro ducal de dimensões imponentes, a larga fachada do paço ducal, o Castelo medievo, os solares e casas aristocráticas, os conventos e as igrejas, os fontenários e recantos de lazer, etc etc. É um património numeroso e diversificado, dado a conhecer pelo esforço de inventário pioneiro de Túlio Espanca, prosseguido pelos estudos de outros autores, e que forma um conjunto de bens esteticamente muito qualificados, o que confere

* Historiador de Arte. Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

solidez para legitimar essa intenção política, que é um imperativo de cidadania democrática. Assim, o que avulta em Vila Viçosa é uma unicidade de traçado urbanístico ortogonal, de raiz renascentista, que urge reconhecer e revalorizar.

Em **segundo lugar**, temos a especificidade dos *equipamentos marmóreos* de que se fez e faz a história da cidade ao longo dos séculos, que lhe confere outras dinâmicas e especificidades caracterizadoras e onde avulta, antes de mais, o uso dos revestimentos de mármore de cor, em multiplicadas aplicações e matizes, seguindo uma tecnologia de tradição secular. Essa cultura decorativa, tronco identitário de um espaço que bem pode ser designado por *Região do Mármore*, mostra evidenciada estratificação histórica de valores e atributos, tanto artísticos e utilitários como naturais, que transcende a noção restrita de «centro» ou conjunto histórico-patrimonial para passar a incluir contextos sociológicos mais abrangentes, como o trabalho de gerações de homens e mulheres, sem esquecer que o meio geográfico lhe aduz especificidades sedutoras, o que, no seu conjunto, impõe relevo especial nos estudos de caracterização física do objecto a candidatar. Além de ser uma espécie de *cidade ideal* do Renascimento português, como se disse, Vila Viçosa é também a capital da Região dos Mármore, constituindo-se assim como pilar de uma linguagem artística que os séculos da História foram moldando e reconfigurando à luz de gostos, estilos, opções estéticas e interesses colectivos.

Em **terceiro lugar**, contam-se outras *especificidades ornamentais*, próprias de gostos e fazeres regionais, de que é óptimo testemunho a qualidade, quantidade e diversidade dos conjuntos de *pintura a fresco e estuque relevado*, sobretudo dos séculos XVI a XVIII, que se encontram em grande número a decorar muitos espaços religiosos e civis, desde palácios a igrejas, conventos, ermidas e oratórios. Essas decorações fresquistas mostram não só a eficiência de pintores e artífices dessas modalidades mas, também, o *aggiornamento* dos clientes locais (tanto a nobreza reunida em torno da Casa Ducal como os sectores da Igreja, os membros das confrarias, os dignitários dos conventos, as figuras de proa da burguesia mercantil, etc), ávidos de seguir as novidades estéticas dos modelos renascentistas, maneiristas ou barrocos em que muitas dessas decorações se integram.

Em **quarto lugar**, há a contar com o peso de *múltiplas valências de raiz arqueológica, etnográfica, histórica, literária, antropológica, hierofânica e memorial* que complementam e enriquecem a paisagem urbana e a sua envolvente, tornando o conjunto da velha *Callipole* dos romanos um verdadeiro monumento de valências plurais, por sinal bem conservado e dotado de peso significativo a nível internacional. Essas valências reforçam as que se citaram atrás e dão sentido às bases desta candidatura. São, todas elas, bases indicativas de que a cidade de Vila Viçosa, no seu conjunto, é um dos bens portugueses mais significantes sobre o ponto de vista do Património Cultural e merece, por isso, ser contemplada com este título.

Enfim, em **quinto lugar**, temos o património variegado e poderosíssimo que se liga a *seis séculos de História e Arte da Casa Ducal de Bragança*, em

que sobressai a majestosa massa arquitectónica do Paço Ducal, sede brigantina, obra-prima da arquitectura civil do Maneirismo português, traçada pelo arquitecto Nicolau de Frias a mando do Duque D. Teodósio II, em profunda remodelação de um velho paço renascentista, mais pequeno, do tempo de seus antecessores D. Jaime e D. Teodósio I. Essa fachada, que constitui um caso ímpar de traça cenográfica italianizante de raiz civilista, é a maior e mais grandiloquente que existe no país no seu género e época, e tem uma dimensão peninsular que importa ser reconhecida quando cotejada com outros palácios do século XVI e XVII a nível da Península Ibérica. Os bens da Casa Ducal, incluindo a vasta tapada, com suas capelinhas, espaços de recreio e paisagens desafogadas, e as realizações de arquitectura brigantina, como a igreja-panteão dos Agostinhos, de escala grandiosa e com seus estilemas internacionais, oferecem ao conjunto de Vila Viçosa uma tónica caracterizadora de grande relevo, e que faz diferença de peso na candidatura.

Tudo o que se afirma nesta breve síntese às razões de uma candidatura vem legitimar e reforçar um contexto alargado como base dos estudos a emprender, nos termos da *Recomendação sobre as paisagens urbanas históricas* da UNESCO (2011). Uma candidatura faz sentido se, além de saber reconhecer as valias excepcionais que existem, contribuir para as salvaguardar, estudar melhor, proteger e difundir, ter dinâmicas esclarecidas em que as comunidades se revejam e tal paisagem urbana histórica seja responsabilmente reconhecida com base em direitos e deveres tanto na sua identidade como na sua diversidade. E Vila Viçosa oferece razões de sobra para afirmar esses traços de responsabilização.

É por isso que, para o sucesso da aposta municipal que é esta candidatura, se impõe multiplicar esforços pluri-disciplinares em nome da convergência entre todas as instituições envolvidas, compatibilizando esforços e potenciando saberes. Só assim, reforçando linhas plurais de relação e pólos de valorização distintos, um projecto desta ambição pode ser levado a rumo certo. Assim, esta candidatura de uma cidade cujo património se quer alcandorar a mais-valia excepcional só pode mesmo ser vista como parte do fortalecimento da vida e da consciência das comunidades, e é nessa dimensão que reside a sua maior força.

CRITÉRIO (IV): “*O bem a classificar deve constituir um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitectónico, ou tecnológico, ou de paisagem que ilustre um ou vários períodos significativos da história humana*”;

CRITÉRIO (VI): “*O bem a classificar deve estar directa ou materialmente associado a acontecimentos ou a tradições vivas, a ideias, a crenças, ou a obras artísticas e literárias com um significado universal excepcional*”.

DE DOSSIER A PROCESSO

Margarida Alçada

Para serem incluídos na Lista do Património Mundial, os bens têm que possuir um valor universal excepcional (VUE) e representar, pelo menos, um dos dez critérios de selecção exigidos pelo Comité do Património Mundial da UNESCO.

No que respeita ao CRITÉRIO VI, “*O bem a classificar deve estar directa ou materialmente associado a acontecimentos ou a **tradições vivas**, a ideias, a crenças, ou a obras artísticas e literárias com um **significado universal excepcional**”.*

Avaliarmos se um bem se enquadra neste critério pressupõe:

- a) Identificarmos a dimensão imaterial do património
- b) Valorarmos o seu significado, a nível regional, nacional e universal

Identificar a dimensão imaterial do património

“O património é um conceito amplo que inclui o natural, bem como o ambiente cultural. Abrange paisagens, edifícios históricos, sítios e áreas construídas, bem como a biodiversidade, coleções, as práticas culturais do passado e os saberes que se mantêm vivos.”

O património materializa e exprime os longos processos de desenvolvimento histórico, formando a essência das diversas identidades locais, regionais e nacionais. É um ponto de referência dinâmico e um instrumento positivo para o crescimento. O património específico e a memória coletiva de cada lugar ou comunidade é insubstituível e um alicerce importante para o desenvolvimento presente e futuro. (INTERNATIONAL CULTURAL TOURISM CHARTER, Managing Tourism at Places of Heritage Significance, 1999, ICOMOS)

No seu conceito mais amplo, a paisagem urbana histórica é, para a humanidade, um activo social, cultural e económico, definido por uma estratificação histórica de valores produzidos por culturas sucessivas numa acumulação de tradições e experiências que deixaram marcas em atributos.

“Este conceito mais amplo compreende, nomeadamente, a topografia do sítio, a geomorfologia, a hidrologia e os recursos naturais, o ambiente construído, quer histórico quer contemporâneo, as infra-estruturas acima e abaixo do solo, os espaços abertos e jardins, os padrões de uso da terra e a sua organização espacial, percepções e relações visuais, bem como todos os outros elementos da estrutura urbana. Inclui também as práticas e valores sociais e culturais, bem como os processos económicos e as dimensões intangíveis do património relacionados com a diversidade e a identidade.” (Recommendation on the Historic Urban Landscape, 2011)

Recomenda-se que os Estados-Membros e as autoridades locais identifiquem dentro de seus contextos específicos as etapas essenciais para a implementação da abordagem Paisagem Urbana Histórica, incluindo nomeadamente:

- efectuar levantamentos abrangentes e o mapeamento dos recursos naturais, culturais e humanos da cidade;
- atingir um consenso, mediante consultas participativas das partes interessadas, sobre quais os valores a proteger para transmissão às gerações futuras e determinar os atributos que carregam esses valores;
- avaliar a vulnerabilidade desses atributos face às tensões sócio-económicas e os impactos das alterações climáticas;
- integrar os valores do património urbano e sua situação de vulnerabilidade num vasto plano de desenvolvimento da cidade, que forneça indicações de áreas sensíveis que exigem atenção especial no planeamento, concepção e implementação de projectos de desenvolvimento;
- priorizar as ações de conservação e desenvolvimento;
- estabelecer as parcerias adequadas e as estruturas de gestão local para cada um dos projectos identificados, bem como desenvolver mecanismos de coordenação das várias atividades entre os diferentes actores, públicos e privados.

De acordo com esta abordagem, a cultura local e o património, bem como os valores e significados de que estão imbuídos, estão no cerne do processo de decisão.

Esta abordagem vai para além da estrita preservação do contexto físico e concentra-se em todo o ambiente humano, compreendendo todos os valores tangíveis e intangíveis. Sendo uma abordagem holística, fornece-nos a base para uma actuação integrada tendo como objectivo a identificação, o diagnóstico, a conservação e a gestão das paisagens urbanas históricas dentro de um quadro de desenvolvimento global e sustentável.

A Paisagem Urbana Histórica expressa tradições, modos de vida e um registo de interações que se entrecem entre as pessoas e o lugar ao longo do tempo. Os seus valores intangíveis e os significados devem, assim, ser documentados, compreendidos e transmitidos, constituindo-se como parte integrante das expressões tangíveis.

Esses valores intangíveis enraizados na paisagem exprimem-se em práticas, em eventos e em lugares:

- festivais, rituais;
- música tradicional, dança, representação;
- cultos, práticas espirituais, peregrinações;
- locais icónicos comuns, símbolos que encarnam a imagem urbana partilhada;
- lugares de memória que assinalam eventos, alegrias e sofrimentos do passado;
- práticas tradicionais;
- práticas agrícolas, locais de colheita e armazenamento;
- gastronomia local;
- artes e ofícios tradicionais, incluindo os locais de produção e transformação dos materiais.

A abordagem Paisagem Urbana Histórica assenta, assim, numa leitura de larga dimensão, num novo paradigma:

- De monumentos e sítios arqueológicos para cidades vivas e paisagens culturais
- De restauro para qualificação urbana e gestão dos processos de mudança
- De processo monodisciplinar para processo integrativo e participativo
- De preservação de edifícios para salvaguarda dos seus valores

Lodovico Folin Calabi define a Paisagem Urbana Histórica como uma abordagem, não uma nova categoria e, fundamentalmente, como uma ferramenta ao serviço dos governantes locais. (UNESCO World Heritage Centre, UNESCO's Historic Urban Landscape recommendation and its early application, 2011)

O património material, construído, é de fácil identificação e a sua preservação assenta na aplicação clara de uma legislação adequada. O seu valor, enquanto activo económico, é facilmente quantificável.

Numa das mais abrangentes análises do valor patrimonial na Europa, investigadores da Universidade de Amesterdão analisaram o impacto da localização de um imóvel numa área patrimonial, relativamente ao valor económico da propriedade:

- valor adicional pago por monumentos: 26,9%;

- valor adicional pago para imobiliário num raio de 165 pés de um monumento: 0,28%;
- valor adicional pago para localização dentro de um distrito de património: 26,4%
(THE ECONOMICS OF UNIQUENESS, World Bank, 2012)

Os valores imateriais do património, os que lhe conferem alma, são contudo de mais difícil identificação, preservação e valoração.

Podemos desconstruir o valor cultural de um edifício ou de um sítio em diferentes componentes:

- **Valor estético:** o monumento (ou sítio) pode possuir beleza intrínseca, incluindo a sua relação com a paisagem em que está situado;
- **Valor simbólico:** o monumento (ou sítio) pode possuir significado e informações que contribuem para a identidade da comunidade e para afirmar a sua personalidade cultural;
- **Valor espiritual:** o monumento (ou sítio) pode propiciar um sentido de conexão entre o local e o global e proporciona uma sensação de admiração, prazer, reconhecimento religioso ou conexão com o transcendente;
- **Valor social:** reflete-se na maneira como o monumento (ou sítio) contribui para a estabilidade social e a coesão da comunidade. O valor social existe quando o monumento (ou sítio) interage com o modo de viver da comunidade, contribuindo para fazer do sítio um lugar desejável para viver e trabalhar;
- **Valor histórico:** é recebido do passado, é intrínseco ao monumento (ou sítio) e, de todos os componentes de valor cultural, é provavelmente o mais facilmente identificável em termos objetivos. O valor histórico é auxiliar na definição da identidade do sítio e da região, fornecendo uma conexão com o passado e revelando as origens do presente. Este valor manifesta-se na celebração da cultura e nos artefactos que herdámos do passado;
- **Valor de autenticidade:** o monumento (ou sítio) pode ser avaliado na sua fábrica, na sua integridade, na medida em que é real e não é falso. É o valor de autenticidade que confere ao monumento ou sítio o seu carácter único;
- **Valor científico:** o monumento (ou sítio) pode ser importante pelo seu conteúdo científico como uma fonte ou objeto de estudo e de conhecimento.

(THE ECONOMICS OF UNIQUENESS, World Bank, 2012)

O valor de um recurso cultural não é, em primeiro lugar, dependente das quantidades absolutas destes diferentes componentes, mas da capacidade de identificação e interpretação dos atributos ou características que representam

esses valores e lhes conferem singularidade – como a idade, o significado histórico, a beleza visual, a integridade física, a qualidade artística.

As cidades que integram a Lista do Património Mundial nunca teriam recebido reconhecimento internacional, sem a presença dos valores imateriais inerentes ao seu acervo patrimonial, enquanto marcas de uma história única que lhes confere um sentido de lugar. A título de exemplo, transcreve-se a súmula dos valores universais excepcionais (VUE) do Centro Histórico de Guimarães, tal como são apresentados pela UNESCO:

Centro Histórico de Guimarães (Portugal)

A cidade histórica de Guimarães está associada à emergência da identidade nacional portuguesa no século XII. Exemplo excecionalmente bem preservado e autêntico da evolução de um povoado medieval até uma cidade moderna, a sua rica tipologia de construção exemplifica o desenvolvimento específico da arquitetura portuguesa do século XV ao século XIX, através da utilização consistente de materiais e técnicas tradicionais de construção.

Sendo os bens patrimoniais uma presença viva de atividades humanas do passado, com a sua manifestação no tempo presente, carregam um grande valor histórico e um alto grau de especificidade local. A sua existência no presente, a sua permanência no tempo, é o resultado de valores partilhados entre os moradores e, por vezes, entre comunidades mais amplas.

Uma das mais importantes ações da salvaguarda do património cultural consiste na identificação dos recursos patrimoniais da cidade e da região na sua dimensão total – material e imaterial – e na avaliação do modo como os seus valores podem ser evidenciados, potenciados e convertidos em valor económico.

A identificação e a preservação da dimensão imaterial do património carecem de mapeamento dos atributos materiais que a representam, dos pontos onde ela é perceptível: tradições culturais vivas, edifícios históricos, saberes-fazer, artesanato.

Sublinha-se a necessidade de existir um consenso acerca dos significados e valores do bem, uma vez que os objetivos da gestão devem estar clara e compreensivelmente alinhados com a preservação e a comunicação desses valores.

A identificação e a interpretação destes valores e seus significados serão, também, imprescindíveis para que possamos criar experiências de qualidade para os visitantes, baseadas em produtos e serviços turísticos sustentáveis que permitam uma melhor compreensão e fruição do património e promovam a sua conservação.

Ao desenvolvermos um programa de interpretação para um sítio, teremos que ter em conta:

- como facilitar a participação das diferentes partes interessadas;
- como desenvolver mensagens dos sítios dirigidas a diferentes tipos de públicos;

- o que poderá constituir uma atracção;
- que tipo de experiências cada sítio poderá oferecer aos visitantes.

Os aspectos específicos do património, natural ou cultural, têm diferentes níveis de significado, alguns com valor universal, outros de importância nacional, regional ou local. Os programas de interpretação devem apresentar o significado de uma forma acessível e relevante para a comunidade de acolhimento mas, também, para os diferentes tipos de visitantes e de diferentes proveniências.

Um programa de interpretação do sítio deve salientar a importância das tradições e práticas culturais do passado que se manifestam na singularidade do presente, incentivando a população local a ter um interesse directo na sua preservação e valorização. No caso de Vila Viçosa, o culto de Nossa Senhora da Conceição constitui-se como o fulcro de um programa de interpretação para a Vila. A igreja de Nossa Senhora da Conceição, ao ser declarada solenemente pelo rei D. João IV “solar da Padroeira de Portugal”, em 1646, transcende o seu valor regional e adquire um significado nacional.

A interpretação é a arte de explicar o incomum ou o novo em linguagem e imagens acessíveis à comunidade e aos visitantes. Verifica-se a necessidade de comunicarmos esses valores de forma claramente perceptível, explicando o seu significado no contexto local, nacional e internacional. *“Os objetivos da interpretação são [portanto] provocar, estimular o intelecto e reforçar a experiência. A interpretação deve gerar interesse, desenvolver uma compreensão mais profunda do sítio e suscitar preocupação e apoio para a conservação do Valor Universal Excepcional do bem”.* (Programa de Guias de Património Cultural, 2007)

Acreditamos que a componente essencial que os sítios do património podem oferecer são os próprios significados, e que os significados que a comunidade e as partes interessadas detêm sobre o seu sítio são o elemento mais relevante para as prender a esse local e para as motivar a contribuir para a sua conservação e valorização, isto é, para a apropriação do seu património.

O objetivo da elaboração de um quadro interpretativo é criar um conjunto consensual de significados, coerentes, motivadores, reveladores dos valores dos sítios e regiões e suficientemente abrangentes para incorporar o maior número de atrações e constituir a base das atividades e produtos turísticos locais.

O desenvolvimento de um Quadro Interpretativo do sítio ajuda a compreender como a sua história afeta a história da região e, eventualmente, do país ou do mundo. É no âmbito deste desenvolvimento que poderemos avaliar a dimensão regional, nacional ou universal de determinado bem patrimonial.

Com valor regional, nacional ou universal, é imprescindível criarmos experiências de qualidade para os visitantes dos destinos que têm como recurso o património cultural, baseadas em produtos e serviços que permitam uma melhor compreensão e fruição dos valores do património e promovam a sua conservação e preservação.

O desenvolvimento de competências para “traduzir” os valores patrimoniais do sítio e melhorar a qualidade dos materiais informativos, adequando-os a diferentes tipos de visitantes, destaca-se como um ponto fundamental na salvaguarda e comunicação do património. (Margarida Alçada, Katri Lisitzin, Kerstin Manz, *Tourism and World Heritage: selected management approaches and experiences from World Heritage Sites of Portuguese Origin and Influence*, Turismo de Portugal/UNESCO World Heritage Centre, 2013)

A qualidade de um destino cultural e a sua sustentabilidade futura residem na aposta no desenvolvimento destas competências e não, apenas, na dimensão dos recursos patrimoniais que detém.

Valorar o significado a nível regional, nacional ou universal – O Valor Universal Excepcional (VUE)

O conceito de Valor Universal Excepcional, subjacente à inclusão de um bem na lista do Património Mundial, é a pedra angular de todos os bens inscritos. O Valor Universal Excepcional reflecte uma importância cultural e/ou natural que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo carácter inestimável para as gerações actuais e futuras de toda a Humanidade.

O principal propósito de uma candidatura é explicar em que consiste um bem, por que demonstra um potencial Valor Universal Excepcional e como é que esse valor será sustentado, protegido, conservado, gerido, monitorizado e transmitido. Todas as políticas, objetivos e ações devem dar prioridade e ter em consideração os valores que justificaram a inscrição de um bem na Lista do Património Mundial. (Margarida Alçada, Katri Lisitzin, Kerstin Manz, *Tourism and World Heritage: selected management approaches and experiences from World Heritage Sites of Portuguese Origin and Influence*, Turismo de Portugal/UNESCO World Heritage Centre, 2013)

A defesa da excepcionalidade de um bem tem, pois, a montante, um árduo caminho, um processo partilhado de estudo, conservação e gestão sustentável.

Constatamos que a classificação do património (como valor excepcional, nacional ou universal) tem o maior impacto positivo no próprio valor económico imobiliário, quando:

- há uma ampla compreensão e apreciação pela comunidade do significado cultural das estruturas patrimoniais;
- há uma consistente aplicação dos regulamentos para salvaguardar o património;
- os “paus” dos regulamento estão emparelhados com as “cenouras” dos incentivos;
- existem orientações/manuais claros, orientações ilustradas sobre o que é esperado dos donos das propriedades históricas escritos em linguagem de leigo. (Donovan Rypkema, *The Economics of Uniqueness*, World Bank, 2012)

Para a implementação de um processo de conservação do património, a longo prazo, é essencial um alinhamento dos contributos do conjunto alargado de actores, a fim de garantir que aqueles que promovem a conservação do património coincidem, na maior medida possível, com aqueles que pagam as intervenções e com aqueles que, directa ou indirectamente, beneficiam da sua conservação. Quanto mais amplo for o leque dos participantes envolvidos nas decisões, mais forte será o apoio social para o esforço da conservação. (Eduardo Rojas, *The Economics of Uniqueness*, World Bank, 2012)

A conservação do património é um processo de investimento que gera um fluxo de impactos macroeconómicos ao longo do tempo. Parcas iniciativas privadas ou públicas, de conservação ou valorização do património, geram um fraco impacto macroeconómico em termos de rendimento ou emprego. A conservação mantém ou melhora a condição física do património, e também, a sua atractividade, cria novos negócios, melhora a qualidade de vida local e fornece benefícios para muitas partes interessadas – turistas e, especialmente, moradores.

Um núcleo histórico perde valor, quando as actividades do património são geridas por não-residentes, quando os bens e serviços são importados, quando os trabalhos de conservação são entregues a trabalhadores não-locais, quando as taxas de admissão não beneficiam o orçamento da cidade. O património deve ser visto como um activo para as comunidades, que pode trazer benefícios às pessoas. Envolver as comunidades no seu uso e protecção é fortalecer a sua capacidade de participar de forma significativa no processo de conservação e na tomada das decisões de gestão.

Os valores tangíveis são estimados pelo mercado; os intangíveis são estimados pelo interesse da comunidade e dos visitantes em contribuir para a sua preservação. Este interesse traduz-se em indicadores, expressa-se no número de visitantes que representa a atractividade do sítio.

É na qualificação desta atractividade que temos que trabalhar ao desenvolvermos um processo de candidatura à Lista do Património Mundial.

Não se trata de apresentarmos uma lista de valores que os especialistas elencam como sendo de Valor Universal Excepcional. Trata-se, antes, de justificarmos de que modo esses valores foram apropriados pela comunidade e são passíveis de serem admirados, compreendidos e “consumidos” pelos visitantes, a nível mundial. Trata-se, pois, de um compromisso para um novo paradigma e do estabelecimento de uma agenda onde o património se coloca como a pedra angular de um processo de desenvolvimento sustentável.

VILA VIÇOSA – PAISAGEM CULTURAL CANDIDATA A PATRIMÓNIO MUNDIAL DA UNESCO

Licínio Lampreia*

Seria ousadia pretender agora descobrir a importância histórica, cultural, arquitectónica, artística, urbanística e religiosa de Vila Viçosa. O que podemos afirmar é que Vila Viçosa conta com crónicas, testemunhos e estudos tão meritórios como reveladores da sua memória histórica e da magnitude alcançada durante a Época Moderna, pela abrangência e rigor das suas análises, resultantes da dilatada atenção prestada pela historiografia local e nacional.

No entanto, estudos recentes, alguns dos quais, publicados no número 22 da Revista de Cultura *Callipole*, editada pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, e outros trabalhos saídos a lume, assim como a apresentação de novas ideias e de estudos inovadores em torno das várias vertentes do património local durante a realização das VI Jornadas do Património de Vila Viçosa, revelaram algumas surpresas inesperadas e esclareceram algumas dúvidas.

Partindo destes pressupostos iniciais, o presente trabalho, longe de apresentar uma pretensão historiográfica, ambiciona, acima de tudo, apresentar um conjunto de temas de reflexão, buscando as influências recíprocas e contextuais que nos ajudaram a crescer e bebendo de fontes heterogêneas e transversais, sobretudo, a partir do itinerário aberto em meados do século XV com a Fundação da Casa de Bragança, rememorar a sua influência formadora sobre evolu-

*Este texto integra a nossa intervenção nas VI Jornadas do Património de Vila Viçosa (Junho de 2015), ampliada e reformulada, e depois mais desenvolvida nos textos elaborados sobre a valência geológica e os equipamentos marmóreos e sobre a vertente urbanística da “vila ducal” para reforçar a justificação do pedido de inclusão de Vila Viçosa na Lista Indicativa dos Bens Portugueses Candidatos a Património Mundial da Unesco (Outubro de 2015).

ções posteriores e, sobretudo, estender o olhar a diversos territórios e a novas linguagens do património calipolense, com base em estudos recentemente publicados e no resultado de novas pesquisas. Eis, em poucas palavras, a génese deste documento.

Sob o ponto de vista da análise e da fundamentação histórica, é importante sublinhar que não basta analisar uma parcela do património local, mas sim perceber as diversas interacções ao longo do tempo e procurar o seu sentido como um todo, em detrimento do parcial, que produz uma percepção desajustada e distorcida das dinâmicas da sociedade calipolense. Nesta perspectiva, devemos privilegiar uma abordagem holística e integradora do património cultural local, numa relação dialéctica e indissociável em que as várias vertentes se constroem e estruturam mutuamente, tendo em conta a pluralidade de tempos e de culturas. É que conhecer o património implica conhecer o percurso e o contexto histórico em que ele se enquadra e fora do qual perde todo o significado.

É conveniente ter em atenção que a vila enquadra-se numa área bem definida do Alentejo e apresenta uma relativa permanência dos contornos geográficos. E como destaca o Padre Joaquim José da Rocha Espanca, os limites desta vila e seu termo não sofreram alterações significativas ao longo de quase sete séculos e meio, se tivermos em linha de conta o foral que em 1270 foi outorgado por D. Afonso III, o que lhe confere uma notável estabilidade do ponto de vista geográfico.

No reinado de D. Dinis, a vila alentejana era ainda uma pequena comunidade, constituindo mais uma povoação característica do Portugal medievo. O burgo fortificado do castelo que entretanto surge traz a Vila Viçosa a segurança defensiva necessária para o seu desenvolvimento e permite o início da evolução de uma experiência singular de ocupação do espaço. Os valores históricos desta vila alentejana, com insuspeitadas origens afonsinas, do século XIII, são múltiplos e diversificados e esta asseveração engloba, inevitavelmente, a Casa de Bragança, que tem como sede o emblemático Paço Ducal de Vila Viçosa, cuja constituição representou o princípio de um percurso de desenvolvimento e de prestígio para Vila Viçosa e de um novo estatuto social e político no panorama geral do reino.

A grandiosidade da Corte Ducal, ao nível da expressão de poder e de prestígio social, é, hoje em dia, um assunto pacífico entre os historiadores, coevos (que exaltaram a vila na grandeza da Corte de Bragança), ou actuais, pois quase todos reconhecem a sua histórica função como a mais importante casa senhorial do reino, resultante da amplitude da continuada e prolongada presença ducal na sua «viçosa» Corte Ducal em Vila Viçosa durante quase dois séculos, das prerrogativas reais doadas pela Coroa e das redes de fidelidade e clientelas locais criadas pela casa brigantina. Apesar do seu carácter periférico, em todos os autores, encontra-se a clara ideia de um tempo de apogeu, de protagonismo, de poder territorial e de alargadas clientelas.

Os duradouros sinais deixados pela Casa dos Bragança, são ainda hoje bem visíveis na escala de grandiosidade que é amplamente reconhecida e constituem

a força motora da sua organização social e espacial, alcançando um carácter ímpar no contexto nacional e europeu. Deteve um estatuto proeminente a partir da segunda metade do século XVI, que se prolongou durante a Monarquia Dual, e que modificou o quotidiano de várias gerações de calipolenses. Um dos locais mais importantes do reino e um centro de projecção de poder seria certamente a Casa e “Estado” de Bragança.

Se atentarmos no patrocínio da elite ducal fácil é encontrar nos cronistas calipolenses os destaques para as muitas medidas brigantinas empreendidas de modo esclarecido nesse sentido e para o estatuto de preeminência social dos Bragança ao nível dos mecanismos de poder e de representação no espaço calipolense. Aos Bragança se deve o patrocínio *cultural*, (na criação de um contexto sociológico gerador de híbridos culturais); o patrocínio *educativo*, na tentativa de criação de uma Universidade no convento de Santo Agostinho de Vila Viçosa e na fundação de colégios (no palácio ducal havia lições de ler e escrever, de gramática, música, dança, esgrima e equitação); o mecenato *literário*; o patrocínio *religioso*, na fundação e na protecção de todos os conventos da vila e de igrejas; as mercês *assistenciais* (a Misericórdia assume a expressão máxima do envolvimento dos Bragança nas medidas caritativas locais e correlato exercício de poder, assim como na fundação de irmandades); o patrocínio da produção *artística*; o patrocínio *arquitectónico* na edificação e reedificação de igrejas, capelas e outros monumentos; o patrocínio *científico* (funcionamento de um observatório astronómico e António Maldonado de Ontiveros foi um dos cientistas que o dirigiu); a protecção do património *paisagístico* e de preservação das espécies na instituição da Tapada; e o patrocínio *industrial* na construção de fábricas de vidro e de papel.

Uma periférica “corte de aldeia” situada em Vila Viçosa, transformada em centro humanístico, requintado nos seus programas arquitectónicos artísticos e sociais e na erudição das suas manifestações culturais, que lhe conferem uma marca de individualização e de modernização e convertem a Casa de Bragança numa referência cultural e civilizacional no século XVII e num sítio histórico-monumental ímpar na História da Humanidade. Um verdadeiro centro emblemático e irradiante da cultura portuguesa da época e imagem da sua projecção internacional. Enfim, a bela *Callipole* desempenhou um papel relevante na disseminação da cultura e desenvolveu ligações históricas com as principais personalidades e com eruditos centros culturais e artísticos da Europa e do Mundo.

Vila Viçosa encontra-se ligada a acontecimentos de enorme relevância na história política e social de Portugal que influenciaram decisivamente o futuro da independência do reino e a defesa e salvaguarda do seu império. Com efeito, esta vila alentejana, dada a sua situação estratégica à defesa do reino, foi fundamental no período compreendido entre 1383 e 1385, na guerra que opôs os dois reinos vizinhos, constituindo um ponto de apoio fundamental a Nuno Álvares Pereira na defesa e afirmação do Reino.

Acresce que foi um fervoroso e indefectível centro de afirmação dos valores patrióticos e da memória e identidade nacionais e a pátria da Restauração da

Independência, devido ao facto de ter desempenhado um papel absolutamente decisivo na restauração da independência de Portugal em 1640. Pouco depois, em 1665, Vila Viçosa voltou a afirmar-se “*como símbolo da resistência de um povo que via na defesa desta sua praça, não só a defesa da nação (Portugal europeu) mas, acima de tudo, a materialização de algo muito maior, a salvaguarda e defesa de Portugal Império*”¹. Como afirma Nuno Lemos Pires, “*Houve uma Batalha em Montes Claros porque foi decidido socorrer Vila Viçosa*”², que não podia ser derrotada em 1665. Vila Viçosa tinha, de facto, uma importância primordial para a defesa de Portugal. Era, simultaneamente, uma área de importância geográfica com relevância para a estratégia militar e um símbolo da determinação de muitos povos, espalhados por todo o globo, na afirmação da independência e soberania do Império. A inquebrantável vontade de defender a **vila ducal** “*constitui-se como a “prova de força” da determinação portuguesa (.....). Vila Viçosa era a capital avançada de Lisboa e defendê-la significou manter Portugal. E a vitória de Portugal foi a garantia que se podia manter o Império (...). Em 1665, em Montes Claros e em Vila Viçosa, defendeu-se e afirmou-se um Império*”³.

Demais não será certamente referir que a similitude de trajectórias com a Casa Real é plena no exercício da liberdade e correspondente prestígio magnificamente traduzido nos signos de efectiva distinção e poder da corte ducal: O Paço dos Duques de Bragança e a Tapada.

O Paço Ducal constitui o mais importante monumento da arquitectura civil portuguesa do século XVI, notavelmente intacto, e um dos mais representativos exemplares do estilo maneirista, ao nível da Península Ibérica, exercendo uma influência duradoura sobre a arquitectura.

Mas, representa, acima de tudo, um bem singular por se tratar não apenas de um núcleo fundamental para o entendimento de uma tipologia de construção civil nos séculos XVI e XVII, como também por ser um conjunto arquitectónico onde as excepcionais soluções técnicas e artísticas e a combinação de soluções arquitectónicas de casas senhoriais europeus do tempo se combinam de forma coerente e original, assumindo uma inquestionável grandeza internacional.

Na sociedade hodierna, o Paço brigantino é, certamente, considerado pelos calipolenses, bem como pelos inúmeros turistas e visitantes que nos procuram, como a instituição mais importante da vila e também como o monumento que melhor identifica e representa Vila Viçosa. Por isso, constitui, sem dúvida, uma mais valia da candidatura em curso e um motivo de confiança.

¹ Registe-se, aqui, na sequência da citação mencionada em epígrafe a fecunda via interpretativa aberta por Nuno Lemos Pires, *A Importância da Resistência de Vila Viçosa nos 350 Anos da Batalha de Montes Claros*, Callipole n.º 22 – 2015, Câmara Municipal de Vila Viçosa, p. 123.

² Vide idem, *ibidem*, p. 123.

³ Acompanhe-se esta problemática em idem, *ibidem*, p. 141.

Por seu lado, emerge com luz própria a Tapada Real, integrada no património da Casa de Bragança, que conserva ainda as suas características originais e onde a fauna e a flora, original e autóctone, coabitam harmoniosamente, constituindo elementos de paisagem singulares. Foi um formoso parque de distrações dos duques e de comitivas reais, que nos seus horizontes divisaram inúmeros motivos de beleza paisagística e de diversão cinegética, oferecendo a particularidade de uma longa continuidade na história. “*Famoso lugar de delícias*”, como lhe chamou Lorenzo Magalotti, há mais de 300 anos, que sublinha a íntima relação social e ambiental de Vila Viçosa com a sua envolvente territorial. Nela, a paisagem, alentejana, contém panoramas dos mais belos da Natureza. A Tapada de Vila Viçosa é um pedaço do Alentejo.

Por isso, é de sublinhar que Vila Viçosa é muito importante pelo seu inovador exemplo de ordenamento da paisagem. A Prof.^a Doutora Aurora Carapinha, da Universidade de Évora,⁴ chamou a atenção para alguns aspectos relacionados com a singularidade do ordenamento e do desenho da paisagem desta vila, que ocupa no panorama português uma posição de destaque, não só pela complexidade do processo, como também pela unidade que o mesmo apresenta, que vai desde o jardim à paisagem. O sistema agrícola, os jardins, a Tapada e toda a ideia de natureza e da sua fruição, quer emotiva, quer estética, estão bem presentes neste ideário e nesta construção do espaço. Existe de facto uma política de ordenar o espaço exterior no contexto muito renascentista da cidade na sua relação directa com o campo, dando aos dois elementos uma notória continuidade. Enfim, trata-se de um aspecto de singular raridade porque podemos estar perante o primeiro exemplo de um ordenamento da paisagem, e de um espaço que se organiza para viver a cidade e para se viver da cidade, o que faz toda a diferença face a outros casos comparáveis.

Se o Paço Ducal e a Tapada Real podem ser considerados importantes mais-valias patrimoniais, é incontornável ter em conta a excepionalidade da valência geológica e dos equipamentos marmóreos. A este propósito, começarei por dizer que na forma como nasceu e se desenvolveu ao longo dos tempos, Vila Viçosa foi ampla e profundamente condicionada por uma diversidade de factores, nomeadamente os que se referem ao elevado interesse geológico existente no concelho. Labor de impensável detalhe neste momento, mas que impõe uma atenção redobrada e a justa rememoração dos sinais da sua presença e do seu significado nesta vila.

Como é sobejamente conhecido, apesar da pequena dimensão do concelho de Vila Viçosa, o mesmo evidencia uma rica, complexa e excepional estrutura geológica, cuja idade mais antiga remonta há cerca de setecentos milhões de anos e que vem até aos nossos dias. Trata-se de uma invulgar riqueza geológica

⁴ Esta singularidade do património paisagístico de Vila Viçosa tem uma das suas principais expressões em Aurora Carapinha, mormente na sua comunicação apresentada nas II Jornadas do Património de Vila Viçosa (2004).

que é extensível não só ao território nacional, como a Espanha e ao outro lado do oceano Atlântico. Tudo isto representa bem que, do ponto de vista das estruturas geológicas, Vila Viçosa é “*um laboratório em permanente transformação que permite reconstituir a História da Terra nos últimos setecentos milhões de anos, constituindo um raro exemplo de riqueza e diversidade geológica à escala mundial*”⁵. De facto, em nenhum outro lugar da geografia nacional e mundial se manifesta esta natureza geológica como no concelho de Vila Viçosa, que evidencia de forma inequívoca as variações temporais das formações geológicas, que permitem fazer uma viagem no tempo desde um período anterior compreendido entre 542 a 408 milhões de anos⁶.

Nos nossos dias ainda prevalecem sítios de inegável interesse geológico, científico, geoturístico e arqueológico de inquestionável valor e singularidade, como é o caso: do geossítio (Parque Industrial de Vila Viçosa), conservado pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, facilmente identificável e de uma evidência única, onde pode ver-se *in situ* um afloramento de conglomerados que corresponde à transição do Pré-Câmbrico ao Câmbrico, onde as rochas se encontram na posição em que as forças geológicas aí as colocaram, sendo, por isso, absolutamente único⁷; da ocorrência geológica que aflora na pedreira de António Mocho, na zona da Lagoa (freguesia de Bencatel)⁸, cuja parede sudeste é uma verdadeira montra geológica; de vestígios *in situ* de exploração de mármore durante o período romano, na zona da Lagoa (Freguesia de Bencatel)⁹, bem como do baixo relevo encontrado na Herdade da Vigária, que se encontra exposto no Castelo de Vila Viçosa, que ficaram para sempre gravados nas rochas que afloram nesta vila alentejana. Tratam-se, pois, de exemplos de ocorrências da geodiversidade com evidente valor excepcional.

O reconhecimento dos valores do património geológico local, levou à inscrição de vários locais no inventário de sítios classificados como Património Geológico Nacional, na categoria temática *Mármore paleozóicos da Zona Ossa-Morena*, que reúne os principais geossítios em Portugal com elevado valor científico e que representam a geodiversidade nacional, permitindo compreender a história e a evolução geológica do nosso território. Existem actualmente quatro geossítios classificados como Património Geológico de Portugal: Limite Pré-Câmbrico/Câmbrico (Parque Industrial de Vila Viçosa); Pedreira António Bento Vermelho (trata-se de um local com grande relevância geológica e educativa); Pedreira António Mocho; Pedreira da empresa Marmoz (representa um monumento geoarqueológico único no anticlinal de Estremoz).

⁵ A expressão deste entendimento encontra-se em Luís Lopes e Ruben Martins, *Vila Viçosa: Património Geológico, Potencial Científico e Geoturismo*, in *Callipole* 22 – 2015, p. 115.

⁶ Vide idem, *ibidem*, p.113, onde se encontra o fundamento deste facto.

⁷ Vide idem, *ibidem*, p.115, onde esta perspectiva alcança clara evidência.

⁸ Vide idem, *ibidem*, p.115.

⁹ Vide idem, *ibidem*, p.115.

Por tudo isto, é de reforçar que o carácter excepcional da riqueza e variabilidade do património geológico do concelho Vila Viçosa e o elevado número de locais de interesse arqueológico e histórico estão na génese da inclusão de Vila Viçosa em várias rotas, como é o caso significativo da Rota Tons de Mármore (apresentada em Vila Viçosa, em 2012) e da Rota do Património Industrial no Anticlinal de Estremoz, associada a um projecto internacional denominado “Rutas Minerales da Iberoamérica y Ordenación Territorial, un Factor Integral para el Desarrollo Sostenible de la Sociedad – RUMYS”, com vista a promover a investigação e a permitir o seu reconhecimento internacional e cultural.

Resulta, pois, impossível subestimar a importância do mármore para a arte, para a cultura e para o imaginário da população local, constituindo uma matriz civilizacional e uma verdadeira cultura artística e decorativa em que uma parte considerável de gerações de homens e de mulheres do nosso município esteve ou está empregada em alguma fase de trabalhos de pedreira ou de transformação do mármore. A extracção e a utilização da pedra ao longo de muitos séculos imprimiu a mais visível e profunda transformação tecnológica, social e artística do concelho, constituindo-se como uma específica linguagem artística que laboriosamente se foi moldando ao longo dos tempos. Os extensos e indefectíveis vestígios de uma próspera indústria dos mármore, são a expressão física notavelmente intacta de uma sociedade e da sua cultura espiritual e material.

Hoje, continua e exercer uma misteriosa sedução que atrai, perdura e que deslumbra pela sua beleza e luminosidade.

Toda a composição e criatividade da arquitectura, toda a originalidade da construção e todo o urbanismo da “cidade de mármore” espelham de forma inofismável este valioso, único e irreproduzível substrato geológico que se pode vivenciar contemporaneamente, constituindo uma espécie de catálogo vivo de aplicação do mármore.

Se atentarmos na componente arquitectónica e artística, fácil é encontrar nos cronistas locais e na densa bibliografia sobre Vila Viçosa referências para as inúmeras obras empreendidas nesse sentido, reconhecendo, quase todos, a excepcional tradição, a versatilidade e a multiplicidade de aplicações do mármore que confere à vila uma particularidade única ainda hoje integralmente reconhecível.

Não menos significativo é a dimensão das várias reestruturações de Vila Viçosa, o volume do construído e a qualidade dos edifícios, onde domina a utilização dos revestimentos de mármore, assim como a excepcional continuidade histórica deste produto natural, utilizando uma tecnologia de acentuada tradição secular. Não é demais sublinhar a excepcionalidade dos vários elementos decorativos, a normalização e a perduração da utilização do mármore e das técnicas tradicionais de cantaria nos sistemas construtivos e decorativos o que se traduziu num processo de pré-fabricação e de industrialização de materiais.

Dentro do panorama patrimonial, resulta incontornável realçar a importância da “*arquitectura do mármore*” que apresenta uma considerável variedade de modelos e tipologias e que confere uma feição tão peculiar a Vila Viçosa, constituindo um caso único a nível nacional e internacional.

Num texto inicialmente publicado no semanário Expresso, de 10 de Janeiro de 2004, e posteriormente no Número 12 (2004) da Revista de Cultura *Callipole*, já o Professor José Manuel Fernandes definiu Vila Viçosa como um local onde “*tudo nos surge construído em pedra, num mármore luminoso, que parece translúcido e quase uma pele acetinada (.....), uma “pele” lançada sobre toda a vila*”¹⁰. Certamente que não se referia unicamente às pedreiras de mármore, que existem na sua envolvente, mas também à inconfundível marca e à especificidade dos equipamentos marmóreos, que em forma de edifícios (quer nos edifícios mais importantes, quer nas casas mais modestas), esculturas, estátuas, calçadas das ruas e dos lancis, socos dos muros e soleiras de portas, o mármore deixou ao longo dos séculos e contribuiu para erguer a bela *Callipole*.

A sua durabilidade, as suas potencialidades arquitectónicas artísticas e também culturais (relações entre materialidade e natureza, património e identidade cultural, usos e modos de aproveitar materiais naturais no âmbito da cultura arquitectónica contemporânea), as suas riquíssimas e poliédricas tonalidades, a diversidade e laivos cromáticos, a sua qualidade ímpar e, acima de tudo, a natureza irradiante e penetrante da sua luz, no seu conjunto conferem um carácter único e excepcional a esta pedra, que em Vila Viçosa brilha com luz própria.

Isto significa que a perduração da utilização do mármore no património calipolense, se encontra associada à renovação das técnicas tradicionais de cantaria, à produção de materiais tradicionais, às ferramentas e às máquinas, ao vocabulário próprio utilizado nas pedreiras e ao facto de se utilizar sistematicamente uma técnica de alta qualidade na construção deste património pétreo, que justifica, só por si, a existência de importantes escultores e mestres na arte de trabalhar a pedra e de oficinas em Vila Viçosa, bem como a sua profusa difusão e ressonância nacional e internacional. Ao certo, sabemos hoje da existência e persistência de uma inovadora escola de mestres na arte de trabalhar a pedra e de oficinas, que exportou como modelo para outros países e continentes e que hoje se encontra espalhada um pouco por todo o mundo.

É seguro que o mármore de Vila Viçosa, nas suas variadas tonalidades, reveste a fachada de distintos edifícios, decora monumentos e é aplicado na estatuária e na tumulária de todos os continentes, constituindo-se como um imponente museu mundial, desprovido de fronteiras. A difusão dos mármore calipolense por todo o mundo, certamente, incentivou a internacionalização, o debate e a reflexão académica e tecnológica acerca desta pedra natural, a partir de uma ampla perspectiva interdisciplinar na qual se podem cruzar os olhares de arquitectos, historiadores, geógrafos, geólogos, designers e de todos aqueles que estejam dispostos a enriquecer a densidade do seu significado.

A vila paçã representa um valor universal excepcional porque num espaço de tempo muito reduzido passou de uma “*vila em tijolo*” para uma “*cidade*

¹⁰ Para o desenvolvimento desta problemática, vide José Manuel Fernandes, “*A Cidade de Mármore*”, in *Callipole* n.º 12, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004, pp. 205.

ideal” em mármore. Na feliz e acertada síntese do Prof. Rafael Moreira, D. Teodósio “*podia orgulhar-se de ter herdado uma vila em tijolo e deixado uma cidade de mármore*”¹¹.

Para além de constituir uma “*cidade ideal*” em mármore do “*Renascimento português*”, um novo conceito levado pela primeira vez à prática de forma original em Vila Viçosa, a vila ducal é a “Capital dos Mármore”, numa aliança que se manteria ao longo dos tempos.

A candidatura patrimonial da vila paçã tem, igualmente, na valência urbanística uma das suas mais sólidas mais-valias. Começo por lembrar que a história da formação e do crescimento urbano de Vila Viçosa, reflecte-se nitidamente nos seus valores urbanísticos, que configuram, em geral, uma paisagem excepcional no contexto nacional, internacional e, até, universal.

É justamente nesta óptica que vou retomar e reapreciar a expectativa heurística dos vários circunstanciados, extensos e fundamentados estudos e investigações, aqui forçosamente resumidos, que com superlativa consistência argumental abordaram esta importante valência do património calipolense, através da pena dos mais prestigiados especialistas.

É axiomático que sobreleva uma forte consciência da importância da vertente urbanística em Vila Viçosa, desde a rede viária medieval até, sobretudo, à sua expansão extramuros, lançada na segunda metade do século XVI e que posteriormente se vai alargando através de ruas tendencialmente regulares, firmando um conjunto de quarteirões que desenham uma malha urbana de belo efeito.

Sobram, pois, razões de fundo para considerar na candidatura patrimonial o desenho e a textura urbana, como uma incontornável mais-valia patrimonial e como uma força acrescida. O salientado traçado urbanístico é um excelente exemplo de desenvolvimento de um aglomerado urbano segundo a tipologia preconizada pelo urbanismo renascentista (como é o caso do conceito do *planeamento global da cidade* e da *regularidade*), perfeitamente adaptado à topografia do sítio. Para uma clara evidência e plena corroboração desta perspectiva, o Arquitecto Nuno Portas acrescenta que Vila Viçosa constitui “*um conjunto urbano do renascimento português com projecção europeia*”, cuja singularidade urbanística “*traduz uma notável inteligência urbanística ao reconciliar a clareza do modelo de referência com as pré-existências e a tradição das vilas do sul do país*”¹².

Não é demais insistir que, desde muito cedo, Vila Viçosa revela um crescimento no qual se notam fortes preocupações urbanísticas, preservando uma imagem urbana de alta qualidade e autenticidade. E quando lembramos vários aspectos relevantes relacionados com as especificidades da evolução urbana da

¹¹ Não posso deixar de memorar, a este respeito, a via consolidada no trabalho pioneiro de Rafael Moreira, “*Uma “Cidade Ideal” em Mármore*, in Monumentos n.º 6, Lisboa, DGEMN, 1997, p. 52.

¹² Para uma visão de conjunto acerca desta problemática, vide Nuno Portas, “*A singularidade urbanística da vila ducal*”, in Monumentos N.º 27, IHRU, 2007, p. 10.

vila é imprescindível não esquecer que esta estrutura urbanística, desde os alvares do séc. XVI até à actualidade, só pode ser interpretada e compreendida se integrar o conjunto monumental do Paço Ducal como elemento aglutinador e definidor do modelo matricial dessa própria expansão estrutural que determinou o desenvolvimento da vila. A este propósito, vale a pena recordar as palavras da Professora Aurora Carapinha, onde perpassa o melhor sentido deste entendimento: “*Pensado como um todo, este conjunto (estrutura palaciego e estrutura urbana) define-se a partir de uma retícula de uma regularidade que procura inscrever no território a estratégia ducal da Casa de Bragança. No interior desta matriz aparecem um conjunto de estruturas arquitectónicas e paisagísticas (...) que ainda hoje se podem vivenciar*”¹³.

O desenvolvimento da vila é, pois, o resultado de um esforço de uma das principais casas senhoriais da Península Ibérica, que soube executar o plano de uma vila aberta, moderna e singular nas suas soluções metodológicas, arquitectónicas, urbanísticas e tecnológicas, notavelmente inovadoras e inéditas para a época. Uma verdadeira revolução espiritual e uma obra excepcional e inovadora que foi abraçada com incomensurável entusiasmo e levada a cabo com uma capacidade técnica incomparável, marcando o início do percurso triunfal da vila paçã. Com o decorrer do tempo todo o programa ducal original foi enriquecido com o contributo dos melhores mestres e soube integrar de forma harmoniosa as influências, recolhidas a partir das mais importantes experiências urbanísticas europeias então conhecidas, com uma expressiva contribuição multidisciplinar.

Ora, é bom recordar, como foi dito, que o poder, o prestígio e a estratégia da corte brigantina imprimiram a Vila Viçosa um papel de destaque nas transformações urbanas do século XVI, do mesmo modo que em meados do século XX o papel simbólico da Casa de Bragança na Restauração foi motivo da atenção do Estado Novo. Na verdade, a intervenção urbanística e política do Estado Novo (duplas comemorações da Fundação da Nacionalidade e da Restauração da Independência Nacional), constituiu outra remodelação profunda que revestiu aspectos excepcionais, convertendo a Praça da República numa extensa e aberta Alameda. As obras realizadas neste período revestem um carácter singular devido ao facto de não existirem muitos mais casos de uma reestruturação do centro histórico tão profunda para converter a vila num cenário monumental ao serviço de comemorações políticas. Acresce, que é muito difícil encontrar outro núcleo urbano representativo, em simultâneo, destas fases de evolução urbanística, que ainda hoje se encontram inscritas no seu traçado de forma particularmente nítida. Por isso mesmo, dele disse, com toda a propriedade, o Professor Manuel C. Teixeira: “*Até ao século XX, Vila Viçosa foi-se construindo através de sucessivas unidades de crescimento que complementavam fases anteriores*

¹³ Para a problemática desta argumentação, vide Aurora Carapinha, *Declaração de Apoio ao Pedido de Inclusão de Vila Viçosa na Lista Indicativa de Portugal*, 2015, p. 3.

(...). Cada nova fase não era simplesmente uma nova adição, mas uma proposta com uma lógica global para todo o conjunto urbano”¹⁴.

Noutro testemunho insuspeito do Professor Manuel C. Teixeira vamos encontrar testemunhos sólidos acerca das fases do crescimento de Vila Viçosa: “Em todas estas fases está presente um conhecimento erudito, particularmente perceptível em dois momentos – a construção do núcleo urbano medieval dentro da alcáçova e a expansão da cidade no início do século XVI – que correspondem a períodos cruciais do desenvolvimento urbano em Portugal e na Europa e que tornam Vila Viçosa numa obra representativa do génio humano e expressão da cultura urbanística europeia, das trocas de influências verificadas ao longo de séculos e dos seus reflexos em Portugal”¹⁵.

Feita esta análise, evidentemente muito sumária, não é menos significativo enfatizar que as marcas do renascimento intelectual e inteligente no que concerne à conceptualização do espaço e à essência conceptual da arquitectura surgem primeiro em Portugal, depois em França, a seguir em Espanha e em seguida em Inglaterra. Interessa especialmente evidenciar que existe na concepção de Vila Viçosa uma espécie de aproximação ao método absolutamente transformadora e revolucionária que representa a experiência pioneira de Pienza. Quer isto dizer que esta possibilidade, ou seja, a construção da cidade pela estratégia do traçado constitui um caso excepcional no percurso da história da arquitectura ocidental.¹⁶

Quero agora trazer à colação que no caso concreto de Vila Viçosa, não se pode dissociar da valência urbana, de matriz renascentista, uma realidade patrimonial e artística mais abrangente como é o caso da realidade arquitectónica, do desenho da paisagem, dos equipamentos e dos revestimentos marmóreos, bem como dos riquíssimos conjuntos de pintura a fresco e azulejares. Não será de mais sublinhar que a singularidade e a importância de Vila Viçosa não reside na soma das várias tipologias do seu património cultural, entendido no sentido lato do termo, quando avaliadas independentemente, mas sim na excepcionalidade da sua harmonia, da sua integração e da conjugação entre todos os elementos.

O conjunto das valências patrimoniais e culturais formam um todo harmonioso e coerente, uma conjugação perfeita entre Arquitectura e Urbanismo. Cada edifício foi objecto de uma rigorosa atenção nas suas interrelações com o contexto urbano, graças a um programa de construção delineado e estruturado previamente, e seguido à risca, associado ao uso coerente de materiais locais, de

¹⁴ Para um entendimento exaustivo desta problemática, vide Manuel C. Teixeira, “A evolução urbana de Vila Viçosa”, in Monumentos N.º 27, IHRU, 2007, p. 24.

¹⁵ Vide Manuel C. Teixeira, *Declaração de Apoio ao Pedido de Inclusão de Vila Viçosa na Lista Indicativa de Portugal*, 2015, p. 16.

¹⁶ O essencial desta problemática encontra-se em Domingos Tavares, in “Relatório das II Jornadas do Património de Vila Viçosa”, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004, pp. 18-19.

equipamentos e revestimentos marmóreos e de vernaculares técnicas de construção. Neste modelo, o conjunto das valências monumentais, artísticas e urbanísticas, impecavelmente preservadas, tende, de facto, a constituir-se como elementos de um conjunto concebido como um todo e inserido de forma harmoniosa na envolvente urbana e paisagística.

Servindo-me de uma transcrição do pensamento da Professora Aurora Carapinha, fundamental para o entendimento desta problemática, verificamos que a excepcionalidade de Vila Viçosa está na “*concretização do ideal de Obra Total e, como tal, adquire uma dimensão patrimonial que extravasa a dimensão nacional*”¹⁷.

Às razões de natureza política, arquitectónica, paisagística, geológica e urbanística junta-se agora a valência musical, que é outra das vertentes fundamentais do património local e que merece uma atenção particular. A Vila Viçosa brigantina foi, durante o século XVII, um local de referência a nível europeu no que respeita ao estudo, ensino, composição e interpretação de música polifónica. D. João IV possuía a principal biblioteca musical da Europa, detendo, uma colecção muito **sui generis**, incluindo partituras de música sacra e um número substancial de partituras de música profana, o que constitui um fenómeno mais surpreendente, visto que em nenhum caso se pode ligar estas partituras a qualquer representação realizada em Vila Viçosa. As dimensões desta representação da música são muito bem diferenciadas: cumprem a função do serviço de Deus e da prática religiosa (símbolo de distinção por excelência), a função de recriação cortesã e a representação simbólica do prestígio e da dignidade do estatuto social da Casa de Bragança. Em síntese, é notória a presença da música como parte integrante de uma estratégia de imagem. “*Uma espécie de banda sonora de um grande filme que mostra a quem quer que venha a esta vila a grandeza da Casa de Bragança*”¹⁸. A colecção de música de Vila Viçosa atingiu, no seu tempo, um nível de perfeição invejável em toda a Europa, tanto no campo eclesiástico como no campo do órgão. O catálogo preparado pelo falecido Cónego Alegria e editado pela Fundação Calouste Gulbenkian disponibiliza um inventário que publica uma colecção surpreendente na sua riqueza, na sua variedade e nas suas origens. Se ficássemos por aqui, apenas nos restaria o regozijo de sabermos da existência de excepcional património musical calipolense. Felizmente que o Cónego José Augusto Alegria (1918-2004), acrescenta ao rol dos calipolenses ilustres, o caso do religioso Estevão Silveira que as crónicas raramente mencionam e do qual se perdeu a sua memória na terra que o viu nascer. Natural de Vila Viçosa, foi mestre de canto em Roma e sob cujo alento desenvolveu Giuseppe Baini, mestre da Capela Papal, raras qualidades musicais. O

¹⁷ Vide Aurora Carapinha, *Declaração de Apoio ao Pedido de Inclusão de Vila Viçosa na Lista Indicativa de Portugal*, 2015, p. 3.

¹⁸ Vide Rui Vieira Nery, in *Relatório das II Jornadas do Património de Vila Viçosa*, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2004.

músico calipolense deixou memória de si na cidade de Roma, através dos contactos com os mais conceituados musicólogos do seu tempo, representando um valor artístico e cultural que contribuiu para o engrandecimento da História da Música Ocidental.

Muitos temas têm sido diversamente abordados pela historiografia, mormente a prevelência de uma forte consciência da importância religiosa de Vila Viçosa que alcança no panorama português e mundial numa posição de valor excepcional. A devoção a Nossa Senhora da Conceição, que era muito grande em Vila Viçosa, mesmo antes de 1640, adquire uma importância ímpar quando em 1646 é proclamada pelo rei D. João IV Padroeira do reino em cortes, colocando, deste modo, a protecção e a segurança do reino nas mãos de Nossa Senhora da Conceição. Além de Padroeira, é considerada doravante Rainha de Portugal. Trata-se de um acontecimento de extrema importância e significado, único em toda a Europa e no mundo inteiro. Dentro do panorama religioso relacionado com o Santuário de Nossa Senhora da Conceição resulta incontornável salientar, ainda que brevemente, o carácter popular da devoção que não era apenas apanágio dos nobres de Vila Viçosa ou da Casa Ducal de Bragança. Acresce que nem a passagem dos séculos conseguiu apagar tão excepcional acontecimento, visto que a importância do padroado veio a conhecer uma larga perduração e uma prolongação fora do seu território. E se o tempo não admite agora a devida análise, verdade é que basta dizer que o padroado de Nossa Senhora da Conceição, longe de apresentar-se face ao seu território como um facto religioso isolado, estendeu-se, a partir de Vila Viçosa, a todos os domínios portugueses espalhados pelo mundo, permitindo, deste modo, uma singular perdurabilidade de um acontecimento religioso de excepcional importância.

D. João IV (1604-1656):
360 anos da morte do
fundador da dinastia
de Bragança

CONSPIRAÇÃO, EXECUÇÕES E CRIME, NO TEMPO DA RESTAURAÇÃO

João Ruas*

O reinado de D. João IV começa sob uma aura de libertação, de recuperar a soberania e de clarificar quem estava por e contra a restauração. Sabemos do início difícil nesse Inverno de 1640/41 quando em Espanha se considerava D. João de Bragança como um duque rebelde que chefiara um grupo de insurrectos contra o poder dos Filipes. Sabemos também das dificuldades internas que aquele rei enfrentou para conseguir debelar a resistência de quem preferiu a contra restauração, para daí tirar os proveitos duma atitude a favor da continuação do domínio castelhano. Aqui aplica-se bem o termo de Castela porque nesse mesmo tempo se dá uma tentativa de autonomia quer na Catalunha, quer na Andaluzia.

Podemos afirmar que no início, isto é, logo em 1641 se começou a desenhar uma intriga que pretendia derrubar o rei, mas essa anti independência era fomentada no interior do reino e apoiada do exterior. Tenha-se em atenção o fluxo de membros da nobreza que rumaram a Madrid sem, no entanto, perderem o vínculo que aqui deixaram.

“E um dos acontecimentos mais inquietantes foi seguramente a partida de fidalguia tão grada para Castela no mês de Fevereiro... como D. Duarte de Meneses, 3.º Conde de Tarouca, ou herdeiros de casas como D. Pedro Mascarenhas, D. João Soares de Alarcão e D. Luís da Silva.”¹

Toda esta preparação se estende ao longo dos primeiros seis meses do ano de 41, para logo em pleno Verão o Rei mandar proceder a várias prisões de quem conspirava e estaria para passar à acção.

* Bibliotecário-Arquivista

¹ D. João IV / Costa, Leonor Freire e Cunha, Mafalda Soares da. – Mem Martins: Círculo de Leitores, 2006. – página 109

Descoberta que foi a conspiração através de relatos do 5.º Conde do Vimioso, D. Afonso de Portugal, nessa altura Governador de Armas do Alentejo, e que também foi confirmada por um criado de Pedro Baeça, um dos principais conspiradores; a tal ponto que este foi logo preso a 24 de Julho com Belchior Correia da Franca e Diogo Brito Nabo. Quatro dias depois, a 28, foram presas mais vinte e sete pessoas o que perfaz um total de trinta. Os autos foram céleres e os conspiradores começaram a ser executados a 28 de Agosto. Quatro nobres titulares foram degolados no Rossio, em Lisboa; mais quatro conspiradores foram enforcados também ali perto.² Entre 9 e 10 de Setembro foram executados mais dois no Terreiro do Paço.³ Teremos dez condenações cumpridas, mas cinco bispos que foram poupados mais outros quinze conspiradores que não foram libertados restam assim vinte presos em vários locais. Outros nobres foram ainda presos e só libertados em 42, tal como Matias de Albuquerque que tinha um cargo militar no Alentejo e fora afastado pelo 5.º Conde do Vimioso.

O trágico acontecimento conseguiu reduzir o perigo, mas não o erradicou, porque menos de dois anos depois, em 1643, Francisco de Lucena, Secretário do Rei que já servira o então duque em Vila-Viçosa, foi preso, acusado, julgado e executado a 28 de Abril de 1643. Entretanto, o seu filho Afonso que ficara em Madrid passou aí a ser um suspeito e teve de fugir.

Este período conturbado vai deixar presos um pouco por todo o lado, isto é, na Torre de Belém⁴, no Castelo de S. Filipe, no Castelo de S. Jorge, etc. podemos dar como exemplo o Marquês de Montalvão, D. Jorge de Mascarenhas, cujos filhos foram para Espanha e foi encarcerado na Torre de Belém em 1644 vindo a morrer ainda preso, no Castelo de S. Jorge em 1 de Janeiro de 1652.

Toda esta incerteza se foi diluindo com o tempo e ajudou à afirmação do Rei como senhor do seu reino e do seu povo que não queria retroceder. No entanto, nada fora esquecido e iremos verificar mais tarde que à primeira oportunidade tudo recomeça ou melhor, desta vez contra os que sempre apoiaram o Rei. Trata-se de um ajuste de contas entre famílias que ora pontuam na Corte ora são afastadas.

Ao expor o início atribulado do tempo de D. João IV procuramos estabelecer uma ponte para factos ocorridos muito mais tarde que vamos tentar compreender à luz do que já expusemos. Referimo-nos à “briga” que ocorreu a 1 de Abril de 1655 de que resultou a morte do 6.º Conde do Vimioso, D. Luís de Portugal e ferimentos graves na pessoa do Conde de São João da Pesqueira, tudo isto causado pelos filhos do Conde de São Lourenço e os do Conde de Castelo Melhor.

² Ibidem p. 127

³ Ibidem p. 127

⁴ Frias, Ilda e Carita, Rui in *Sphera Mundi*. –Casal de Cambra : Caleidoscópio, 2015. –p. 591

Tamanha ofensa não poderia passar sem que a família da vítima tivesse sempre a vontade de reparar pelo sangue o que fora derramado.

Podemos observar tudo isto na carta enviada pelo Rei ao capitão do porto e Setúbal, João Nunes da Cunha, nobilitado em 1666 como Conde de São Vicente. A carta (figura 1) expõe o cuidado que terá de haver com os culpados e o que se lhes deve fazer caso tentem fugir por Setúbal ou por Sesimbra.

- 1 – João Nunes da Cunha Eu El Rey vos envio muito saudar. Esta tarde ouve
- 2 – aqui hu[m]a briga em q[ue] matarão o conde do vimioso ferirão muito mal o Conde de
- 3 – São João E outros fidalgos ainda que estes não tem perigo E porq[ue] couvem castigar
- 4 – este delicto em que concorrerão sercunstancias que o fazem digno de todo sen
- 5 – timento E de toda a demonstração de castigo, vos ordeno, não deixeis sahir dos
- 6 – portos dessa villa e de sesimbra embarcação algu[m]a sem ser reconhecida E
- 7 – visitada pela justiça maior da terra, com muito particular cuidado hachan
- 8 – do nella algu[m]as das pessoas que se contem na memoria inclusa sera pre
- 9 – za E posta a muito bom recato E hemos por muito particularmente enco
- 10 – mendado esta diligencia. escrita em Alcantara ao p[rimeir]o de Abril de 1655

Rey

Para João Nunes da Cunha

Paço Ducal de Vila Viçosa, BDM II Res. Ms. 48 Adq.

Numa folha em separado está a lista das pessoas que deveriam ser presas ao tentarem fugir:

- O Conde de São Lourenço e seus filhos
- O Conde de Castelo Melhor e seus filhos
- Mathias da Cunha, e seu irmão, filhos de Tristão da Cunha
- D. Manuel de Sousa e seu cunhado
- Os filhos de António de Miranda Henriques o gago
- Fernão Mascarenhas
- O Conde Capitão
- O Conde da Torre

- O Conde do Prado
- O Conde da Vidigueira
- D. Miguel de Portugal
- João de Macedo, criado do Conde do Vimioso
- Luís de Mendonça

Desde logo os condes de São Lourenço e o de Castelo Melhor bem como os respectivos filhos e toda uma extensa relação de pessoas. Muitos deles foram presos e cerca de um ano e meio depois ainda estava nessa situação.

É bem conhecida a ordem real para que as famílias dos ofendidos e dos ofensores se reconcilhassem. Assim se lê no Assento do último Conselho de Estado em Maio de 1656 (fig. 2).

“... como se tinha receio que encontrandosse as pessoas ... houvesse entre eles alguma desavença que inquietasse e desgostasse os parentes de hum e outra parte ... como Sua Mag[estad]e a este fim mandara fazer diligência para que estes fidalgos se fizessem amigos, e que o não conseguir.”

O texto seguinte é mais esclarecedor ainda das intenções e dos meios (figura 3).

“se buscarão estes homens huns aos outros com intento de brigarem e trasião para isso bacamartes e diferentes armas e que termos Batalha em Lisboa...”

Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria, n.º 170 (69)

No final da sua vida, em 1656, o Rei vai tentar de novo a reconciliação e para tal manda reunir na sua câmara onde está no leito de morte, todos os membros das famílias em litígio. Aí chegados, o Conde do Vimioso, irmão do defunto, o Conde de São Lourenço, o Conde de Castelo Melhor, o Conde de São João da Pesqueira e Rui Fernandes de Almada, o Rei “uniu-lhes as mãos e “fê-los jurar que em nenhum tempo puxariam pelo caso do jogo da pela.” Mandou-os repetir o acto na presença da Rainha.”⁵

Os conflitos continuavam por sanar e vamos assistir, no reinado de D. Afonso VI, à ascensão do Conde de Castelo Melhor, Luís de Vasconcelos e Sousa, para se tornar o valido principal do Rei que o nomeou escrivão da puridade, mas logo conseguiu dominar a vida política e militar. Obteve as vitórias de Ameixial (1664) e Montes Claros (1665) o que permitiu o culminar da guerra da Restauração em 1668. O Marquês de Marialva que foi o grande vencedor de Montes Claros vai ser afastado pelo Conde de Castelo Melhor para que este possa orientar sozinho o rei D. Afonso VI.

⁵ Costa e Cunha *ibidem* p. 260

O Conde de São Lourenço sai da prisão em 1657 e vai de novo para o Alentejo onde volta a ser Governador de Armas o que diz bem das voltas e reviravoltas que o poder estar ou não, junto do Rei, causa tantos altos e baixos.

Observámos vários acontecimentos que se precedem e sucedem, tornando-se factos e origem de uma nova ordem social. Assim da crise de 1383/85 com muitas alterações nas classes sociais, assim da Restauração 1640/68 também plena de mudanças sociais mas ambos os períodos com o mesmo fito na independência que faria o reino retomar a sua História.

Agradecimentos à Sr.^a Dr.^a Maria de Jesus Monge, à Sr.^a Dr.^a Marta Páscoa e ao Sr. Dr. Silvestre Lacerda. Agradeço igualmente ao Sr. Carlos Saramago e ao Sr. Joaquim Real.

Bibliografia Sumária

- AMARO, José Emídio Francisco de Lucena... – Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1945
COSTA, Leonor Freire D. João IV. – Lisboa: Círculo de Leitores, 2006
CUNHA, Mafalda Soares da
NOBREZA DE PORTUGAL / coord. Doutor Afonso Eduardo Martins Zuquete. – Lisboa: Editorial Enciclopédia Lda., 1960/1961. – 3 vol.
SPHERA MUNDI / ed. Isabel Cruz Almeida e Maria João Neto. – Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2015

Figura 2

(69) 279

Como o Conde
 Teferi demandado de S. Mag^a, como ex-
 cusa de ceto, que enanturabue arpenhar q
 e honorario pela morte do Conde de
 Semiora, e briga a fogo da Belha como pa-
 recer ao Conde, Eouene entre e lher algu-
 ma desavenda, que enquietase, e deignane or-
 parecer, de Euna, eoutra parte, e que sua
 Mag^a que ma encender do Coni, o meyy, que
 usaria para evitar este damno, e para Ca-
 ver entre e eua Sana Mor adriao que meiu
 de seja, e de charei eua sua Mag^a, a ehe sim
 mandara fazer de Regercia, para que entor
 fida eor e se ferenem amigos, e que onao pu-
 deia conseguir.

E Ruy de
 Moura Teferi, aine que esse negocio vie-
 ra muito verer ao Conde, que sempre
 fora a separuer e deignane a eor mor or-
 dinario da jurisdic^{ao}, que eie auira, e eua
 cavao eor eor eor eor a eor eor com-
 inarso

Figura 3

280

com intento de brigarem, e fozias para ino ba-
camarker, e defferentes Armar, e que ger-
mou Bataca em Lisboa, e em mais p.
evidor, que ao Rey tocás dar arcontar,
a primeira fazer justiça a seus Sanação,
a segunda fazer ho viver em paz, equitacão,
que Brigada justamente crendão a ser am,
doque offensão não podia ser, principat-
mente com caminho repensado ao Conde de
Cerniceiro, e a sua Casa, para se não
dar motivo de queixa jurta.

170

Os Concelhos de 4 de
Junho, Lij a Carta de Philiaano Dourado,
de 10 de Maio, que venegue após este
assento.

Epareceo a 2.º Mo-
ro de Abranção, Rey de Moura Fel-
lex, Príncipe de Souza Coutinho, Con-
de de S. Lourenço, Conde de Caminha
de

MODOS DE GOVERNAR NA DINASTIA DE BRAGANÇA: O CONSELHO DE ESTADO DE D. JOÃO IV (1640-1656)

Maria Luísa Gama*

“O Conselho de Estado é preeminente a todos os mais tribunais com jurisdição superior; é consultivo ao príncipe em todas as matérias de Estado e Guerra: vota em todos os Bispados, e Governos Ultramarinos nos títulos, nas vilas, nos lugares superiores de letras, de que o Príncipe faz mercê aos beneméritos; não tem numero certo de ministros, ocupa o Príncipe nestes lugares os sujeitos de maiores merecimentos e confiança, e qualidade e a hum secretário digno deste lugar”¹.

“É um conselho supremo, no qual se tratam todas as matérias principais que pertencem ao governo do reino. Assim consultavam-se todas as dignidades, eclesiásticas como seculares, todos os governos, cargos, lugares e postos que não dependem inteiramente de outro tribunal; e os que são de outra repartição se tornam novamente a consultar pelo conselho. Especialmente se provêm pelo Conselho de Estado os arcebispados e bispados do Reino e ilhas adjacentes e os postos de vice-reis, capitães gerais e governadores de província e quaisquer outras terras sujeitas aos Reis de Portugal. Aqui se tomam as deliberações sobre a paz e sobre a guerra; se regulam as negociações e se

* CIDEHUS-UE. Bolseira de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, membro integrado não-doutorado do Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora (CIDEHUS-UE). Este trabalho tem como base a nossa dissertação de Mestrado, orientada pela Prof. Doutora Maria Paula Marçal Lourenço. Maria Luísa Gama, *O Conselho de Estado no Portugal Restaurado – teorização, orgânica e exercício do poder político na corte brigantina (1640-1706)*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.

¹ Marquês de Fronteira, “Sobre os Tribunais com que se adorna a Corte de S.A.”, BGUC, Ms. 490, fl. 42v.

resolvem as embaixadas e enviaturas e as pessoas a quem se devem confiar estes empregos. Finalmente a este conselho pertencem as alianças dos Reis e Pessoas Reais”².

I – Introdução

No decorrer das últimas décadas a historiografia europeia tem vindo a ser particularmente profícua em estudos sobre o período moderno, que renovaram por completo as perspectivas de análise em múltiplos campos historiográficos. Esta renovação incidiu particularmente no domínio da história política e social, traduzindo-se em áreas descuradas pela historiografia tradicional, tais como os estudos sobre as casas reais, a corte régia, casas nobiliárquicas, guerra e diplomacia, organização e exercício do poder político no âmbito daquilo que o historiador francês Lucien Bély apelidou de forma paradigmática *Sociedade de Príncipes*³.

No caso português, dando ênfase ao plano político e institucional foram sem dúvida os trabalhos pioneiros de António Manuel Hespanha⁴ os mais decisivos neste panorama, pois permitiram “uma assimilação da história política a uma história institucional estrutural e à análise da cultura jurídico-política”⁵.

Neste contexto, os estudos de investigadores portugueses aliados aos melhores trabalhos de outras escolas europeias permitiram uma profunda renovação no estudo e conhecimento de determinados períodos, nomeadamente da *integração* de Portugal na Monarquia Hispânica⁶ ou o processo de *Desvincula-*

² D. Luís Caetano de Lima, *Geografia Histórica de Todos os Estados Soberanos de Europa, 1734- 1736*, vol. I, Lisboa Occidental, Off. de José António da Silva, pp. 252-254.

³ Lucien Bély, *La Société des Princes: XVIème-XVIIIème Siècle*, Paris, Fayard, 1999.

⁴ Vide entre outros “A Historiografia Jurídico-Institucional e a “Morte” do Estado”, *Anuário de Filosofia del Derecho*, Madrid, Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, 1986, pp. 191-227; “As Estruturas Políticas em Portugal na Época Moderna”, *História de Portugal*, org. de José Tengarrinha, São Paulo, UNESP, 2001, pp. 117-181; *As Vésperas do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal – Século XVII*, Coimbra, Almedina, 1994; *História das Instituições – Épocas Medieval e Moderna*, Coimbra, Almedina, 1982; *La Gracia del Derecho, Economía de la Cultura en la Edad Moderna*, Centro de Estudios Constitucionales, Madrid, 1993; “O governo dos Áustria e a “Modernização” da constituição política portuguesa”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º2, 1989, pp. 50-73; “Para uma Teoria da História Institucional do Antigo Regime”, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime – Colectânea de Textos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 7-89; *Poder e Instituições do Antigo Regime – Guia de Estudo*, Lisboa, Edições Cosmos, 1992.

⁵ Nuno Gonçalo Monteiro, “Identificação da Política Setecentista. Notas Sobre Portugal no Início do Período Joanino”, *Análise Social*, vol. XXXV, n.º 157, 2001, p. 962.

⁶ António de Oliveira, *Poder e Oposição Política em Portugal no Período Filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel, 1991; Rafael Valladares, *A Conquista de Lisboa – Violência Militar e Comunidade Política em Portugal: 1578-1583*, Lisboa, Texto Editores, 2009; João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto, INIC, 1986;

ção⁷ desta em 1640⁸. Esta renovação também se prendeu com a utilização de novas metodologias na historiografia política⁹ que procuraram abordar o Estado e a sua construção através da análise dos seus múltiplos corpos, poderes e instituições, que, em todo o seu conjunto, revelam uma multiplicidade de *nuances*, que torna a sua análise deveras complexa, ficando bem assente a crescente complexificação do Estado e das suas instituições ao longo do período Moderno, onde o seu número de órgãos e servidores cresceu exponencialmente¹⁰.

O processo de tomada de decisão política por parte do Rei era deveras complexo e poderia percorrer um longo caminho dentro dos vários espaços cortesãos. Dentro destes destaca-se aquele que era considerado, tanto pelas fontes como pela mais recente bibliografia especializada, um dos mais impor-

Santiago Luxán Meléndez, *La Revolución de 1640 en Portugal, sus Fundamentos Sociales y sus Caracteres Nacionales, El Consejo de Portugal (1580-1640)*, Universidad Complutense, Madrid, 1988. Félix Labrador Arroyo, *La Casa Real Portuguesa de Filipe II y Filipe III: la Articulación del Reino através da la Integración de las Elites de Poder (1580-1621)*, Tesis presentada para la obtención del título de Doctor, Universidad Autónoma de Madrid – Facultad de Filosofía y Letras, 2006; António Manuel Hespanha, “O governo dos Áustria e a “Modernização” da constituição política portuguesa”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º2, 1989, pp. 50-73; Fernando Bouza Álvarez, *Portugal en la Monarquía Hispánica (1580-1640)*, *Filipe II, Las Cortes de Tomar y la Genesis del Portugal Catolico*, II vols., Universidad Complutense, Madrid, 1987; Idem, *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura, Representações (1580-1668)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000;

⁷ Pedro Cardim, Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, “Introdução”, *Portugal na Monarquia Hispânica. Dinâmicas de Integração e Conflito*, Pedro Cardim, Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha (orgs.), Lisboa, CHAM-CIDEHUS-GHES-RED Columnaria, 2013, pp. 9-14.

⁸ Veja-se, entre muitos outros, Rafael Valladares, *A Independência de Portugal: Guerra e Restauração 1640-1680*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2006; Luís Reis Torgal, *Ideologia Política e Teoria de Estado na Restauração*, II Vols, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1981; Idem, “Restauração e razão de Estado”, *Penélope*, n.º 9/10, 1993, pp. 163-167. Jean-Frédéric Schaub, *Le Portugal au Temps du Comte-Duc d’Olivares (1621-1640), le Conflit de Juridictions Comme Exercice de la Politique*, Casa Velázquez, Madrid, 2001; João Francisco Marques, *A Parenética Portuguesa e a Restauração 1640-1668: A Revolta e a Mentalidade*, II Vols., Porto, INIC, 1989; António Manuel Hespanha, “A Restauração Portuguesa nos Capítulos das Cortes de Lisboa de 1641”, *Penélope*, n.º 9/10, 1993, pp. 29-62; Fernando Dores Costa, *A Guerra da Restauração, 1641-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004;

⁹ Cf., Rui Ramos, “A causa da história do ponto de vista político”, *Penélope*, n.º 5, 1991, pp. 27-47; José Amado Mendes, “Caminhos e Tendências da Historiografia Portuguesa”, *História da História em Portugal: Séculos XIX-XX*, Luís Reis Torgal, José Amado Mendes e Fernando Catroga, vol. II – *Da Historiografia à Memória Histórica*, s.l., Temas e Debates, 1998, pp. 17-83.

¹⁰ Veja-se Joana Pinheiro de Almeida Troni, *A Casa Real Portuguesa ao Tempo de D. Pedro II (1668-1706)*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014, pp. 15-28. Exemplar policopiado.

tantes órgãos políticos do Portugal, também visto como o principal assento das mais relevantes figuras do reino: o Conselho de Estado¹¹.

Logo após a desvinculação da Monarquia Hispânica muitos homens colocaram a sua pena ao serviço da causa brigantina, tentando “justificar” a revolta segundo as perspectivas da tratadística política corrente na época, onde uma das ideias mais fortes é a de restauração política e institucional dos modelos políticos que existiam em Portugal no período anterior aos Habsburgos e que tinham sido jurados nas Cortes de Tomar em 1581¹².

Este período teve como uma das características mais marcantes o debate sobre os diversos modelos de poder político e o modo como este deveria ser exercido pela Coroa, dividindo a sociedade de corte em grupos antagónicos. Determinadas facções defendiam uma concepção política mais tradicional, com maior peso dos conselhos e tribunais, o que implicava mecanismos de envolvimento e participação da nobreza no processo de decisão política. Contrariando esta ideia surgem os partidários de um outro paradigma, profundamente ligado à Monarquia Católica de Filipe IV, onde o processo decisório era partilhado entre um conjunto reduzido de personalidades e as estruturas maiores, como os conselhos, eram substituídas por outras mais pequenas como as juntas, ou até por um valido. Pugnavam por uma maior rapidez de decisão política e, por conseguinte, o envolvimento de um menor número de pessoas ao longo do processo decisório, prevalecendo acima de tudo a *Razão de Estado*. Este, ao contrário do primeiro modelo, implicava mecanismos de afastamento.

A primeira fórmula, mais tradicional, estava em conformidade com uma das principais fundamentações do movimento de Dezembro de 1640: restauração das principais instituições políticas do Reino, num modelo governativo considerado tipicamente português que, desse modo, poderia assegurar melhor o governo dos vassallos. Neste modelo a coroa “compartilhava” algumas parcelas do seu poder com outros corpos importantes no seio da sociedade portuguesa. Desta maneira as decisões políticas eram “negociadas” entre estes corpos e o Rei. Os corpos estão personificados nas Cortes, nos conselhos e nos tribunais¹³.

Se houvesse um Rei natural, com uma corte situada não em Madrid mas sim em Lisboa, as hipóteses de participação no processo decisório eram bem maiores. Se fossem estas elites a “escolher” o seu Rei, eventualmente também

¹¹ Para uma análise mais desenvolvida sobre este órgão veja-se Maria Luísa Gama, *O Conselho de Estado no Portugal Restaurado – teorização, orgânica e exercício do poder político na Corte Brigantina (1640-1706)* [...], pp. 13-20. Veja-se também Miguel Dantas da Cruz, *Um Império de Conflitos: O Conselho Ultramarino e a Defesa do Brasil*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

¹² Cf. Pedro Cardim, “Política e identidades corporativas no Portugal de D. Filipe I”, *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, vol. I, FLUP, Porto, 2001, pp. 277-306.

¹³ Vide J. Vicens Vives, “A Estrutura administrativa estadual nos séculos XVI e XVII”, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*, António Manuel Hespanha (org.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 201-231.

poderiam mais facilmente manietá-lo e influenciar as suas decisões no que diz respeito aos destinos políticos do Reino.

Uma das formas mais interessantes de participação política seria através da integração nos diversos órgãos de governo e em cargos palatinos. Entre todos destaca-se o Conselho de Estado¹⁴, espaço que esteve permanentemente no centro do debate político, afirmando-se assim como um espaço privilegiado para a observação destes arquétipos em confronto, funcionando como um microcosmos das tensões entre estes modelos e da própria vida política portuguesa. Por um lado é visível a luta dos *grandes* para obter poder através da participação no Conselho de Estado, tentando afastar outros modelos, especialmente o valimento, considerado como exemplo de tirania. Por outro lado este órgão sente o pulsar das mais importantes decisões. Recebia correspondência diplomática, pareceres de outros conselhos, questões postas pelo Rei por intermédio do secretário de Estado. Um dos principais campos de acção do Conselho situava-se no domínio da política externa¹⁵ e, muitas vezes era neste campo que as lutas entre facções se definiam e eram mais visíveis.

Esta instituição, tal como foi estabelecida, era essencialmente um órgão de debate e de consulta que deveria auxiliar o Rei nas suas decisões. Mas precisamente por ser um espaço de debate tornava-se permeável às divergências entre os seus membros, aos interesses dos diversos grupos que estes representavam e às pressões de diversas parcialidades políticas, condicionando o debate, a decisão política e, por conseguinte, os rumos do poder e da governação. Os conselheiros nunca poderiam ser totalmente isentos ou livres de preconceitos e daí a formação de facções políticas que tentavam influenciar a decisão régia num ou noutro sentido.

Todavia, se num primeiro momento podemos pensar que cada facção aludia a um modelo político adverso em relação a outras, tal podia não se verificar no Portugal Brigantino. Dentro das mesmas parcialidades poderiam associar-se formas de pensar a política distintas e uma poderia prevalecer em relação a outras dependendo das conjunturas¹⁶. Consoante o momento político o Conselho poderia ter mais ou menos vitalidade e os seus conselheiros maior ou menor importância política.

Neste artigo procuramos abordar, ainda que sinteticamente, algumas das motivações políticas para a Restauração e perceber de que forma D. João IV procurou articular os diversos modelos governativos em presença no Portugal Restaurado, tendo em conta o seu relacionamento com o principal órgão da estrutura polissinodal portuguesa, o Conselho de Estado.

¹⁴ Vide Pedro Cardim, “A Casa Real e os órgãos centrais do governo de Portugal da segunda metade de seiscentos”, *Tempo*, vol. 7, n.º 13, 2002, p. 21.

¹⁵ Neste contexto veja-se particularmente Ana Leal Faria, *Arquitectos da Paz. A diplomacia portuguesa de 1640 a 1815*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.

¹⁶ Ângela Barreto Xavier, Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, p. 143.

II – A desvinculação de Portugal da Monarquia Hispânica: algumas considerações sobre modelos governativos

“Entre les évènements les plus considérables de notre siècle, la révolution arrivée en Portugal en 1640 m’a toujours paru digne d’une attention particulière. On n’a peut-être jamais vu dans l’histoire d’autre conjuration qu’on puisse nommer juste, soit que l’on regarde les droits du prince, l’intérêt de l’état, l’inclination du peuple, ou même les motifs de la plupart des conjurés”¹⁷.

Ao analisar o movimento restauracionista em Portugal, António Manuel Hespanha destacou uma ideia que nos parece crucial no nosso estudo, a qual também já tinha sido destacada por I. A. A. Thompson para outros espaços da *Monarquia Católica*: o carácter estruturante que a mutação política adquiriu, especialmente durante os reinados de Filipe III e Filipe IV e o facto de isso ter originado uma ruptura com o modelo governativo que tradicionalmente se considerava português.¹⁸ Estes monarcas optaram por uniformizar politicamente os diferentes espaços da Monarquia através da aplicação de um modelo tipicamente castelhano. Ou seja, um sistema governativo mais centralizado e com mais liberdade perante determinadas pressões corporativas, que teoricamente tornavam o governo do Reino mais eficaz¹⁹.

A união de Coroa trouxe algumas novidades no plano da constituição política do Reino²⁰. Algumas dessas novidades surgiram por via de uma expansão do modelo castelhano, outras por uma evolução natural do Estado. Neste ponto há que considerar como extremamente relevante a perda de influência por parte dos tradicionais mecanismos de comunicação entre o Rei e o Reino, entre os quais devemos destacar especialmente as Cortes²¹ e os Conselhos situados em Lisboa, como o de Estado e a Fazenda, mas também a interferência do Conselho de Portugal situado em Madrid. A interpretação que se fazia do seu papel na vida política do Reino transformou-se mediante a interligação entre estes dois tipos de inovações.

Para além das Cortes, também os Tribunais e os Conselhos funcionavam como representantes do corpo político do Reino. Todavia, com a crescente introdução do modelo castelhano a comunicação com estes corpos tornou-se cada vez mais morosa, o que deu o mote para se introduzirem alterações que

¹⁷ Cf. René Aubert Vertot, *Histoire des Révolutions de Portugal*, Paris, s.n., 1722, p.1.

¹⁸ Cf. I.A.A. Thompson “El Reinado de Felipe IV”, *Historia General de España y América*, Vol. VIII, Madrid, 1986, pp. 443-442.

¹⁹ Vide António Manuel Hespanha, “Portugal y la Política de Olivares” *Ensayo de análisis estructural en La España del Conde-Duque de Olivares*, J. Elliott, A. García Sanz (eds.), Valladolid, s.n., 1990, p. 61.

²⁰ António Manuel Hespanha, “O governo dos Áustria e a “Modernização” da constituição política portuguesa”, [...], pp. 50-73.

²¹ Vide António Manuel Hespanha, “Portugal y la Política de Olivares” [...], p. 61.

agilizassem a decisão política. Construiu-se um sistema cada vez mais hierarquizado, onde a “cabeça” do Reino tinha um número de membros cada vez mais limitado, e que asseguravam praticamente o controle de todo o Corpo.²² Estas alterações proporcionaram a introdução de um conflito entre os órgãos conciliares, como o Conselho de Estado e as estruturas comissariais, como Juntas e Secretarias, que se prolongou após 1640 e que está na base deste confronto entre modelos políticos²³.

Pensamos que este conflito é um ponto crucial na história política do Portugal Moderno, não só pela confrontação entre diferentes modelos, mas também porque conforme salienta António Manuel Hespanha:

“A opção por uma ou por outra forma de governo não era irrelevante no que diz respeito às lutas de poder, tanto as de âmbito mais vasto, como aquelas que tinham a corte como cenário. Nem deixavam de ter uma relação profunda com os objectivos de governo e com a forma de governar”²⁴.

O sistema conciliar era mais propício à decisão judicial. Este garantia a expressão de diversas opiniões, o que respeitava a natureza característica da decisão jurídica. Todavia, esta estrutura poderia dificultar a administração activa, que começava a requerer uma maior prontidão. Esta rapidez era uma das principais características dos órgãos mais individuais como as juntas ou secretarias mas não de conselhos, que se caracterizavam pela sua heterogeneidade e rivalidades tanto pessoais como políticas²⁵.

Um dos motivos para a ampla base de aceitação que Filipe II teve entre a aristocracia portuguesa deveu-se ao facto de preservar a casa real portuguesa e de manter no seu serviço boa parte das principais figuras da Corte de Lisboa²⁶. Também houve a promessa de manter o tradicional esquema político português, assente nas Cortes, nos Tribunais e nos Conselhos, que eram povoados pelos membros das principais famílias aristocráticas do Reino²⁷. Esta foi uma forma de sossegar e ao mesmo tempo prestigiar as principais figuras do Reino tomando-as no serviço de importantes cargos políticos e palatinos, e por conseguinte situando-as no centro do poder²⁸. A expectativa das elites políticas e dirigentes portugue-

²² Idem, *ibidem*, pp. 62-63.

²³ Veja-se, entre outros, António Manuel Hespanha, “As Estruturas Políticas em Portugal na Época Moderna”, *História de Portugal*, org. de José Tengarrinha, Lisboa-São Paulo, Instituto Camões – EDUSP – EDUSC, 2001, pp. 139-166.

²⁴ António Manuel Hespanha, “Portugal y la Política de Olivares” [...], p. 67.

²⁵ Idem, *ibidem*, pp. 67-69.

²⁶ Fernando Bouza Álvarez, *D. Filipe I*, Mem Martins, Círculo de Leitores – Centro de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2005, pp. 176-177.

²⁷ Nuno Gonçalo Monteiro, “Portugal na Monarquia dos Habsburgo (1580-1640)”, *História de Portugal*, coord. de Rui Ramos, 2.^a ed., Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p. 278.

²⁸ Sobre as estratégias de manutenção do poder e de controlo das elites nacionais e locais por

sas, em torno da obtenção de grandes benefícios políticos, simbólicos e patrimoniais foi decisiva para a aclamação do Rei *Católico* nas Cortes de Tomar.

Após a morte do Rei este panorama alterou-se ligeiramente, com o desenvolvimento de uma nova forma de governo político na Monarquia Católica: o valimento. Durante os anos seguintes a casa real portuguesa perdeu gradualmente a sua importância inicial, tal como muitos dos principais órgãos políticos e até mesmo o Conselho de Portugal atravessaria várias crises ao longo da sua existência. Houve um afastamento por parte da nobreza portuguesa do centro de decisão política, que continuou durante o reinado seguinte, embora boa parte da alta aristocracia tivesse permanecido em Madrid²⁹. Nessa altura os sintomas do mal-estar foram dirigidos sobretudo contra o valido e não contra o Rei.

Por outro lado, o descontentamento que surgiu no seio da aristocracia portuguesa que vivia fora de Madrid foi encetado, em parte, pelo afastamento do centro político, ou seja, da Corte, e por conseguinte dos principais órgãos palatinos e governativos, que significavam um dos principais meios que estes homens tinham de exercer o seu poder. O afastamento da Corte e a introdução de novos métodos governativos como o valimento ou pequenas juntas significaram a introdução de cenários de exclusão, que afastava a nobreza do seu meio natural, para além de que significava o desrespeito pelas suas tradicionais prerrogativas.

Foi especialmente a partir da primeira década do século XVII que a oposição entre diferentes modelos governativos se agravou, não só porque o Rei e os seus ministros tinham estilos diferentes, mas especialmente por causa do ritmo de evolução da conjuntura política. Havia uma maior urgência das respostas e a necessidade de uma política mais uniforme, onde o poder central passou a ser encarado de um modo diferente. A multiplicação de juntas foi um dos sinais mais evidentes deste facto.

Parte da alta aristocracia portuguesa tinha sido incluída nos ofícios da Casa Real e na Administração da Monarquia Católica. Estes homens viviam em Madrid, onde naturalmente conquistavam com maior facilidade o favor régio, beneficiando desta forma de diversos tipos de mercês às quais não teriam acesso se tivessem optado por permanecer no Reino. Em contraste com esta imagem situava-se parte da média/baixa nobreza portuguesa, que tinha ficado em Portugal, nas suas *Cortes de Aldeia*. Foi do interior deste grupo que nasceu a ideia da revolta³⁰. O Duque de Bragança seria a escolha mais natural para encabeçar o

parte dos Habsburgos, entre 1580 e 1640 veja-se Rute Pardal, *As Elites de Évora ao Tempo da Dominação Filipina – Estratégias de Controlo do Poder Local (1580-1640)*, Lisboa, Edições Colibri – CIDEHUS, 2007.

²⁹ Para algumas destas questões veja-se Jean-Frédéric Schaub, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580-1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001; Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no Tempo dos Filipes. Política, Cultura e Representações (1580-1668)*, Lisboa, Edições Cosmos, 2000.

³⁰ Rafael Valladares, *A Independência de Portugal: Guerra e Restauração 1640-1680 [...]*,

grupo dos descontentes, apesar da sua *casa* ter tido várias benesses por parte do Rei *Católico*³¹.

Foi durante o contexto da chamada “União de Armas” que se desenharam as primeiras grandes reformas *Olivaristas* em Portugal, e talvez as primeiras desde o início da União Dual³². Mais concretamente a partir de 1627 gizou-se um projecto específico para Portugal que, todavia, não teve concretização imediata e foi adiado por diversas vezes. Este plano de reformas também incluía alterações fiscais e no Governo do Reino, o Conde de Basto não conseguiu implementar o plano reformista, sendo por isso substituído pela Duquesa de Mântua, devidamente auxiliada por um secretário de estado em Lisboa, Miguel de Vasconcelos e por um outro, com grande experiência política, no Conselho de Portugal, Diogo Soares³³.

A duquesa viria a revelar-se um bom instrumento da política *Olivarista* em Portugal, defendendo as reformas que o valido preconizava. A nobreza portuguesa, especialmente a que estava longe de Madrid, procurou proteger-se das inovações e reformas *Olivaristas*, de forma a conseguirem manter intactos os privilégios que ainda conservavam longe da Corte.

Iniciou-se um processo de debate sobre a forma de governo, mas também aqueles que nele deveriam ter lugar e os grupos que deveriam ocupar os postos de governação superiores da monarquia: grande nobreza, fidalguia, letrados ou não. Os nomes de Miguel de Vasconcelos e Diogo Soares, para além de surgirem como os símbolos da política *Olivarista* em Portugal, eram também encarados pela facção opositora ao Conde-Duque como homens sem estatuto social adequado aos altos cargos que ocupavam na arquitectura dos poderes³⁴.

A oposição à política *Olivarista* proveio tanto das grandes famílias, que anteriormente se haviam fortalecido através de alianças com outras famílias hispânicas, designada como “parcialidade infecta”³⁵, mas também de figuras de

p. 27.

³¹ A grande excepção no seio deste panorama foi efectivamente o Duque de Bragança, que continuou a usufruir de diversas mercês régias, que transformaram Vila Viçosa na sede de uma das mais destacadas casas nobres da Península Ibérica, que ainda tinha o efeito de distinguir o Duque de Bragança no seio do grupo dos Grandes, algo que provavelmente não aconteceria se residisse permanentemente em Madrid. A título de exemplo vejam-se as grandes benesses concedidas a quando do casamento do Duque D. João II com D. Luísa. Cf. Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754). Poderes, Instituições e Relações Sociais*, Dissertação de Doutoramento Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, IV Vols., 1999, pp. 27-58. Exemplar Policopiado.

³² J.H. Elliot, *El Conde-Duque de Olivares*, Barcelona, Crítica, 2004, pp. 282-317.

³³ António de Oliveira, *Movimentos Sociais e Poder em Portugal no século XVII*, Coimbra, Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, p. 11.

³⁴ Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no Tempo dos Filipes [...]*, pp. 251-256.

³⁵ Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, Mem Martins, Círculo de

uma nobreza mais baixa, que procuravam obter protagonismo e assim tentavam modificar a conjuntura política, para a revertê-la numa situação que fosse mais favorável aos seus interesses e ascensão política e social³⁶.

Depois das alterações de Évora, anteendo o perigo de novas revoltas e sabendo da contestação à forma de governo, Madrid resolveu avançar com novas directrizes políticas, que visavam torná-lo mais eficaz, para que Lisboa se tornasse mais “obediente” às medidas tomadas na corte³⁷. Este novo programa sócio-político parecia colocar o governo ao lado do “povo oprimido”, procurando de certo modo exteriorizar um sentimento anti-nobiliárquico, que pode também estar patente na escolha de nobres não naturais do Reino para ocupar o lugar de Vice-Rei³⁸.

A crise que atravessou a União Ibérica não residiu apenas numa política mais autoritária por parte da coroa, na qual estavam inseridos muitos portugueses que trabalhavam na administração da Monarquia. Relaciona-se também com diversos aristocratas que, precisamente a partir da corte, se esforçavam por instrumentalizar o favor régio em seu benefício e naturalmente colocá-lo fora do alcance de possíveis rivais³⁹. O grupo contra o qual pugnavam situava-se nos portugueses de última geração, de uma média ou baixa nobreza que se tinham estabelecido nas províncias e foi precisamente deste grupo que brotou a Restauração.

O “Estatuto de Tomar”⁴⁰ foi quebrado de diversas formas, desde logo pela “tirania fiscal” que se abateu sobre os súbditos portugueses, oprimindo-os e escravizando-os⁴¹. Foram concedidas mercês e ofícios a homens não naturais do Reino e o Vice-Reinado concedido também a estrangeiros. O Conselho de Portugal foi esquecido, tal como outras instituições do Reino, típicas do governo polissinodal, eram pouco escutadas e perdiam importância face a outras instâncias, nomeadamente face aos secretários, símbolos máximos dessa *tiranía*. A *tiranía* manifestava-se igualmente na ausência de diversos preceitos da justiça régia, que implicavam a ausência da participação de diversos membros do *Corpus Politicum*, como justificação para uma maior agilidade no processo decisório. O Valido passou a funcionar como um intermediário nas relações entre o Reino e o Rei, substituindo

Leitores, 2006, pp. 90-91.

³⁶ Jean Frédéric Schaub, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580- 1640)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 149-174; Fernando Bouza Álvarez, *Portugal no Tempo dos Filipes [...]*, pp. 207-256.

³⁷ Idem, *ibidem*, p. 697.

³⁸ Idem, *ibidem*, p. 699.

³⁹ Cf. Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, p. 329.

⁴⁰ Vide Nuno Gonçalo Monteiro, “Portugal na Monarquia dos Habsburgo (1580-1640), *História de Portugal*, de Rui Ramos (coord.), 2.^a ed., Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, pp. 275-279.

⁴¹ Veja-se, entre outros, João Francisco Marques, “Problemática da Tirania de Facto e de Exercício e a Dominação Filipina”, *A Parenética Portuguesa e a Restauração [...]*, pp. 32-83

e ultrapassando as competências que por direito próprio pertenciam aos Conselhos. Estamos convictos de que esta alteração dos estilos governativos, que contrariavam os preceitos estabelecidos nas Cortes de Tomar e que não respeitavam o estilo governativo tradicional português, contribuiu decisivamente para a revolta de 1640, embora esta se ligue a outros importantes factores, nomeadamente fiscais, ultramarinos e económicos⁴².

Conforme Leonor Freire Costa e Mafalda Soares da Cunha afirmaram na mais recente biografia de D. João IV, boa parte daqueles que criticaram Olivares durante a década de trinta do século XVII, não tinham como objectivo a cisão política, mas sim “o retorno às formas de governo tradicionais do Reino de Portugal e da própria Monarquia católica”,⁴³ uma restauração das fórmulas políticas expressas nos tratados neo-escolásticos⁴⁴ sem o excessivo poder do valido e da sua clientela⁴⁵.

No fundo, para além de outras motivações que certamente teriam⁴⁶, estes homens que aclamaram o Duque de Bragança como Rei de Portugal em Dezembro de 1640 pretendiam consolidar a sua posição social e económica através do acesso a mercês régias, das quais não beneficiavam por estarem longe de Madrid. Só com um Rei novamente instalado em Lisboa esse acesso seria possível, nomeadamente através dos ofícios palatinos e de cargos com efectiva intervenção política, como o caso do Conselho de Estado⁴⁷.

III – O modelo polissinodal de D. João IV: uma restauração política?

“E Porque os Conselheiros de Estado, que o direito chama a mesma cousa

⁴² Vide Juan Gil, “Balance de la Union Iberica. Exitos y Fracazos”, *A União Ibérica e o Mundo Atlântico*, coord. de Maria da Graça M. Ventura, Lisboa, Edições Colibri, 1997, pp. 367-383; Catarina Madeira Santos, “Tensions politiques et stratégies administratives. La gestion financière d’une époque de crise: Portugal, 1620-1640”, *Les Figures de l’administrateur. Institutions, Réseaux, Pouvoirs en Espagne, France et Portugal*, Robert Descimon, Jean-Frédéric Schaub, Bernard Vincent (eds), Paris, EHESS, 1997, pp. 121-132.

⁴³ Cf. Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, pp. 38-39

⁴⁴ Veja-se Margarida Seixas, *Segunda Escolástica e Restauração – Contributo para o Estudo da Influência da Escola Peninsular na Justificação Político-Jurídica Restauracionista (1640-1668)*, Lisboa, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2002.

⁴⁵ “Os Reis antigos portugueses, com excelente exemplo, nunca admitiram, em paço e corte, guarda ou valido, ficando do amor dos vassallos a segurança da sua vida e da verdade dos ministros e da sua consciência.” Vide D. Francisco Manuel de Melo, *Tácito Português. Vida e Morte, dittos e feytos d’ El Rey Dom João IV de Portugal*, Pref. e leitura do manuscrito por Raul Rêgo, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1995, p. 86.

⁴⁶ Os grupos de oposição à política seguida pela Monarquia Católica nas últimas décadas eram profundamente complexos e até divergentes entre si, por isso, e apesar da oposição, nem sempre os objectivos foram coincidentes, levando à criação de diferentes grupos oposicionistas. Vide Cf. Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, p. 327.

⁴⁷ Vide Rafael Valladares, *op. cit.*, 277

com os Reis, e verdadeiras partes de seu corpo, tem mais precisa obrigação, que todos os outros Ministros meus, de me ajudar, servir, e aconselhar, com tal cuidado, zelo e amor, que o governo seja muito o que convém ao serviço de Deus, conservação de meus Reinos, e beneficio comum e particular dos meus vassallos, lhes encomendo, o mais apertadamente que posso, me advir-tam com toda a liberdade tudo quanto lhes parecer necessário para se conse-guir este fim, que sumamente desejo guardar no em que hoje se poderem acomodar os regimentos antigos do Conselho de Estado, em quanto eu lh'o não dou de novo, de como hão de proceder”⁴⁸.

O parágrafo introdutório do regimento dado por D. João IV ao Conselho de Estado em 1645 é particularmente interessante pois deixa antever a importância que o *Conselho* e o acto de *aconselhar* tinham na teoria política do período moderno. Esta ideia é deveras relevante pois dá-nos conta do peso dos conse-lheiros dentro da organização política, situando-os dentro do *Corpo do Rei*, uti-lizando deste modo uma ideia muito cara ao pensamento moderno: a associação, comparação e identificação entre o corpo humano e o corpo político.

O príncipe para garantir o equilíbrio do corpo deveria respeitar as caracte-rísticas e os privilégios de cada uma das suas partes⁴⁹. Todas elas deveriam ser consultadas antes da decisão final da *cabeça* ser tomada, para que a harmonia social fosse mantida⁵⁰. A justiça deveria ser o fim último da governação⁵¹, alian-do a si a prudência na “capacidade de distanciação dos eventos e a aplicação da melhor situação política a cada situação”⁵². A prudência régia deveria ser orientada no sentido da consulta aos outros membros do corpo concebidos para esse fim, para que a tomada de decisão garantisse o “bem estar” e “saúde” do *corpus politicum*⁵³. Nesta época a prudência é indissociável da justiça e o conselho reside como um dos principais objectos desta, que estaria presente através de bons ministros, auxiliares do Rei nas tarefas governativas⁵⁴.

⁴⁸ “Regimento do Conselho de Estado”, José Justino de Andrade e Silva, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1640-1647*, Lisboa, Imprensa de J.J.A.Silva, 1856, pp. 269-271.

⁴⁹ Sobre este assunto, veja-se, entre outros, “La Monarchie Mixte, ou la Souveraineté Partagée”, Arlette Jouanna, *Le Devoir de Révolte – La Noblesse Française et la Gestation de l’État Moderne (1559-1661)*, Paris, Fayard, 1989, pp. 281-312.

⁵⁰ Vide Luís Ramalhosa Guerreiro, *La Représentation du Pouvoir Royal à l’Age Baroque Portugais (1687-1753)*, Vol. III, Thèse de Doctorat en Histoire, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 1995, p. 43. Exemplar Policopiado.

⁵¹ Ângela Barreto Xavier, “*El Rei aonde pôde & não aonde quer*”. *Razões da Política no Portugal Seiscentista*, Lisboa, Edições Colibri – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998, p. 138.

⁵² Idem, *ibidem*, p. 141.

⁵³ Lorenzo Ramírez de Prado, *Consejo y Consejero de Príncipes*, Madrid, Luis Sanchez, 1617, p. 15.

⁵⁴ “Verdade é que, quando as Monarquias são dilatadas, e o tempo não permite que possa o Príncipe atender por si em seus Reinos a administração da justiça, então necessita valer-se

Segundo D. Francisco Manuel de Melo, no seu *Tácito Português*, nos Reinos de Espanha os Monarcas aconselhavam-se indiscriminadamente com as pessoas que os seguiam, especialmente com os *comes* e mais tarde com os Bispos. Com o passar dos tempos o Rei não se aconselhava apenas com estes. Porém, por norma tanto Condes como Bispos tinham sempre a dignidade de Conselheiros. Assim, conforme o Rei tinha necessidade dividia os seus conselheiros por áreas, em “atenção a seus talentos, estudos e experiência, uns para aconselharem na Justiça, outros no Estado, outros na Guerra, outros na Fazenda”⁵⁵.

Data de 8 de Setembro de 1569 o regimento criador do Conselho de Estado enquanto órgão governativo e estrutura do governo polissinodal português⁵⁶. É a primeira estrutura conciliar criada em Portugal, precedendo em algumas décadas o Conselho da Fazenda⁵⁷.

A Restauração não trouxe de início alterações significativas à estrutura administrativa portuguesa. Segundo D. Francisco Manuel de Melo, D. João IV teria sido aconselhado pelo Secretário Francisco Lucena a não alterar demasiado a estrutura governativa, o que implicava não conceder demasiadas mercês aos aclamadores nem retirar escandalosamente ofícios a oficiais da coroa. Assim, não gerava a revolta de possíveis oficiais destituídos e poderiam manter alguns dos aclamadores na expectativa de recompensas⁵⁸.

Logo após a acalmação, o novo Rei deu ordens para que os Tribunais do Reino continuassem em exercício. A continuidade legislativa foi igualmente garantida através da confirmação das Ordenações Filipinas, tal como boa parte

de ministros e diferença de tribunais, em que estejam repartidos segundo a qualidade dos negócios e tenham breve expedição. É contudo de grande importância que o rei assista algumas vezes por si mesmo nos tribunais, principalmente no de estado, no do Reino, no de guerra, na Relação, por que com sua presença tenham os despachos vida, e na expedição das causas aos pretendentes e pleiteantes, a qual assistência no luzimento nas ocasiões de piedade, que realce a opinião que se tem do Príncipe qualificada com as obras públicas, com que se faz mais amável; e, nas matérias de justiça, em que o que der lugar, porque será menor inconveniente que com a execução da lei se refreiem os impulsos dos que delinquem, que não lhes sirva aos transgressores a muita piedade de estribo para seus males, vendo que não se castigam, e usarem mal da benignidade do Príncipe; e havendo de haver extremo, sempre se assegura melhor pela parte da justiça, sem a qual não é possível que o Reino se conserve.” Cf. António de Freitas Africano, *Primores Políticos e Regalias do Nosso Rei*, Lisboa, Principia, 2005, pp. 69-70.

⁵⁵ D. Francisco Manuel de Melo, *Tácito Português* [...], p. 125.

⁵⁶ BNP, Cod. 749, fls. 27-27v.

⁵⁷ Jean Frédéric Schaub, *Portugal na Monarquia Hispânica (1580- 1640)* [...], p. 28.

⁵⁸ “El-Rei, aconselhado do secretário Lucena, elegeu pela primeira e mais conveniente máxima não tirar ofício nem fazer mercê. Como primeiro lhe parecesse, assegurava os ânimos dos ocupados; e com o segundo, que seria mais fiel a esperança que a conformidade dos súbditos.” Cf. D. Francisco Manuel de Melo, *Tácito Português* [...], p. 90.

das leis e regimentos anteriores⁵⁹. Face à difícil conjuntura era urgente organizar o aparelho estatal deixado pelos Habsburgos e tentar adaptá-lo a uma nova realidade. Era necessário tomar, desde logo, um grande conjunto de medidas, não só para fazer face à guerra que se avizinhava, mas também para garantir a sustentação política da nova dinastia e evitar possíveis opositores internos⁶⁰.

No período iniciado em 1640 assistiu-se a uma necessidade reformular esse sistema governativo, pois num período de guerra e em que é necessário legitimar a dinastia tornava-se ainda mais necessário fortalecer o Estado, arma-lo convenientemente. Para isso D. João IV procedeu uma reforma institucional deste, através da criação de novos órgãos centrais e da reformulação de outros previamente existentes⁶¹, procurou fortalecer o sistema polissinodal e satisfazer os anseios daqueles que o defendiam. Os novos órgãos tiveram como base institucional alguns dos organismos existentes na Monarquia Hispânica e utilizaram na sua composição alguns dos seus antigos oficiais⁶².

Data de 11 de Dezembro 1640 a criação do Conselho de Guerra, que teria o seu primeiro regimento durante o ano de 1643. A criação deste Conselho não constituiu uma novidade plena, pois apesar de nunca ter tido lugar na arquitectura de poderes anteriores ao início da dinastia filipina, a verdade é que um Conselho idêntico existia há muito em Castela, tendo estado desde sempre intimamente associado ao Conselho de Estado⁶³. Este Conselho tinha a superintendência de todas as actividades militares que até 1668 se prenderam quase exclusivamente com a Guerra da Restauração. Para além dos assuntos de cariz estratégico e estritamente militar, também se debatia a gestão dos dinheiros arrecadados para a guerra, bem como o dinheiro necessário para o pagamento soldos ou despendido nas diversas operações realizadas nas províncias.

Segundo D. Francisco Manuel de Melo, o Conselho de Guerra foi criado contra a vontade de D. João IV, que por isso mesmo nunca teria mostrado gosto em assistir às reuniões do mesmo, o que lhe causaria ao longo do tempo vários atritos com os conselheiros. Para este autor, o Conselho de Guerra teria sido criado por vontade de alguns sectores da nobreza, que ainda não tendo assento no Conselho de Estado pretendiam através deste novo tribunal um acesso mais rápido

⁵⁹ Vide Luís Reis Torgal, “Restauração e “Razão de Estado”, *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º9/10, 1993, p. 163.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 163.

⁶¹ Sobre este assunto veja-se Marcello Caetano, “O Governo e a Administração Central após a Restauração”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. III, Lisboa, s.n., 1940, pp. 189-198.

⁶² Fernando Dores Costa, *Insubmissão: Aversão ao Serviço Militar no Portugal do Século XVIII*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010, p. 32.

⁶³ Sobre este assunto veja-se Fernando Dores Costa, *A Guerra da Restauração, [...]*, pp. 24-26; *Insubmissão [...]*, pp. 32-37.

às matérias do Estado e por conseguinte aos lugares políticos mais importantes⁶⁴. Alguns membros queixavam-se da pouca consideração que o Rei tinha por este órgão e os conflitos sucederam-se, até que D. João IV decidiu encerrá-lo entre 4 e 22 de Dezembro de 1643 para proceder a algumas reformas. Data desse mesmo dia o seu regimento e dois dias depois foram nomeados novos membros.

A criação e consequente reforma do Conselho de Guerra acentuaram, quanto a nós a importância do Conselho de Estado dentro do sistema polissinodal, bem como a sua primazia sobre outros órgãos, reforçada pela inerência automática dos Conselheiros de Estado no Conselho de Guerra e da consequente precedência sobre aqueles que eram unicamente Conselheiros de Guerra⁶⁵.

O Conselho da Fazenda também sofreu algumas alterações pouco tempo após a Restauração. Uma das mais importantes foi o aumento do número de vedores para três, pois até aí apenas um só homem detinha o cargo. Assim tentava-se dotar o Conselho de maior eficácia, não só nas questões ligadas ao Reino mas também ao Ultramar.

Tendo em conta a conjuntura os problemas ultramarinos foram uma constante nas preocupações de D. João IV. Para os tratar com maior especificidade criou-se o Conselho Ultramarino, que seria dotado de regimento a 14 de Julho de 1642, no que se observou alguma continuidade com o Conselho das Índias, que criado no início do século teve, no entanto, uma curta duração.⁶⁶ Este novo conselho deveria ocupar-se de todas as matérias tocantes ao Brasil, África, Oriente, Ilhas Atlânticas e naturalmente o Estado da Índia. Pelo conselho deveria ainda passar toda a correspondência entre o Reino e partes ultramarinas, nomeadamente com Vice-Reis e Governadores, o que por vezes gerou vários atritos com outros Conselhos. Todavia, só começou a funcionar com regularidade quase dezoito meses mais tarde, por via de alguns problemas que se colocaram depois da atribuição do regimento, possivelmente devidos a lutas palacianas em torno da ocupação de lugares no novo Conselho⁶⁷.

Até à criação deste Conselho a grande maioria das questões ultramarinas

⁶⁴ “Informado destes antecedentes, El-Rei D. João constituiu um novo Conselho de Guerra. Dizia-se que mais a rogo daqueles que o pretendiam que por seu próprio ditame, porque como o Conselho de Estado era o último onde chegavam os maiores, aqueles que logo o seguiam e podiam conseguir, desejavam ter um tribunal em que se capacitassem para o Supremo; e entretanto exercitassem a ambição do mando, e comum a todos os homens, e mais aos portugueses que he provém do coração de que são animados.” D. Francisco Manuel de Melo, *Tácito Português [...]*, p. 126.

⁶⁵ “Regimento do Conselho de Guerra”, José Justino de Andrade e Silva, *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1640-1647*, Lisboa, Imprensa de J.J.A.Silva, 1856, p. 10.

⁶⁶ Criado em 1604 seria extinto anos mais tarde, em 1614.

⁶⁷ Sobre este processo veja-se particularmente Edval de Sousa Barros, *Negócios de Tanta Importância. O Conselho Ultramarino e a disputa pela condução da guerra no Atlântico e no Índico (1643-1661)*, Lisboa, CHAM, 2008, pp. 83-128.

foi tratada no seio do Conselho da Fazenda, como aliás se pode observar pela organização do arquivo desta instituição no *Arquivo Histórico Ultramarino*, em Lisboa.

Durante o ano de 1642 teve ainda lugar a criação de um outro órgão, com intervenção directa em questões fiscais e que viria a limitar as Cortes nalgumas matérias que eram da sua competência: a Junta dos Três Estados⁶⁸. Durante estes primeiros anos de reinado outros órgãos importantes da estrutura governativa, como os tribunais, também foram objecto de modificações por parte de D. João IV, nomeadamente, o Desembargo do Paço e a Casa da Suplicação.

Durante estes primeiros anos o papel da nobreza seria também valorizado, não só pelos tratados, mas também pelo papel que viria a assumir nesta conjuntura que se traduziu desde logo na alteração do modo de vida destas elites, que culminou na adopção de Lisboa como local de residência permanente, para assim estarem próximos da assistência ao Rei, tanto nos ofícios palatinos como nos principais órgãos governativos⁶⁹, pois a residência do Rei tornou-se no epicentro da política portuguesa pós-Restauração⁷⁰.

A Restauração trouxe consigo uma aparente reforma administrativa, que para além de outras funções pretendia pôr cobro à crise política iniciada com a conspiração de 1641⁷¹ e que iria depor Francisco Lucena em 1643. A conspiração que levou à execução do secretário é particularmente importante pois insere-se na disputa que se travava entre diferentes estilos governativos e que acentuou, por parte da alta aristocracia, a necessidade de reformas no sistema polissinodal, de modo a fortalecer o poder dos Conselhos. Esta reforma teve como culminar o novo regimento atribuído ao Conselho de Estado em 1645, pois ao criar novos órgãos e delimitar-lhes diferentes competências, seria importante olhar para o órgão político por excelência, o topo da hierarquia conciliar e acentuar devidamente as suas competências.

⁶⁸ Fernando Dores Costa, *A Guerra da Restauração, [...]*, p. 27.

⁶⁹ Portugal não constituiu excepção às restantes cortes europeias, onde idêntico processo decorreu, encabeçado pela Corte francesa. Cf. Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, “As Grandes Casas”, *História da Vida Privada em Portugal*, José Mattoso (ed.), vol. II – *A Idade Moderna*, Nuno Gonçalo Monteiro (coord.), s.l., Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2010, p. 207; Nuno Gonçalo Monteiro, “A Corte, as Províncias e as Conquistas: Centros de Poder e Trajectórias Sociais no Portugal Restaurado (1668-1750)”, *O Barroco e o Mundo Ibero-Atlântico*, coord. de Maria da Graça Mateus Ventura, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 24-27.

⁷⁰ Cf. Pedro Cardim, “A Corte Régia e o Alargamento da Esfera Privada”, *História da Vida Privada em Portugal*, José Mattoso (dir.), vol. II – *A Idade Moderna*, Nuno Gonçalo Monteiro (coord.), s.l., Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2010, pp. 195-196.

⁷¹ Sobre este assunto veja-se Mafalda Noronha Wagner, *A Casa de Vila Real e a conspiração de 1641 contra D. João IV*, Lisboa, Edições Colibri, 2007.

IV – 31 de Março de 1645: um novo regimento para o Conselho de Estado

O regimento atribuído por D. João IV em 1645, tal como de 1569, não nos oferece muitas informações sobre o funcionamento quotidiano do Conselho de Estado. Porém, este regimento trouxe algumas alterações em relação aos anteriores, desde logo através de uma melhor definição das competências do órgão, tendo D. João IV determinado que este servisse para “as matérias do se serviço que se ofereciam, em ordem bom governo de seus Reinos, assim na paz como na guerra, conservação e autoridade do Estado Real”⁷², retirando deste modo as matérias tocantes à fazenda, que tinham sido contempladas por D. Sebastião a 8 de Setembro de 1569.

Embora estivesse estabelecido que o conselho deveria reunir uma vez por semana, especialmente à segunda-feira, pelas três horas da tarde, também se salientava que deveria reunir sempre que necessário, não havendo assim restrições ao número de reuniões. Todavia, em relação ao regimento de 1569 há uma alteração significativa, uma vez que este estipulava que o número de reuniões deveria fixar-se em três por semana. Esta diminuição deverá explicar-se através da multiplicação de órgãos conciliares, o que permitiria que ao Conselho de Estado tocassem matérias mais específicas, não sendo necessário tanto tempo para debater matérias tocantes a outros conselhos.

O regimento também estabelecia que seria o Secretário de Estado quem traria os assuntos a tratar e depois levaria ao Rei as deliberações tomadas pelos conselheiros. Depois de analisados os votos e pareceres o Rei tomaria nota da sua decisão à margem do assento e esta seria comunicada no Conselho de Estado seguinte. Os conselheiros poderiam deliberar oralmente ou por escrito. Estas deliberações de voto eram peça importante no decreto joanino, pois garantiam a liberdade do conselheiro, principalmente se fossem transmitidas por escrito. Uma das críticas feitas à política de Filipe IV e do seu valido era precisamente a manipulação das consultas, tanto por parte de alguns conselheiros como de secretários⁷³. Os conselheiros poderiam tecer algumas advertências ao Rei, das quais se deveria tomar assento num livro específico para tal para depois serem igualmente assinadas pelos conselheiros.

⁷² Regimento do Conselho de Estado, José Justino de Andrade e Silva, *op. cit.*, p. 270.

⁷³ “[...] os Reys antigos deste Reyno, e ainda os de Castella antez do governo do Conde de Olivarez, escrevião aos do Conselho sobre as matterias graves, e ouvião seus pareceres, e sem as circunstancias de escriptos serrados, [...] avizando em casa do Marquez de Castello Rodrigo e que o introduzirsse secratrio no ultimo governo de Castella, fora huma das sem razoens daquelle Ministro, que aquelle modo de Governo era de Tiberio, que nenhuma couza havia tam prejudicial aos serviços dos Reys que não quererem ouvir os Concelhos, e Ministros juntos, porque assim comferidas as materias, e ouvindo os Ministros as Razoens dos outros se encaminhavão, e acertavão melhor os negócios”. Veja-se, entre outros, ANTT, *Manuscritos da Livraria*, 170, “Assento do Conselho de Estado, sobre o modo, com que se havia de votar no mesmo Conselho”.

Finalmente o Rei recomendava que os Conselheiros votassem com toda a liberdade possível, porque:

“tem mais precisa obrigação, que todos os outros Ministros meus, de me ajudar, servir, e aconselhar, com tal cuidado, zelo e amor, que o governo seja muito o que convém ao serviço de Deus, conservação de meus Reinos, e benefício comum e particular dos meus vassallos”⁷⁴.

O Conselho de Estado, ao contrário de outros conselhos e tribunais não tinha um presidente, pois pressupunha-se que sendo o principal órgão político a presidência caberia ao próprio Rei, embora o regimento também não estipulasse a obrigatoriedade do órgão reunir na sua presença. Tal desiderato também não foi previsto em 1569, embora se fizesse referência a um conselheiro-presidente, que seria eleito rotativamente, cabendo uma semana a cada um⁷⁵.

Quanto ao número de membros não há uma definição concreta, pois apenas se diz que “quais e quantos estes hão de ser, assentarão entre si os Conselheiros: e o que nesse particular assentarem se cumprirá”⁷⁶. Ou seja, o Rei deixava ao critério dos seus conselheiros o número de membros que este órgão deveria ter, o que nos parece uma prerrogativa extremamente importante na gestão do mesmo. Não sabemos concretamente se os homens que aí tinham assento usaram dela muitas vezes, dando-lhe um sentido iminentemente prático ou se esta formulação seria apenas teórica, sem concretização efectiva. Através da documentação conhecida percebe-se que é o Rei quem determina a nomeação de novos conselheiros e na documentação que consultámos não encontramos pedidos feitos pelo Conselho para que fossem nomeados novos membros, não sendo contudo de excluir que tal tenha acontecido, especialmente nos primeiros anos após a Restauração.

V – O Conselho de Estado: decisão política e conflituosidade no Portugal Restaurado

Tal como tivemos oportunidade de salientar anteriormente, boa parte dos tratados políticos de seiscentos e setecentos apontaram para a necessidade de todas as partes do corpo estarem em harmonia, obedecendo naturalmente à cabeça (o Rei), mas sendo consultadas por ela. O Rei, mesmo *Absoluto*, não deveria deter em si a exclusividade do poder⁷⁷ este alargava-se a outras instâncias políticas, institucionais e administrativas, também elas providas de deveres e direitos muito

⁷⁴ “Regimento do Conselho de Estado”, José Justino de Andrade e Silva, *op. cit.*, p. 270.

⁷⁵ Idem, *ibidem*, p. 270.

⁷⁶ Idem, *ibidem*, p. 270.

⁷⁷ G. Oestreich, “Problemas Estruturais do Absolutismo Europeu”, *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*, António Manuel Hespanha (org.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 180-200.

específicos, com competências delineadas que deveriam ser respeitadas sem atropelos à sua jurisdição e autonomia⁷⁸. Os Conselhos, como importantes unidades políticas tinham essas mesmas características, o que os tornavam fulcrais na arquitectura do poder político na época moderna. Porém, é preciso recordar que as instituições não são estanques e por isso não eram raras as vezes que na defesa da sua esfera de influência e dos seus direitos, se verificavam conflitos e ingerências entre diferentes membros do *Corpo*, que detinham campos de actuação bastante próximos e por vezes quase indistintos.

Certamente que no período pós-revolta se esperaria uma consolidação do poder dos conselhos e tribunais, num regresso a uma política mais tradicional e um enfraquecimento de fórmulas governativas compostas por juntas ou secretários com forte poder, que lembravam perigosamente Filipe IV e o *Olivarismo*, mas tal não foi lícito no Portugal Restaurado. Nesta luta pela participação no processo de tomada de decisão e de preponderância política na Corte de Lisboa, para além de Conselhos e Secretarias haveria ainda um outro vector, o mais importante, o Rei. À cabeça do corpo cabia gerir o poder de cada membro e a forma como deveria intervir ou não no governo, “respeitando” sempre a importância da sua função.

Esperava-se que D. João IV, cabeça do corpo político, “partilhasse” o seu poder com os restantes membros deste, nomeadamente com o Conselho de Estado. Ao partilhar estaria igualmente a abrir o centro político e decisório da Monarquia a um grupo mais alargado de personalidades, no qual haveria igualmente muito mais espaço para o debate e negociação. Este era o modelo tradicional português e era também o mais aconselhado pela tratadística política moderna⁷⁹.

Precisamente para não ser comparado com o governo *tirânico* de Filipe IV, o novo Rei deveria ser prudente no modo como dirigia o Reino, por isso procurou revitalizar os Tribunais, os Conselhos e a própria função tradicional das Cortes. Mas a sua cautela também deveria ser dirigida para o grupo dos aclamadores, pois a tentativa de os controlar que não se revelou nada fácil⁸⁰. D. João IV foi obrigado a agir com muito cuidado perante estes homens, que no fundo lhe tinham colocado “nas mãos” um trono e um Reino⁸¹.

Uma das principais medidas do novo Rei revelar-se-ia na constituição de uma base patrimonial que permitiu à coroa fortalecer a sua autonomia face aos

⁷⁸ Maria Paula Marçal Lourenço, *Casa, Corte e Património das Rainhas de Portugal (1640-1754)[...]*, p. 10.

⁷⁹ Ângela Barreto Xavier, Pedro Cardim, *op. cit.*, pp. 113-114.

⁸⁰ “A monarquia Bragança nasceu condicionada pela sua dependência em relação à nobreza, responsável por ter feito a coroa recair sobre um dos seus membros”. Vide Rafael Valadares, *op. cit.*, p. 277.

⁸¹ Nuno Gonçalves Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Património da Aristocracia em Portugal (1750-1850)*, 2.^a ed., revista, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003; Mafalda Soares da Cunha, Nuno Gonçalves Monteiro, *op. cit.*, pp. 202-243.

restantes titulares nobiliárquicos. A Casa do Infantado⁸² veio juntar-se à Casa de Bragança⁸³, fazendo do filho secundogénito do Rei o segundo homem mais poderoso do Reino. Para além de criar este novo título, a Casa Real conseguiu travar, com bastante sucesso, o aumento em larga de escala de novos títulos nobiliárquicos, apesar da conjuntura ser favorável a isso⁸⁴.

Para além disso, D. João IV optou por manter muitos dos homens que tinham servido a administração filipina, em particular nos últimos anos durante o Vice-Reinado de Margarida de Mântua. Tal desiderato verificou-se em diversos tribunais e no Conselho de Estado, onde permaneceriam figuras como D. Sebastião de Matos e Noronha, Arcebispo de Braga, D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral ou D. Luís de Noronha, Marquês de Vila Real. Já o recém-criado Conselho de Guerra seria a estrutura polissinodal que receberia um maior número de membros aclamadores, que não estavam conotados com a anterior situação política⁸⁵. À semelhança de outros órgãos e cargos D. João IV decidiu manter no Conselho de Estado membros do Conselho de D. Margarida de Mântua, entre os quais D. Sebastião de Matos e Noronha, Arcebispo de Braga, D. Francisco de Castro, Inquisidor-Geral e D. Luís de Noronha, Marquês de Vila Real.

Todavia, é preciso ter em importante linha de conta a transmutação social operada pela Revolta. Apesar de muitos detentores de ofícios anteriores a 1640 verem as suas prerrogativas confirmadas, D. João IV também optou por nomear muitos dos aclamadores e servidores da Casa de Bragança para diversos tipos de cargos importantes. Muitos destes homens foram agraciados com cargos que numa conjuntura diferente seguramente não teriam. Estas mercês criaram alguma celeuma no seio de uma fidalguia mais tradicional que não tardaria a manifestar-se, principalmente porque numa fase inicial parece ter uma actuação secundária face a outras figuras como Francisco Lucena⁸⁶.

Desde o início que a profusão de Juntas foi uma constante, especialmente para tratar dos assuntos relacionados com a Guerra. Em Abril de 1642 fez-se chegar ao Rei um parecer, onde se pedia claramente o fim destas diversas juntas e a sua junção numa única, pois estas tornavam-se confusas, pouco práticas e

⁸² Veja-se o único grande estudo feito até à data sobre esta matéria, Maria Paula Marçal Lourenço, *A Casa e o Estado do Infantado. 1654-1706*, Lisboa, JNICT, 1995.

⁸³ Mafalda Soares da Cunha, *A Casa de Bragança: 1560-1640 – Práticas Senhoriais e Redes Clientelares*, Lisboa, Editorial Estampa, 2000.

⁸⁴ Entre 1580 e 1640, o número de grandes casas subiu de dezanove para cinquenta e cinco. Entre essa data e o final da Guerra verificou-se uma diminuição de títulos, que depois seria fixado em cerca de cinquenta, número que se manteria quase intocável até finais do Século XVIII. Nuno Gonçalo Monteiro, *O Crepúsculo dos Grandes [...]*, pp. 37-48; Mafalda Soares da Cunha e Nuno Gonçalo Monteiro, *op. cit.*, p. 203.

⁸⁵ Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, pp. 106-108.

⁸⁶ Francisco de Lucena foi nomeado Secretário de Estado a 31 de Janeiro de 1641.

representavam uma enorme despesa para o Estado. O governo dessa junta deveria ser entregue ao Marquês de Montalvão, pela sua enorme experiência em assuntos de governo. A administração far-se-ia com mais cuidado se os ministros fossem menos⁸⁷, mas também recordando ao Rei que a instituição de juntas poderia fazer lembrar as instituições semelhantes às criadas por Olivares como, por exemplo, a *Inteligência Secreta*⁸⁸.

Observamos ao longo de todo o período em estudo, que o papel do secretário na dinâmica governativa foi crucial. Apesar dos argumentos contra o estilo governativo utilizado por Filipe IV e pelo seu valido, o uso do secretário de Estado foi mantido após a Restauração e se antes de 1580 encontramos a génese deste cargo, ainda que de forma algo embrionária, depois da administração filipina, perita na utilização destes homens, os secretários entraram ao serviço do Rei de Portugal, de forma permanente e sem dúvida alguma tornar-se-iam num dos pilares da governação e decisão política.

É durante o reinado de D. João IV que encontramos a génese de uma luta que será permanente durante as próximas décadas, entre secretários e conselheiros, sendo que dentro das Secretarias (como de resto também acontecia no interior do Conselho) a luta entre Secretários será permanente. O primeiro capítulo desta luta teve como protagonista Francisco de Lucena.

A oposição e até uma certa confusão entre estilos governativos transformou o reinado de D. João IV num período bastante conturbado, desde o episódio da execução de Francisco de Lucena, seguido de um reforço do poder das estruturas polissinodais, até ao surgimento de novas figuras poderosas nas secretarias. Se os tratados pretenderam impor a ideia de consulta, a verdade é que são diversas as fontes que dão conta de que D. João IV terá relegado o papel das instâncias de consulta para segundo plano.

A proximidade do Rei com Lucena e o importante papel que este detinha na Corte dificultavam em muito a consolidação do sistema polissinodal que tanto se advogava na literatura da Restauração. Mais do que uma suspeita de traição o que estava em causa em todo este processo era o estilo governativo adoptado por D. João IV. Lucena era visto como um valido que retirava poder aos Conselhos e Tribunais, centros tradicionais do poder da fidalguia⁸⁹. Rafael Valladares apelidou a execução do secretário como a primeira vitória da nobreza, pois a privança de Lucena junto do Rei fazia lembrar perigosamente a situa-

⁸⁷ BA, 51 – IX – 7, fls. 31-31v.

⁸⁸ D. Francisco Manuel de Melo, *Tácito Português [...]*, p. 131.

⁸⁹ Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, p. 172; Sobre o papel da aristocracia portuguesa no período pós-Restauração, em particular o serviço real, veja-se, sobretudo, Nuno Gonçalo Monteiro, “O *Ethos* da Aristocracia Portuguesa sob a Dinastia de Bragança. Algumas Notas Sobre a Casa e o Serviço ao Rei”, *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003, pp. 83-103.

ção de Filipe IV e Olivares⁹⁰. Já por esta altura se faziam algumas acusações graves ao Rei, no sentido de este não respeitar convenientemente o modelo restaurado em 1640, de não consultar os seus conselhos e preferir a consulta com poucos⁹¹, nomeadamente os secretários, o que excluía a grande maioria dos conselheiros do centro do poder decisório⁹².

A morte de Francisco de Lucena determinou uma mutação importante nas directrizes da política seguida por D. João IV, que passou a ter um cunho muito mais activo. Decidiu alargar o número de secretários através da criação de uma nova Secretaria: a das Mercês e Expediente. Também conseguiu regular de forma mais eficaz o sistema governativo, onde os conselhos e tribunais desempenhavam efectivamente uma missão importante no processo de decisão régia.⁹³ O próprio Rei começou a intervir mais activamente em todo o processo governativo, fazendo muito do trabalho que era desempenhado por Lucena.

Contudo, esta não foi uma vitória total para aqueles que derrubaram o secretário, pois se num momento inicial, D. João IV parece ter satisfeito as pretensões deste grupo, chegados a 1656 esta vitória parece ter sido muito parcial, pois o Rei voltou a aplicar muito mais as suas pretensões, afastando-se novamente do modelo polissinodal que lhe queriam impor, método que suscitou o repúdio dos conselheiros nos primeiros dias da regência de D. Luísa⁹⁴:

“Não é justo que nem nesta nem noutra matéria defira Vossa Majestade mais à opinião de uma ou duas pessoas que lhe falam em segredo, que ao juízo universal de seus Conselhos e Tribunais”⁹⁵.

VI – Conclusão

Em Novembro de 1656 o *Restaurador* falecia deixando a regência entregue à Rainha-Viúva, durante um período que deveria durar pouco tempo, pois D. Afonso cumpriria os catorze anos alguns meses depois. Como era natural e previsível, ao assumir a regência D. Luísa fez algumas alterações nos cargos palatinos, escolheu homens da sua confiança e procurou satisfazer as diversas facções políticas que compunham a Corte Brigantina⁹⁶.

Este foi um período de grande actividade não só do Conselho de Estado,

⁹⁰ Rafael Valladares, *op. cit.*, p. 279

⁹¹ Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, pp. 161-163.

⁹² Rafael Valladares, *op. cit.* 280

⁹³ Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *op. cit.*, pp. 176-179.

⁹⁴ Idem, *ibidem*, p. 337.

⁹⁵ Edgar Prestage, *Três Consultas do Conselho da Fazenda de 1656 a 1657*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos, 1920, pp. 5-6.

⁹⁶ Ângela Barreto Xavier, Pedro Cardim, *D. Afonso VI [...]*, p. 71.

mas também de uma larga conflituosidade proporcionada pela indefinição de modelos governativos, numa corte em permanente construção e afirmação, após a separação da Monarquia Católica em 1640. As diversas abordagens dos estudos sobre o poder têm salientado a transmutação do processo governativo por parte da Coroa durante o século XVII, que iria consolidar-se em novas práticas de governo durante o século XVIII. Neste sentido, os novos ofícios de carácter mais burocrático, assim como os diversos órgãos de governo, que acentuaram uma dimensão cada vez mais especializada e jurídica, com novas dimensões do poder, introduziram novidades nas técnicas governativas.

A Restauração nasceu de um grupo que, embora nobre, se encontrava longe de Madrid e por conseguinte longe das esferas de poder e dos altos cargos e ofícios da Casa Real. Este grupo procurou logo após a secessão assumir um papel preponderante no processo decisório, através de uma participação activa nos vários órgãos do sistema polissinodal, em particular na principal instituição política do Reino, o Conselho de Estado. Este teve ao longo da sua história institucional um contacto íntimo não só com o processo de decisão política, mas também com as esferas públicas e privadas da Corte. Estabeleceu-se igualmente como um agente e intermediário na distribuição dos poderes, fazendo parte integrante do *corpus politicum*. Como principal órgão político na Corte portuguesa foi também um centro permanente de tensões e disputas entre facções, que procuraram por vezes ajustar os interesses do Rei às suas conveniências.

A consolidação deste Conselho enquanto principal órgão político da Corte decorreu do processo da Restauração, com a necessidade de afirmação de um determinado grupo, que procurou assumir-se como uma elite, não só social mas sobretudo política, com vontades e necessidades muito próprias, que giraram em torno de uma forte participação no processo político e decisório ao lado do Rei. Esta afirmação também decorreu da necessidade de contrariar o crescente poder da coroa Filipina que se tinha alimentado da diminuição do poder político da aristocracia, especialmente daquela que não vivia em Madrid, num processo que tinha passado pelo recurso de maior número de letrados nos altos postos governativos, a par dos validos e dos secretários.

D. João IV procurou restabelecer o lugar ocupado pelos Conselhos e Tribunais antes da incorporação na Monarquia, lugar esse que tinha sido de certo modo assegurado por Filipe II nos *Estatutos de Tomar*. A criação de novos Conselhos e o novo regimento atribuído ao Conselho de Estado em 1645 vieram-no comprovar. As estruturas conciliares foram renovadas com a nomeação de novos conselheiros, que procuraram actuar com sucesso junto do Rei, provendo reuniões e pedindo a sua comparência nelas. No fundo, nada deveria ser feito sem que em primeiro lugar se ouvissem os Conselhos. Porém, este processo não seria linear e quando contrariado, nomeadamente através do aumento do poder do Secretário de Estado, as estruturas reagiram e fizeram a sua primeira vítima: Francisco de Lucena.

D. João IV foi advertido de que deveria governar mais com apoio dos Conselhos e estar presente nas suas reuniões. D. Luísa de Gusmão receberia o

mesmo conselho aquando do início da Regência, através dos pareceres bastante enérgicos dos seus Conselheiros de Estado, que a aconselharam igualmente a não governar por juntas, procurando atribuir a este órgão o lugar cimeiro no processo de decisão política.

O *Portugal Restaurado* ficaria assim marcado por uma profunda instabilidade entre modelos governativos pelo menos até ao final do reinado de D. Pedro II, em 1706. Depois disso o Conselho viria progressivamente a perder a sua posição enquanto principal órgão político da Corte portuguesa, sabendo-se que em meados da década de vinte deixou de reunir⁹⁷. Utilizando as palavras de Nuno Gonçalo Monteiro:

“O Portugal Restaurado ficaria assim marcado por uma profunda instabilidade entre modelos governativos pelo menos até ao final do Reinado de D. Pedro II, em 1706. Utilizando as palavras de Nuno Gonçalo Monteiro podemos concluir que

“passada a conjuntura de guerra e de intensa disputa política faccional, os modelos políticos que acabaram por se impor afastaram-se notoriamente do pluralismo corporativo prevalecente nos anos imediatamente posteriores à entronização dos Bragança”⁹⁸.

Depois disso o Conselho viria progressivamente a perder a sua posição enquanto principal órgão político da Corte portuguesa, sabendo-se que em meados da década de vinte deixou de reunir”.

⁹⁷ Tristão da Cunha e Ataíde, *Portugal, Lisboa e a Corte nos Reinados de D. Pedro II e D. João V. Memórias Históricas de Tristão da Cunha de Ataíde, 1o Conde de Povolide*, Leitura, Revisão de Mafalda Eanes Dias e Pedro Janarra, Dir. de Carmen Radulet, Lisboa, Chaves Ferreira Publicações, 1989, p. 406.

⁹⁸ Nuno Gonçalo Monteiro, *D. José. Na sombra de Pombal*, Mem Martins, Circulo de Leitores, 2006, p. 28.

Estudos Históricos

A FOLHA OFICIAL DO ESTADO¹ E VILA VIÇOSA

ALGUNS EXEMPLOS CURIOSOS DO SÉCULO XX

Joaquim Saial

20 de Maio de 1913 – Vereação substituída por má conduta perante o povo

Ao que parece, pelo que leremos adiante, cerca de dois anos e meio após a queda da Monarquia, a edilidade de Vila Viçosa da altura não se estava a portar como devia, relativamente ao bem-estar dos seus munícipes. Assim, a República vigente resolveu correr com ela. Com assinatura do Presidente da República Manuel de Arriaga e do ministro do Interior Rodrigo José Rodrigues, pode ler-se na folha oficial do Estado de 20 de Maio de 1913 o seguinte despacho:

Tendo-se apurado que a actual Comissão Administrativa Municipal do concelho de Vila Viçosa tem cometido irregularidades na sua administração, e sendo, portanto, a sua gerência nociva aos interesses dos seus administrados e às conveniências da administração pública: hei por bem, conformando-me com a consulta da Procuradoria Geral da República, e sob proposta do ministro do Interior, decretar, nos termos do artigo 16.º do Código Administrativo de 1878, a dissolução da referida Comissão Administrativa e nomear outra para gerir os negócios municipais até à eleição dos corpos administrativos, composta dos cidadãos abaixo designados:

Vogais efectivos – João Augusto da Silva Lobo, Inácio Maria da Costa, José Maria Tarana, José António Fonseca Torrinha, António Joaquim Mourão, António Lourenço Marques e Veríssimo António Lapa.

Substitutos – Luís Correia Bulhão, António Joaquim Lopes Barradas², Joaquim Marques, Francisco António da Ascensão, Manuel Rico Palmeiro, João Rafael Anão e João António Piçarra.

¹ *Diário do Governo e Diário da República.*

² Parente próximo do autor destas linhas.

O ministro do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 17 de Maio de 1913. = Manuel de Arriaga = Rodrigo José Rodrigues.

9 de Janeiro de 1923 – Dois sinos, por 200\$00

Aqui, entra em cena o ministério da Justiça e dos Cultos, através da 4.^a Repartição da Direcção-Geral da Justiça e dos Cultos. Imaginemos isto, hoje!... Nem é bom pensar em tal...

Pois a Portaria n.º 3424, assinada pelo ministro dessa pasta, António de Abranches Ferrão, trata da resolução do interesse apresentado pela Câmara Municipal de Vila Viçosa em dois pequenos sinos “que pertenciam às igrejas paroquiais das freguesias de S. João (S. Romão ?) e das Ciladas, do mesmo concelho, a fim de serem colocados na torre do relógio municipal para uso dos seus munícipes.”

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo ministério da Justiça e dos Cultos, de harmonia com o disposto no (...) sejam desafectados do culto e entregues à Comissão Central de Execução da Lei de Separação, para serem definitivamente incorporados na Fazenda Nacional, os edifícios das igrejas paroquiais das freguesias de S. João e das Ciladas, do concelho de Vila Viçosa, distrito de Évora, bem como todos os móveis, paramentos e alfaiaes às mesmas pertencentes, a fim de serem vendidos em hasta pública, e que os sinos das referidas igrejas sejam cedidos à Câmara Municipal do mencionado concelho, para serem colocados na torre do relógio municipal, mediante a indemnização única (...) de 200\$00, que serão pagos à Comissão Central da Execução da Lei da Separação, por intermédio da comissão sua delegada no concelho de Vila Viçosa, logo após a publicação desta portaria.

Temos assim que, com sentido de oportunidade e por apenas 200\$00, o município de Vila Viçosa conseguiu adquirir dois sinos que destinou a acertar durante alguns anos a vida do povo da terra. Um deles, possivelmente, é o que, agora silencioso, ainda podemos observar no campanário que encima o posto municipal de Turismo.

30 de Julho de 1932 – Quadro de pessoal da Misericórdia

No início dos anos 30, a Misericórdia de Vila Viçosa era, como ainda hoje, uma das instituições mais respeitadas da terra, tinha à volta de 420 anos, mais coisa, menos coisa, obedecia a uma tutela governamental que à época era o ministério do Interior, através da Direcção-Geral de Assistência e... precisava de quadro de pessoal – o qual acabou por surgir logo durante o 1.º governo de António de Oliveira Salazar, com apenas 10 elementos – entre eles, um sacerdote não oneroso e dois funcionários com direito a alimentação. Assinado pelo Presidente António Óscar de Fragoso Carmona e pelo ministro do Interior Albi-

no Soares Pinto dos Reis Júnior, personalidade de inteira (e longa) confiança de Salazar, o Decreto n.º 21.537 indica os seguintes cargos e vencimentos (anuais)³:

2 médicos, cada um com	2700\$00
1 capelão, serviço gratuito	
1 secretário	1680\$00
1 enfermeiro	4680\$00
1 enfermeira	3000\$00
1 servente	2700\$00
1 servente ⁴ (a)	600\$00
1 cozinheira (a)	900\$00
1 lavandeira (sic)	720\$00

(a) Têm direito a alimentação.

8 de Julho de 1933 – Vila Viçosa é uma estância de turismo

Que Vila Viçosa, pela sua história, cultura, poderosa indústria de mármore e monumentos de prestígio é mais que vocacionada para o turismo, toda a gente sabe. Que todas as edilidades camarárias, com maior ou menor insistência e empenho se têm virado para essa vertente económica, também. Toda a gente está de igual modo a par que Vila Viçosa não conquistou (ainda...) o galardão tentado (e mais que merecido!) em passado recente, de Património Cultural da Humanidade da UNESCO. Mas quem é que sabe que Vila Viçosa é uma “estância de turismo”? Sim, preto no branco, Vila Viçosa é uma “estância de turismo”. Leu bem o leitor? Leu! Portanto, a não ser que a coisa tenha sido revogada...

A saborosa honraria que *equiparava* a velha Calipole a uma Vichy ou Chamonix foi determinada pelo Decreto n.º 22.808, de 8 de Julho de 1933, a seco, mas com carácter peremptório...

Considerando que Vila Viçosa, do distrito de Évora, possui requisitos suficientes para ser classificada como estância de turismo, nos termos da lei n.º 1152, de 23 de Abril de 1921, e regulamento de 24 de Agosto de 1924; Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 108.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Fica classificada como estância de turismo para os efeitos da lei 1152, de 23 de Abril de 1921, Vila Viçosa.

Artigo 2.º A área sujeita à jurisdição da respectiva comissão de iniciativa é constituída por todo o concelho.

³ Acentuemos a discrepância de ordenados do enfermeiro para a enfermeira, aparentemente apenas baseada na diferença de sexos.

⁴ Pensamos que se trata de *uma* servente, à semelhança do caso dos enfermeiro/a.

Assinavam, os mesmos Óscar Carmona e Albinos dos Reis. Se as três palavras serviram para alguma coisa ou ainda se mantêm vigentes, desconheço-lo. Mas que a vila e restantes freguesias do concelho ficam bem com o título, isso ficam.

21 de Setembro de 1934 – Quadro de pessoal da Confraria dos Escravos de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa

A verdade é esta: até um cativo tem as suas necessidades de sobrevivência. Mas servos, há-os de diversa condição. Ora em termos de escravos de uma confraria religiosa, os calipolenses do género eram (e ainda são) do tipo voluntário e místico. Contudo, não prescindiam de um quadro de pessoal – com gente que tinha de receber o seu vencimento... e isso até o ordenava o artigo 438.º do Código Administrativo de 1896 que o Presidente Carmona e o ministro do Interior, Antonino Raul da Mata Gomes Pereira invocaram para aprovar o aliás reduzido quadro de pessoal e atribuir 15\$00 e 9\$00 anuais respectivamente ao capelão e ao sacristão da Confraria dos Escravos de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, seus únicos componentes. Assim o plasmava o texto do Decreto n.º 24.505 tutelado pela Direcção-Geral de Assistência do ministério do Interior, de 21 de Setembro de 1934, assinado pelos governantes. A este facto não deve ter sido estranha a curiosa circunstância de o ministro⁵, embora natural de Lourenço Marques, ser filho de André Gomes Pereira, nascido em Vila Viçosa em 1859 e na terra falecido em 1936. E em 1915, em Vila Viçosa, já Antonino Gomes Pereira havia casado com Maria Gertrudes Nora Cortes-Novas Pombeiro, também ela filha de um calipolense, António Lameiro Pombeiro.

19 de Novembro de 1934 – Quadro de pessoal da Confraria de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa

Mais importante era a Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa que a 19 de Novembro do mesmo ano também era brindada com quadro de pessoal de três elementos (mais um que a sua congénere) que iriam auferir vencimentos anuais de superior vulto: capelão 730\$00, sacristão 100\$00 e sinei-

⁵ Eis a sua biografia, patente na Wikipédia: Foi capitão do Exército Português, 3.º Governador Civil do Distrito de Setúbal de 30 de Janeiro de 1929 a 21 de Março de 1931, durante a Ditadura Nacional, e Ministro do Interior de 24 de Julho de 1933 a 23 de Outubro de 1934, durante o Estado Novo, nomeado por António de Oliveira Salazar por ser inimigo do Movimento Nacional-Sindicalista então crescente, com o efeito de o perseguir. Responsável pela Censura, foi durante o seu mandato que, a 29 de Agosto de 1933, foi estabelecida a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado [PVDE, antecessora da PIDE]. Nas suas funções ministeriais, a 27 de Novembro de 1933, esteve presente na inauguração dos Paços do Concelho de Arouca e a 24 de Agosto de 1934, foi uma das autoridades convidadas a visitar o 5.º Acampamento Nacional de Escutas.

ro 32\$00. O Presidente era o mesmo mas o ministro do Interior era agora Henrique Linhares de Lima⁶ e o Decreto n.º 24.659 veio da mesma tutela.

8 de Fevereiro de 1937 – Mais quadro da Misericórdia... e do Asilo Reixa Lobo

Cerca de cinco anos após a aprovação do quadro da Misericórdia que atrás vimos (30 de Julho de 1932), saiu outro, com alterações significativas. Para além deste, aprovava-se ainda o do Asilo Reixa Lobo, administrado por aquela instituição⁷. Registemos as seguintes alterações: o capelão, embora gracioso, desaparece do quadro; o secretário passa a secretário-ecónomo; é mantido o mesmo ordenado para o enfermeiro mas o da enfermeira, embora ainda mais baixo, é aumentado em 600\$00; passam a estar definidas no quadro as diferenças entre servente de enfermaria de homens e servente de enfermaria de mulheres; o vencimento da cozinheira desce e passa a ser equiparado ao da lavadeira; e cria-se a categoria de “servente de mandados”.

2 facultativos (antes designados por <i>médicos</i>) – 2700\$00 cada	5400\$00
1 secretário-ecónomo (antes designado por <i>secretário</i>)	3600\$00
1 enfermeiro	4680\$00
1 enfermeira	3600\$00
1 servente da clínica de homens (antes designado por <i>servente</i>)	2100\$00
2 serventes da clínica de mulheres (antes designada por <i>servente</i>) – 600\$00 cada	1200\$00
1 cozinheira	720\$00
1 lavadeira (sic)	720\$00
1 servente de mandados	480\$00

O quadro do Asilo, apenas com três funcionários, constava de dois vigilantes a 1200\$00 (2400\$00) e um servente, a 300\$00 – neste caso, quantia bem inferior à dos da Misericórdia.

A Portaria 8618, que estabelecia estes quadros, emitida pelo ministério do Interior através da Direcção-Geral de Assistência, indicava ainda que todos os empregados, excepto o facultativo e o enfermeiro, tinham direito à alimentação e que 50% do ordenado do secretário-ecónomo seria pago através das receitas do Asilo Reixa Lobo – o que indicia que este funcionário fazia a escrita e contas de ambas as instituições. A assinatura era do ministro do Interior, Mário Pais de Sousa⁸.

⁶ Gomes Pereira deixara o ministério em 23 de Outubro de 1934.

⁷ Recordamos que os montantes eram anuais.

⁸ Refira-se que Mário Pais de Sousa, natural de Santa Comba Dão e ministro do Interior de Salazar entre 1931 e 1932 e 1936 e 1944, saiu desse cargo para se tornar Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

28 de Dezembro de 1943 – Despesas com a inauguração do monumento equestre ao Rei D. João IV

Nesta revista e em livro já saíram textos nossos (e na *Callipole* de pelo menos outra autoria) que relatam o processo de desenvolvimento do conjunto monumental equestre a D. João IV (estátua de Francisco Franco e pedestal do arquitecto Porfírio Pardal Monteiro), inaugurado em 8 de Dezembro de 1943 no Terreiro do Paço de Vila Viçosa. Mas como nestas coisas da investigação há sempre algo que ainda podemos encontrar escondido num canto dos arquivos, acabámos por dar com novo dado a acrescentar à documentação conhecida sobre uma das melhores peças do género executadas em Portugal.

Trata-se do Decreto n.º 33.457, de 28 de Dezembro de 1943, 20 dias passados após a inauguração da estátua, assinado pelo Presidente Carmona, pelo presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, e por sete membros do Governo. O documento, proveniente do ministério das Obras Públicas e Comunicações, através da 8.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, tratava do “pagamento de todas despesas com as cerimónias da inauguração” do memorial ao Rei Restaurador. 100 contos foram atribuídos para satisfazer a mesma, quantia significativa que, pelo que supomos, cobriu a viagem do comboio presidencial entre o Rossio e Vila Viçosa e volta, mais o almoço servido à comitiva pela Wagons-Lits, talvez um hipotético beberete na Câmara Municipal e o descerramento da placa toponímica na nova Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, mas de certeza o velário que envolvia a estátua e foi descerrado por Óscar Carmona, para além da tribuna de honra onde se instalou o séquito e se fizeram os discursos da praxe.

26 de Março de 1953 – Copista para registos civil e notarial

Dois meses exactos antes do nascimento do calipolense autor destas linhas, o ministério da Justiça, através da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado aumentava o quadro do pessoal auxiliar dos serviços anexados do registo civil e do registo predial do concelho de Vila Viçosa com um copista (Portaria n.º 14.310). A coisa passou pela mão e assinatura do ministro da Justiça, Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira, e pela desse novo (ou dessa nova) copista terão passado centenas ou milhares de documentos que hoje estarão ainda espalhados por gavetas de cómodas, secretárias e escrevaninhas de Vila Viçosa e do resto do País – e, claro, nos fundos arquivísticos da instituição...

4 de Agosto de 1953 – Novos telhados para o Colégio e a Esperança

Era um tempo em que não se falava de derrapagens financeiras nas obras públicas – que as havia, mas mais discretas que as de hoje. O Estado punha nos actos a sua mão de ferro, os contratos redigiam-se a preto no branco, a archi-

tectura do negócio saía no *Diário do Governo* e os construtores lá aguentavam os gastos conforme podiam, até ao fim das empreitadas. Havia sempre quem absorvesse uns dinheiros ilegais por fora, obviamente, mas os abusos eram mais limitados que os enormemente escandalosos de hoje.

Tudo isto, a propósito da reconstrução dos telhados da igreja de São João Evangelista⁹ e da do convento da Esperança. Com negócio adjudicado a Francisco Barriche Falcão, o mesmo devia ser cumprido num prazo de 150 dias, em parte dos anos económicos de 1953 e 1954. O assunto era tratado entre o empreiteiro e a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o montante era de 176 contos. O artigo 2.º era bem claro na proibição da ultrapassagem das balizas monetárias: “*Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais despendar com pagamentos relativos às obras executadas, por virtude de contrato, mais que 108.000\$00 no corrente ano e 68.000\$00, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1954...*”

Assim rezava o Decreto 39.304, assinado pelo Presidente Craveiro Lopes, com aval de António de Oliveira Salazar, Artur Águedo de Oliveira e José Frederico de Casal Ribeiro Ulrich, este ministro das Obras Públicas.

31 de Dezembro de 1977 – Sistema automático de detecção e alarme de incêndios para o Paço Ducal

O vasto acervo do Paço Ducal de Vila Viçosa possui bens cujo valor é *teoricamente* mais ou menos passível de quantificação – em termos de feitura de seguros, por exemplo. Contudo, a sua raridade faz com que a generalidade desses bens seja insubstituível e que portanto o seu valor seja *de facto* incalculável. Daí, que se faça sentir a contínua e premente necessidade de os proteger de roubos, incêndios e outras catástrofes, da melhor maneira possível. Talvez por isso, a generosa oferta de 2.315.539\$00 feita à Fundação da Casa de Bragança pelo ministério das Obras Públicas, através da secretaria de Estado das Obras Públicas e da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pelo Decreto n.º 205/77, para a instalação de um sistema automático de detecção e alarme de incêndios. O Presidente da República que promulgou o decreto era António Ramalho Eanes e os políticos que o acompanharam em assinatura foram Mário Soares, Henrique Teixeira Queirós de Barros, Joaquim Jorge de Pinho Campinos, Henrique Medina Carreira e João Orlindo de Almeida Pina.

Veio esta ajuda estatal ao encontro das preocupações de protecção das colecções do Paço Ducal, no seguimento da boa relação existente entre a entidade que o administra e os Bombeiros de Vila Viçosa, de há muito eles próprios beneficiários de apoio da mesma.

⁹ Também conhecida como de São Bartolomeu e Colégio.

26 de Janeiro de 1985 – PSP sai de Vila Viçosa

A dança é conhecida. Chega o novo administrador de uma empresa, vira o estaminé do avesso, cria nova secção aqui, faz despedimentos ali... Terminam as eleições autárquicas e as novas edilidades transferem logo este funcionário, reciclam de imediato aquele, fecham esta valência, abrem uma outra... e então, se for novo Governo, nem se fala. É de temer a reviravolta, à esquerda ou à direita, em eliminação de ministérios, fusão de alguns e criação de outros, a maior parte das vezes apenas no nome e sem outro objectivo visível que não seja... mudar.

Sobejas vezes, essas mudanças acontecem repentinamente, sem motivo palpável e sem serem pedidas por ninguém – sequer os principais intervenientes, muito embora haja quase sempre uma justificação superior, baseada em alegados estudos que os que vão sofrer as alterações jamais requereram. Mais ou menos assim aconteceu por volta de Janeiro de 1985, quando se soube da Portaria 51/85 que desactivava o posto de Polícia de Segurança Pública tipo A de Vila Viçosa – *ruralizando-se* um pouco mais a terra, ao perder esta a sua polícia urbana que durante muito tempo coexistira com a GNR. Certa ou errada, a medida ainda teve alguma contestação popular mas foi levada para a frente, embora até hoje ninguém tenha percebido em que melhorou a segurança local, pesem embora o prestígio e elevado profissionalismo da força remanescente, idênticos ao da compulsivamente afastada da terra... No austero fraseado da Portaria de 26 de Janeiro¹⁰ até se sublinha que “após o estudo efectuado, foi obtido consenso entre a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública”. Leia-se no entanto “consenso das cúpulas da GNR e da PSP” e não dos elementos que tiveram de pegar em armas (literalmente), bagagens e famílias e do pé para a mão recomeçar vida noutra local onde não tinham raízes.

Para uma actuação eficaz das forças de segurança torna-se absolutamente indispensável a continuação da actualização das respectivas áreas de jurisdição.

Na verdade, os actuais dispositivos da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública no distrito de Évora manifestam distorções que se torna necessário equacionar, face às alterações urbanísticas que o tempo tem vindo a revelar, sem a consequente adequação do dispositivo daquelas forças.

Torna-se pois, necessário, relativamente à disposição do dispositivo das forças de segurança naquele distrito, encontrar uma solução que defina as suas zonas de acção e as prioridades da instalação, desactivação ou alteração do dispositivo.

¹⁰ Assinada com data de 11 mas reportando-se retroactivamente no texto ao primeiro dia do ano.

Após estudo efectuado, foi obtido consenso entre a Guarda Nacional Republicana e a Polícia de Segurança Pública, pelo que se torna possível avançar com essa reestruturação.

Assim:

Manda o Governo da República, pelo ministro da Administração Interna, em conformidade com o disposto no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 410/82, de 30 de Setembro, e no artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 33.905, de 2 de Setembro de 1944, o seguinte:

1.º Zona de acção. – A zona de acção do concelho de Vila Viçosa, no distrito de Évora, passará a ser da exclusiva responsabilidade da Guarda Nacional Republicana.

2.º Dispositivo. – A entrada em execução do futuro dispositivo, que implica a transferência de responsabilidade das áreas da Polícia de Segurança Pública para a Guarda Nacional Republicana, realizar-se-á em 1 de Janeiro de 1985.

3.º Em resultado do ajustamento atrás referido, serão produzidas as seguintes alterações na Polícia de Segurança Pública:

a) É desactivado o posto policial, tipo A, de Vila Viçosa.

b) O pessoal que constitui o efectivo do posto referido na alínea anterior transita para a sede do Comando Distrital de Évora.

4.º A transferência de responsabilidades das zonas de acção será efectuada por coordenação entre os Comandos-Gerais da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública.

Assinava, o ministro da Administração Interna, Eduardo Ribeiro Pereira.

VILA VIÇOSA NO SE RINDE. EL SITIO DE 1665

(1.^a PARTE)

Julián García Blanco

En 1640 la Monarquía Hispánica se encontraba en una situación angustiosa que los levantamientos de Cataluña y Portugal vinieron a agravar. Felipe IV, que no disponía de fuerzas suficientes para acudir a todos los frentes abiertos, planteó una guerra defensiva en Portugal. Hasta 1660 Felipe IV no estuvo en disposición de recuperar Portugal tras el intento del año anterior que se saldó con la derrota en la batalla de las Líneas de Elvas (14 de enero de 1659).

Las campañas castellanas de 1661, 1662 y 1663 estuvieron dirigidas por Don Juan José de Austria. En 1661 conquistó Arronches y reconquistó el castillo del Alconchel¹. La campaña de 1662 culminó con la toma de Juromenha y Ouguela. En la campaña de 1663 tomó Évora pero poco después fue derrotado en la batalla de Estremoz (batalla de Ameixal o del Canal, 8 de junio de 1663). La derrota fue terrible y para muchos puso de manifiesto la imposibilidad de recobrar Portugal.

¹ Su padre, el rey Felipe IV, lo había nombrado *Capitan General del Exercito para la recuperacion de Portugal* (B.N., Madrid, Mss. 2389, fol.13). Jerónimo de Mascarenhas se refiere a él como *serenisimo Señor Don Juan de Austria Gran Prior de Castilla de la Orden de San Juan del Consejo destado de su Majestad. Governador y Capitan General de los Payses baxos governador de las armas maritimas y Capitán General del Exercito de la recuperación de Portugal*. (B.N., Madrid, Mss. 6242, fol. 3).

¹ Su padre, el rey Felipe IV, lo había nombrado *Capitan General del Exercito para la recuperacion de Portugal* (B.N., Madrid, Mss. 2389, fol.13). Jerónimo de Mascarenhas se refiere a él como *serenisimo Señor Don Juan de Austria Gran Prior de Castilla de la Orden de San Juan del Consejo destado de su Majestad. Governador y Capitan General de los Payses baxos governador de las armas maritimas y Capitán General del Exercito de la recuperación de Portugal*. (B.N., Madrid, Mss. 6242, fol. 3).

En la campaña de 1664, el ejército castellano, mandado por duque de Osuna, atacó las plazas Almeida y Castelo Rodrigo pero fue derrotado en la batalla de Castelo Rodrigo o Salgadela (7 de julio de 1664). No fue el único revés para las armas castellanas pues el mismo año los portugueses conquistaron Valencia de Alcántara (junio de 1664) y el ejército castellano abandonó Arronches (septiembre de 1664).

La situación planteada tras la derrota de Ameixal era tan dramática que en diciembre de 1664 Felipe IV reconoció que había llegado el momento de abrir “*alguna negociación decente y decorosa con aquel reino*”². No obstante, decidió probar suerte otra vez y ordenó levantar un nuevo ejército que, al mando del marqués de Caracena, invadiría Portugal en 1665³.

1. La campaña de 1665

Los problemas financieros y las dificultades para reclutar tropas y armar la Flota hicieron que los planes para ocupar Portugal en 1665 fueran cambiando hasta que finalmente se optó una triple maniobra que venía a insistir, otra vez, en el viejo plan del duque de Alba:

- Un potente ejército al mando del marqués de Caracena entraría en el Alentejo desde Badajoz
- La escuadra, al mando del duque de Aveiro, partiría de Cádiz y se dirigiría a Setúbal donde se reuniría con la fuerza terrestre que comandaba Caracena
- Invasión de Portugal por Galicia para abrir un segundo frente de modo que los portugueses no pudiesen concentrar sus fuerzas en el Alentejo que era la principal vía de invasión

Este plan debió modificarse pues ni se reunió un ejército de invasión suficiente, ni la Flota salió a tiempo, ni el ejército de Galicia invadió Portugal. Así mismo el retraso de los preparativos de invasión resultó fatal. Caracena se vio forzado a adaptarse a estas incidencias y elegir un objetivo que no implicase un sitio largo.

² VALLADARES, R.: *La rebelión de Portugal 1640-1668. Guerra, conflicto y poderes en la monarquía hispánica*, Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 1998, Sever-Cuesta, Valladolid, pág. 191.

³ A.H.N., Sección Nobleza, FRIAS, C 123, D.8-19.

2. Objetivo de la Campaña

El marqués de Caracena convocó una junta en Badajoz para decidir el plan a seguir pues resultaba vital ocupar una plaza para alojar en su entorno al ejército y en Madrid se había concluido que no era posible hacer la guerra “*sino se ocupauan algunos puestos en Portugal, en donde se alojasse parte del Exército*”⁴. En dicha junta se acordó dirigirse contra Vila Viçosa⁵ aunque el marqués de Caracena también tenía previsto ocupar las poblaciones vecinas (Redondo, Terena, Alandroal y Borba)⁶. En la Junta se descartó la conquista de las plazas de Portalegre (para alcanzar la línea del Tajo), Estremoz (pues se consideró una empresa compleja) o Valencia de Alcántara (parecía un empeño menor para un gran ejército como el que se había levantado en 1665)⁷. Como quiera que sea, entendemos que lo que más pesó a la hora de elegir Vila Viçosa fue la precariedad e insuficiencia de medios y hombres y lo avanzado de la campaña. Todo ello, forzó a Caracena a centrarse en una plaza cercana a la frontera y que no implicase un sitio prolongado.

Tras la derrota en la batalla Montes Claros, se responsabilizó a Caracena del desastre. Uno de los múltiples errores atribuidos a Caracena fue elegir Vila Viçosa como objetivo. Un objetivo que Don Juan José de Austria había desechado en sus campañas⁸. También se acusó a Caracena de elegir una plaza rodeada de un terreno muy fragoso en el que la caballería no podía maniobrar con soltura anulando de este modo la superioridad que la caballería castellana tenía sobre la portuguesa⁹. Frente a esas objeciones, las ventajas eran muy importantes:

- Liberaba a Castilla de los alojamientos. Se consideraba que “*Villaviçosa es capaz de alojar 5 o 6 mil hombres*” y en Borba, situada a menos de media legua, se podían alojar 3.000 ó 4.000 hombres. Por otro lado en las poblaciones de Terena y Alandroal, situadas a una legua de Vila Viçosa, podían alojarse otros 2.000 ó 3.000 hombres. Es decir, se podían alojar

⁴ I.H.C.M., Madrid, Colección Aparici XXVIII, carta del marqués de Caracena fechada el 5 de junio, ff. 28-28v; ESTÉBANEZ CALDERÓN, S.: *Obras completas*, Biblioteca de Autores Españoles, Colección Rivadeneira, Ediciones Atlas, Madrid, 1955, pág. 200.

⁵ ESTÉBANEZ CALDERÓN, S.: *Obras completas*, op. cit., pág. 129.

⁶ I.H.C.M., Madrid, Colección Aparici XXVIII, carta del marqués de Caracena fechada el 5 de junio, ff. 27v-28.

⁷ B.N., Madrid, Mss, 2392, *Respuesta de vn soldado del Exercito de Estremadura, à vn carta de vn Ministro de Madrid, en que le pide le diga lo que entiēde sobre vn papel de cargos que auia salido en aquella Corte contra el Marques de Caracena, sobre la campaña deste año de 1665*, fol. 152v.

⁸ B.N., Madrid, Mss, 2392, *Respuesta de vn soldado...*, fol. 152v.

⁹ B.N., Madrid, Mss, 2392, *Respuesta de vn soldado...*, fol. 153.

en suelo portugués unos 12.000 hombres y en un terreno con comunicaciones cómodas con las plazas de Juromenha y Olivenza que estaban en poder de las tropas castellanas¹⁰.

- Se pretendía también ocupar Redondo para que las partidas castellanas pudieran recorrer los campos de Portugal hasta Évora y Beja al tiempo que podrían cortar las comunicaciones con Monsaraz, Mourão y Elvas y poner en peligro a Estremoz
- La ocupación de Vila Viçosa obligaría al ejército portugués a concentrarse en Estremoz, es decir, en lugar de estar repartido en distintos lugares (lo que facilitaba su mantenimiento) tendría que reunirse en un único punto con lo que su mantenimiento sería muchísimo más complejo, costoso y gravosos para los vecinos de la zona.
- También se estimó que no era posible recuperar Portugal sin “*vencer vna, ò dos batallas*” y estimaba Caracena que ocupando Vila Viçosa obligaría al ejército portugués a buscar la batalla para socorrer esta plaza¹¹.

3. Desarrollo de la campaña

El marqués de Caracena llegó a Badajoz a primeros de mayo. A finales de mes el ejército castellano se acuarteló junto al río Gévorá en dirección a Bótoa y el 28 de mayo se pasó muestra¹². El retraso de los preparativos de la campaña preocupó e irritó al marqués de Caracena. El retraso era un gran problema, no debemos olvidar que el tiempo en el que podía operar un gran ejército era muy limitado y el tiempo pasaba sin que los castellanos estuviesen listos¹³.

El 6 de junio el ejército castellano se puso en marcha hacia el río Caya que marcaba la frontera entre Castilla y Portugal. El ejército acampó junto al Caya la noche del 6 al 7. El 7 cruzó el Caya y ese mismo día, tras cruzar el río, se pasó muestra al ejército por segunda vez. Desde el Caya pasó a la Torre de Sequeira donde acampó la noche del 7 al 8. El día 8 marchó a la Fuente de los Zapateros pero había sido destruida. La falta de agua forzó al ejército a seguir hasta las Ventas de Alcaraviça aunque una fuerza de vanguardia llegó a Borba el día 8. El grueso del ejército acampó en las Ventas de Alcaraviça la noche del 8 al 9.

¹⁰ B.N., Madrid, Mss, 2392, *Respuesta de vn soldado...*, fol. 152v-153.

¹¹ B.N., Madrid, Mss, 2392, *Respuesta de vn soldado...*, fol. 152v-153.

¹² *Mercvrio Portvgvez com as novas do mez de Mayo do Anno 1665*, B.N., Lisboa, fol 176v; BERGER, José Paulo.: *A Batalha de Montes Claros. Perspectiva de um Engenheiro Militar*, Exército, Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar, 2015, pág. 45.

¹³ Según Francisco Fabro Bremundán, el retraso de los preparativos (retraso en la llegada de nuevas tropas y pertrechos, retraso de la paga de los soldados, etc) “*pone de muy mal humor al s^r Marqués*” (B.N., Madrid, Mss.2392, fol. 73).

La tarde-noche del 9 al 10 comenzaron los ataques a las fortificaciones exteriores de Vila Viçosa. Los ataques fracasaron y se retomaron la mañana del día 10.

3.1. El ejército castellano

El marqués de Mortara había previsto que para la campaña de Portugal de 1665 era necesario levantar un ejército de 16.000 infantes, si bien, la Junta de Provisiones estimó que debía reunirse un ejército de al menos 20.000 infantes. El marqués de Mortara también había previsto movilizar 152 carros, 591 mulas, 2.087 acémilas, 6.000 bagajes y 747 carretas para el tren de la artillería y la proveeduría¹⁴.

Para cuantificar la fuerza castellana movilizada en la campaña de 1665 utilizaremos en primer lugar una carta de Caracena, fechada en Badajoz el 5 de junio de 1665, que recoge la muestra que se pasó al ejército acuartelado en Gévora-Bótoa el día 28 de mayo

*“...la (gente) que ha pasado muestra es 11.980 infantes y 5.800 cavallos sin los Oficiales, si bien falta Fabry y Cheerro y cinco compañías que hay en las Plazas, estos no serán 1.300 de muestra, y cada día serán menos por los muchos enfermos que van cayendo, no haviendo tampoco los carruajes y bagages necesarios para llevar los viveres que seria menester para la marcha...”*¹⁵

Podemos completar y precisar estas cifras con las que recoge la *Relación del gasto mensual que ocasiona el ejército* (4 de junio de 1665). Este documento detalla la composición del carruaje de la artillería, la proveeduría general, el hospital de campaña y los *gastos secretos*:

- El carruaje de la artillería contaba con “175 carros de mulas 929 acemilas y 432 mulas de tiro que son las que hoy se han recibido y han llegado”¹⁶
- La Proveeduría General contaba con 4.143 bagajes menores, 446 carretas de bueyes y 8 carretas.
- Se completaba el listado con el hospital de campaña y los llamados “gastos secretos” (pago a espías e informadores).

La *Relación del gasto mensual que ocasiona el ejército* también especifica que esperaban

¹⁴ I.H.C.M., Madrid, Colección Aparici XXVII, fol. 271.

¹⁵ I.H.C.M., Madrid, Colección Aparici XXVIII, ff. 26v-27. En una carta anónima se da a entender que la muestra se pasó el día 25 de mayo (B.N., Madrid, Relación de la muestra que se paso al ejercito reunido en la rivera de Evora el 25 de mayo, Mss. 2392, fol. 140); ESTÉBANEZ CALDERON, S.: *Obras completas*, op. cit., pág. 198.

¹⁶ I.H.C.M., Madrid, Colección Aparici XXVIII, fol. 19.

“...77 carros de mulas 371 acemilas, 168 mulas de tiro que faltaban de venir al Egercito para el cumplimiento del asiento que está hecho para la Artilleria y 1.857 vagages y 354 carretas de Bueyes á cumplimiento de 6.000 vagages, y 800 carretas que han de llegar al Egercito para la Proveeduría General y de comisarios de vagages y 8 carretas...”¹⁷

En la muestra del 28 de mayo faltaron varios efectivos que fueron llegando a Badajoz y Vila Viçosa más adelante. En la *Relación del gasto mensual que ocasiona el ejército* (4 de junio de 1665) se asegura que

*“...se esperaban 400 hombres que bienen marchando de Cataluña los cuales bendrán en 8 compañías con sus oficiales (...)
Del Reyno de Valencia se está esperando un Tercio de infanteria que viene marchando, que se supone que tendrá hasta 500 hombres con los oficiales de primera plana, el cual se considera en 10 compañías (...)
El Regimiento de caballeria alemana del varon Fabri que llegó al Egercito después de muestra y el del varon de Chebro que se remontó en el Andaluçia que todavía no ha llegado (4 de junio) tienen sus estados Coroneles y 21 compañías (...) tendrán hasta 294 Oficiales de primeras planas y 1170 soldados montados, y 100 desmontados...”¹⁸*

Es decir, la caballería alemana de Fabri se había incorporado al ejército entre los días 28 de mayo y el 4 de junio. Por el contrario, las tropas de Chebro no habían llegado a Badajoz el 4 de junio. En cualquier caso, varios autores se hacen eco de la llegada de nuevas fuerzas tras la muestra del día 28¹⁹.

La segunda muestra que se tomó al ejército se realizó el 7 de junio. Según el marqués de Caracena en esta muestra se contabilizaron más de 10.000 infantes y 6.500 caballos²⁰. A la vista de esta cifras llama la atención que entre el 28 de mayo (primera muestra) y el 7 de junio (segunda muestra) la infantería se

¹⁷ I.H.C.M., Madrid, Colección Aparici XXVIII, ff. 19v y 20.

¹⁸ I.H.C.M., Madrid, Colección Aparici XXVIII, ff. 14, 17v, 18, 18v.

¹⁹ B.N., Madrid, Mss. 2392, fol. 77v y 79v.

La *Narrativas da guerra da Restauração* y la *Relacion verdadera y pontval* recogen que el día 16 el marqués de Caracena recibió un refuerzo de 1.500 infantes (MADUREIRA DOS SANTOS, H.: *Cartas e outros documentos da época da Guerra da Aclamação*, Lisboa, 1973, pág. 142; *Relacion verdadera...*, op. cit., pág. 11).

Por último, Diego Fernández de Almeida señala que el día 15 salió de Olivenza gran cantidad de pólvora, balas, cuerda, granadas y bombas y la guarnición de aquella plaza le dio escolta hasta Juromenha. Posiblemente el destino final de estos suministros fuese Vila Viciosa y pudieran corresponderse con el refuerzo de 1.500 infantes que según las *Narrativas da guerra da Restauração* y *Relacion verdadera y pontval* se incorporaron al ejército de Caracena el día 16 de junio.

²⁰ B.N., Madrid, Mss. 2392, fol. 164; ESTÉBANEZ CALDERON, S.: *Obras completas*, op. cit., pág. 204.

hubiese reducido en más de 2.000 infantes y la caballería hubiese aumentado en cerca de 700 hombres aunque en este caso hemos de advertir que en la muestra de 28 de mayo no se incluyeron a los oficiales de la caballería y entre el 28 de mayo y el 4 de junio se incorporó el regimiento de caballería alemana del Fabri. Como quiera que sea, esta reducción tan drástica de efectivos cobra sentido si tenemos presente que Caracena la presentó después del desastre de Montes Claros y creemos que pretendía ser un testimonio autoexculpatorio.

La *Relaçion y diario de lo sucedido en este exercito este año de 1665* también resulta básica para cuantificar la fuerza castellana pues recoge las muestras del 28 de mayo, 7 de junio y la batalla:

- En la muestra del 28 de mayo el ejército se componía de 12.000 infantes y 6.600 caballos y en la muestra del 7 de junio se contabilizaron 10.664 infantes y 6.422 caballos.
- El ejército que combatió en la batalla de Montes Claros se componía de 7.000 infantes en 11 escuadrones y 5.000 caballos pues buena parte de la fuerza castellana había quedado guarneciendo Borba, los ataques a Vila Viçosa, etc. Tampoco podemos olvidar que los ataques a Vila Viçosa habían sido muy duros y como consecuencia de ello más de mil hombres resultaron “*enfermos y heridos*” y no pudieron participar en la batalla.
- El ejército castellano perdió en la batalla 14 piezas de artillería (4 medios cañones, 4 cuartos de cañón y 6 sacres), 200 carros, hornos de hierro para hacer pan, harina, municiones, etc²¹.

En los cuadros 1 y 2 exponemos la valoración que los distintos autores y fuentes hacen de la fuerza castellana. Las diferencias son sustanciales y pueden deberse a que unos ofrecen el total de la fuerza castellana y otros solo las fuerzas que intervinieron en la batalla. Así mismo, no debemos olvidar la escasa objetividad de muchas fuentes.

Las fuerzas castellanas se completaban con los ingenieros que resultaban esenciales en las operaciones de sitio. Tenemos documentados tres ingenieros: Nicolás de Langres (resultó muerto al final del sitio), Ambrosio Borsano (recibió tres heridas durante el sitio) y Lorenzo Possi.

²¹ B.N., Madrid, Mss. 2392, fol. 156v, 166 y 168.

Cuadro 1. El ejército castellano según autores y fuentes castellanas

FUENTE	FECHA	INFANTERIA	CAVALLERÍA	OTROS	TOTAL
M. García Luna.	29 de mayo de 1665	16.000	6.800	2.000 acémilas 4.000 carros	22.800
Diario de la Campaña	1665	16.000	Más de 7.000		Más de 23.000
Francisco Fabro Bremundán	30 de mayo de 1665	14-15.000	Hasta 8.000		
Relaçion y diario	Muestra de 28 de mayo de 1665	Poco mas de 12.000	6.600		Poco más de 18.600
Relaçion y diario	Muestra del 7 de junio de 1665	10.664	6.422	4 medios cañones, 4 cuartos de cañón, 6 sagres y 200 carros	17.086
Francisco Fabro Bremundán	7 de junio de 1665	10.420 en 15 escuadrones	6.500 (Repartidos en 60 batallones)	14 piezas de artillería (4 de 24 libras)	16.900
Rafael Valladares		Cerca de 13.000	6.500		<19.500
Carta anónima	1665	12.200	7.000		19.200
Serafín Estébanez Calderón		12.000	6.500		18.500
Carta anónima	17 de junio de 1665	10.000	5.500		15.500
Carta anónima	19 de junio de 1665	Hasta 7.000			
Carta anónima	20 de junio de 1665				11.000
Francisco Hurtado de Mendoza	9 de junio de 1665	6.000			
Diario de la marcha	Junio de 1665	12.000	6.500		18.500

Vila Viçosa no se rinde. El sitio de 1665 (1.ª parte)

Cuadro2. El ejército castellano según autores y fuentes portuguesas

FUENTE	FECHA	INFANTERÍA	CABALLERÍA	OTROS	TOTAL
Nuno Gonzalo Monteiro					Más de 20.000
Ericeira		15.000	7.600	14 piezas (2 morteros)	22.600
Narrativas da guerra da Restauração	Mayo de 1665	14-15.000	7-8.000	14 piezas (4 trabucos)	
Narrativas da guerra da Restauração	Junio de 1665	Cerca de 15.000 + 1.500	Casi 8.000		23.000 +1.500
Relación verdadera	1665	14-15.000 + 1.500	7.663	14 piezas (4 medios cañones, otras menores y 2 trabucos)	20-21.663 + 1.500
Carlos Selva-gem					20-30.000
Oficial inglés	1665	12.000	6.000		18.000
Mercurio portugués	Junio de 1665	14-15.000	7.663	14 piezas (4 medios cañones, otras piezas de 12, 8 y 6 libras y dos trabucos)	20-21.663
Mercurio portugués	Diciembre de 1665	Cerca de 15.000	8.000	14 piezas (cuatro medios cañones, otras piezas de 12 y 8 y seis trabucos)	Cerca de 23.000
Mercurio portugués	Septiembre de 1665	12.622	6.484		19.106
Ribero Macedo		14.000	7.5000		21.500
Nuno Lemos Pires					Entre 20.000 y 30.00
Claudio da Conceição		15.000	7.600	14 piezas de artilleria 2 morteros	22.600

3.2. Vila Viçosa. Las fortificaciones

Entre 1640 y 1665 trabajaron en Vila Viçosa los mejores ingenieros al servicio de Portugal (Cosmander, Jean Gillot, Diego de Aguiar, Nicolás de Langres, etc.). Estos ingenieros, y algunos militares (como Schomberg), diseñaron distintas fortificaciones destinadas a reformar, reforzar y mejorar las defensas de Vila Viçosa.

En 1665 las fortificaciones de Vila Viçosa estaban organizadas en tres recintos adyacentes y escalonados:

- La villa nueva (conocida también como el arrabal y la villa baja) estaba cercada con una muralla (cerca nueva) iniciada en el siglo XVI por el duque Don Jaime y concluida por el duque Teodosio I.

Plano 1. Villa Viziosa nel modo che stava al 8 di giugno 1665 Quando fu attachata por Lorenzo Possi, Instituto Ibero-Americano de Berlín, Port-al-da-6 (SÁNCHEZ RUBIO, C.; SÁNCHEZ RUBIO, R.; TESTÓN NÚÑEZ, I.: *El atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687*, Fundación Caja de Badajoz, Badajoz, 2014, pág. 37).

Los planos de Nicolás de Langres y Lorenzo Possi del 8 de junio muestran el mismo trazado de la cerca nueva pues Possi debió copiar a Nicolás de Langres. Por el contrario, el plano que Possi levantó con los ataques al castillo muestra un trazado diferente de la cerca nueva. No sabemos como interpretar este hecho aunque no descartamos que Possi levantase este segundo plano en Italia, muchos años después del suceso, y basándose en cartografía que ya circulaba por Europa (planos de Alain Manesson Mallet, Nicolás de Fer, etc.). Creemos que el plano de Nicolás de Langres es el que mejor se ajusta al trazado real de la cerca

- La villa vieja (conocida también como villa alta, medieval y castillo viejo) estaba cercada con una muralla medieval. La muralla fue reparada durante la guerra y también se demolieron las casas que tenía adosadas a su cara exterior. Los puntos más débiles de la muralla fueron reforzados con distintas obras (estacada y una posible media luna frente a la Puerta de Nuestra Señora de los Remedios). El padre Joaquín José da Rocha Espanca señala que en 1664 se plantó una estacada frente a la Puerta de los Remedios y el día 10 de junio de 1665 las fuerzas de la guarnición ocuparon “*as meias luas que defendíam a muralha antiga da Cerca*”²². Hasta el momento no hemos podido identificar claramente dichas medias y la cartografía del sitio no las recoge.

²² ROCHA ESPANCA DA, J. J. “Memórias de Vila Viçosa” in *Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, n.º 9, Vila Viçosa, 1983, pág. 41.

- El castillo (castillo nuevo) era el principal bastión defensivo tanto por su emplazamiento como por su consistencia y diseño. Había sido construido por los duques de Braganza en el siglo XVI. El núcleo central tenía planta cuadrada y estaba flanqueado con dos torreones artillados. El núcleo central estaba rodeado por un profundo foso que también estaba batido y flanqueado desde las cañoneras bajas de los torreones.

Durante la Guerra de la Restauración se construyó en torno al castillo un recinto de traza abaluartada y planta en forma de estrella compuesto por camino cubierto, estacada, glacis, etc.

- El Fuerte de San Benito. En el siglo XVI se había levantado en el Cerro de San Benito una fortificación que no debía encontrarse operativa cuando comenzó la guerra pues Nicolás de Langres no la muestra en su plano²³. Durante la guerra se construyó en torno a la ermita de San Benito un fuerte abaluartado que sustituyó a la fortificación del siglo XVI, si bien, en 1663, se ordenó su demolición pues se consideró que el fuerte podría ser perjudicial para la defensa de la población²⁴. Pese a todo, el gobernador de Vila Viçosa, ordenó ocupar y guarnecer las ruinas del fuerte “*não p.^a resistir mas p.^a quebrare o impetu pr.^o da Cavallaria*”²⁵. Es decir, el fuerte no era defendible y Cristóvão de Brito solo pretendía dificultar el avance de la caballería.

3.3. Guarnición

El gobernador de Vila Viçosa era Cristóvão de Brito Pereira que era un competente soldado. Las fuerzas con las que contaba son objeto de polémica. Según las *Narrativas da guerra da Restauração* la guarnición se componía de las siguientes fuerzas:

- Dos tercios pagos. Uno de los tercios estaba al mando Francisco de Moraes Henriques (tercio del conde de San Juan gobernador de las armas de Trás-os-Montes) y el otro, que era el de la plaza, lo mandaba Manuel Lobato Pinto. Ambos tercios sumaban unos 1.200 hombres

²³ PASSÃO SALGUEIRO, T.: *Fortificações Quinhentistas de Vila Viçosa. A cerca Nova e o Forte de São Bento*, Fundação da casa de Bragança, Lisboa, 2014.

²⁴ MENESES, L.: *Historia de Portugal Restaurado*, op. cit., pág. 301. En efecto, en 1664 el marqués de Marialva lo reseña como “*imperfeito*” (LARANJO COELHO, P.M.: *Cartas dos governadores da provincia do Alentejo a el-Rei D. Afonso VI*, Vol. III, Lisboa, 1950, pág. 322).

²⁵ MAGALHÃES SEPÚLVEDA, C. A.: *Historia orgânica e política do Exército português*, Vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1898; ESPÍRITO SANTO, G.: *Montes Claros. 1665. A vitória decisiva*, Batalhas de Portugal 22, Tribuna da História, Lisboa, 2005, pág. 53.

- Los auxiliares de Tomás Estrada que sumaban unos 150 hombres
- Unos 200 paisanos, mandados por el capitán António Andrada de Arruda. En este cuerpo destacaron los espingarderos que causaron muchas bajas a las fuerzas castellanas²⁶

La guarnición recibió distintos refuerzos durante el sitio:

- El Sargento Mayor João Pereita que había llegado a Estremoz procedente de Lisboa y al saber que su tercio (Tercio del conde de San Juan) se encontraba sitiado en Vila Viçosa no dudó en incorporarse a él. Según Ericeira “*mostrou no asalto ao grande utilidade da sua persoa*”²⁷.
- La *Relaçion y diario de lo sucedido en este exercito* recoge que el día 16 entraron en el castillo de Vila Viçosa 100 hombres de refuerzo²⁸

La artillería se componía de 10 piezas, dos de ellas de hierro, y estaba dirigida por el comisario Esteban Maná. El ingeniero de la guarnición era Iacome²⁹. Asimismo, la plaza estaba perfectamente abastecida para resistir un sitio.

Las fuentes y autores castellanos también ofrecen sus propios cálculos sobre la guarnición:

- Serafín Estébanez Calderón estima la guarnición en 1.000 infantes escogidos (soldados pagos) y las milicias de la población³⁰.
- En la *Respuesta de vn soldado del Exercito de Estremadura* precisa que la guarnición se componía 2.000 hombres de ellos 1.500 eran pagos y el resto “*naturales del lugar, que defendian su casa*”³¹

²⁶ MADUREIRA DOS SANTOS, H.: *Cartas e outros documentos da época da Guerra da Aclamação*, op. cit., pág. 143. El padre Espanca señala que los dos tercios eran de Trás-os-Montes y estaban al mando de Francisco de Moraes Henriques y Tomás Estrada (ROCHA ESPANCA DA, J. J. “Memórias de Vila Viçosa” in *Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, n.º 9, Vila Viçosa, 1983, pp. 37-38).

Ericeira señala que los soldados de los tercios sumaban 1.400 hombres y contaban con 11 piezas de artillería (MENESES, L.: *Historia de Portugal Restaurado*, op. cit., pág. 298). La *Relacion verdadera* estima la guarnición de Vila Viçosa en “mil trezientos y diez hōbres (contando 190 vizinos de la misma Villa, de que era Capitan Antonio de Andrada de Arruda)” (*Relacion verdadera...*, op. cit., pág. 5).

El *Mercurio portugués* coincide con la *Relación verdadera* y solo precisa que la guarnición se componía de “mil trezientos & dez homens, entrando nestes cento & sincuenta auxiliares, & cento & nouenta dos moradores” (*Mercvrio Portvgvez com as novas do mez de Jynho do Anno 1665*, B.N., Lisboa, fol 180).

²⁷ MENESES, L.: *Historia de Portugal Restaurado*, op. cit., pág. 304.

²⁸ B.N., Madrid, Mss. 2392, fol. 166.

²⁹ *Relacion verdadera...*, op. cit., pág. 13.

³⁰ ESTÉBANEZ CALDERÓN, S.: *Obras completas*, op. cit., pág. 129.

³¹ B.N., Madrid, Mss. 2392, *Respuesta de vn soldado del Exercito de Estremadura, à vna carta de vn Ministro de Madrid, en que le pide le diga lo que entiēde sobre vn papel de*

- El documento *Sucesso de la Batalla* no da cifras exactas pero recoge que el día 8 entraron en Vila Viçosa “*tres mill infantes y quinientos cauallos a Villauiciosa para que tomasen los puestos*”³²
- El Capitán Silva y Falcón asegura que “*havia en el castillo mil y quinientos hombres escogidos y seiscientos paisanos escopeteros*”³³
- *Relación de la marcha* apunta que unos frailes de Vila Viçosa informaron al marqués de Caracena que la guarnición se componía de 1.800 hombres³⁴

4. El sitio

Para seguir el desarrollo del sitio hemos hilvanado informaciones procedentes de distintas fuentes (manuscritas, impresas y cartografías) pero no hemos conseguido armar un relato plenamente satisfactorio pues la mayor parte de los documentos ofrecen versiones interesadas y, a veces, falseadas. Muchos de estos documentos son ante todo propaganda y otros se escribieron como alegatos inculpativos o autoexculpatorios y, por tanto, debemos valorar con suma prudencia lo que en ellos se recoge.

Es habitual también que las fuentes presenten informaciones contradictorias. Esta falta de sintonía resulta especialmente llamativa en el caso de la cartografía pues los tres planos conocidos (los dos planos del ingeniero militar Lorenzo de Possi y un grabado de Gaspar Bouttats) ofrecen tres imágenes distintas de la posición y ubicación de los ataques, las baterías, etc.

Por último, los diarios no coinciden al fechar muchos acontecimientos (instalación de la artillería, número y posición de los aproches, asaltos a la estacada del castillo y a la brecha del Pozo del Concelho, etc), por ello, es muy probable que algunos hechos de armas aparezcan repetidos pues no descartamos que un mismo hecho aparezca fechado en distintos días. Por todo ello, las líneas que siguen son una propuesta y no un trabajo cerrado. Una propuesta que nuevas investigaciones vendrán a precisar, confirmar o desmentir.

cargos que auia salido en aquella Corte contra el Marques de Caracena, sobre la campaña deste año de 1665, fol. 154v.

³² A.G.S., *Sucesso de la Batalla que El marques de Caracena tubo sobre el sitio de Villa Viciosa...*, fol. 312v.

³³ B.N., Madrid, Carta del Capitán Silva y Falcón, fechada en Badajoz el 18 de junio de 1665, Mss. 2392, fol. 59.

³⁴ B.N., Madrid, Mss. 2392, fol. 5v.

4.1. Día 9 de junio

El gobernador, Cristóvão de Brito, no había permanecido impasible ante el avance castellano y había ordenado ocupar distintos puestos:

- El Fuerte de San Benito. Estaba guarnecido con 150 mosqueteros agrupados en tres mangas al mando del Maestre de Campo Tomás de Estrada y los capitanes António de Mesquita, José de Magalhães y Manuel Antonio del tercio de Tras-os-Montes.
- En la Puerta de Nó estaba el capitán Francisco de Carvalho del tercio de Manuel Lobato
- El palacio estaba guarnecido por el capitán Blas Torrado del tercio de Manuel Lobato³⁵.

La *Relacion verdadera* añade que algunas compañías del tercio de Manuel Lobato “guarnecian otras partes”³⁶.

Todas estas guarniciones estaban formadas por soldados pagos o profesionales pues los auxiliares y las ordenanzas se encontraban en el castillo y la villa vieja.

El día 9 de junio el grueso del ejército castellano se acuarteló en Borba pero una fuerza de vanguardia se adelantó a Vila Viçosa para ocupar los puestos exteriores que Cristóvão de Brito había guarnecido³⁷. La fuerza castellana se componía de “*dos Esquadrones de Infanteria y quatro batallones de caualleria com Monsiur de Langre, como tan platico de aquella Praça*”³⁸. Unas fuentes estiman esta fuerza en 1.500 infantes y 2.000 caballos y otras en 2.000 infantes y 1.000 caballos³⁹.

³⁵ MENESES, L.: *Historia de Portugal Restaurado*, op. cit., pág. 304; BERGER, J. P.: *A Batalha de Montes Claros. Perspectiva de um Engenheiro Militar*, op. cit., pág. 50.

³⁶ *Relacion verdadera...*, op. cit., pág. 5.

³⁷ B.N., Madrid, Mss, 2392, *Respvesta de vn soldado...*, fol. 155.

³⁸ B.N., Madrid, Mss, 2392, *Respvesta de vn soldado...*, fol. 155.

El *Diario de la marcha* recoge este movimiento casi en los mismos términos (B.N., Madrid, Mss 2392, fol. 5v-6). El *Diario de la campaña* solo señala que una parte del ejército se adelantó hasta Vila Viçosa (B.N., Madrid, Mss. 2392, fol. 148). Una carta, anónima y sin datar pero contemporánea de los hechos, apunta la vanguardia del ejército castellano atacó Villa Viçosa y “*ocuparon la Villa con poco Repugnancia*” (B.N., Madrid, Mss. 2392, fol. 140v-141). Esta última información es evidentemente errónea. Por último, el *Sucesso de la Batalla* asegura que el día 9 por la tarde tres tercios (españoles, italianos y alemanes) atacaron Vila Viçosa (A.G.S., *Sucesso de la Batalla...*, fol. 312v). No descartamos que se refiera a la fuerza de asalto del día siguiente (en la que intervinieron tercios españoles, valones e italianos), o bien, que sean los tercios de procedencia de la fuerza de asalto.

³⁹ B.N., Madrid, Mss. 2392, fol. 69; MADUREIRA DOS SANTOS, H.: *Cartas e outros documentos da época da Guerra da Aclamação*, Lisboa, 1973, pág. 133.

La artillería portuguesa intentó deshacer el ataque pero no lo consiguió y los castellanos se lanzaron al asalto de los puestos exteriores (Palacio Ducal, Puerta de Nó y Fuerte de San Benito) sin tomar demasiadas precauciones⁴⁰. La *Relação do sitio de Vila Viçosa escrita por hum religioso* recoge que

“...ao meio dia andaua ja com nosco ás pelouradas, guarnecerão os nossos as trinch^{ras} da v.^a, e ainda o forte de S. Bento não p.^a persistirem ali por dias q por quebrarem o prim^{to} impetu da Cavallaria: carregou esta sobre a porta dos nós com tanta temeridade como quem vinha de Borba, de tal man^{ra} q. ficando descubertos aos de S. Bento, e a queima roupa dos das trinch^{ras} sahirão como mosquitos, e não se querião retirar...”⁴¹

El documento conocido como *Narrativas da guerra da Restauração* abunda en la misma línea pues asegura que el día 9, a las dos de la tarde, la fuerza castellana avanzó sobre Vila Viçosa

“...e querendo depois ganhar os postos inuadir a porta dos Nos, os nossos que estauão da banda [de] dentro esperarão o inimigo com ella aberta e lhe fizerão tal hospedagem em que pereceo hũa grande parte da gente com que a inuistio porem reconhecendo respeito a nosso valor se retirou ficando lhe mortos mais de quinhentos homens e fora mayor o número se D. Diogo Cauallero mestre de campo general não mandara logo logo (sic) se recolhersse a sua gente deste modo porque sem duvida toda perecera porque os nossos estauão em boa ordem muitos de mão[s] posta[s] pelas bocas das ruas esperando o inimigo, certos que auião de castigar seu atriuimento. Tendo o gouernador Cristouão de Brito Pereira mandado voar o forte de S. Bento porque assi lho auia ordenado o marquez de Marialua que fica distante de Villa Viçosa de um tiro de mosquete, procurou o inimigo ocupar suas ruinas para dellas bater a praça. Os nossos lhe derão hũa rija encami-sada que custou a uida a dusentos dos sitiadores, e os mais escaparão porque a fiarão dos pés, estes forão os galhardos principios da nossa valentia...”⁴²

⁴⁰ B.N., Madrid, Mss 2392, *Diario de la marcha*, fol. 5v-6. El *Sucesso de la Batalla* señala que “los de la Plaça de Villabiciossa reciuieron a los nuestros con su artilleria y mucha mosqueteria en que de nuestra parte se reciuio mucho daño” (A.G.S., *Sucesso de la Batalla...*, op. cit., fol. 312-312v).

⁴¹ *Relação do sitio de V.^a Viçosa escrita por hum religioso da comp.^a de Jhus q ali assistio a outro estaua no Coll.^o de Euora*, B.P.E., CV/1-8, ff. 168v-169; MAGALHÃES SEPÚLVEDA, C. A.: *Historia orgánica e política do Exército português*, Vol. II, Impresa Nacional, Lisboa, 1898; ESPÍRITO SANTO, G.: *Montes Claros. 1665. A vitória decisiva*, op. cit., pág. 53).

⁴² MADUREIRA DOS SANTOS, H.: *Cartas e outros documentos da época da Guerra da Aclamação*, Lisboa, 1973, pp. 133 y 134.

Podemos concluir que la fuerza castellana de asalto se componía de 2 escudrones de infantería y cuatro de caballería que sumaban unos 2.000 infantes y entre 1.000 y 1.500 caballos. Mandaba la fuerza el Maestre de Campo General Diego Caballero y le acompañaba Nicolás de Langres que conocía muy bien Vila Viçosa pues había trabajado como ingeniero para Portugal.

A mediodía, los castellanos se aproximaron a Vila Viçosa por el camino de Borba. La artillería portuguesa abrió fuego contra ellos cuando estuvieron a su alcance pero no logró frenar su avance. Los castellanos alcanzaron la *Porta do Nó* y la asaltaron sin tomar demasiadas precauciones pues estaba abierta y creían que el puesto estaba abandonado. Solo era una trampa. La vanguardia castellana fue sorprendida por la guardia de la puerta que estaba parapetada en el interior de la misma y también fue flanqueada desde el Fuerte de San Benito. El ataque fracasó y los castellanos se vieron obligados a retirarse.

Los castellanos también atacaron el Fuerte de San Benito. El fuerte había sido volado en 1663 pero Cristóvão de Brito había guarnecido sus ruinas y el asalto castellano fracasó.

La *Porta do Nó* y el Fuerte de San Benito no fueron los únicos puestos atacados pues el *Diario de la marcha* asegura que

“...quando dio vista a la Praça Monsiur Langre, lo hizo tan descubierto de vna media luna que tenia fuera el enemigo ocupada con Ynfanteria que nos hirio algunos 40 hombres...”⁴³

La única media luna que hemos documentado en el sector atacado por los castellanos se encontraba en las traseras del Palacio Ducal y además otras fuentes señalan que los castellanos atacaron el Palacio Ducal. El asalto a este punto también fracasó⁴⁴.

Los combates se extendieron entre el mediodía y la noche y las pérdidas castellanas fueron importantes. La *Relacion verdadera* estima que murieron 100 hombres y otros tantos resultaron heridos⁴⁵. Ericeira calcula que llegaron a 300 hombres y la *Relação do sitio de Vila Viçosa escrita por hum religioso* cifra la pérdida en 50 hombres, si bien, recoge que otros la elevaron hasta 100⁴⁶. El *Sucesso de la Batalla* precisa que la artillería y la mosquetería portuguesa cau-

⁴³ B.N., Madrid, Mss 2392, *Diario de la marcha*, fol. 5v-6.

⁴⁴ La versión que nos presenta la *Relacion verdadera* no difiere mucho de lo que exponen los testimonios anteriores (*Relacion verdadera...*, op. cit., pág. 5).

⁴⁵ *Relacion verdadera...*, op. cit., pág. 5.

⁴⁶ *Relação do sitio de V.^a Viçosa escrita por hum religioso da comp.^a de Jhus q ali assistio a outro estaua no Coll.^o de Euora*, B.P.E., CV/1-8, fol. 69. En otras versiones de este mismo documento se reduce el número de muertos desde 100 a 70 (*La Relação do Sítio que o Marquês de Caracena pôs a Corte de Vila Viçosa* – AIRES DE MAGALHÃES SEPÚLVEDA, C.: *História Orgânica e Política do exército Português*, vol. II, pág. 99).

saron mucho daño en el ejército castellano aunque el *Diario de la marcha* solo reconoce 40 heridos⁴⁷.

Las pérdidas portuguesas fueron muy inferiores pues solo murieron el capitán José de Magalhães y cuatro soldados.

La inesperada resistencia de la villa inquietó a algunos frailes de San Francisco y San Agustín que se entrevistaron con el marqués de Caracena pues temieron que la resistencia provocara posteriores represalias y el saqueo indiscriminado. En dicha reunión manifestaron que “*la Villa no era la que se defendía, que se doliese de dos Conuentos que auia en ella para no permitir su ruyna*”⁴⁸

La fuerza castellana, tras fracasar en este primer intento, se retiró. No obstante, Christóvão de Brito era consciente que los puestos exteriores no podrían resistir un nuevo ataque y no podía permitirse perder parte de su guarnición en posiciones que eran indefendibles, por ello, ordenó abandonar dichos puestos. Durante la noche las guarniciones del Fuerte de San Benito, Palacio, Puerta de Nó, etc se retiraron al recinto medieval y al castillo. La *Relacion verdadera* señala que

“...De noche mandó el Gouernador Christoual de Brito retirar los nuestos, porque baxauan tres tercios por la huerta del monasterio de las Llagas a cortarlos, y era impossible conseruar aquellos puestos; y luego los Maesses de Campo Manuel Lobato Pinto y, Francisco de Moraes Henriques hizieron en la estacada, y esplanadas las cortaduras conuenientes...”⁴⁹

Es decir, los puestos exteriores además de ser indefendibles podían quedar aislados si los castellanos conseguían entrar en la villa nueva por el convento das Chagas cortándoles la retirada hacia la villa vieja y el castillo.

4.2. Día 10 de junio

El ataque castellano de la tarde-noche del día 9 fue un tropiezo inesperado que solo sirvió para que las operaciones del día 10 se planificasen con más prudencia y mayores fuerzas.

Según la *Relaçion y diario de lo sucedió en este exerçito* los ataques del día 10 fueron realizados por

⁴⁷ B.N., Madrid, Mss. 2392, *Diario de la marcha*, fol. 5v-6; AIRES DE MAGALHÃES SEPÚLVEDA, C.: *Historia orgánica e política do Exército português*, Vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1898; A.G.S., *Sucesso de la Batalla...*, op. cit., fol. 312-312v.

⁴⁸ B.N., Madrid, Mss. 2392, *Diario de la marcha*, fol. 5v-6.

⁴⁹ *Relacion verdadera...*, op. cit., pág. 6; BERGER, J. P.: *A Batalha de Montes Claros. Perspectiva de um Engenheiro Militar*, Ejército, op. cit., pág. 50.

“...tres escuadrones que fueron el de banguardia del conde de torres bedras y d. Rodrigo muxica con el y el de balones de el conde fel[] y el de Italianos del duque de cansano y d. marçio Orilla...”⁵⁰

Por lo que se refiere al desarrollo de las operaciones, el *Diario de la marcha* precisa que

“...Poco antes del anocheçer (noche del 9 al 10) marchó nuestra Manguardia (sic) de Ynfanteria con Don Rodrigo de Moxica con orden para entrar en la Villa sin ninguna detención, aunque despues se tuuo por inconveniente por la forma en que estaban los soldados; pero el enemigo no aguardó este auanze porque al anocheçer desampararon las fortifiçaciones de afuera y aun la villa y se ençerró en el Castillo...”⁵¹

Es decir, tras fracasar los asaltos de la tarde-noche del 9, el marqués de Caracena ordenó a Rodrigo Moxica que tomase los puestos exteriores esa misma noche (noche del 9 al 10) pero Rodrigo Moxica encontró tan quebrantada a la fuerza castellana que decidió retrasar el ataque. Cuando las tropas de Rodrigo Moxica avanzaron encontraron los puestos abandonados y la villa des poblada pues los vecinos se habían refugiado en el castillo la villa medieval. En la villa nueva solo habían quedado algunos religiosos y religiosas en sus conventos⁵². En los conventos de mojas se habían refugiado algunas mujeres “*das principias da terra*” y los jesuitas acogieron a “*alguns miseráveis*” en su iglesia y portería⁵³.

Para seguir el asalto a la villa resulta fundamental la *Relaçion y diario de lo suçedido en este exerçito* aunque este documento mezcla en una misma acción los ataques de la tarde-noche del 9 y la mañana del día 10 no obstante, es fácil

⁵⁰ B.N., Madrid, Mss. 2392, *Relaçion y diario de lo suçedido...*, fol. 164v.

El *Diario de la Campaña* y el *Diario de la marcha* solo citan a los tercios de Rodrigo Moxica y el conde de Torres Vedras (B.N., Madrid, Mss. 2392, *Diario de la marcha*, fol. 6; *Diario de las campaña*, fol. 148v).

Una carta anónima escrita en Badajoz el 20 de junio insiste que el día 10 “*entró Don Rodrigo Moxica empeçando el ataque de las fortificaciones del castillo*” (B.N., Madrid, Mss. 2392, fol. 69).

⁵¹ B.N., Madrid, Mss. 2392, *Diario de la marcha*, fol. 6.

⁵² La *Relação do Sítio que o Marquês de Caracena pôs a Corte de Vila Viçosa* (MAGALHÃES SEPÚLVEDA, C. A.: *História Orgânica e Política do exército Português*, vol. II, pág. 99). El *Sucesso de la Batalla* señala que los castellanos entraron en la villa a las dos de la madrugada y la encontraron desierta pues los vecinos “*la hauian desamparado sacando todo lo que hauia en las casas de prouecho y retirandose con ello al castillo*” (A.G.S., *Sucesso de la Batalla...*, op. cit., fol. 312v).

⁵³ *Relação do sítio de V.^a Viçosa escrita por hum religioso* op. cit., fol. 170; ROCHA ESPANCA DA, J. J. “*Memórias de Vila Viçosa*” in *Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, n.º 9, Vila Viçosa, 1983, pág. 42.

separar las acciones de uno y otro día. Este documento precisa que las tropas castellanas una vez reconocidos los puestos exteriores

“...se nombraron de uno de los tres escuadrones jente que se adelantase a quien seguían despues sus escuadrones cada uno por su parte de los españoles fue el sarg^{to} mayor delante de torres bedras con 50 picas y 100 bocas de fuego por la parte de los jesuitas. Los balones por otro puesto y los Italianos por la parte de la muralla vieja. Los que toco por la Villa nueva no hallaron [nin]guna resistencia por estar desamparada del enemigo Con que la mesma mañana abiendo entrado en la plaza de la Villa y a[bri]endo comunicación por dos partes de una casa en otra la buelta del castillo se llevo a ocupar las postreras casas que distarían de [la] estacada y estrada qubierta como asta 80 pasos...”⁵⁴

Es decir, para evitar sorpresas cada grupo de asalto se dividió en dos secciones. Primero avanzó una pequeña fuerza de vanguardia a la que seguía el grueso de la fuerza. La fuerza de asalto castellana entró en la villa nueva por la zona de los jesuitas, los italianos por la muralla vieja y para los valones no se especifica su punto de ataque.

La entrada de los castellanos por el entorno de los jesuitas aparece recogida en distintas fuentes. La *Relação do sitio de Vila Viçosa escrita por hum religioso* afirma que

“...Pelas duas horas da madrugada, amanhecendo para o 10 entrou o inimigo bem a medo pela porta do Carrascal, e abrindo brecha na porta do corredor da casa dos Padres da Companhia, que estava fechada de ladrilho por donde entrou uma manga de mosqueteiros com um sargento-mor do terço de Don Rodrigo Mochigua; este achou aos Padres postos na igreja com o Senhor exposto. Logo segurou-lhe não havia de fazer mal, e uscou toda a casa com medo se havia gente dentro, e os soldados lhe levaram todo o pao que tinha, dizendo havia 3 dias que não comian.....”⁵⁵

La copia de este documento que se guarda en la Biblioteca Pública de Évora no cita la Puerta del Carrascal, situada junto a los Jesuitas, y se limita a señalar que los castellanos entraron en la villa nueva “*pella nossa parte*”⁵⁶.

Asimismo la *Relacion verdadera* recoge que Rodrigo Moxica

“...entró en el arrabal, abriendo vna pared en la Casa de los Religiosos de la Compañía de Iesus, que hallò en la Iglesia orando con el Señor expuesto.

⁵⁴ B.N., Madrid, Mss. 2392, *Relaçion y diario de lo sucedido...*, fol. 164v.

⁵⁵ *Relação do sitio de V.^a Viçosa escrita por hum religioso...*, op. cit., ff. 168-174; *Relação do Sítio que o Marquês de Caracena pôs a Corte de Vila Viçosa* (MAGALHÃES SEPÚLVEDA, C. A.: *História Orgânica e Política do exército Português*, vol. II, pág. 100).

⁵⁶ *Relação do sitio de V.^a Viçosa escrita por hum religioso...*, op. cit., fol. 169.

*Seguròles el Sargento mayor de daño, y hizo buscar todo, por ver si auia soldados escondidos, y los suyos comieron el pan que hallaron, dixiêdo, que no se le comian tres dias auia...*⁵⁷

Las similitudes entre *Relação do sitio de Vila Viçosa escrita por hum religioso* y la *Relación verdadera* son más que patentes lo que evidencia que un documento es copia del otro, o bien, ambos copian la misma fuente.

Tras superar la cerca nueva, los castellanos avanzaron por la villa nueva comunicando unas casas con otras para llegar a cubierto hasta castillo y “*dar vista a la estacada de la estrada encubierta del castillo a quarenta pasos de distancia*”⁵⁸.

La ocupación castellana de la villa nueva se ejecutó sin dificultad aunque algunas crónicas portuguesas presentan una versión un tanto distinta

*“...Os sitiados vendo chegar o inimigo, e que comessaua a romper algũas cazas procurarão fazer praças as cortaduras conuenientes com toda a boa disposição para os sitiadores nelles (¿esgotassẽ?) seu orgulho porque so os portugueses acharião encontro muito a su medida; foi o inimigo continuando a aproximar sse ao arabalde da villa, aonde so com surtidas o podiamos enterter, e assi os forão cansando o que o tempo e o terreno permittio, porque como era impossuiel e todo impedir lhe o passo, a major valentia consistia em conhecer o tempo da defensa...”*⁵⁹

Es decir, la guarnición no podía hacer frente a los castellanos en la villa nueva pero procuró retrasar su avance retirándose escalonadamente hacia la villa vieja y el castillo, para ello, levantó cortaduras (barricadas) que cerraban calles y plazas al tiempo que hacían salidas (golpes de mano) contra los castellanos. El reatrincheramiento de los defensores debió producirse en el caserío de la villa nueva más próximo al castillo y la cerca medieval donde tenían asegurada la retirada y era más difícil que los castellanos pudiesen cortarlos. No obstante, la villa nueva era indefendible y los portugueses terminaron abandonándola para concentrarse en la villa vieja y el castillo. Así mismo otros relatos portugueses reconocen que los castellanos tomaron la villa el día 10 “*com muito pouca resistência ou perda*”⁶⁰.

La toma de la villa nueva resultó desastrosa pues la *Relação do sitio de Vila Viçosa escrita por hum religioso* asegura que muchas casas fueron minadas y destruidas por los castellanos para cubrirse en su avance hacia el castillo y

⁵⁷ *Relacion verdadera...*, op. cit., pág. 6.

⁵⁸ A.G.S., *Sucesso de la Batalla...*, op. cit., fol. 312v.

⁵⁹ MADUREIRA DOS SANTOS, H.: *Cartas e outros documentos da época da Guerra da Aclamação*, Lisboa, 1973, pág. 137.

⁶⁰ PENIM DE FREITAS, J.: “A batalha de Montes Claros vista por um oficial inglês”, *Lusiada-História* n.º 5-6, 2009, pág. 350.

además “Arderam muitas casas grandes, quebrando portas e janelas, arruinando-se os edificios”⁶¹. A la toma de la villa nueva siguió el saqueo del caserío que según la *Relação do sitio de Vila Viçosa escrita por hum religioso*

*“...Tudo nadava em vinho e azeite e mel, que por muito não se pôde retirar de todo. Não havia coisa que não fizessem em pedaços as nações estrangeiras, o que atalharam os castelhanos Passou finalmente o incêndio, mas não cessou a mina, porque com grande inumanidade, chegou aos templos sagrados, como experimentaram os religiosos de São Paulo, tendo pedido guardas. Mas tiveram tão pouca ventura, que lhos deram de estrangeiros, e guardavam-nos de maneira que, não deixando roubar os outros, eles só lhes roubaram tudo; roubaram as celas e camas e arruinaram a livraria; despiram os altares, sacristia e todas as mais oficinas, sem deixarem coisa em que se pudesse pôr os olhos, senão que com advertencia de um religioso, que acudiu logo, a consumir o Senhor já aqui não chegou a impiedade. Contudo desapareceu o sacrário, os mausoléus de madeira do Sr. Duque D. Teodósio e do Sr. Alexandre, que ali estavam em depósito; fizeram em pedaços e quiseram levantar os sepulcros, para ver se tinham neles algum tesouro, afrontaram de palavras e ainda de obras alguns religiosos, foram estes fazer queixa ao Marquês; mas voltando se viram em novos perigos e assim se foram em comunidade agasalhar com os Padres da Companhia; a onde uns e outros passaram as fomes que costuma hever em cercos apertados, dormindo em o chão por lhe terem levado as camas. Também as freiras da Esperança padeceram e essas porque as encontraram no coro, servindo-se do mais convento para pelejarem contra a fortaleza; roubaran as do que tinham dentro de algumas pessoas seculares e ainda do próprio e até das imagens. Os religiosos da Piedade do convento do Bosque, junto a Borba, com 28 clérigos vieram todos presos por dizerem eram traidores, por darem sinal para que uns batalhões nossos lhe viessen degolar outros do castelhana que ali estavam.”*⁶²

El Padre Espanca precisa que los tres conventos de monjas no sufrieron muchas molestias aunque el dormitorio grande del convento de la Esperanza fue ocupado por algunos mosqueteros que desde la ventana disparaban contra el castillo. La artillería del castillo disparó contra la ventana causando daños en el convento y las monjas tuvieron que recogerse en el coro bajo para resguardarse de estos bombardeos⁶³.

⁶¹ *Relação do Sítio que o Marquês de Caracena pôs a Corte de Vila Viçosa* (MAGALHÃES SEPÚLVEDA, C. A.: *História Orgânica e Política do exército Português*, vol. II, pág. 100).

⁶² *Relação do Sítio que o Marquês de Caracena pôs a Corte de Vila Viçosa* (MAGALHÃES SEPÚLVEDA, C. A.: *História Orgânica e Política do exército Português*, vol. II, pp. 100-101).

⁶³ ROCHA ESPANCA DA, J. J. “Memórias de Vila Viçosa” in *Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, op. cit., pp. 41-42.

Los jesuitas por su parte consiguieron algún auxilio gracias al confesor del marqués de Caracena, el Padre José de Villamayor, y su compañero, el Padre Antonio de Castilla, también jesuita. Por el contrario, los religiosos da Piedade del Convento del Bosque fueron encarcelados pues se les acusó de pasar información a los portugueses⁶⁴.

Según la *Relação do sitio de V.^a Viçosa escrita por hum religioso*, los jardines del palacio y el propio palacio sufrieron los estragos de la soldadesca⁶⁵.

La *Relacion verdadera* también narra estos hechos lamentables pero de nuevo lo hace siguiendo a la *Relação do sitio de Vila Viçosa escrita por hum religioso*⁶⁶.

Serafín Estébanez es muy explícito al describir las tropelías cometidas por los castellanos en la villa nueva

“...(los soldados) recordando con rabia la anterior pelea, ellos primero (los arcabuceros de Diego Moxica) y la demas soldadesca despues se entraron por aquella parte de la ciudad, sin que freno alguno pusiese coto ni a la lascivia, ni a la codicia ni a la sed de sangre. Ni el sexo ni la edad encontraron piedad en aquella soldadesca, si de opuestas razas y naciones, unánimes sin embargo, en los instintos de la ferocidad y de la destrucción, y ni el tálamo ni el claustro de las vírgenes fue coto para la encendido sensualidad de aquellos soldados...”⁶⁷

Las operaciones castellanas del 10 no terminaron con la toma de la villa nueva. Como hemos visto, la infantería había avanzado hacia el castillo aporillando las casas y comunicando unas con otras para llegar a cubierto hasta las inmediaciones del castillo. Comenzaba entonces el verdadero combate por Vila Viçosa. Los castellanos se prepararon para el sitio. Las operaciones de sitio incluyeron baterías (para cañones y morteros) para bombardear el castillo y abrir brecha en sus murallas. También se excavaron ataques que eran aproches o trincheras que se excavaban para aproximarse a cubierto hasta la estacada y el camino cubierto. Para protegerse de la artillería y mosquetería del castillo levantaron barricadas y parapetos que además permitían a los castellanos hostigar con fuego de mosquete a los defensores.

La *Relaçion y diario de lo sucedido en este exercito* asegura que tras posicionarse frente a la estacada y camino cubierto del castillo

⁶⁴ *Relação do sitio de V.^a Viçosa escrita por hum religioso...*, op. cit., fol. 170 y 170v.

⁶⁵ *Relação do sitio de V.^a Viçosa escrita por hum religioso...*, op. cit., ff. 169v.

⁶⁶ “...Luego acabó de llegar su exercito, y començaron a romper vnas casas para llegar a la muralla, a quemar otras, y a robar todas, sin perdonar a monasterios...” *Relacion verdadera...*, op. cit., pp. 6 y 7.

⁶⁷ ESTÉBANEZ CALDERÓN, S.: *Obras completas*, op. cit., pág. 130.

“...se comen[ço] a abrir un ataque, los balones que tambien entraron asta las postreras casas por la parte que les toco se estubieron quedos sin abrir ataques que no debieron de tener orden para ello, los Italianos se pusieron por la parte que les toco çerca de la muralla Vieja y abiendo puesto unos y otros di[]rentes mampuestos se peleo muy bien costo a los españoles 80 ho[] entre muertos y Heridos, los Italianos perdieron 28 hombres en[] eridos y muertos, los balones como no abrian ataque perdieron e[] muy poca jente...”⁶⁸

Esta información es muy interesante pues certifica que el día 10 se abrieron ataques. Estas obras aparecen en otros relatos. Así, una carta anónima fechada en Badajoz el 20 de junio reseña que

“...el (día) 10 entró Don Rodrigo Moxica empeçando el ataque de las fortificaciones del castillo siendo la mas fuerte que hauia en el, y el mismo dia entraron los Ytalianos atacando vn tiro de arcabuz mas abajo de la puente de la villa vieja que era lo mas debil...”⁶⁹

De los tres tercios que atacaron Vila Viçosa la madrugada del día 10 (españoles, italianos y valones), solo españoles e italianos comenzaron a preparar los ataques⁷⁰. Lorenzo Possi sitúa el ataque de los italianos junto al convento de la Esperanza pero el texto anterior parece indicar que el ataque de los italianos se hizo contra la cerca medieval y, por tanto, podría dirigirse contra la esquina del Pozo do Concelho. El puente que se cita pudiera corresponderse con el arco de la torre situada frente a la puerta de Nuestra Señora de los Remedios.

Es posible que el ataque de los españoles se dirigiese contra el castillo. Los castellanos continuaron con el trabajo los siguientes días y alcanzaron el glacis muy pronto pues los ataques arrancaron muy cerca del camino cubierto. En efecto, el *Sucesso de la Batalla* precisa que los aproches comenzaron a 40 pasos de la estacada del camino cubierto y el *Diario de la marcha*, que no especifica la distancia, asegura que estaban muy cerca del castillo, por último, la *Relaçion y diario de lo sucedido en este exercito* los sitúa a 80 pasos.

El *Sucesso de la Batalla* y la *Relaçion y diario de lo sucedido en este exercito* también recogen que los castellanos levantaron “mamposterías” que interpretamos como parapetos para protegerse del fuego de la artillería y la mosquetería portuguesa aunque la mayor parte de las fuerzas de sitio estarían cubiertas

⁶⁸ B.N., Madrid, Mss. 2392, *Relaçion y diario de lo sucedido...*, fol. 164v.

⁶⁹ B.N., Madrid, Mss. 2392, fol. 69.

⁷⁰ El *Sucesso de la Batalla* también recoge que los castellanos, tras aproximarse a la estacada del castillo, “comenzaron a hacer mamposterias u abrir ataques”. El *Diario de la marcha* sitúa los ataques el día 10 pero señala que “se repartieron tres ataques a la Ynfanteria, e vno de Españoles, otro de Ytalianos, y otro de Alemanes” (B.N., Madrid, Mss 2392, El *Diario de la marcha*, fol. 6). Pese a que este documento habla de tres ataques creemos que los únicos que pueden documentarse son los ataques de los españoles y el de los italianos.

por las ruinas de las casas más próximas al castillo y a la cerca medieval. Así mismo las mamposterías protegerían a la mosquetería castellana que con su fuego hostigaba a los defensores y al tiempo protegían a los que trabajaban en los aproches y podrían funcionar, llegado el caso, como contravalación.

Además de los ataques contra el castillo y la cerca vieja, los castellanos empezaron los trabajos de minado. Tanto el *Diario de la marcha* como la *Relacion verdadera* recogen estos trabajos:

- El *Diario de la marcha* señala que “*las minas (están) tan adelantadas que muy presto se les bolará la muralla*”⁷¹
- La *Relacion verdadera* asegura que tras controlar el arrabal o villa nueva, los castellanos empezaron “*la noche (noche del 10 al 11 de junio) a minar la muralla*”

Los trabajos de sitio que hemos descrito (aproches, parapetos y minas) aparecen recogidos en distintas fuentes, sin embargo, resulta mucho más complicado fechar las plataformas y baterías de artillería contra el castillo y la villa medieval pues unas fuentes las sitúan el 10 y otras el 11. En efecto, la *Relación verdadera*, el *Sucesso de la Batalla* y el *Diario de la marcha* afirman que el día 10 los castellanos montaron artillería:

- La *Relación verdadera* señala que se montó “*vna (batería) de tres pieças y un trabuc*”⁷²
- El *Sucesso de la Batalla* también fecha las baterías el día 10 tras la llegada del ejército castellano desde Borba a Vila Viçosa. “*pusieronse las baterias y un trabuco con que se le arrojaban mucha cantidad e bombas*”⁷³
- El *Diario de la marcha* precisa que “*pusieronle tres baterías de artillería y una de bombas y todas se le meten dentro*”⁷⁴

Debemos advertir que el *Sucesso de la Batalla* no recoge en su relato el día 11 ya que pasa directamente del miércoles 10 al viernes 12, por ello, es posible que las baterías se levantasen el 11.

El día 10 el marqués de Caracena ordenó que el grueso del ejército, que se encontraba acuartelado en Borba, se desplazase a Vila Viçosa para reunir en un solo lugar a todas las tropas castellanas. El marqués de Caracena solo dejó en Borba una guarnición al mando del Sargento Mayor Nicolás García y un trozo

⁷¹ B.N., Madrid, Mss 2392, El *Diario de la marcha*, fol. 6.

⁷² *Relacion verdadera*..., op. cit., pág. 7.

⁷³ A.G.S., *Sucesso de la Batalla*..., op. cit., fol. 312v.

⁷⁴ B.N., Madrid, Mss 2392, El *Diario de la marcha*, fol. 6.

de caballería al mando del Comisario General Pedro Ardila⁷⁵. La guarnición que el marqués de Caracena dejó en Borba también será objeto de reproche tras la batalla de Montes Claros y los distintos autores no se ponen de acuerdo a la hora de cuantificar sus efectivos⁷⁶.

La *Respuesta de vn soldado del Exercito de Estremadura* nos permite precisar el traslado desde Borba a Vila Viçosa de las fuerzas (tropas y tren de la artillería, municiones, víveres, etc). Este documento señala que la noche del 9 al 10 el grueso del ejército acampó en los alrededores de Borba pues no pudo formar plaza de armas cerca de Vila Viçosa ya que los portugueses conservaban “vnos fuerteçillos en las colinas que dominaban absolutamente el parage donde se auia de hazer la Praça de armas”. Una vez que estos puestos fueron superados (madrugada del día 10) el bagaje y la artillería salieron de Borba pero el bagaje era muy numeroso y solo había un camino por lo que el traslado se prolongó todo el día. Debemos suponer que la artillería se encontraría entre las primeras piezas que llegaron a Villa Viçosa. El mismo día se trasladó el ejército desde Borba Vila Viçosa y se estableció

“...muy cerca desta villa, por no auer otro terreno dõde doblarle hasta que la Artilleria y vagage huuiesse marchado de la Praça de Armas que auia tenido aquella noche...”⁷⁷

El *Sucesso de la Batalla* precisa que tras tomar Borba “el exercito se alojó a la vista de la plaça de Villauiciososa cercandola toda con infanteria y caualleria a tiro de cañon”⁷⁸. Es decir, los castellanos bloquearon Villa Viçosa con fuerzas de infantería y caballería. La *Relaçion y diario de lo sucedido en este exercito* confirma que el día 10 el ejército salió de Borba a Vila Viçosa “açiando Plaza de Armas a tiro de cañon del castillo”⁷⁹. La *Respuesta de un soldado del ejército de Extremadura* precisa que el bagaje castellano

“...fue preciso ponerle debaxo del dicho fuerte (San Benito), y cerca de la grande villa, assi por tenerle mas cubierto del Artilleria del castillo, como por cerrarle mas y ocupar menos terreno...”⁸⁰

⁷⁵ B.N., Madrid, Mss. 2392, fol. 140v-141.

⁷⁶ Según Ericeira fueron 3 regimientos y un trozo de caballería (MENESES, L.: *Historia de Portugal Restaurado*, Vol. IV, op. cit., pág. 300). El *Diario de marcha* apunta que la guarnición de Borba fue de 1.000 infantes (B.N., Madrid, Mss. 2392, *Diario de la marcha*, fol. 5v). Diego Fernández de Almeida no cuantifica la guarnición (B.N., Madrid, Mss. 2392, fol. 81). Según el *Sucesso de la Batalla* quedaron de guarnición en Borba 500 infantes y 300 caballos (A.G.S., *Sucesso de la Batalla...*, op. cit., fol. 312v).

⁷⁷ B.N., Madrid, Mss, 2392, *Respuesta de vn soldado...*, fol. 155v.

⁷⁸ A.G.S., *Sucesso de la Batalla...*, op. cit., fol. 312v.

⁷⁹ B.N., Madrid, Mss. 2392, *Relaçion y diario de lo sucedido...*, fol. 164v.

⁸⁰ B.N., Madrid, Mss. 2392, *Respuesta de vn soldado...*, fol. 156v.

Por último, Ericeira apunta que el marqués de Caracena se alojó en el Palacio Ducal pero “*a artilharia do Castelo o obrigou a mudar de opinião buscando sitio menos arriscado*”⁸¹. No obstante, el Padre Espanca considera que el Marqués estuvo alojado en el palacio durante todo el sitio. Así mismo el Hospital del Espíritu Santo fue habilitado como hospital de sangre y parte de las fuerzas castellanas se alojaron en los conventos⁸².

El marqués de Caracena, además de acuartelar al ejército, también puso especial cuidado en ocupar las alturas desde las que el ejército castellano podría dificultar y, llegado el caso, impedir la entrada de auxilios en la plaza. Según el Padre Espanca, Caracena ocupó

“*...no Outeiro da Mina e na Serra de Lavra de Noite e outras eminências para que o seu exército nao fosse um dia surpreendido no vale...*”⁸³

Los portugueses mientras tanto no permanecían inactivos. El marqués Marialva procuró estar informado de lo que sucedía en Vila Viçosa y para ello envió a su caballería para que recogiese información sobre los castellanos⁸⁴. En efecto, un soldado inglés, alistado en el ejército portugués, asegura que el día 10 la caballería portuguesa salió

“*...em direcção ao inimigo, o qual então estava perante o castelo de Vila Viçosa (...). Nós Fizémos alto a cerca de uma milla e meia de Estremoz durante cerca de 2 horas, apoós o qual tempo toda a cavalaria francesa e inglesa e parte da portuguesa tiveram ordem para regressar aos respectivos alojamentos...*”⁸⁵

4.3. Día 11 de junio

El día 11 las fuerzas que ejecutaban los ataques fueron relevadas por otras de refresco. La *Relaçion y diario de lo suçedido en este exerçito* asegura que

“*...Juebes a 11 entraron en los ataques a mudar a los españoles los terçios y desquadron de d. Anelo y don diego Vera, y a los Italianos el esquadron y terçio de Beljoyoso, los balones se quedaron en su puesto porque no auia de la misma nación para mudarlos...*”⁸⁶

⁸¹ MENESES, L.: *Historia de Portugal Restaurado*, op. cit., pág. 302.

⁸² ROCHA ESPANCA DA, J. J.: “Memórias de Vila Viçosa”, op. cit., pág. 41.

⁸³ ROCHA ESPANCA DA, J. J.: “Memórias de Vila Viçosa”, op. cit., pág. 41.

⁸⁴ MENESES, L.: *Historia de Portugal Restaurado*, op. cit., pág. 304.

⁸⁵ PENIM DE FREITAS, J.: “A batalha de Montes Claros vista por um oficial inglês”, *Lusiada-História* n.º 5-6, 2009, pág. 350.

⁸⁶ B.N., Madrid, Mss. 2392, *Relaçion y diario de lo suçedido...*, fol. 164v.

Tanto la *Relaçion y diario de lo suçedido* como el *Diario de la Campaña* señalan que los tercios de españoles e italianos continuaron con los ataques iniciados el día anterior y la *Relaçion y diario de lo suçedido en este exercito* añade que

“...los Italianos que abian echo un Hornillo lo bolaron mas por no aber sido penetrante y ser muy fuerte la muralla no hiço operación...”⁸⁷

La mayor parte de las fuentes sostiene que la explosión del hornillo fue el día 12 y que los trabajos de minado habían comenzado el día 10. Recordemos también que el ataque de los italianos se dirigía contra la cerca medieval y, por tanto, podría situarse en la esquina del Pozo do Concelho aunque Lorenzo Possi sitúa el ataque de los italianos junto al convento de la Esperanza.

La acción más destacada del día 11 fue el ataque a la media luna de la Puerta de Nuestra Señora de los Remedios

“... a medio dia auançó el enemigo a la puerta de la media luna de Nuestra Señora de los Remedios. Hallòla terraplenada, y al Capitan Manuel Nogueyra del tercio de Tras los Montes, que la guarnecia. Arrimò vn petardo, y escaleras a la muralla, però con granadas, y otros artificios de fuego fue rebatido, de manera, que dexó el petardo de más de perder mucha gente El Capitan Nogueira, y Bartholamè Mendes Alferez reformado del tercio del Maesse de Campo Manuel Lobato pelearon con toda bizarria...”⁸⁸

Los castellanos utilizaron un petardo que era un ingenio explosivo que servía específicamente para volar las puertas. La media luna atacada no aparece en los planos del sitio (Lorenzo Possi y Gaspar Bouttats) aunque si la mostraba Nicolás de Langres⁸⁹. Los portugueses consiguieron desbaratar el ataque aunque

El *Diario de la Campaña* confirma este cambio pues señala que el día 11 los tercios de Rodrigo Moxica y el conde de Torres Vedras fueron sustituidos por los de “Don Diego fernando de uera con el tercio de don anielo de gusman que alternauan ambos fueron continuando con el ataque al castillo” (B.N., Madrid, Mss. 2392, fol. 148v).

⁸⁷ B.N., Madrid, Mss. 2392, *Relaçion y diario de lo suçedido*..., fol. 164v.

⁸⁸ *Relacion verdadera y pontval*..., op. cit., pp. 7 y 8; Ericeira y las *Narrativas da guerra da Restauração* describen este episodio prácticamente en los mismos términos (MADUREIRA DOS SANTOS, H.: *Cartas e outros documentos da época da Guerra da Aclamação*, Lisboa, 1973, pág. 137; MENESES, L.: *Historia de Portugal Restaurado*, pág. 302). En las *Narrativas da guerra da Restauração* aparece redactado de modo que podría interpretarse que fue el día 10.

BERGER, J. P.: *A Batalha de Montes Claros. Perspectiva de um Engenheiro Militar*, Exército, op. cit., pág. 51.

⁸⁹ LANGRES, N.: *Desenhos e plantas de todas as praças do reyno de Portugal pello tenente general Nicolao de Langres francez que serviu na Guerra da Acclamação*, B.N., Lisboa, Reservados, Mss.7445.

La media luna no aparece en otros planos (plano Lorenzo Possi y plano general de Vila

tuvieron muchas dificultades para abastecerse de agua en el Pozo do Concelho pues los castellanos les hostigaban continuamente con su artillería y mosquetería que se encontraba en las casas de Manuel Lobato Pinto en la “*travessa de Santo António*”, a menos 20 pasos de la muralla.

Serafín Estébanez Calderón considera que este asalto a viva fuerza, sin esperar a que la artillería abriese brecha en la muralla, se debió al vehemente deseo de Caracena de tomar la plaza cuanto antes⁹⁰.

Como hemos expuesto al tratar de los sucesos del día 10, varias fuentes señalaban que los castellanos habían levantado ese día algunas baterías contra las defensas portuguesas, si bien, otras fuentes apuntan que hasta el día 11 los castellanos no levantaron baterías. Antes de entrar en este asunto resulta muy conveniente recordar que había dos tipos de baterías

“...vna (batería) es la que se haze para abrir brecha, y otra para quitar las defensas. La primera ya se sabe que no se puede poner hasta que se aya ganado la estrada encubierta, y se quiere pasar el fosso...”⁹¹

La batería que se montó contra la cerca medieval fue del primer tipo, por el contrario, las baterías contra el castillo fueron del segundo tipo, es decir, baterías destinadas a dismantelar las defensas enemigas.

Comencemos con Ericeira. Este autor asegura que los castellanos montaron sus dos primeras baterías el día 11 en el Oteiro da Forca y el Terreiro de los Padres de la Compañía. Ambas baterías estaban muy distantes y por ello eran poco efectivas, por el contrario, la artillería portuguesa, dirigida por el comisario Esteban Maná, resultaba muy efectiva⁹².

La *Relaçion y diario de lo sucedido en este exerçito* por su parte sostiene que

“...este dia (jueves 11) se pusieron en dos diferentes puestos quatro medios cañones y los dos començaron a abrir alguna brecha en la muralla de la Villa Vieja, (...) este mismo dia se puso un trabuco que de quando en quando disparaba alguna bonba al castillo...”⁹³

Es decir, se habían montado dos baterías de dos medios cañones cada una para abrir brecha en la cerca medieval (seguramente se destinaron a batir la esquina del Pozo de Concelho) y ese mismo día también se emplazó un trabuco.

Por otra parte, la *Relacion verdadera*, señalaba que el día 10 los castellanos habían levantado una batería para tres piezas y un trabuco y el día 11, por la tarde,

Viçosa de Nicolás de Langres (SÁNCHEZ RUBIO, C.; SÁNCHEZ RUBIO, R.; TESTÓN NÚÑEZ, I.: *El atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687*, op. cit., pág. 37).

⁹⁰ ESTÉBANEZ CALDERÓN, S.: *Obras completas*, op. cit., pág. 130.

⁹¹ ESTÉBANEZ CALDERÓN, S.: *Obras completas*, op. cit., pág. 130.

⁹² MENESES, L.: *Historia de Portugal Restaurado*, op. cit., pág. 302.

⁹³ B.N., Madrid, Mss. 2392, *Relaçion y diario de lo sucedido...*, fol. 164v.

*“...puso el enemigo (los castellanos) otras dós baterias. La vna de quatro pieças en el sitio de Santa Lucia; la otra a tiro de pistola de la muralla vieja contra la parte donde estua el poço de que se bebia. Con las dós començó a hazer brecha...”*⁹⁴.

La *Relação do sitio de Villa Viçosa escrita por hum religioso* no precisa cuando montaron los castellanos las baterías pues se limita a señalar que

*“...Dois dias pelejou o terço de Don Rodrigo Moxica sem se querer render, até se não render a fortaleza como tinham gerado. Não tinha ainda disposta a artilharia, porque dizia não era necessária, porque los <Espaníoles solo con los ojos sabian derribar los Castillos de Portugueses>...”*⁹⁵

Es decir, puede referirse tanto al día 11 como al 12 aunque nos inclinamos por el primero. No obstante, este documento es muy preciso a la hora de situar las tres baterías castellanas

*“Puserão a sua prim^{ra} bateria de 4 meijos canhões detraz de S. luzia nos quintais do Capp^{an} de Caualllos Esteuaõ mendes de Silu^{ra}” contra a Torre do Relogio, donde lhe faziaõ os nossos algu dano; e contra a pun^{ta} diamante da fortaleza exterior e sino da Camara o qual com o Relogio fizaraõ em pedaços porq con elle se daua sinal p.^a se recolher a gente q^{do} vinhaõ as bombas, mas con a campainha de N. S. dos Remedios se deo dali por diante. A 2.^a na trauessa q sae do terr^{ro} de S. An^{nio} com tres pessas contra o canto do muro velho junto a las cazas de G^{er} M^{el} Lobato p.^a, para prohibirem a os nossos a agoa do poço do Consselho q ali fica dentro. A 3.^a q era de bombas [morteros], puzeraõ de fronte da fortaleza nas cazas q chamaõ de vacca negra q os nosso ja tinhanõ arruinado...”*⁹⁶

Para entender este párrafo debemos tener presente que la artillería castellana, además de aportillar la muralla y destruir las defensas de la villa medieval y el castillo, también desmontó el sistema de señales que había establecido Cristóvão de Brito. El padre Espanca apunta que el gobernador había dispuesto vigías en la Torre del Homenaje (en la que estaba el reloj) y en un torreón de la Puerta de

⁹⁴ *Relacion verdadera...*, op. cit., pág. 8. Las Narrativas da guerra da Restauração insisten en la misma línea.

⁹⁵ *Relação do Sítio que o Marquês de Caracena pôs a Corte de Vila Viçosa* (MAGALHÃES SEPÚLVEDA, C.A.: *História Orgânica e Política do exército Português*, vol. II, op. cit., pág.102.

⁹⁶ *Relação do sitio de V.^a Viçosa escrita por hum religioso...*, op. cit., fol. 171.
Relação do Sítio que o Marquês de Caracena pôs a Corte de Vila Viçosa (MAGALHÃES SEPÚLVEDA, C.A.: *História Orgânica e Política do exército Português*, vol. II, op. cit., pág. 102.
BERGER, J. P.: *A Batalha de Montes Claros. Perspectiva de um Engenheiro Militar*, op. cit., pág. 50.

Évora que día y noche avisaban de cualquier movimiento de los castellanos utilizando para ello el toque del reloj o la campana de la Puerta de Évora. El marqués de Caracena decidió acabar con este sistema de avisos y la artillería castellana montada en el Terreiro de los Jesuitas destruyó tanto el reloj como la campana. No obstante, los vigías siguieron dando avisos utilizando la campana de la ermita de los Remedios que se encontraba en la puerta homónima⁹⁷.

Francisco Hurtado de Mendoza, en una carta fechada en Olivenza el día 12, asegura que las fuerzas castellanas

*“...estan batiendo el castillo confío en dios durara de tres a quatro dias de la fecha desta (...) diçen le ban haçiendo ya las minas...”*⁹⁸

La noticia es muy imprecisa pero pudiera indicar que las baterías ya estaban en funcionamiento el día 11 pues no olvidemos que la carta está fechada el día 12 pero en Olivenza.

Si los documentos escritos no permiten precisar la fecha, número, ubicación y composición de las baterías, la cartografía es aun más contradictoria:

- Lorenzo Possi muestra en su plano del sitio tres baterías. La primera estaba compuesta por 4 medios cañones de 30, la segunda por 4 cuartos de cañón de 14 y dos medios cañones de 30 libras y la tercera batería la formaban dos morteros⁹⁹. Todas ellas se situaban en el entorno inmediato del castillo pero ninguna estaba orientada hacia la cerca medieval.
- Gaspar Bouttats representa 4 baterías (tres de cañones y una de morteros). En este caso, las tres baterías de cañones están destinadas a abrir brecha en la esquina de la cerca medieval correspondiente al pozo do Concelho. Tres de las baterías (dos baterías de cañones y una de morteros) se sitúan junto al Fuerte de San Benito y en el Oteiro da Forca, es decir, lejos del castillo.

Plano 2. Sitio de Vila Viçosa por Gaspar Bouttats

Plano 3. Dichiaratione della Battaglia Seguita il di 17 di Giugno Tra le Arme Spagna e Portuguese nel 1665, Lorenzo Possi, Instituto Ibero-Americano de Berlín, Port-al-da-5 (SÁNCHEZ RUBIO, C.; SÁNCHEZ

⁹⁷ ROCHA ESPANCA DA, J. J.: “Memórias de Vila Viçosa” in *Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, op. cit., pág. 47.

⁹⁸ B.N, Madrid, Mss. 2392, Carta de Don Francisco Hurtado de Mendoza a Don Crispín González Botello con noticias de los últimos movimientos de las tropas, Olivenza 12 de junio de 1665, fol. 77.

⁹⁹ SÁNCHEZ RUBIO, C.; SÁNCHEZ RUBIO, R.; TESTÓN NÚÑEZ, I.: *El atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687*, Fundación Caja de Badajoz, Badajoz, 2014.

RUBIO, R.; TESTÓN NÚÑEZ, I.: *El atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687*, Fundación Caja de Badajoz, Badajoz, 2014, pág. 36).

Plano 4. Planta de Villa Vizziosa e sue fortificazione comme l'anno 1663, che fue attaccata dall' armi spagnole di 8 giugno, e gli approcci che si fecero a detto forte, Lorenzo Possi, (SÁNCHEZ RUBIO, C.; SÁNCHEZ RUBIO, R.; TESTÓN NÚÑEZ, I.: *El atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687*, Fundación Caja de Badajoz, Badajoz, 2014).

Para concluir, y a la espera que nuevos documentos permitan precisar el tema, podemos definir tres baterías

- Batería compuesta por 4 medios cañones que disparaba contra las torres *do Relógio* (Puerta de Nuestra Señora de los Remedios) y *do Sino* (Puerta de Évora) y contra uno de los ángulos del recinto abaluarto que rodeada el castillo y que suponemos sería el más cercano a la cerca vieja. Según el Padre Espanca esta batería pudiera corresponderse con la del Terreiro de los Jesuitas (que citaba Ericeira) que se situaba detrás de la Iglesia de Santa Lucia¹⁰⁰. A diferencia de lo que aseguraba Ericeira esta batería hizo bastante daño a los defensores
- Batería de Santo António. Situada en “*na travessa de santo António*” junto a las casas de Manuel Lobato Pinto. Estaba montada contra la esquina de la cerca vieja correspondiente al Pozo do Concelho. Esta batería no aparece en el plano de Possi aunque es posible que errase y la ubicase en el extremo opuesto del Pozo del Concelho (batería 8).
- Batería de morteros de la *Vaca Negra*. Causó mucho daño pues se encontraba cerca del castillo. Carecemos de datos para ubicarla con precisión aunque pudiera corresponderse con la batería número 4 de Possi. El Padre Espanca supone que se encontraba “*numa das ruas mais chegadas que tal vez fosse a de Évora, nas ruínas de uma casa a que chamavam de vaca negra*”¹⁰¹.

El trabajo en los aproches continuó el día 11. Debemos recordar que los aproches comenzaron el 10 o, mas probablemente, la noche del 10 al 11 por lo que unos autores los datan el día 10 y las *Narrativas da guerra da Restauração* y Ericeira los fechan el día 11. Posiblemente el mejor documento para seguir el progreso de los aproches sea las *Narrativas da guerra da Restauração* que recogen estos trabajos en dos ocasiones. En la primera de ellas apunta que

¹⁰⁰ ROCHA ESPANCA DA, J. J.: “Memórias de Vila Viçosa” in *Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, op. cit., pág. 43.

¹⁰¹ ROCHA ESPANCA DA, J. J.: “Memórias de Vila Viçosa” in *Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, op. cit., pág. 44.

“...Em os onse do mez deo principio a tres aproxes hum que caminhaua pelo conuento da Esperança que fica ao (en blanco) e para seguir melhor seu intento fez recolher as religiosas ao coro baixo aonde as detteue e ocuparão os castelhanos o conuento roubando tudo o que auia dentro e os dous hum pela parte que encaminhoua a praça, e outro pelo lado da mesma praça e ambos vinhão a fenecer em hum mesmo sítio que ficaua ao (en blanco) trabalhando quanto seo esforço o ajudaua que era o major e mais empenhando que podia ser...”¹⁰²

Es decir, los castellanos abrieron tres aproches. El primero se situaba cerca del convento de la Esperanza y dirigiría contra el camino cubierto del castillo y los dos restantes, que terminaban uniéndose en uno solo, se situaban cerca de la praça.

Las *Narrativas da guerra da Restauração* vuelven a referirse en otra ocasión a los aproches pero lo hacen en los mismos términos que la *Relacion verdadera* “a noute caminhou com o ataque pelo conuento da Esperança” y parece referirse a los trabajos de aproche realizados por los castellanos la noche del 11 al 12¹⁰³.

El Padre Espanca resulta definitivo para situar con precisión los aproches:

“...una da rua dos Caldereiros para o ângulo onde haviam estado as Casas da Câmara, Outra mais acima com princípio na rua do Espírito Santo e outra finalmente da parte do Convento da Esperança onde posteriormente se formou a Horta do Duque...”¹⁰⁴

Para situar dichos aproches debemos recordar que las Casas da Câmara estaban cerca de la Puerta de Évora pero habían sido demolidas en 1664¹⁰⁵. Así mismo los dos primeros aproches pudieran terminar uniéndose en uno solo como señalaban las *Narrativas da guerra da Restauração*.

Como hemos dicho, los aproches castellanos arrancaron muy cerca de las fortificaciones portuguesas (castillo y cerca medieval). Ericeira apunta que

¹⁰² MADUREIRA DOS SANTOS, H.: *Cartas e outros documentos da época da Guerra da Aclamação*, Lisboa, 1973, pp. 137 y 138.

¹⁰³ MADUREIRA DOS SANTOS, H.: *Cartas e outros documentos da época da Guerra da Aclamação*, Lisboa, 1973, pág. 138; La *Relacion verdadera* señala que “anoche (noche del 11 al 12 de junio) caminò con otro ataque para la estrada cubierta por la parte del Conuento de la Esperança” (*Relacion verdadera...*, op. cit., pág. 8).

¹⁰⁴ ROCHA ESPANCA DA, J. J.: “Memórias de Vila Viçosa” in *Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa*, op. cit., pág. 41.

¹⁰⁵ ROCHA ESPANCA DA, J. J.: *Compêndio de noticias de Vila Viçosa Concelho da provincia do Alentejo e Reino de Portugal*, Tipographia de Francisco Paula Oliveira de Carvalho, Redondo, 1892, pág. 209.

*“...era tão pouca a distancia, que havia das casas da Villa, do convento das Religiosas da Esperança, e das casas da Camera, donde começáraõ, que facilmente puderaõ chegar os tres remaes á estrada cuberta; se o valor dos sitiados os não embaracara; porque assistidos os Soldados do Governador, e Officiaes, pelejavaõ igual, e maravilhosamente em todas as defensas...”*¹⁰⁶

Si intentamos situar los ataques de españoles e italianos utilizando la cartografía disponible (Lorenzo Possi y Gaspar Bouttats) se repite lo que ya vimos al situar la artillería¹⁰⁷. En esta ocasión los dos planos de Lorenzo Possi nos ofrecen información contradictoria:

- Plano del Atlas Medici. Representa los cinco ataques abiertos durante el sitio. Los dos ataques españoles se situaban frente a la esquina del pozo do Concelho y al final de la actual Plaza de la República. El ataque de los italianos parece situarse junto al convento de la Esperanza, si bien, esta parte de la ciudad está muy mal representada.
- Plano de Possi que incluye también el despliegue de los ejércitos en la batalla de Montes Claros solo muestra tres ataques. El ataque de los italianos se situaba frente a la esquina del Pozo do Concelho, el de los españoles al final de la Plaza de la República y un tercer ataque que arrancaba del convento de la Esperanza.

Gaspar Bouttats sitúa el ataque de italianos en la esquina del Pozo do Concelho y el de los castellanos en la Plaza de la República

Resulta muy aventurado precisar la posición de los ataques cuando contamos con documentación tan contradictoria, en cualquier caso, podríamos considerar que el ataque del convento de la Esperanza fue responsabilidad de los españoles y se dirigía contra el camino cubierto del castillo y los ataques junto a la *praça* y la Cámara se corresponden con el ataque de los italianos contra la esquina del pozo do Concelho pero no estamos en condiciones de aportar pruebas que resulten concluyentes.

El marqués de Caracena reconoció los alrededores de Vila Viçosa el día 11 y encontró que ejército portugués, si decidía socorrer Vila Viçosa, podía llegar por dos vías: el camino de Redondo y el camino de Borba. Tras esta inspección

*“...diuió la Infanteria, y la caualleria, poniendo vna parte sobre vn camino, y otra sobre el otro, y tan uezinos que no auia si aun tiro de pistola del cuerno izquierdo del vn quartel, al cuerno derecho de otro...”*¹⁰⁸

¹⁰⁶ MENESES, L.: *Historia de Portugal Restaurado*, op. cit., pp. 302-303.

¹⁰⁷ SÁNCHEZ RUBIO, C.; SÁNCHEZ RUBIO, R.; TESTÓN NÚÑEZ, I.: *El atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687*, op. cit., pp. 36 y s/f.

¹⁰⁸ B.N., Madrid, Mss, 2392, *Respuesta de vn soldado...*, op. cit., fol. 155v.

En uno de los planos de Lorenzo Possi podemos ver el campamento castellano aunque está representado de una forma muy sumaria. Como quiera que sea, podríamos situar el campamento al Oeste de Villa Viçosa en el sentido de la N 255 y por tanto en una posición muy aproximada a la que señala el texto anterior¹⁰⁹.

Dada la proximidad de los dos ejércitos (el ejército castellano se encontraba acuartelado en torno a Vila Viçosa y el portugués en Estremoz), eran frecuentes las incursiones para reconocer la fuerza del enemigo y, si era posible, adelantarse a sus movimientos. Así, en el *Sucesso de la Batalla* se apunta que el día 11

*“...dio vista a la villa de Borba el enemigo, con catorce Batallones y sin hauer intentado otra cosa se retiró a su plaça de armas de Estremoz. Y este mismo dia nuestros generales con toda la cavallería fueron y dieron vista a Estremoz y haviendo tomado vn prisionero dijo que ya el enemigo tenia su gente hecha y que saldria a campaña muy apriessa...”*¹¹⁰

No obstante, un soldado inglés alistado en el ejército portugués señalaba que fue el día 10 cuando la caballería portuguesa se acercó a Vila Viçosa aunque no sabemos si las fuentes anteriores se refieren a la misma acción¹¹¹.

Continuará...

¹⁰⁹ SÁNCHEZ RUBIO, C.; SÁNCHEZ RUBIO, R.; TESTÓN NÚÑEZ, I.: *El atlas Medici de Lorenzo Possi, 1687*, Fundación Caja de Badajoz, Badajoz, 2014, pág. 36.

¹¹⁰ A.G.S., *Sucesso de la Batalla que El marques de Caracena tubo sobre el sitio de Villa Viciosa, desde el dia que salio el exercito de Badajoz, hasta la retirada El año 1665. Escriuiolo vn sargento mayor de Batalla del mismo Exerçito*, fol. 313-313v.

¹¹¹ PENIM DE FREITAS, J.: “A batalha de Montes Claros vista por um oficial inglês”, *Lusiada-História* n.º 5-6, 2009, pág. 350.

ESTATUTO SOCIAL E HIERARQUIA MILITAR, UMA DIFÍCIL CONCILIAÇÃO: A CONDUTA OPERACIONAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS NA BATALHA DE MONTES CLAROS

Jorge Penim de Freitas*

Abstract

A resistência às reformas propostas do Conde de Schomberg para a reforma do exército português nos anos finais da Guerra da Restauração fizeram-se sentir de diversas maneiras, partindo principalmente de sectores da nobreza militar portuguesa mais tradicionalista e conservadora, que não abdicava dos seus privilégios de precedência. O resultado foi um compromisso que retirou alguma eficácia à operacionalidade do exército português.

O estudo apresentado tem por base a batalha de Montes Claros, analisada a partir de fontes primárias, pondo em relevo a conduta da estrutura de comando.

Palavras chave

Montes Claros, Conde de Schomberg, Guerra da Restauração, 1665

A fase final da Guerra da Restauração ocorreu num período de convivência difícil entre dois conceitos de hierarquia militar: o de uma estrutura herdada de pressupostos medievais, que se mantinham arraigados e que espelhavam a primazia hierárquica da sociedade de ordens, e o que decorria de uma especialização do ofício das armas, com o seu sistema valorativo de ascensão meritocrática que nem sempre se adequava às prerrogativas de privilégio ditadas pelo nascimento. A chegada do Conde de Schomberg para reestruturar o exército portu-

* Mestre em História Moderna pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

guês nesse período veio acrescentar mais um elemento de perturbação: o sentimento nacional (de nação enquanto definição identitária coeva) face ao elemento estrangeiro, a cujos hábitos e língua diferentes acrescia, por vezes, o de uma religião considerada herética.

É essa vertente que aqui se procura realçar, em particular o impacto que as inovações introduzidas e os compromissos de resistência tiveram na conduta operacional do exército na batalha de Montes Claros. A escolha desta batalha, e não a do Ameixial (outra das vitórias do período final e crucial da guerra), fundamenta-se no carácter decisivo da refrega (RILEY, 2014, pp. 148-149)¹. Por ocasião da batalha de Montes Claros, tinham decorrido cinco anos desde a chegada do Conde de Schomberg a Portugal e as rivalidades que perturbavam a concretização plena das suas propostas de acção eram bem evidentes.

O período da “pequena guerra” (anos 40 e 50)

Durante as duas primeiras décadas da Guerra da Restauração, o exército português conheceu poucas alterações no que à estrutura hierárquica dizia respeito. Na urgência da reconstrução do aparelho militar logo após o 1.º de Dezembro, a matriz das Ordenanças sebásticas prevaleceu no imaginário dos que tinham por incumbência restabelecer a operacionalidade do exército. Foi preciso algum tempo para ajustar o ultrapassado modelo teórico de raiz quinhentista ao contexto bélico dos meados de seiscentos. Nessa tarefa coube papel de relevo a Joane Mendes de Vasconcelos, um fidalgo e militar experiente, com anos de serviço prestado na Flandres no exército da Monarquia Dual. Foi nessa experiência que se baseou para comentar e corrigir a proposta de Ordenanças Militares de 1643, as quais nunca seriam impressas, mas na sua forma manuscrita constituíram a base da estrutura hierárquica e organizacional do exército português ao longo do conflito.

De uma forma genérica, podemos dividir os postos e cargos da estrutura hierárquica emergente da Restauração em seis categorias, aqui expostas com recurso à terminologia coeva:

1. Cabos maiores do exército. Englobava os oficiais gerais e os governadores das armas das províncias. A própria terminologia podia variar, como no caso de governador da cavalaria, um cargo que tinha funções equivalentes às de um general da cavalaria, mas que também podia ser atribuído a um tenente-general. Enquanto a “qualidade e nobreza da pessoa” devia servir de funda-

¹ Segundo o autor, as batalhas decisivas podem dividir-se em duas categorias: as que põe termo a uma campanha e concomitantemente a um período de guerra total, acabando o lado vitorioso por impor as suas condições – económicas, políticas, territoriais – num tratado de paz; e as que fazem pender a iniciativa futura para o lado vencedor, até à vitória final. É nesta segunda categoria que o autor enquadra a batalha de Montes Claros.

mento à provisão dos postos de maior responsabilidade (governador das armas, capitão-general do exército ou tenente-general do exército, que podiam comandar um exército em campanha), conhecimentos técnicos e alguma experiência de guerra eram exigidos aos generais comandantes da infantaria (mestre de campo general), da cavalaria e da artilharia, sendo que este último tinha a obrigação de ter servido um mínimo de três anos como mestre de campo na infantaria.

2. Oficiais maiores ajudantes dos cabos maiores do exército. Estes eram, na verdade, oficiais superiores, mas com funções de ajudantes de campo. Ao posto de tenente de mestre de campo general juntar-se-ia, em Março de 1663 e por sugestão de D. Sancho Manuel de Vilhena, Conde de Vila Flor, o posto de sargento-mor de batalha. Uma redundância de funções que resultou do jogo de intrigas pessoais contra o Conde de Schomberg. Se para tenente de mestre de campo general era preciso ter demonstrado “*procedimentos estimados geralmente de todos*” (“Ordenanças Militares de 1643” comentadas por Joane Mendes de Vasconcelos, in SEPÚLVEDA, 1902-10, III, pp. 60-61, resposta ao título 14) e provir da infantaria, cavalaria ou artilharia com experiência de guerra (capitão de cavalos couraças, sargento-mor e tenente-general, respectivamente), para o posto de sargento-mor de batalha não se explicitavam quaisquer condições prévias, embora os nomeados procedessem de postos de maior categoria do que os outros ajudantes (tenente-general da cavalaria, mestre de campo).

3. Oficiais maiores do exército. Eram oficiais superiores com postos inferiores a general e acima de capitão. À exceção do posto de coronel de infantaria, que apenas se encontrava, entre os portugueses, nos regimentos de infantaria da ordenança de Lisboa (eles próprios um caso à parte na nomenclatura das unidades do exército), e onde a qualidade e nobreza da pessoa era critério essencial, nos demais vingava a experiência de guerra. No entanto, o posto de mestre de campo podia ser atribuído a um militar de origem nobre sem que este tivesse completado 12 anos de guerra viva (isto é, com experiência de combate) e 4 anos como capitão de infantaria. Era um dos casos mais visíveis da preferência do estrato social privilegiado à ascensão pelo mérito alcançada pelos “soldados de fortuna”, oficiais oriundos do terceiro estado.

4. Capitães e comissário geral da artilharia. Postos intermédios, com funções de comando a nível de companhia no caso da infantaria e da cavalaria. Experiência militar era o atributo necessário, ainda que a proveniência nobre pudesse acelerar a ascensão na hierarquia.

5. Oficiais colaterais. Eram os ajudantes de tenente de mestre de campo general, de comissário geral da cavalaria e os ajudantes (do número e supranumerário) de sargento-mor. As qualidades exigidas aos indivíduos que ascendiam a este posto provenientes do oficialato intermédio ou baixo (capitães, tenentes ou alferes) eram talento, expediente, valor e inteligência. Mas podia haver favo-

recimento particular, caso do oficial que nomeava para ajudante um criado seu – como, por exemplo, D. João de Azevedo e Ataíde em 1647, o que motivou que outros oficiais, por serem fidalgos, se recusassem a receber e cumprir as ordens transmitidas por aquele ajudante.

6. Oficiais inferiores, sargentos e outros. Todos os militares que não tinham quaisquer funções de comando ou que, sendo oficiais, não as tinham do escalão companhia – pelo menos em princípio, pois não era incomum uma companhia de infantaria ser comandada pelo alferes ou uma de cavalaria pelo tenente, alferes ou até por um furriel, na ausência temporária dos respectivos comandantes.

A hierarquia dos diferentes postos e cargos nem sempre era linear, havendo vários conflitos entre preeminências no que respeitava às competências de comando ou de aplicação da justiça militar. Por vezes, o Conselho de Guerra era chamado a resolver as dúvidas resultantes das omissões nas Ordenanças Militares em relação a casos particulares como, por exemplo, sobre quem deveria comandar um contingente misto de cavalaria e infantaria: se o tenente-general da cavalaria, se o mestre de campo. Neste caso concreto foi dada preeminência ao mestre de campo.

Por outro lado, a hierarquia militar dos contingentes estrangeiros ao serviço da Coroa portuguesa originou alguns problemas devido à diferença da nomenclatura dos postos e à organização intrínseca das forças. Isto foi sentido em especial na cavalaria, sendo que a portuguesa nunca adoptou o sistema regimental em vigor em vários exércitos europeus do período, nomeadamente o francês, o holandês e o inglês. Foram frequentes, no início da guerra, as desavenças entre os coronéis dos regimentos estrangeiros e os oficiais portugueses com funções de comando das forças conjuntas. A situação ficou regulada, ainda na década de 40, pela integração na estrutura militar portuguesa desses contingentes, chegando mesmo um holandês, Jan Willem van Til, a ser promovido a tenente-general da cavalaria da província do Alentejo, comandando a totalidade das forças – portuguesas e estrangeiras. Mas na década de 60, com a chegada de contingentes mais numerosos, os problemas regressaram. Os coronéis ingleses e franceses recusaram ficar sob a tutela dos comissários gerais portugueses nas zonas de aquartelamento (ou, mais propriamente, alojamento). Um comissário geral era considerado como tendo um posto inferior ao de coronel (equivaleria, pela moderna nomenclatura, ao de major), mas as suas funções de comando eram semelhantes, como adiante se verá.

Mais pacífica foi a regulação das preeminências entre os oficiais das forças militares pagas e não pagas (ou seja, o exército profissional e a milícia de auxiliares e da ordenança), sendo dada sempre preferência às patentes das tropas pagas, em caso de igualdade.

Na origem de muitos diferendos estavam determinados traços característicos da mentalidade da época. O que hoje seria tido como superficial tinha então uma carga valorativa muito profunda e diversa. A emulação do ideário nobiliár-

quico, no que à função guerreira dizia respeito, levava militares de todas as categorias e estratos sociais a desafiarem-se para duelos por motivos aparentemente fúteis, mas que no imaginário da época eram tidos como ofensas à honrabilidade. Numa sociedade onde as formas de tratamento obedeciam a fórmulas estritas e as normas de interação dependiam do estatuto social, cada palavra ou gesto tomado como menos próprio podia ter uma conotação ofensiva, que tinha de ser reparada com sangue.

Mesmo não chegando ao ponto do desafio para duelo (aliás, proibido pela lei, mas gozando de uma tolerância mal dissimulada no universo militar), a noção particular de honra bastava para iniciar uma querela e pôr em causa a disposição das forças no terreno. Um oficial que considerasse dever ser-lhe atribuído o lugar de honra no dispositivo de marcha ou de combate (o lado direito da vanguarda, um costume com raízes na Antiguidade Clássica), fundamentando a sua pretensão em práticas que a tradição assentara como norma no exército, chegava por vezes a questionar a ordem de um superior. Existem vários exemplos para os anos 40 e 50 deste tipo de conflitualidade, numa época em que era bem conhecido o modelo teórico da marcha de costado (as unidades progredindo em marcha já com o dispositivo que deviam apresentar em batalha), ainda que não fosse habitualmente posto em prática. O dispositivo militar era então lentamente organizado após as unidades – companhias, terços – saírem dos seus alojamentos e se apresentarem no local determinado para a formatura do exército. Um processo vagaroso, que podia demorar horas, por vezes ainda mais atrasado pela emergência de disputas acerca do posicionamento de uma unidade cujo comandante reivindicava o direito do lugar mais importante.

Os vinte primeiros anos do conflito foram essencialmente marcados pelas pequenas incursões fronteiriças de nulo alcance estratégico. Operações de cerco de envergadura ocorreram apenas em 1658 (Badajoz) e 1658-59 (Elvas). Em ambas os sitiados não tiveram êxito, resultando em Elvas uma batalha de encontro entre o exército português de socorro e o exército espanhol que cercava a principal praça de armas do Alentejo, com vitória portuguesa. Sem batalhas campais que pusessem à prova a operacionalidade do exército num confronto de maior exigência na combinação de armas, nada mudou de essencial na organização e na conduta da guerra. A batalha de Montijo, em 1644, foi uma exceção que originou alguns ajustes na organização da cavalaria, mas nada mais de relevante.

As propostas reformistas do Conde de Schomberg (década de 60)

A verdadeira prova para o exército da Coroa portuguesa surgiu após a paz dos Pirenéus entre a Espanha e a França, quando Filipe IV pôde finalmente mobilizar o seu potencial bélico para pôr fim ao que era visto como a rebelião de Portugal. Em 1660 foi contratado em França o Conde de Schomberg, para reorganizar o exército português e torná-lo capaz de enfrentar o poderoso vizi-

nho ibérico. De origem alemã, Schomberg era um general experiente, tendo servido na sua juventude no exército sueco e feito a maior parte da sua carreira das armas no exército francês. A sua vinda para Portugal foi recomendada pelo marechal Henri de La Tour d'Auvergne, Visconde de Turenne.

Pouco depois de ter entrado em funções, Schomberg procurou inteirar-se da situação militar na província do Alentejo, principal teatro de guerra. Numa carta enviada à Rainha regente em 1661(Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Conselho de Guerra (CG), *Consultas*, 1661, maço 21-A, caixa 79, anexo à consulta de 26 de Outubro de 1661), e posteriormente remetida ao Conselho de Guerra, além dos problemas relativos ao estado das fortificações, Schomberg apontava o que lhe constava serem as principais deficiências do exército português e avançava algumas sugestões para a sua resolução:

1. A possibilidade do governador das armas, enquanto comandante do exército provincial, poder destituir os oficiais que não cumprissem as suas obrigações.

2. A proibição dos mestres de campo nomearem para os postos de capitão e alferes criados seus, gente sem a devida preparação, e que ademais continuavam a servir o mestre de campo como criados depois de providos nos postos². Esta prática trazia um outro inconveniente: os militares de origem nobre não queriam passar pelo posto de alferes, para não ficarem a par, na hierarquia, de oficiais de um estrato social inferior. É de realçar que a nomeação de criados para postos de oficialidade releva de um arcaísmo de base medieval. As relações de dependência social e pessoal prolongavam-se, assim, na unidade militar, podendo ter resultados negativos no desenrolar das operações, como foi atrás referido a propósito do posto de ajudante de comissário geral.

3. O agrupamento de cada quatro companhias de cavalaria num troço (equivalente a regimento), sob o comando de um oficial maior (comissário geral). A resistência dos capitães de cavalos a este esboço de sistema regimental foi bastante forte e colheu apoios a montante, no Conselho de Guerra. Em causa estava o sistema de companhias independentes e os amplos poderes que os capitães usufruíam – na verdade, decorrentes da necessidade de suprir os elevados custos de manutenção destas unidades, que a Coroa não podia suportar por inteiro e que os capitães (e comandantes das companhias com patente superior, como comissários gerais, tenentes-generais e generais) iam mantendo, em parte

² Cabia ao Conselho de Guerra propor indivíduos para os postos de mestre de campo na infantaria e de capitão, comissário geral e tenente-general na cavalaria, dado que as unidades básicas administrativas eram o terço na infantaria e a companhia na cavalaria. As patentes eram passadas após a nomeação régia. Todos os postos inferiores eram nomeados pelos mestres de campo (infantaria) e capitão (cavalaria).

ficando credores da Coroa, em parte através dos lucros obtidos com a venda de gado e outros bens provenientes das operações de pilhagem. Schomberg criticava sobretudo o facto dos melhores cavalos das companhias serem usados nestas operações de saque, sendo escondidos e poupados pelos capitães quando o exército se apresentava em campanha.

4. Que não se confiassem os postos de maior responsabilidade na hierarquia do exército aos oficiais de patente mais antiga, mas àqueles que tivessem demonstrado maior capacidade no decurso dos combates. Segundo argumentava Schomberg, alguns oficiais mais antigos *“talvez terão gastado a maior parte do tempo em suas casas, murmurando [ou seja, tecendo intrigas] com descanso o trabalho e acções dos outros; e como vemos que estes homens cada dia pretendem por antiguidade e recebem acrescentamentos em seus postos, não se fazendo distinção das pessoas que servem bem, se faz o serviço com pouco zelo e cuidado. E como agora a guerra é muito diferente da passada, e a força de Castela muito aumentada no número e na ciência dos oficiais que serviram em outras partes, Vossa Majestade arriscará muito o seu Reino e a vida e reputação dos cabos mais afectos, se lhes não der uma ordem muito absoluta”* (ANTT, CG, *idem*, *ibidem*). Era a tentativa de impor a meritocracia como critério essencial para uma ascensão mais rápida na hierarquia militar (ao invés da qualidade da pessoa ditada pelo nascimento, como estava previsto para alguns postos).

5. O fim do sistema consultivo, baseado na tradição do comandante em chefe de um exército em campanha reunir com os seus subordinados, de mestre de campo e comissário geral para cima, antes de ser tomada qualquer decisão sobre o rumo das operações. Para Schomberg, este procedimento tinha muitos inconvenientes: desde logo, não poder ser mantido o segredo da resolução que se tomava, dado o número de pessoas (por vezes mais de vinte) que participavam no conselho; e como nem todos podiam ser informados acerca das ordens régias, nem tinham todos a experiência de guerra necessária que obrigasse o comandante em chefe (governador das armas ou capitão-general do exército) a concluir sobre as suas opiniões, sucedia que podia não ser tomada a resolução mais conveniente.

Todavia, o que escapava ao cabo de guerra estrangeiro era a peculiaridade, a este nível, do sistema militar português, que espelhava o modelo consultivo de governação existente após a Restauração. Do mesmo modo que a dinastia reinante em Portugal assentava no consentimento dos seus súbditos mais notáveis, de cuja colaboração não podia prescindir, também no aparelho militar se procurava um consenso entre todos os que estavam empenhados nas operações em curso. Deste modo se aliviaria dos ombros do comandante em chefe o peso de um insucesso, ao passo que, em caso de vitória, todos se sentiriam com direito a reclamar a merecida recompensa.

O Conde de Schomberg não só não conseguiu erradicar este costume, como acabou por se ver enredado nele: no decurso da campanha de 1663, um destes conselhos prolongou-se durante boa parte do dia até à noite, devido a uma questão de precedências na aposição das assinaturas no documento onde se lavrara a decisão final. Nesse caso em concreto, alguns elementos da nobreza titulada não prescindiam de assinar o seu nome antes do mestre de campo general (o próprio Schomberg) o fazer, ainda que um deles estivesse a acompanhar o exército por iniciativa particular – o altivo D. João de Mascarenhas, 3.º Conde de Sabugal. Acontecimentos semelhantes tinham-se registado nas duas décadas anteriores e punham a cru a difícil convivência entre as prerrogativas da hierarquia social e da hierarquia castrense.

Schomberg mostrou-se de igual modo agastado com os que tentavam desacreditar as novas práticas de marcha, alojamento e formação de batalha do exército, por ele iniciadas nesse mesmo ano de 1661. Embora sem designar nomes, é certo que se referia a membros da nobreza militar como D. Jerónimo de Ataíde, Conde de Atouguia, e D. Sancho Manuel de Vilhena, Conde de Vila Flor, seus rivais e críticos a quem não reconhecia capacidades militares. Sugeria que essas pessoas apenas procuravam criar dissensões no exército “*por não haverem visto nos seus cartapácios velhos as vantagens que nestas novas formas acharam os grandes capitães destes tempos*”, e solicitava que fossem chamados à corte e viessem com os seus discursos diante dos ministros de Sua Majestade, “*para se ver que não são, nem foram capazes de entender o que reprovavam*” (ANTT, CG, *idem*, *ibidem*).

As ideias reformistas do Conde de Schomberg provinham de uma experiência prática da guerra muito diversa da que até então se conhecera na fronteira luso-castelhana. Não só na maneira de organizar o exército, mas na de conduzir a guerra, a realidade francesa de onde provinha o Conde apontava no sentido de uma crescente centralização, que seria aprofundada ao longo do reinado de Luís XIV. No que respeitava à ascensão na hierarquia, emergia a pouco e pouco a superioridade do mérito sobre a condição social, que Courtilz de Sandras defenderá definitivamente na sua obra *Conduite de Mars* em 1685: “*Não é à qualidade [de nascimento] que se deve fazer deferência, mas ao mérito*” (DRÉ-VILLON, 2005, cit. na pg. 290).

A duração e intensidade dos conflitos continentais em que o exército francês estivera envolvido não tinham, todavia, comparação com o que ocorrera na Península Ibérica nos vinte primeiros anos após a Aclamação de D. João IV. Schomberg antecipava, e bem, o incremento das frequência e escala das acções de guerra nos anos seguintes à sua chegada. A intenção de lhe ser conferido o comando supremo do exército, que esteve na origem da sua contratação, encontrou forte oposição por parte dos elementos mais tradicionalistas e influentes da nobreza militar portuguesa. Não lhe foi atribuído de início mais do que o posto de mestre de campo general – comandante supremo da infantaria e, em teoria, o terceiro da cadeia de comando, a seguir a capitão-general do exército e governador das armas de uma província – e o comando supremo das forças estrangei-

ras. Apesar de tudo, as suas propostas no sentido de modernizar o exército português e dotá-lo da capacidade de combate exigida pelo recrudescimento da guerra com Espanha foram sempre consideradas, o que não significa terem sido aceites tal como originalmente preconizadas. Quando chegou a altura crucial da batalha de Montes Claros, algumas estavam consolidadas, mas outras foram bloqueadas ou matizadas pela resistência dos seus opositores no seio do aparelho militar.

Avanços e recuos

A forte oposição ao exercício do comando supremo do exército por Schomberg e as intrigas palacianas de que foi alvo quase o levaram a deixar Portugal em 1663. Foi demovido das suas intenções a tempo de se tornar o principal responsável pela vitória portuguesa na batalha do Ameixial, sendo o segundo na cadeia de comando, logo abaixo do seu rival D. Sancho Manuel de Vilhena, Conde de Vila Flor.

Tinha sido precisamente o Conde de Vila Flor a colocar, no início de 1663, um forte embaraço ao que Schomberg havia alcançado no sentido da modernização do exército português. A marcha de costado estava já implementada como prática usual e o Conde estrangeiro constatava que os seus ajudantes, os tenentes de mestre de campo general, eram muito capazes de assegurar os procedimentos, não só na marcha como na disposição em batalha. A proposta de Vila Flor, aceite pelo Conselho de Guerra, para a introdução do posto de sargento-mor de batalha, era mais do que uma mera redundância (as funções seriam as mesmas dos tenentes de mestre de campo general). Tinha um objectivo pessoal, que era o de dispensar o mestre de campo general (ou seja, próprio Schomberg), uma vez que, segundo a proposta de Vila Flor, fundamentada na hierarquia espanhola e na do Sacro Império, os sargentos-mores de batalha poderiam exercer o posto de mestre de campo general à vez, ficando sob o comando directo do governador das armas (no caso, o próprio Vila Flor).

Esta proposta não vingou, tendo sido adoptado um compromisso com a manutenção do posto já existente, embora subordinando-o ao que fora criado. A escolha dos primeiros sargentos-mores de batalha recaiu em dois oficiais experientes, mas que não eram afectos a Schomberg e que mantinham uma visão tradicionalista da guerra: João da Silva de Sousa e Diogo Gomes de Figueiredo (filho). Ambos requereram, e conseguiram, autorização para poderem ter a sua própria companhia de cavalaria – o que não sucedia com os tenentes de mestre de campo general, que eram oficiais às ordens no sentido pleno. Na mira, a continuação da guerra de usura em proveito pessoal, a que estavam habituados desde o início da sua carreira militar.

Colocar os tenentes de mestre de campo general abaixo dos sargentos-mores de batalha na hierarquia do exército significou um revés para o critério meritocrático de ascensão. Eram principalmente os sargentos-mores de expe-

riência e valor dos terços pagos os escolhidos para a promoção a tenente de mestre de campo general, uma vez que tinham o saber técnico e a prática de formação dos esquadrões de infantaria a partir dos efectivos do seu terço. Ajudar o mestre de campo general no desdobramento do exército no terreno e na disposição das formações tácticas era uma função para a qual tinham competência. De acordo com um relatório anónimo inglês de 1666, os sargentos-mores do exército português eram em geral bons e de espírito agressivo em combate, sendo elogiados os que eram promovidos daquele posto ao de tenente de mestre de campo general (The National Archives, *State Papers, Portugal*, SP89/7, fls. 344 v-347).

A vitória do Ameixial aumentou a reputação de Schomberg, calando momentaneamente os seus inimigos pessoais. Em 1664 foi finalmente nomeado governador das armas do Alentejo. Mas viu-se sujeito a um novo compromisso, tendo deixado de ter sob sua dependência directa os dois sargentos-mores de batalha estrangeiros (La Richardière e Balandrié) e ficado com dois fortes opositores sob seu comando: Gil Vaz Lobo como mestre de campo general e Dinis de Melo de Castro como general da cavalaria. Além disso, estes oficiais tinham agora responsabilidade de comando de forças estrangeiras, o que até aí cabia em exclusivo a Schomberg. De nada valeu o protesto de que os militares estrangeiros se recusariam a obedecer a oficiais portugueses, de cujas capacidades de chefia duvidavam.

A nível organizativo, a reforma da cavalaria proposta foi aceite, criando-se troços que agrupavam quatro companhias, comandados por comissários gerais. Mas estava-se longe do sistema regimental. Meros agrupamentos, os troços nunca conseguiram criar espírito de corpo. Em termos de coesão, tudo dependia da experiência e do treino de cada unidade básica administrativa, a companhia.

A conduta operacional em Montes Claros

Em que estado se encontrava o exército da Coroa portuguesa quando o Marquês de Caracena pôs cerco a Vila Viçosa em Junho de 1665? As tropas mais experientes, ou que pelo menos tivessem participado nas vitórias obtidas nos dois anos anteriores, não só no Alentejo e na Extremadura espanhola (conquista de Valencia de Alcántara), mas também na Beira (Castelo Rodrigo), estariam moralizadas e confiantes. Todavia, era um exército composto, com infantaria e cavalaria provenientes das diversas províncias do Reino para reforçar, como era usual, o contingente da província do Alentejo. O grau de treino e prontidão era muito diverso. O Conde de São João da Pesqueira, D. Luís Álvares de Távora, seria descrito no mesmo relatório anónimo inglês já referenciado como tendo os melhores soldados do Reino, procurando trazê-los sempre bem adestrados. A infantaria da maior parte dos terços pagos do Alentejo e do terço da Armada era composta por veteranos. Quanto às tropas estrangeiras, os regimentos ingleses de infantaria, diminuídos pela erosão das campanhas e comba-

tes dos dois anos anteriores, tal como a sua cavalaria, eram compostos na sua maioria por militares muito experientes e competentes. Um desses regimentos era comandado honorificamente por Schomberg, tal como sucedia com um regimento francês. Apesar de desgostosos pelos soldos em atraso e por algumas querelas internas (resquícios das divisões políticas e religiosas do tempo da Guerra Civil, que ainda não tinham sarado) e também pelas dissensões com os portugueses, civis e militares, eram soldados de confiança debaixo de fogo ou no corpo-a-corpo. Já a infantaria francesa não era de tanta qualidade, nem a cavalaria superior à portuguesa. Havia ainda um regimento de napolitanos e alemães que servira a Coroa espanhola até à reconquista de Évora pelos portugueses. Passou depois a servir a Coroa portuguesa, embora comandado e enquadrado por oficiais franceses. Também estes mercenários eram veteranos experientes.

Na cadeia de comando, Gil Vaz Lobo fora nomeado governador de Setúbal e substituído no posto de mestre de campo general pelo Conde de Schomberg. Esta aparente despromoção do Conde em relação ao ano anterior deveu-se, mais uma vez, à interferência do peso do prestígio social na esfera militar. D. António Luís de Meneses, Marquês de Marialva, fora nomeado capitão-general do exército e nessa qualidade era o comandante supremo. Todavia, como o mesmo manuscrito anónimo inglês atrás citado referia, conquanto fosse reconhecida a sua valentia, o Marquês tinha muito pouco de general e em tempos de serviço mais aturado deixava tudo à discrição daqueles que sabiam mais do que ele, e era tão sincero que o admitia. Esta faceta terá facilitado a colaboração com o Conde de Schomberg, não existindo entre ambos a hostilidade que o Conde de Vila Flor evidenciara em relação ao general estrangeiro dois anos antes. No comando da cavalaria continuava Dinis de Melo de Castro e o general da artilharia era D. Luís de Meneses, favorável a Schomberg.

Entre oficiais gerais registou-se um incidente que poderia ter comprometido o plano de operações dos portugueses. Dinis de Melo de Castro recebera ordens escritas de Schomberg para ocupar, na véspera do dia da batalha, o alto da serra da Vigaira com seis batalhões de cavalaria, negando ao inimigo essa importante posição sobranceira à planície onde se travaria a batalha. Todavia, no dia seguinte o mestre de campo general descobriu, com surpresa, que o alto da serra se encontrava ocupado pela companhia da guarda do próprio Marquês de Caracena. O que se seguiu foi uma severa repreensão de Schomberg a Dinis de Melo, pois este não cumprira as ordens, limitando-se a enviar 30 homens com um guia, pensando que isso seria suficiente. Desdém pelo cabo de guerra estrangeiro e uma deficiente avaliação das características do terreno terão levado o futuro Conde das Galveias a ignorar as ordens e a agir como considerara ser mais conveniente.

Ao nível da conduta das operações, também foram evidentes alguns traços do compromisso entre a implementação das novas ideias e a manutenção de hábitos adquiridos em duas décadas de guerra de baixa intensidade, como a consulta do comandante em chefe aos seus oficiais. Com Vila Viçosa sob cerco inimigo, o Marquês de Marialva mandou reunir, a 11 de Junho em Estremoz, o

seu conselho de guerra. O socorro à praça sitiada iria sem dúvida provocar uma batalha campal que podia, em caso de derrota portuguesa, pôr em perigo a independência do Reino, pois seria muito difícil, senão mesmo impossível, reunir doravante forças capazes de opor resistência ao invasor. Daí que fosse pedida confirmação régia para prosseguir as operações nesse sentido, a qual foi dada e recebida no dia 15 em Estremoz.

Em marcha de costado e desdobramento no terreno não deixaram de ser seguidos critérios de colocação das unidades que, se por um lado, assentavam na sua experiência e capacidade operacional, por outro não deixavam de parte a noção tradicional dos lugares de honra. Deste modo, verifica-se que dos oito dos terços pagos portugueses que se tinham batido no Ameixial sob as ordens do mesmo mestre de campo dois anos antes, sete ocuparam lugar na primeira linha do dispositivo de Montes Claros. No lado direito, os lugares de honra couberam ao terço da Armada, considerado o melhor do exército por portugueses e estrangeiros, e o de Cascais, ambos na vanguarda. Mesmo com a veteranaria e valor reconhecidos, os regimentos ingleses foram relegados para o lado esquerdo, o de menor importância, tal como os regimentos franceses e o germano-napolitano, sendo que metade destas unidades foi colocada na segunda linha de infantaria do dispositivo. O terço português comandado pelo mestre de campo francês Jacques Alexandre Tolon, que compreendia alguns capitães franceses e que já se batera no Ameixial, ocupou o centro da vanguarda. Dois anos antes ocupara o centro da segunda linha.

No que concerne à cavalaria, era seguido o mesmo princípio. Isto significava que, em marcha, a preparação para o desdobramento inicial destinava os estrangeiros à ala esquerda. O relatório anónimo de um oficial inglês do regimento que se bateu em Montes Claros refere as várias missões de reconhecimento e escolta à infantaria que se agrupava em Estremoz, nos dias que antecederam a batalha. Mas no dia 17, o regimento inglês e os três regimentos franceses iam incorporados na marcha, no flanco esquerdo do exército. Deste modo, estar-lhes-ia destinado o terreno menos propício à manobra da cavalaria, coberto de vinhedos, no flanco esquerdo do exército. Não chegaram a colocar-se aí, pois foi-lhes dada ordem para se posicionarem no flanco oposto, constituindo uma terceira linha, a fim de reforçarem aquele sector, onde o inimigo tinha concentrado toda a sua cavalaria e onde os batalhões de cavalaria portuguesa estavam formados, intercalados com dois terços de infantaria. Assistiram ao desbaratar das duas primeiras linhas de cavalaria e ao perigoso envolvimento dos terços da direita da vanguarda portuguesa pelo inimigo. A narrativa do oficial prossegue com a descrição da carga do seu regimento e dos combates subsequentes, até ao desbaratar do inimigo, exacerbando o papel desempenhado pela cavalaria inglesa na vitória alcançada (Cf. FREITAS, 2009).

Relevante neste testemunho da batalha é um aspecto que outras narrativas coevas omitem: a crítica pela falta de oficiais às ordens durante as duas primeiras horas da refrega. Em contrapartida, é realçada a acção corajosa do Marquês de Marialva e do Conde de Schomberg no comando das operações, eles pró-

prios envolvidos nos combates, com risco pessoal. Ou seja: ao contrário da atitude do Marquês de Caracena, que optou por manter uma posição estática no alto da serra da Vigaira, enviando ordens pelos seus ajudantes, como seria prática comum dos comandantes supremos nos dois séculos subsequentes, os cabos de guerra portugueses estão de facto envolvidos na peleja. Comandam e incentivam as tropas nos locais e nos momentos onde o risco de derrocada do exército é maior, dando o exemplo. Na confusão da batalha não há oportunidade para enviar os sargentos-mores de batalha com ordens aos comandantes dos terços de infantaria ou dos troços de cavalaria. Os generais da cavalaria e da artilharia, os tenentes-generais da cavalaria, os próprios sargentos-mores de batalha (que têm à disposição e comandam a sua própria companhia de cavalos) têm sectores atribuídos e é aí que decidem o que fazer a nível tático, de acordo com o desenvolvimento da batalha. Trata-se de pôr em prática, num mosaico de combates localizados, justapostos, que acabam por interagir quando ocorrem quebras de coesão, debandadas e envolvimento pelo inimigo, ou a perseguição deste, a experiência tática colhida em muitos anos de pequena guerra. Em última análise, foi a coesão das forças de infantaria, com o apoio da artilharia ligeira, que permitiu resistir a uma situação de envolvimento que poderia ter sido fatal para o exército português, para depois, já com a cavalaria recomposta e reforçada com os batalhões provenientes do flanco esquerdo português, inverter a sorte das armas e obter a vitória decisiva em Montes Claros.

Conclusão

Do que atrás ficou exposto pode concluir-se que, em 1665, das práticas que o Conde de Schomberg procurara implementar no exército português, a marcha de costado foi a mais rapidamente assimilada. Mesmo assim, encontrou resistências e nunca se libertou completamente da noção arcaica do lugar de honra, relegando à partida as forças estrangeiras para a ala esquerda do dispositivo. Mas não era uma condicionante inultrapassável, pois podia ser corrigida, como aconteceu com a cavalaria estrangeira na batalha de Montes Claros, com a sua posterior deslocação para o flanco direito, onde foi crucial a sua presença.

No que respeita à prevalência da meritocracia sobre o estatuto social na atribuição das patentes da oficialidade e na remoção dos indivíduos que não revelassem aptidão para o desempenho do posto, não houve grandes mudanças. O caso da criação do posto de sargento-mor de batalha foi prova da resistência da nobreza militar de feição tradicionalista e do seu peso no alto comando. Não trouxe qualquer vantagem do ponto de vista da conduta das operações no terreno, como se verificou em Montes Claros, antes serviu ambições particulares. Além disso, bebia a sua inspiração na hierarquia militar castelhana, contrariando a prática da escola francesa de que o Conde de Schomberg estava imbuído.

Ainda a nível da cadeia de comando, na fase decisiva dos anos 60 nunca se dispensou o sistema de conselhos de guerra em campanha, que reunia o coman-

dante em chefe e os seus oficiais gerais, oficiais superiores e até particulares da nobreza titulada ou membros do Conselho de Guerra. A responsabilidade última pela decisão de uma determinada acção estratégica cabia à Coroa. Não se tratava de uma centralização da cadeia de comando, pois essa – como seria a ideia de Schomberg quando em 1661 criticou este modelo de consílio – caberia ao comandante em chefe do exército. Era, sim, uma desresponsabilização, ou no mínimo uma atenuação das responsabilidades em caso de derrota. Na decisão de socorrer Vila Viçosa e, inevitavelmente, dar batalha à força inimiga invasora, esteve a autorização régia, mediada pelo seu Escrivão da Puridade, Luís de Vasconcelos e Sousa, 3.º Conde de Castelo Melhor.

Foi precisamente o Conde de Castelo Melhor que desfez as dúvidas que Schomberg pudesse ter quanto à possibilidade de introduzir a prevalência do mérito sobre o estatuto militar no seio do exército português: “*Vulgarmente entendemos em Portugal que a grandeza dos postos se regula por aqueles que lhe estão sujeitos; é maior aquele que maiores pessoas tem debaixo de sua jurisdição*” (Carta do Conde de Castelo Melhor para o Conde de Schomberg, de 2 de Agosto de 1664, in RAU, 1969, pgs. 234-237). Esta foi, na verdade, a matriz que prevaleceu antes e depois da batalha decisiva de Montes Claros.

Referências bibliográficas

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Conselho de Guerra, *Consultas*, 1661, maço 21-A, caixa 79, anexo à consulta de 26 de Outubro de 1661.
The National Archives, *State Papers, Portugal*, SP89/7

Fontes impressas

CUNHA, António Álvares da, *Campanha de Portugal pella provincia de Alemtejo, na Primavera do anno de 1663*, Lisboa, Officina de Henrique Valente de Oliveira, 1663.
RAU, Virgínia (ed.), *Livro de Cartas que escreverão ao Ilustrissimo Senhor Francisco de Mello, Marques de Sande, sendo Embaxador Extraordinario em Inglaterra, e França em os annos de 658 athe 665*, edição e notas de Virgínia Rau, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1969.
Relacion verdadera, y pontval, de la gloriosissima victoria que en la famosa batalla de Montes Claros alcançò el Exercito delRey de Portugal, de qve es Capitan General Don Antonio Luis de Meneses Marquez de Marialua, Conde de Cantañede, contra el Exercito delRey de Castilla, de qve era Capitan General el Marquez de Caracena, El dia diez y siete de Iunio de 1665. Con la admirable defensa de la plaça de Villa Viciosa, Lisboa, Officina de Henrique Valente de Oliuera, 1665.

Artigos e Monografias

- BERGER, José Paulo, *A Batalha de Montes Claros. Perspectiva de um Engenheiro Militar*, Gabinete de Estudos Arqueológicos da Academia Militar, Lisboa, 2015.
- CHILDS, John, “The British Brigade in Portugal, 1661-1668”, in *Journal of the Society for Army Historical Research*, vol. LIII, 1975, pp. 135-147.
- CHILDS, John, *The Army of Charles II*, London, Routledge & Kegan Paul, 1976.
- CHILDS, John, “«For God and Honour»: Marshal Schomberg”, in *History Today*, XXXVIII, July 1988, pp. 46-52.
- D’ABLANCOURT, Nicolas Frémont, *Mémoires De Monsieur D’Ablancourt Envoyé de la Magesté Très-Chrétienne Louis XIV, en Portugal; Contenant L’Histoire de Portugal, Depuis le Traité des Pyrenées de 1659, jusqu’à 1668*, Amsterdam, J. Louis De Lorme, 1701.
- DREVILLON, Hervé, *L’Impôt du Sang. Le métier des armes sous Louis XIV*. Éditions Tallandier, Paris, 2005.
- DUMOURIEZ, Charles François, *Campagnes du Maréchal de Schomberg en Portugal, depuis l’année 1662 jusqu’en 1668*, Londres, De l’Imprimerie de Cox, Fils, et Baylis, 1807.
- ERICEIRA, Conde da, *História de Portugal Restaurado*, edição anotada e prefaciada por António Álvaro da Silva Dória, Porto, Livraria Civilização, 1945-1946 (4 vols.).
- FREITAS, Jorge Penim de, «A batalha de Montes Claros vista por um oficial Inglês», in *Lusitana História*, n.º 5-6, Lisboa, 2009, pgs. 339-358.
- FREITAS, Jorge Penim de, *O combatente durante a Guerra da Restauração. Vivência e comportamento dos militares ao serviço da Coroa portuguesa*, Lisboa, Prefácio, 2007.
- FREITAS, Jorge Penim de, «Propaganda, experiência, liderança. Sobre o contributo dos militares estrangeiros ao serviço da Coroa portuguesa, 1641-1668», in *Portugal Militar nos séculos XVII e XVIII até às Vésperas das Invasões Francesas*. Actas do XV Colóquio de História Militar, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, vol. I, 2006, pgs. 237-252.
- RILEY, Jonathon, *The Last Ironsides. The English Expedition to Portugal, 1662-1668*, Helion & Company, Solihull, 2014.
- SANTO, Gabriel Augusto do Espírito, *Montes Claros, 1665: a vitória decisiva*, Lisboa, Tribuna da História, 2005.
- SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães, *O Conde de Schonberg. Estudo historico baseado sobre alguns documentos inéditos*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892.
- SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães, *Historia Organica e Politica do Exercito Português – Provas*, vols. I-V, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902-1910.

Estudos do Património

A CASA DO PRIMO MATROCO, ONDE FALECEU HENRIQUE POUSÃO

Tiago Salgueiro

IN MEMORIAN – Espiga Pinto (1940/2014)



Figura 1 – *Autorretrato de Henrique Pousão* PDVV483,
Lápis sobre papel, 237 x 150mm, 1876.¹ © MBCB

¹ Obra do 4.º ano escolar do pintor, executada numa férias de Natal em Castelo de Paiva.

Trabalhar numa terra como Vila Viçosa proporciona surpresas quase diárias, dada a riqueza e diversidade da sua história e do seu património.

No Paço Ducal, em meados de Agosto de 2014, recebo a visita do Dr. Ricardo Leite, investigador e professor da Faculdade de Belas Artes do Porto, que veio até Vila Viçosa na demanda de informações sobre Henrique Pousão, ilustre pintor nascido nesta terra e cuja obra, na sua maioria, se encontra no Porto, no Museu Nacional Soares dos Reis.

De facto, Henrique Pousão nasce em Vila Viçosa no primeiro dia do ano de 1859, filho de Francisco Augusto Nunes Pousão, que desempenhava então o cargo de Administrador do Concelho – e que mais tarde viria a ocupar o lugar de Procurador Régio e Juiz, e de Maria Teresa Alves de Araújo. Foi batizado na Igreja de São Bartolomeu e foram seus padrinhos o seu tio, António Lobo da Rosa e D. Maria das Dores Veiga Matroco.² Este nome será muito importante no desenrolar desta história.

O Prof. Ricardo Leite queria saber onde se encontrava a sepultura do pintor (que faleceu tuberculoso, com apenas 25 anos), ao que lhe respondi que, apesar de ter sido sepultado no cemitério de São José (onde está hoje situada a Mata Municipal), seria provável que as suas ossadas tivessem sido depositadas no poço do concelho, na Cerca Velha do Castelo. O cemitério de São José foi construído em 1839 e desativado possivelmente em 1936, para construção da Mata Municipal, inaugurada no dia 26 de Maio de 1937.³

Queria também saber onde ficava a “casa do Primo Matroco”, onde Pousão terá falecido e pintado as suas últimas obras. Disse-me que a casa ficava na Rua de Santa Luzia (atual Rua Agostinho Cabral) e queria saber a história do edifício e da família Matroco. Trazia consigo uma imagem da pintura, onde se via uma paisagem com uma chaminé, uma árvore e a entrada de uma porta ou arco. Não reconheci o local, apesar de olhar insistentemente à procura de uma referência. Partilhei as informações com o meu colega Carlos Saramago, técnico da Biblioteca do Paço, morador nessa mesma rua. Não conseguimos resolver o enigma.

Onde ficava a casa do “primo Matroco”?

Como a pintura de Henrique Pousão é marcada pelos lugares onde passou, este cenário deveria ter sido real. Era necessário procurar... Sem saber nada sobre o assunto, telefonei ao saudoso amigo Pintor Espiga Pinto, artista plástico calipolense e profundo conhecedor da obra de Pousão, que me disse:

– Sobe a Rua de Santa Luzia, vindo da do lar de idosos da Misericórdia e, antes de chegar ao arco da casa da família Costa Guerra, de onde se vê o campo de futebol e a Igreja da Lapa, olha para o lado esquerdo e, por cima do telhado, está um pequeno sótão, onde ficava o estúdio do Pousão.

² ALMEIDA, Bernardo Pinto de. Henrique Pousão, ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 1999.

³ Informações concedidas pelo Dr. Joaquim Saial, através do livro “Voando no tempo”, edição do autor de 1992

Imediatamente sai do Paço, nessa tarde de muito calor, acompanhado pelo Professor da Faculdade de Belas Artes do Porto e sua mulher. Entrámos pela Rua dos Fidalgos (Rua Dr. Couto Jardim), subimos pela rua Alferes Marcelino e estávamos, finalmente, na Rua Agostinho Cabral. Com todas as gotas de suor que se possam imaginar...

Com os papéis na mão, que continham uma imagem do quadro, olhámos em nosso redor, desde o princípio da rua, até ao arco. Na dúvida sobre a localização, telefonei novamente ao Espiga Pinto, que me perguntou onde estava e se via o sótão em cima do telhado. Respondi-lhe que não, que não estava a ver nada. E de facto, assim era. Nem um sinal...

O Professor Ricardo Leite também estava já desesperado. Tendo em conta a imagem que trazia, parecia-me que a perspetiva pintada por Pousão poderia ser próxima do arco da Rua de Santa Luzia, junto da casa da família Costa Guerra. Mas mais nada permitia perceber se tinha sido ali, na rua, que a obra tinha sido pintada.

Felizmente chega o motorista do “carro de praça”, o Sr. Jacinto Miguel. Perguntei-lhe se sabia algo sobre a Família Matroco, que terá residido naquela rua e que tinha ligações à família de Henrique Pousão. Disse-me que tinha conhecido uma senhora chamada Ermelinda Matroco, que morava na rua António Matos Costa, depois do arco, já quase junto do campo de futebol.

Esta senhora terá nascido na zona de Torres Vedras e faleceu em Vila Viçosa, provavelmente em 2001, ou 2002, num trágico acidente, ao cair de uma varanda. O seu marido, Mário Augusto da Veiga Pereira Matroco, nascido a 7 de Junho de 1892 e falecido a 25 de Fevereiro de 1962, seria descendente da família Matroco.

Nessa moradia reside atualmente o Sr. Carlos Cabaço e a família. Talvez fosse familiar da pessoa que procurávamos. Esta proximidade de nomes e de locais também me deu alguma esperança. Não tinha dúvida de que estávamos perto do objetivo.

Perguntei ao Sr. Jacinto Miguel se podíamos entrar em sua casa e, a partir do terraço, localizar algum elemento que permitisse uma leitura mais objetiva. Subimos dois lanços de escadas, até ao segundo piso. Já depois do quarto das filhas, entrámos numa pequena varanda e, a partir daí, subimos por uma escada amovível, até ao terraço.

A vista era deslumbrante. A norte, o Paço Ducal e o Panteão dos Duques de Bragança. Que vasto e lindo horizonte! A oeste, uma extensão infinita e de sugestiva policromia. A Ermida de São Bento, às portas da Tapada Real. Oliveiros e azinhalis, a perder de vista, que se estendem muito para além dos casarios da Terrugem e de Vila Boim. Pude ainda contemplar, deste ponto, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e a Cerca Velha, construída no reinado de D. Dinis. Mas nada que fosse idêntico ao que procurávamos. Sabíamos que tinham passado demasiados anos, desde 1884. Muito tinha mudado, certamente, desde essa altura. Um dos elementos mais marcantes da pintura era precisamente a chaminé. Deste lugar, um dos mais altos de Vila Viçosa, não era possí-

vel identificar nenhuma semelhança com a obra de Pousão. Concluímos que só poderia ser um pátio interior, não muito longe dali...

Ao olhar para a rua, na imensidão de telhados, pude vislumbrar o sótão de que me falava Espiga Pinto, onde possivelmente seria o estúdio do Henrique Pousão. Faltava agora saber de quem era a casa e como poderíamos lá entrar. Ao descer para a rua, vimos um alvoroço generalizado, provocado pela nossa presença naquela tarde quente de Verão.

– *Andam à procura da casa do Pousão!* – gritavam as vizinhas, enquanto lavavam os portados de cal.

Umas tinham ouvido falar deste assunto, outras ainda conheceram a Sr.^a Matroco. No meio do alvoroço, perguntei de quem era a casa com o número 64.

– *É duns senhores de Lisboa!* – respondeu a Isabel Candeias Vedor – *quase nunca cá vêm, mas a Fernanda é que toma conta da casa!*

– *Quem é a Fernanda?* – perguntei.

– *A Fernanda é a senhora que trabalha na escola!*

Sabia quem era! Trata-se da D. Fernanda Cardoso, mãe da Joana, que eu conhecia perfeitamente. Bati à porta da referida casa, mas para meu infortúnio, ninguém respondeu. O curioso Professor do Porto também já estava desmotivado, com o calor e a inexistência de pistas. Agradeceu o meu empenho, mas a sua vinda até Vila Viçosa tinha sido infrutífera. Um verdadeiro fracasso, como referiu. Estava na hora do regresso, sem nenhuma novidade sobre a história do quadro.

Vi-o desaparecer, já no final da Rua de Santa Luzia e a virar para o Colégio dos Jesuítas. Talvez fosse à procura de mais pistas. Eu regresssei ao Paço, mas esta história continuou a intrigar-me. Não ia desistir até encontrar mais referências.

Chegado a casa, liguei o computador. Através das redes sociais, consegui encontrar a Joana Cardoso. Já há algum tempo que não sabia nada dela. Talvez andasse por Lisboa, a estudar ou a trabalhar. Mande-i-lhe uma mensagem, pedindo o número de telemóvel da mãe, Fernanda. Como estava *off-line*, não obtive qualquer resposta. Talvez ela já não se lembrasse de mim.

Perdido em pensamentos, imaginei Henrique Pousão, regressado à sua terra natal e bastante enfermo, ainda com forças para criar obras de arte, nesta terra que, para além de berço de figuras notáveis da nossa história, tenha servido de inspiração para tantos artistas. Na sua ânsia de trabalhar e apesar de flagelado pela doença, ainda encontrou ânimo para dar asas ao seu genial espirito criador.

As horas passaram e adormeci. No dia seguinte, liguei o computador, e já tinha a resposta da Joana! E havia boas novas! O número da Fernanda já ali estava, diante dos meus olhos. Agradei, por escrito, à Joana e liguei imediatamente para a Fernanda. Expliquei-lhe toda a história sobre a busca relacionada com o quadro de Henrique Pousão, perguntei se ela de facto trabalhava naquela casa e se sabia alguma coisa sobre este tema.

Perguntei-lhe ainda se havia autorização para eu falar com os atuais proprietários e se havia algum grande jardim nas traseiras. Fernanda confirmou a

maior parte das questões. Disse que iria falar com os donos do imóvel e também me disse que havia um enorme quintal com vista para o Santuário de Nossa Senhora. Afinal, havia uma réstia de esperança, ou não estivéssemos numa terra de fé.

Muitos dias depois recebo a notícia de que um senhor de Lisboa desejava falar-me. Ligou para o Paço, mas como eu estava ausente, deixou recado para que o contactasse, quando houvesse disponibilidade.

Andava tão ansioso com a ausência de sinais que nem me apercebi da importância deste facto. Nem imaginei que isto poderia ter a ver com esta história. Este senhor de Lisboa chamava-se Paulo de Sequeira Nunes, era o proprietário da antiga casa de Manuel Maria Matroco e tinha sido informado por Fernanda do meu interesse em conhecer o local. Com o ânimo renovado, liguei assim que soube desta notícia para o número que tinha sido dado. Mais uma vez, expliquei toda a história que me tinha levado até ali e perguntei se havia alguma possibilidade de visitar o edifício.

Ficou bastante curioso com este relato, do qual nada sabia. Troquei o meu e-mail com ele e nesse mesmo dia enviei uma cópia da pintura, digitalizada, para que tentasse identificar o local nalgum recanto do seu jardim. Na volta do correio (eletrónico, entenda-se!), recebo duas imagens das traseiras de sua casa. Infelizmente, nada se assemelhava à pintura do Pousão. Mais uma vez, desilusão total. Nada que pudesse enquadrar a perspectiva do quadro, que eu insistentemente procurava.

Tinha passado muito tempo, é certo, mas nem um elemento remetia para o estudo que tinha sido pintado em 1884. Numa das fotografias, via-se um jardim de grandes dimensões, com o teto da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, ao fundo. Teria mesmo que confirmar no local alguma pista, algum sinal, que me permitisse confirmar que teria sido ali que o pintor tinha criado o estudo.

Pela análise das imagens, não poderia ter sido ali que o quadro fora pintado. Era necessário visitar a casa e foi essa a solicitação que pedi, quando agradei as fotos. Disse-me que sim, que teria muito gosto e que no fim-de-semana seguinte estaria em Vila Viçosa.

Mal pude esperar pelo tão ansiado dia. Talvez para alguns esta seja uma história menor, mas para quem ama Vila Viçosa, tem todo o significado. Com a ansiedade normal destas circunstâncias, de quem está ávido de descobertas, lá fui, com a máquina fotográfica em punho, à hora acordada.

Bati três vezes na porta, de onde sentia uma frescura que aliviou o calor que trazia dentro de mim, fustigado por mais um dia tórrido de Verão no Alentejo. Apareceu, do lado de dentro da porta, um senhor grisalho, de meia-idade, também ele transpirado pelo calor que se fazia sentir nesses dias. Estendi a minha mão, amavelmente, e apresentei-me.

– Bemvindo a minha casa! Muito gosto em conhecê-lo! O meu nome é Paulo de Sequeira Nunes e estou curiosíssimo com esta história.

Expliquei-lhe o motivo que me tinha levado até ao seu encontro e as dúvidas que tinha sobre o local exato onde o quadro teria sido pintado. Agradei o

envio das fotos e pedi desculpa pelo incómodo causado. Afinal, esta era uma verdadeira invasão de privacidade. Paulo de Sequeira Nunes estava muito interessado nesta história e foi isso que me deu a entender.

Disse-me que tinha adquirido a casa em 1999 e que o vendedor do imóvel tinha falado sobre o facto desta ter sido a última morada de Henrique Pousão. Achando que se tratava de uma história de “para meninos”, não deu qualquer importância ao assunto. A casa estava muito degradada e a sua primeira missão foi recuperá-la. O imóvel estava de facto muito bem recuperado, com todo o conforto, apesar de manter a traça original e alguns elementos primitivos, como as traves de madeira do teto. Olhei para tudo em pormenor, sempre com a esperança de encontrar algo que me remetesse para o quadro. Encaminhou-me para o jardim, por um corredor que percorria todo o piso térreo. Senti-me emocionado por estar naquele lugar. Parecia que o espírito de Pousão estava presente, em todos os recantos. Como se a casa tivesse sido moldada à sua medida. Uma luz forte irradiava do jardim, ou não estivéssemos numa tarde de Verão, em Agosto. Pude ver, imediatamente, a Igreja de Nossa Senhora, ao fundo.

Chegados ao local, bastante modificado nos nossos dias, olhei em meu redor, sobretudo para os edifícios contíguos ao jardim, já pertencentes a outros proprietários da Rua de Santa Luzia. Seguindo atentamente as explicações detalhadas de Paulo de Sequeira Nunes, que me esclareceu sobre as obras que tinha feito, pude constatar que, do lado direito de quem entra no jardim, estava um muro, em tudo semelhante ao que se encontra no quadro de Pousão.

Sim, sem dúvida, só poderia ser ali! Já estava a imaginar Henrique Pousão, muito debilitado pela doença, sentado no jardim, a olhar para aquele pormenor da casa do lado direito. Com a vegetação, não pude visualizar exatamente o que estava para lá do muro, devido às laranjeiras de grande dimensão que aí se encontravam. Percebi que a chaminé retratada no quadro tinha desaparecido. Ainda que estivesse, eu não a conseguia almejar. Do lado direito do lugar onde me encontrava, estava uma porta em arco, de dimensão considerável, que hoje dava para uma grande sala de estar.

– Sr. Paulo – perguntei – *o que era aqui?*

– *Aqui eram as cavaleriças! Adapte este espaço quando comecei as obras em 1999! Vou já mostrar-lhe as fotos do antes e do depois!*

Com as imagens, era perfeitamente visível o arco que está do lado direito da pintura. Agora sim, não restavam dúvidas! Tinha sido ali, naquele local, que “o Aspecto da casa do primo Matroco” tinha sido pintado. Bastou confrontar a pintura de 1884 com as imagens de 1999. Em cima da mesa do jardim, a experiência foi feita e tudo fazia agora sentido! Eu próprio aproveitei para fotografar o local, a partir do ponto onde Pousão estaria sentado, a pintar. E tudo batia certo, apesar das notórias diferenças que o tempo deixou...

Paulo de Sequeira Nunes não cabia em si de contente! Aquilo que pensava ser uma lenda, afinal tinha a sua veracidade! Vivia numa casa com um importante legado histórico. A última morada de Pousão! Chamou a esposa, para lhe contar a boa nova. Tratava-se de uma senhora muito elegante, que tinha um

sotaque castelhano, perceptível quando trocámos as primeiras palavras! Também ficou muito surpreendida e entusiasmada com a descoberta!

– *Agora vou mostrar-lhe o resto da casa!*

De facto, ainda faltava visitar o quarto do sótão, onde provavelmente, Pousão teria o seu estúdio. Subimos as escadas que nos levavam ao local e pude verificar a magnífica decoração de todas as divisões. O último quarto da casa, no referido sótão, era um espaço exíguo, que ficava já no telhado da casa a sul. Até do ponto de vista arquitetónico, era difícil de fazer uma leitura correta. Teria sido ali o estúdio? Faltam dados para confirmar essa hipótese. Talvez...

Tinha chegado a hora da despedida. Com os respetivos cumprimentos e a satisfação do dever cumprido, abandonei a casa da Família Sequeira Nunes e desci a Rua de Santa Luzia.

Tinha as fotografias em meu poder e agora, teria que fazer uma pesquisa mais detalhada sobre o tema. Era hora de voltar ao Paço e aos livros.

Henrique Pousão e a Família Matroco

A pesquisa iniciou-se pela consulta do Inventário Artístico de Portugal, do investigador Túlio Espanca. Nesta obra, foram encontrados muitos dados relevantes e a confirmação de que esta tinha sido a última moradia de Henrique Pousão.

A casa da Rua Agostinho Cabral (antiga Rua de Santa Luzia), com o n.º 64, é um edifício do último terço do século XVII, com portal e duas janelas de mármore, sacadas da maior simplicidade decoradas por grades férreas, do gosto da época de D. Maria I.

Era a antiga residência da Família Matroco e nela morreu, no dia 24 de Março de 1884, o maior pintor alentejano de todos os tempos, Henrique Pousão, afilhado de D. Maria das Dores da Veiga, esposa de Manuel Maria Matroco, com quem casou, na Igreja de São Bartolomeu, no dia 27 de Março de 1856.

Aqui foi pintado um dos seus últimos quadros (óleo sobre madeira) chamado “Aspeto da casa do Primo Matroco”, em 1883 e que se encontra no Museu Nacional Soares dos Reis, no Porto.

Manuel Maria Matroco nasceu em Juromenha em 1820. Era filho de António José Matroco e de D. Francisca Benedita Lobo da Rosa. Foi antigo aluno do Colégio dos Reis Magos⁴, fundado 1609 pelo 7.º duque de Bragança, D. Teodó-

⁴ Instituído pelo 7.º Duque de Bragança D. Teodósio II em 1609, a sua primeira designação foi de “Collegio dos Moços do Coro”. Nesta escola, que preparava os jovens músicos para as cerimónias da Capela Ducal, ensinava-se instrução primária, latim, cantochão, música e órgão. O Rei D. João IV deu-lhe estatutos, sobre a invocação dos Santos Reis Magos. Em 1735, D. João V, entregou a responsabilidade da escola aos Jesuítas, exceto no respeitante à música. Muitos dos alunos entravam posteriormente nas ordens religiosas, desempenhando funções a nível do órgão ou do canto em várias sés do Reino e do ultramar. O Colégio dos Santos Reis Magos fechou as portas no dia 15 de Outubro de 1834. De 1834 a 1848, esteve

sio II e que tinha como objetivo preparar os meninos de coro que deveriam engrossar a Capela Ducal, com a intenção de igualar ou superar a Capela Real. Vivia, portanto, desde tenra idade, em Vila Viçosa.

Manuel Maria Matroco era ainda um decorador muito habilidoso, fiel da Misericórdia, escrivão da Câmara e da Administração do Concelho. Foi também colaborador do Padre Joaquim Espanca no âmbito da organização da Biblioteca do Povo, que tinha sido criada em 1836, no edifício dos Paços do Concelho. Esta biblioteca estava decorada com as estantes aproveitadas da Livraria Monástica do Convento dos Agostinhos. No fundo geral desta Biblioteca constam dois volumes do Noticiário de Vila Viçosa, oferecidos pelo Dr. Francisco Nunes Pousão a Manuel Maria Matroco.

Do seu matrimónio com Maria das Dores Veiga, nasceram António Augusto Matroco e D. Maria Francisca, que casou com Matias de Castro e Silva Sotto Mayor⁵. Esta união celebrou-se no dia 25 de Junho de 1882, na Igreja de São Bartolomeu.

Francisca terá sido retratada por Pousão a 18 de Outubro de 1879, em Vila Viçosa, durante as férias escolares. Neste período, Henrique Pousão ter-se-á apaixonado pela prima e terá levado posteriormente o retrato para Roma, onde foi concluído, três anos mais tarde.⁶



Figura 2 – *Senhora vestida de preto*, N. Inv. 114/39
MNSR, óleo sobre madeira, 1882, 285 x 185 mm

devoluto o edifício, passando a partir dessa data a servir de Hospital de convalescença ao Regimento de Cavalaria 3, até 1875.

⁵ ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal* – Distrito de Évora, Zona Sul, vol. I, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978. pp 761

⁶ TEIXEIRA, José, *Henrique Pousão, no primeiro centenário da sua morte 1884-1984*, Fundação da Casa de Bragança. 1984

Durante algum tempo, pensou-se que este quadro teria a designação de “Retrato da irmã”. Esta obra tem uma nota que indica “Roma-1882” e o número 114. No entanto, o Dr. Fernandes Lopes⁷, genro da irmã de Pousão, confirmou, junto da sogra, que não era ela a pessoa retratada. Confirmado pela D. Francisca Matroco Sotto Mayor, junto de Celestino David⁸, que um dia Pousão, seu primo, lhe fizera um retrato, parecia provável que “A Senhora vestida de negro” fosse de facto, o retrato da irmã de António Matroco e filha dos donos da casa onde Henrique Pousão veio a falecer.⁹

A família Veiga de que Francisca fazia parte, estava durante esse período de luto pelo falecimento de D. Doroteia, avó de Francisca e, no quadro, surge uma figura feminina vestida de preto.



Figura 3 – Retrato de Francisca Matroco – desenho a lápis sobre papel, 195 x 295mm, Cascais, Coleção particular

⁷ LOPES, Francisco Fernandes, *Cartas de Henrique Pousão*, Portugal, Lisboa, 1959, p. 10-13

⁸ DAVID, Celestino, “Henrique Pousão – Pintor Alentejano”, *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal (1.ª Série)*, n.º 4, 1943, pp. 3 – 56

⁹ Autores como Francisco Fernandes Lopes, David Celestino e José de Monterroso Teixeira avançaram como plausível esta hipótese.

No entanto, dados recentes anulam esta teoria e avançam para a hipótese de que o retrato de Francisca Matroco será um desenho a lápis sobre papel, descoberta feita em 1998, numa coleção particular.¹⁰ Esta hipótese avançada pelo Dr. António Rodrigues, foi baseada na localização de onze trabalhos inéditos de Henrique Pousão, pela Dr.^a Cristina Cruz. António Rodrigues identificou Francisca Matroco neste desenho, devido às referências existentes nas “Cartas de Henrique Pousão”, de Francisco Fernandes Lopes. Apesar disso, não existe qualquer documento comprovativo sobre este tema.

Este retrato, encontrado nesse ano, anula eventualmente a hipótese da pintura “Senhora Vestida de Preto” ser a representação de Francisca Matroco, por quem Henrique Pousão estaria “lamecha”¹¹. Estes factos revelam que a proximidade entre as famílias Pousão e Matroco era evidente e demonstram que Manuel Maria Matroco era uma figura importante no panorama cultural calipolense deste período.¹²

Segundo a investigadora Fernanda Tomé da Silva,¹³ um descendente da família, também de nome Manuel Maria Matroco, terá tido um caso amoroso com Florbela Espanca, originado aquando das frequentes visitas à Biblioteca Geral de Évora, já no início do século XX.¹⁴

Após a morte de Henrique Pousão, em 25 Março de 1884, o seu pai, o juiz Francisco Augusto Nunes Pousão, a exercer funções em Odemira, reuniu toda a obra do artista que se encontrava dispersa entre familiares e amigos, e mandou emoldurar todos os quadros que pode reunir.

Mais tarde foi transferido para Faro e levou consigo toda a obra que reuniu. Após a morte do Juiz Nunes Pousão, em 2 de Agosto de 1888, em cumprimento da sua vontade, as obras foram entregues, pela viúva, à Academia Portuguesa de Belas Artes em cujo arquivo se guarda a relação sucinta de obras e objetos então entregues, com a designação “Relação dos quadros, desenhos e mais objetos que faziam parte do espólio de Henrique Pousão”.

¹⁰ RODRIGUES, António, *Pintura Portuguesa do Século XIX – Henrique Pousão*, Edições INAPA, 1998

¹¹ LOPES, Francisco Fernandes, *Cartas de Henrique Pousão*, Portugal, Lisboa, 1959, p. 10-13

¹² ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal* – Distrito de Évora, Zona Sul, vol. I, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978. pp 708

¹³ SILVA, Fernanda Lancelota Pantoja Tomé da, – *A Eterna busca do Ideal em Florbela Espanca* –, Faculdades Integradas Simonsen, Rio de Janeiro, 2012

¹⁴ Penso que neste caso de tratará de Raul Matroco, fundador do Grupo Pró-Évora em 1919 e primo de Henrique Pousão

O regresso de Pousão a Vila Viçosa

A 15 de Novembro de 1883, Henrique Pousão regressa de Itália, passa por Évora e retorna a Vila Viçosa, na esperança de curar a doença (tuberculose). Na estação de caminho-de-ferro em Évora é recebido pelo seu primo, António Matroco, que tinha mais ou menos a sua idade e que cumpria o serviço militar no Quartel-General da região. Henrique pede ao seu primo que o leve para Vila Viçosa. Vem a habitar na referida casa de Manuel Maria Matroco.

Diz-nos David Celestino¹⁵ que Henrique Pousão vai viver no rés-do-chão da referida casa, onde vem a falecer. No primeiro andar, com duas sacadas e duas janelas de peito reside a Família Matroco. O mesmo autor refere que talvez o “Aspecto da casa do primo Matroco” tenha sido o penúltimo quadro de Pousão, pintado precisamente no quintal da casa de família, na atual Rua Agostinho Cabral. No entanto, inicialmente, pensou-se que esta obra teria sido pintada em Capri (Itália).

Na medida em que, já muito afetado pela doença e na impossibilidade de se deslocar, o quintal da família Matroco foi o espaço privilegiado para uma das suas últimas obras.

O quadro onde representou o “Pátio da Casa do Primo Matroco”, organiza-se a partir de uma divisão ternária. Esta pintura é um estudo de paisagem com quintal e aspeto de casa. A pequena composição é construída em três planos principais, constituídos por um espaço de quintal em terra a que se segue um muro branco vertical e, por trás deste, um aspeto de casa de que é visível um extenso telhado encimado por chaminé.

Na composição, podemos identificar um pedaço de terra, quase monocromo, pintado com um ocre-acastanhado. Uma zona branca intensa, de muro alentejano (ainda hoje visível do local onde a pintura foi concebida, no jardim da antiga Casa do Primo Matroco), constituiu o principal elemento de identificação nesta pesquisa. Este muro esconde a casa de que se vê apenas um detalhe.¹⁶ O céu, pintado em claro ocre, já longínquo ou saudoso, daquele azul de Itália¹⁷. Como se representasse também o ocaso da vida do pintor calipolense. Um inesperado tronco de árvores corta com uma diagonal o quadro a meio. Trata-se de um apontamento melancólico, apesar do branco irradiar ainda de uma luz intensa sobre o restante. Melancólico como uma despedida.¹⁸

¹⁵ DAVID, Celestino, “Henrique Pousão – Pintor Alentejano”, *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal (1.ª Série)*, n.º 4, 1943, pp. 3 – 56

¹⁶ Este edifício, que se vê parcialmente na pintura, situa-se na parte das traseiras do n.º 60 da Rua Agostinho Cabral. Atualmente, apenas existe um pequeno terraço. A chaminé, visível na pintura, também já não existe.

¹⁷ ALMEIDA, Bernardo Pinto de. Henrique Pousão, ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 1999, pág. 108

¹⁸ Idem

Para quem esteve no local, é quase impossível olhar em redor e não imaginar Pousão sentado, imóvel, a desenhar a realidade envolvente daquele lugar, que passou a ser o seu espaço criativo, no final da sua vida. Incapaz, portanto, de ver mais do que essa exígua perspetiva. A casa para lá do muro, tal como hoje, devido á vegetação envolvente, imagina-se mais do que se vê, por detrás do muro que a protege.¹⁹

Nas pinturas do período final manifestam-se já quer uma surpreendente intuição na sugestão de um clima pós-impressionista, quer uma capacidade para dimensionar e sistematizar o espaço em planos de cor, inéditos ambos na pintura portuguesa. A conjugação destes dois aspetos essenciais constitui um programa plástico e estético que nada nos deveria impedir de entender na sua extraordinária atualidade.²⁰

Após a morte de Henrique Pousão, ocorrida a 25 de Março de 1884 o seu pai, Francisco, ordena ao primo Manuel Maria Matroco que reunisse todos os quadros do filho e os remetesse para a Academia Portuense de Belas Artes. E a ordem foi cumprida. Até as lembranças que o pintor destinara à família Matroco e que representavam a casa da Rua de Santa Luzia, foram enviadas para o Porto.²¹

A Casa do Primo Matroco

Ao que conseguimos apurar²², com a preciosa ajuda de Paulo de Sequeira Nunes, a casa que visitei pertencia, em 1869, a José Joaquim Correia e confinava, a norte, com as casas de Manuel Maria Matroco. No entanto, penso que pouco tempo depois, o numero 64 da Rua de Santa Luzia terá mesmo passado para propriedade da Família Matroco, apesar de não ter sido possível identificar a data exata para esse facto. A evidência é-nos dada pelo facto de existir um registo de compra do imóvel por parte de Joana Rita Ferreira a Mathias de Castro Silva Sotto-Mayor, casado com Maria Francisca de Veiga Monteiro Matroco e Castro, a filha de Manuel Maria Matroco, em Agosto de 1910. Em 1932, a casa continua a ser propriedade de Joana Rita Ferreira.

Há cerca de 60 anos, a casa da Rua de Santa Luzia foi adquirida por Bento dos Santos Carreto Charrua, Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa entre os anos de 1959 até 1971. A casa manteve-se na posse da família até meados dos anos 90. Foi adquirida posteriormente, em 1993, por João Martins Cualdino. Passou depois para a propriedade das Construções Hexágono, em 1995.

¹⁹ Idem

²⁰ ALMEIDA, Bernardo Pinto de. Henrique Pousão, ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 1999.

²¹ DAVID, Celestino, “Henrique Pousão – Pintor Alentejano”, *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal (1.ª Série)*, n.º 4, 1943, pp. 3 – 56

²² Pesquisa efetuada na Conservatória Predial de Vila Viçosa

Nesse mesmo ano, o imóvel passa para a propriedade de uma sociedade de construções, Benistrói, (Sociedade de compra e venda de imóveis, Lda), representada pelo Dr. Reinaldo Guerra Madaleno. Em 1999, mais propriamente em Abril, o imóvel foi adquirido pelo Dr. Paulo de Sequeira Nunes. As obras de reabilitação foram iniciadas no ano 2000 e em 2002, a casa estava pronta a habitar.

Pela análise das imagens, e tendo em conta os dados históricos de que dispomos, parece-me quase evidente que uma das últimas obras de Pousão terá sido mesmo concebida no jardim desta casa, onde fomos descobrindo algo mais sobre o génio criativo do pintor. Fui sempre informando o Professor Ricardo Leite (que se mostrou entusiasmado com esta hipótese) e o Museu Nacional Soares dos Reis sobre esta “descoberta”. Aguardamos uma visita a Vila Viçosa para a confirmação desta teoria.

Seguir as pistas desta história, foi também seguir e conhecer um pouco mais de Henrique Pousão. Em 1859, no dia 1 de Janeiro, nasce o pintor em Vila Viçosa, no n.º 10 da Rua da Corredoura, actualmente denominada Rua Florbela Espanca. Foi uma figura essencial de cultura e da arte portuguesa do século XIX, cujo talento sempre foi apoiado no seio familiar²³.

Nas suas breves vida e carreira, Henrique Pousão foi um cometa que iluminou o obscuro céu da arte portuguesa com uma luz muito intensa e brilhante que não encontraria condigno sucessor. Foi uma referência inquestionável que, no seu próprio tempo, começou a ganhar o reconhecimento que a história veio posteriormente a sancionar, colocando-o merecidamente no plano dos protagonistas portugueses da arte portuguesa do século XIX²⁴.

²³ ALMEIDA, Bernardo Pinto de. *Henrique Pousão*, ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 1999, página 11

²⁴ Ibidem, página 12

Registos fotográficos:



Figura 4 – Número 64 da Rua Agostinho Cabral, a casa do “Primo Matroco”



Figura 5 Rua Agostinho Cabral (ou de Santa Luzia), no início do século XX. © Acervo do Grupo “Amigos de Vila Viçosa”

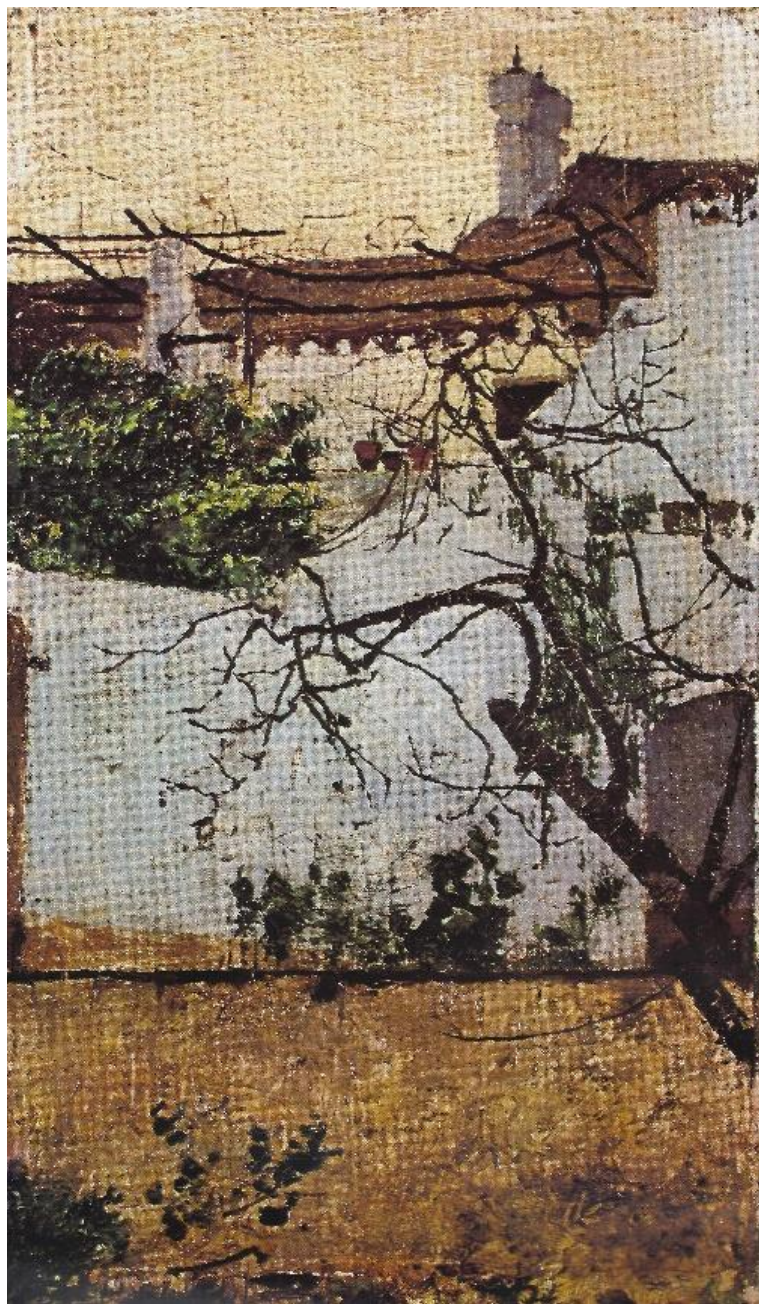


Figura 6 – Aspecto da Casa do Primo Matroco, óleo sobre madeira, 165 x 100 mm, 1884, Museu Nacional Soares dos Reis



Figura 7 – Aspeto do jardim da Casa do primo Matroco em 1999.
A entrada da cavaleriça que se vê na parte central da imagem parece idêntica
à que surge na pintura de Henrique Pousão, de 1884.

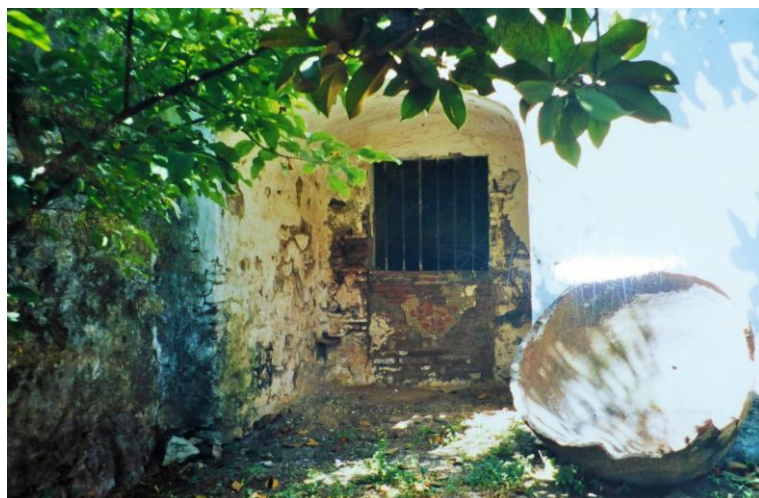


Figura 8 – Outra perspectiva do Jardim da Casa do primo Matroco em 1999.
A cavaleriça que se vê na parte central da imagem parece idêntica ao arco
que surge na pintura de Henrique Pousão.



Figura 9 – Aspeto atual da antiga “Casa do Primo Matroco”.

O muro e o local onde se encontrava a cavalaria (transformada em sala de estar em 1999), na pintura, parecem semelhantes a esta imagem. A janela do lado direito da imagem recorda a antiga porta de entrada da cavalaria.



Figura 10 – Aspeto atual da Casa do Primo Matroco. O muro e o local onde se encontrava a cavalaria, na pintura, parecem semelhantes a esta imagem. A janela do lado direito da imagem recorda a antiga entrada da cavalaria.

Bibliografia

- ALMEIDA, Bernardo Pinto de. *Henrique Pousão*, ed. Assírio & Alvim, Lisboa, 1999.
- ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (Séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, 2000.
- DAVID, Celestino, “Henrique Pousão – Pintor Alentejano”, *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal (1.ª Série)*, n.º 4, 1943, pp. 3 – 56
- ESPANCA, Túlio – *Inventário Artístico de Portugal* – Distrito de Évora, Zona Sul, vol. I, Academia Nacional de Belas Artes, Lisboa, 1978. pp 761
- LOPES, Francisco Fernandes, *Cartas de Henrique Pousão*, Portugália, Lisboa, 1959, p. 10-13
- MOURA, Vasco Graça, *O retrato de Francisca Matroco e outros poemas*, Lisboa, Quetzal, 1998
- SILVA, Fernanda Lancelota Pantoja Tomé da, – *A Eterna busca do Ideal em Florbela Espanca* –, Faculdades Integradas Simonsen, Rio de Janeiro, 2012
- TEIXEIRA, José, *Henrique Pousão, no primeiro centenário da sua morte 1884-1984*, Fundação da Casa de Bragança. 1984

O FUNDO MUSICAL DO SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO, VILA VIÇOSA

David Cranmer

Introdução

Em muitas igrejas portuguesas, como consequência da atividade musical que há séculos acompanha a Missa e outras liturgias e devoções, existe uma estante com prateleiras, ou um armário, onde se encontram armazenados “papéis velhos”, entre os quais manuscritos e impressos de música, quer encadernados quer em cadernos e folhas avulsos. Em julho de 2009, por convite do então Prior, o Pe. Mário Tavares de Oliveira, com a ajuda do Dr. Carlos Ferreiro, nessa altura orientando de mestrado do autor, através de quem surgira este convite, iniciámos a organização e inventariação da coleção de “papéis velhos” de música conservada em três prateleiras de um armário (com cerca de um metro de largura) do Santuário de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa. O presente artigo propõe explicar o processo seguido ao longo deste trabalho, realizado nas “férias” de verão (aproximadamente uma semana por ano durante três anos); pretende expor, em termos largos, o conteúdo deste fundo, chamando a atenção para certas características destacadas; e procura apontar exemplos de projetos de investigação e de valorização que se podem considerar para o futuro.

Com raríssimas exceções, as partituras e partes cavas (vocais ou instrumentais) desta coleção são manuscritas. Já tinha havido uma tentativa de as organizar, arrumando conjuntos de partituras conforme o compositor, mas quem tentou terá desistido cedo, por dois bons motivos: em primeiro lugar, porque cerca de metade das obras são anónimas, impossibilitando uma arrumação sistemática por compositor; e em segundo lugar, porque grande parte dos manuscritos estavam misturados entre si, com papéis de diversas obras intercaladas aleatoriamente entre papéis de outras, tornando a sua separação e arrumação

extremamente complexa – um problema que surge com grande frequência em coleções deste tipo. Nestas circunstâncias, não era viável de imediato inventariar os conteúdos. Seria necessário dividir o projeto em duas fases distintas: primeiro, arrumar e organizar tudo; segundo, registar os dados necessários para a elaboração de um inventário.



Fig. 1 José Heliodoro Vargas Júnior: *Matinas da Conceição* a 3 vozes (RM 19) – pormenor da capa

O processo de organização e inventariação

Devido à complexidade da tarefa, e não sabendo de antemão exatamente que obras existiam, foi necessário estabelecer princípios de organização, em conformidade com o que se previa para o inventário, para depois arrumar as espécies nas categorias definidas. Não sendo possível uma organização por compositor, optou-se por uma divisão entre a música religiosa, a música profana e a música didática, com uma série de categorias largas provisórias dentro da música religiosa (principalmente conforme o seu uso litúrgico). Sem qualquer tentativa de identificar as obras exatamente ou de separar os papéis soltos intercalados entre si, tudo foi arrumado genericamente conforme as divisões estabelecidas – no caso da música religiosa foi o texto que permitiu identificar o uso litúrgico. Ao realizar esta arrumação preliminar foi possível esclarecer melhor a natureza dos conteúdos, permitindo identificar subcategorias exatas de organização para uma segunda arrumação. Foi nesta segunda fase, trabalhando com papéis já organizados genericamente, que foi possível estabelecer mais precisamente que obras existiam em cada (sub)categoria, o que, por sua vez, facilitou identificar quais as folhas avulsas e extraviadas do lugar, juntando aquelas que pertenciam à mesma obra.

Este processo de dupla arrumação é inevitavelmente lento. Embora a primeira arrumação tenha levado apenas dois dias, a segunda – bastante mais com-

plexa e sofisticada, envolvendo igualmente a separação de cada obra num maço independente – durou quase o triplo do tempo, dividido entre o primeiro ano e o segundo. Com esta fase completa, as obras ficaram nas seguintes categorias (com as abreviaturas usadas no inventário):

1. Música religiosa (R)
 - a. Missas (RMi)
 - b. Matinas (RM)
 - c. Vésperas (RV)
 - d. Salmos de Vésperas soltos (RVS)
 - e. Observações marianas (RMa)
 - f. Ação de Graças (RG)
 - g. Cantochão (RC)
 - h. Outra música religiosa (RO)
2. Música profana (P)
3. Música didática (D)

A segunda fase, a de inventariação, foi constituída por três elementos paralelos. Registou-se cada obra numa lista corrida dentro de cada categoria estabelecida (o inventário), sempre que possível com o título, compositor, número de cadernos ou partes, e outras observações pertinentes, incluindo outros nomes e datas que constem (em muitos casos, donos e datas de execução/aquisição), condição (se em mau estado), etc; os cadernos/partes de cada obra foram ordenados conforme a ordem habitual numa partitura orquestral/vocal e embrulhados numa folha A3, com uma indicação do compositor (sempre que atribuído), do título e do número de registo do inventário; e tudo foi fotografado cuidadosamente pelo nosso assistente. As fotografias cumprem várias funções: servem para registar imagetivamente a coleção; constituem uma “cópia de segurança”, caso alguma coisa acontecesse aos originais; facilita a sua conservação, reduzindo a necessidade de manusear fisicamente os originais; e permite a consulta à distância.

Como seria de esperar, a esmagadora maioria das obras conservadas é de música religiosa. Incluindo obras integrais e trechos, foram registadas 38 Missas, 22 Matinas, 6 Vésperas, 30 salmos de Vésperas e um *Magnificat* (cântico de Vésperas), 36 secções de Ação de Graças (*Te Deum*, *Tantum ergo*, *O salutaris hostia*), 64 observações marianas (antífonas marianas, *Stabat mater* e muitas obras relacionadas com as festas de N. S. da Conceição) e 51 outras obras religiosas (de uso extremamente variado). Para além destas, há igualmente 21 livros/cadernos de cantochão (canto gregoriano, com ou sem acompanhamento). A música profana também constitui uma parte significativa desta coleção, tendo sido registadas 65 obras, sobretudo canções/árias de ópera ou danças. O grupo de 10 obras didáticas, embora pequeno, constitui um componente relevante.



Fig. 2 Giovanni Battista Pergolesi: *Stabat mater* (RMa 14) – entrada das vozes

Aspetos do repertório e sua relevância

Querendo dar um panorama transversal deste fundo, em vez de nos debruçarmos sobre cada uma das categorias – o que se tornaria, em todo o caso, bastante repetitivo – esta abordagem divide o cerne do repertório em termos da sua proveniência: internacional, nacional ou local, conforme as atribuições indicadas ou subsequentemente identificadas. Por razões práticas, iremos focar apenas uma seleção dos quase 350 espécimes inventariados, sobretudo de entre as obras com atribuição ou que se conseguiu identificar. Separadamente, no fim desta secção, abordaremos algumas características dos livros/cadernos de cantochão e das obras didáticas.

1. De proveniência internacional

A obra polifónica mais antiga, em termos da sua composição, é o *Stabat Mater* do napolitano Giovanni Battista Pergolesi (1710-36), embora, a julgar pela caligrafia, o manuscrito conservado no Santuário seja provavelmente do terceiro quartel do século XVIII (ver Fig. 2), testemunha da sua popularidade, que continua aliás até hoje. Ainda do século XVIII são igualmente um dueto anónimo de uma comédia ou entremez espanhol intitulado *Alina* (P 22) e três trechos de óperas italianas: os duetos “Non temer, non son più amante” de *Antigono*, de Pasquale Anfossi (1727-97) (P 16), “Son io desto” de *Nina, pazza per amore* de Giovanni Paisiello (1740-1816) (P 23), assim como o recitativo e ária “Col mio ben si vada a morte”, de *Eumene* de Niccolò Piccinni (1728-1800) (P 26).

De finais do século XVIII é *La bataille de Prague* (P 50), numa versão para piano solo, de Frantisek Kotzwara (1730-91). Seguindo a tradição de batalhas musicais, procura descrever a batalha de Praga, de 1757 (como mais tarde António José do Rego iria fazer com *A batalha do Bussaco*). Composta cerca de

1788, teve um elevado número de edições em várias cidades europeias, usadas também para fazer cópias manuscritas, como esta, que terá sido copiada em Portugal na viragem do século XIX (ver Fig. 3)¹.

Das primeiras décadas do século XIX chegaram-nos mais trechos de ópera: de Pietro Carlo Guglielmi (1772-1817) (P 24) e de Giuseppe Mosca (1772-1839) (P 17), mas sobretudo de Gioachino Rossini (1792-1868), incluindo três excertos de *Semiramide* (P 19, 20 e 21) e um de *Mosè in Egitto* (P 18, numa edição impressa de Ricordi, em Milão, com a chapa N.º 498). Do mesmo autor é a cavatina “Lungi dal caro bene” de *Edoardo e Cristina* (P 25), cuja página de rosto indica não só que foi cantada por Adelaide Varese no Teatro de S. Carlos, em Lisboa, em 1823, mas também que o manuscrito pertencia a “F. P. Tarana” – que terá sido o Francisco de Paula Tarana, aluno do Colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa, entre 1815 e 1823 (juntamente com o seu irmão António Victorino), e posteriormente cantor da Capela Ducal².

De mais tarde no século XIX existe uma ária da ópera *Ildegonda*, do espanhol Emilio Arrieta (1823-94) (P 9), e de Giuseppe Verdi (1813-901) um arranjo para piano de um trecho de *Les vêpres siciliennes* (P 41), provavelmente na mão do Pe. Joaquim Espanca, e uma polca-mazurka baseada num excerto da mesma ópera (P 15).

Destacam-se ainda duas obras conservadas de Luigi Bordese (1815-86): por um lado, a *Petite Messe a deux voix* (RMi 15), que pertenceu ao Pe. José Nunes Sereno, Capelão da Capela Ducal de Vila Viçosa, por quem foi copiada, e um trecho da sua *opéra comique Le moulin des oiseaux* (P 56). Parece que a música de Bordese, quer religiosa quer profana, circulava largamente em Portugal, como atestam diversas obras suas conservadas na Biblioteca Nacional de Portugal, incluindo o manuscrito *Livro de músicas sagradas*, datado de Guimarães, 1902, em que consta uma Missa e *Te Deum* da sua autoria³.

Por último, de compositores estrangeiros, deve-se referir dois “clássicos populares”: o *Ave Maria* de Charles Gounod (1818-93) (RMa 41) e uma versão simplificada do chamado “Último pensamento [ou última valsa] de Weber” (Carl Maria von Weber, 1786-1826) (P 28)⁴. É de realçar a preponderância de música profana nas obras de proveniência internacional.

¹ A marca de água, com os iniciais GM, um brasão com cornucópia e a contramarca ALMASSO, é muito comum em papéis usados em Portugal nesta altura, embora de origem italiana.

² Também lhe pertencia o manuscrito da *scena* “Bella imago degli Dei” de *Semiramide* (P 19).

³ Com a cota M.M. 4947. A BNP tem igualmente a edição impressa (Paris, 1857) de *Le moulin des oiseaux* (no fundo do Conservatório Nacional, cota C. N. 241//1 V).

⁴ Contudo o compositor não foi Weber, mas sim Carl Gottlieb Reissiger (1798-1859).



Fig. 3 Frantisek Kotzwara: *La bataille de Prague* (P 50) – início

2. De proveniência nacional

Tal como no grupo anterior, os compositores nacionais abrangem várias gerações desde meados do século XVIII até à viragem do século XX. O primeiro é David Perez (1711-78), compositor napolitano contratado por D. José I, em 1752, que se radicou em Portugal. São deste período, quando era professor de composição no Real Seminário Patriarcal, as *Lições para acompanhar* (D 10), uma obra didática largamente disseminada, em várias versões. O *Ofício de defuntos* (RO 5), do qual foram conservados apenas a parte vocal de alto e os dois violinos, não corresponde ao conhecido *Mattutino de' morti*, editado por Robert Bremner, em Londres (1774), mas pertencerá a um dos seus dois *Ofícios de defuntos* anteriores.

Embora, curiosamente, não tenha sido encontrada qualquer obra de João de Sousa Carvalho (nascido em Estremoz e educado no Real Colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa), os seus alunos do Real Seminário Patriarcal são bem representados. É especialmente o caso de António Leal Moreira (1758-1819), de quem são duas missas (RMi 9 e 10), vários salmos de vésperas (RVS 1, 6, 7, 15 e 18), um *O salutaris hostia* (RG 28) e a antífona *Sub tuum praesidium* (RMa 30). De Marcos Portugal (1762-1830) também existem salmos de vésperas (RVS 2 e 14) e uma redução para piano da abertura de *L'oro non compra amore* (P 64), e de João José Baldi (1770-1816) uma Missa (RMi 3/3bis) e Matinas da Conceição para três vozes e baixo contínuo, datadas de Faro, 1798 (RM 17).

Desta geração, embora em menor quantidade, de músicos ativos em Lisboa são também um *Te Deum* (RG 8) de José do Espírito Santo e Oliveira (ca. 1860-1819), uma Missa (RMi 11) e um salmo *Laudate pueri* (RVS 8) de Eleutério Francisco Leal (1758?-1840?), enquanto, de compositores do norte de Portugal, um *Tantum ergo* (RG 16) de António Galassi (Mestre de Capela da Sé de Braga, ca. 1780-92), e um *Libera me* (RO 9) de António da Silva Leite (1759-1833), Mestre de Capela durante largos anos na Sé do Porto.

O Frei José Marques e Silva (1782-1837) e António José Soares (1783-1865), o primeiro calipolense, o segundo lisboeta, foram colegas no Real Colégio dos Santos Reis, na última década de setecentos, e depois rivais em Lisboa. De Marques e Silva é um conjunto de *Responsórios do Santíssimo Sacramento* (RM 15); de Soares uma Missa e Vésperas de Nossa Senhora (RV 1).

De meados do século XIX há três figuras chave que eram ativos em Lisboa. João Jordani (1793-1860), contrabaixista e depois violoncelista na orquestra do Teatro de S. Carlos, foi mais tarde professor destes dois instrumentos no Real Seminário Patriarcal e Conservatório, para além de Mestre de Capela da Sé. As suas composições são sobretudo de bailados e de música sacra, como a antífona mariana *Regina Coeli* conservada no Santuário (RMa 4). Infelizmente, são incompletos os conjuntos de partes dos Responsórios para quinta e sexta-feira santa (RM 9 e 10), de Joaquim Casimiro Júnior (1808-62), compositor de música teatral e música sacra. Com um perfil semelhante foi Francisco Santos Pinto (1815-60), de quem nos chegaram um *Te Deum* (RG 3) e *Tantum ergo* (RG 12), uma Missa (RMi 14) e uma Ladainha (RMa 27), mas existem também composições suas de música teatral: um Entreato (P 56) e uma Romança (P 51).

Da segunda metade do século XIX ou inícios do século XX encontram-se Ladainhas de Francisco de Freitas Gazul (1842-1925) (RMa 26) e de Júlio António Avelino Soares (1846-88) (RMa 25), uma Missa (RMi 4) e um *O salutaris hostia* de Augusto Carlos Araújo (1843-1933), e três obras de devoção mariana – uma Ladainha (RMa 24), a antífona *Tota pulchra es* (RMa 21) e três *Ave Maria* (RMa 39) – de António Gonçalves da Cunha Taborda (1857-1911).

Virando para a música profana, dos compositores portugueses a maior parte é de danças: uma polca de Manuel António Correia (1808-87) (P 37), um tango de Ângelo Frondoni (1812-91) (P 32) e outro (o primeiro de um conjunto de cinco) de João Rodrigues Cordeiro (1826-81) (P 11). Frondoni e Rodrigues Cordeiro também são conhecidos pela sua música teatral. Correia foi responsável igualmente pelo arranjo do chamado Hino da Restauração de 1640 (P 49), de Eugénio Ricardo Monteiro d’Almeida (1826-98), outra figura ligada ao teatro⁵.

Por último nesta secção, seria pertinente referir um caderno manuscrito constituído por apenas dois bifólios – um fragmento que ficou separado de um volume de modinhas (P 6). Conservadas na íntegra são “Mande-me a razão”

⁵ Existem partituras de Frondoni, Rodrigues Cordeiro e Monteiro d’Almeida, por exemplo, na coleção do Teatro Nacional D. Maria II.

(ff. 1v-2r), “S’a dor da minha saudade” (ff. 2v-3r) e “Tranquiliza, doce amiga” (ff. 3v-4r). Foi possível identificar esta última como sendo do violinista e gravador de música português José Francisco Edolo (*fl.* ca. 1820), mas a autoria das restantes permanece desconhecida.



Fig. 4 António Leal Moreira: salmo de Vésperas “Laudate pueri Dominum” (RVS 6) – página de rosto da parte vocal de baixo

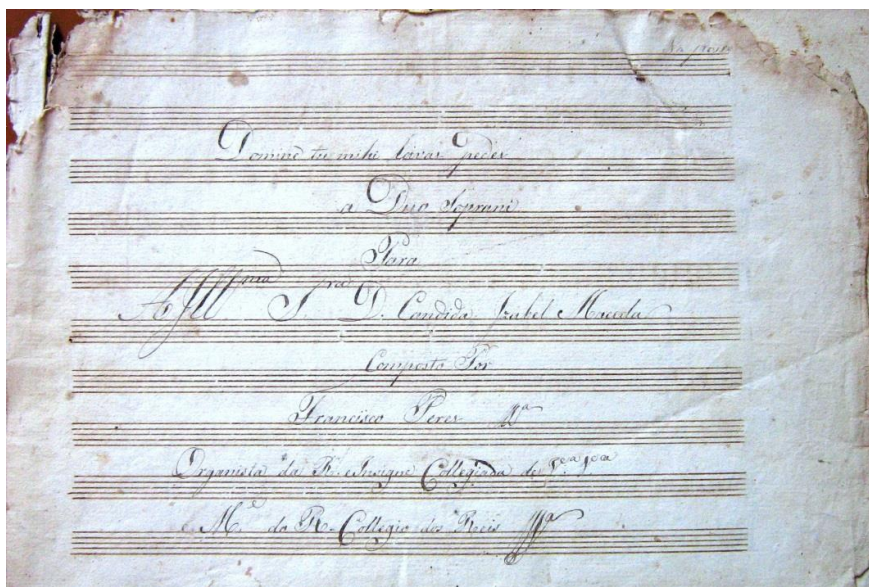


Fig. 5 Francisco Peres: a antífona “Domine tu mihi lava pedes” (RO 33)
– página de rosto

3. De proveniência local

Se a presença dos compositores nacionais referidos é, mais ou menos, previsível, são precisamente os autores locais que conferem a este fundo a sua especificidade.

Em primeiro lugar, são três músicos ativos em Vila Viçosa – na Capela Ducal ou no Real Colégio dos Santos Reis, ou ambos – antes do encerramento do Colégio em 1834, não relacionado com a extinção das ordens religiosas, mas por simples falta de verbas. Do Pe. Joaquim Cordeiro Galão (*fl.* 1789-1831), mestre de capela da Capela Ducal, existe um *O salutaris hostia* (RG 32) e o cântico de Vésperas, *Magnificat* (RVS 31). De Francisco António Franco (?-Borba 1868⁶), cantor da Capela Ducal de 1804 até após 1827, encontram-se Responsórios de sexta-feira santa (RM 11) e o salmo *Miserere* (RVS 30), cantado nas Vésperas de quinta e sexta-feira santa. Foram conservadas diversas obras sacras do borbense Francisco Peres (*fl.* 1793-1835), entre as quais uma Missa (RMi 7), três peças marianas (RMa 10, 11 e 13) e quatro outras composições (RO 33, 38, 39 e 47). Entre estas encontra-se a antífona *Domine tu mihi lavas pedes* (RO 33), cuja página de rosto nos informa que era organista da Capela Ducal e mestre do Real Colégio dos Santos Reis (ver Fig. 5). Do mesmo período, esta coleção possui ainda um conjunto de Responsórios de Natal (RM 1) de Miguel Ângelo do Amaral (*fl.* 1793-1815), músico associado à Sé de Évora⁷.

Na segunda metade do século XIX repara-se também a tendência para as composições de compositores alentejanos circularem geralmente na diocese de Évora. Os compositores representados no fundo do Santuário também se encontram no Arquivo da Sé de Évora e/ou na Biblioteca Pública de Évora. É o caso, por exemplo, de José Heliodoro Vargas Junior (1835-96) e de Joaquim Sebastião Esquível (1836-89). Teodósio Augusto Ferreira (1850-86), para além de compositor de música sacra, dirigiu a Filarmónica Primeiro de Dezembro, em Évora, durante 16 anos, antes da sua morte prematura. Deste período encontram-se igualmente, no Santuário, Completas (RMa 2) e a antífona *Regina Coeli* (RMa 4) de Eugénio Joaquim Tarana (?-?), que terá pertencido à família calipolense dos irmãos António Victorino e Francisco de Paula Tarana, já referidos.

Contudo, as figuras que mais merecem a atenção são o Pe. José Nunes Sereno, o Pe. Joaquim José da Rocha Espanca e Augusto César de Paiva Monteiro, não só como compositores, mas também (mais até) por serem antigos donos de muitos dos manuscritos neste espólio. Em alguns casos foram eles próprios que copiaram os seus exemplares de outros manuscritos.

⁶ O lugar e data de falecimento são referidos nas partes do salmo *Miserere* (RVS 30).

⁷ Concluimos que seja o Miguel Ângelo que cantava contralto na Sé e ensinava rabeca no Colégio dos Moços. O Arquivo da Sé de Évora possui mais de quatro dezenas de composições suas.

O Pe. José Nunes Sereno (fl. 1863-1921), formado no Seminário de Évora, foi durante largos anos, como já se referiu, Capelão da Casa de Bragança⁸. Uma parte significativa da música sacra depositada no Arquivo Musical do Paço Ducal foi oferecida por ele. Do fundo musical do Santuário cerca de uma centena de obras (religiosas e profanas) possuem a indicação de lhe terem pertencido. Terá sido um colecionador ávido do património musical português e generoso com o que chegou a adquirir. Quer Vila Viçosa quer a musicologia portuguesa lhe devem muito. Quatro obras profanas – três polcas para um conjunto de sopros (P 12, 13 e 14) e a canção “O desejo” para canto e piano (P 27) parecem ser partituras autógrafas, com a sua assinatura.

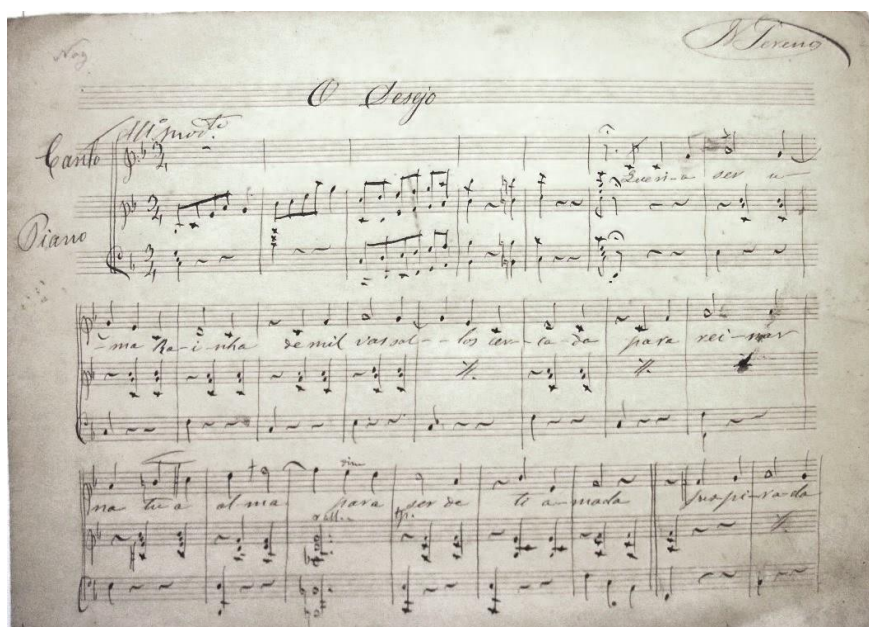


Fig. 6 Pe. José Nunes Sereno: a canção “O desejo” (P 27)

Não surpreenderá a presença de composições do Pe. Joaquim José da Rocha Espanca (1839-96), prior primeiro da freguesia de Bencatel e depois de S. Bartolomeu, em Vila Viçosa. Segundo o verbete que lhe é dedicado na *Grande Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*:

⁸ A Missa anónima (RMi 26) tem a indicação “Seminário d’Evora 29 de Abril / de 1863. / José Nunes Sereno”. Na página de rosto da parte de órgão das Vésperas de António José Soares (RV 1) consta “[...] O P.e José Nunes Sereno / Capellaõ da Serenissima Casa de Bragança / oferece / estas Vesperas às Confrarias de N. S. da Conceição e dos / Escravos erectas na egreja Matriz de Villa Viçosa. / Villa Viçosa 24 de Fevereiro de 1921.”



Fig. 7 Pe. Joaquim Espanca: Responsórios das Matinas da Imaculada Conceição de Nossa Senhora (RM 16) – folha de rosto da parte de tenor]

[...] Como músico apreciado que era e pode ver-se do código CLI/1-17 da Biblioteca Pública de Évora, compôs 73 obras musicais, em parte existentes na mesma Biblioteca, distribuídas em seis grupos distintos: o primeiro para piano somente, o segundo para piano e canto, o terceiro para instrumental, o quarto para instrumental e canto, o quinto música religiosa para novenas, e o sexto música sacra.

A maior parte das duas dezenas das suas obras conservadas no Santuário é de música sacra. No entanto, existem também Novenas de N. Senhora da Conceição (RMa 47), sendo as partes de violino na mão do Pe. Sereno e as restantes autógrafas, datadas de 1887. Encontram-se igualmente duas composições profanas: uma canção “O pirilampo e a serpente” (P 30) e “Canção de Luiza d’Aguiar” (P 46)⁹.

De excecional interesse estético é o conjunto de partes vocais dos Responsórios das Matinas da Imaculada Conceição de Nossa Senhora (RM 16). Todas as quatro (soprano, alto, tenor, baixo) possuem uma página de rosto com o título, compositor e data (1873) escritos numa letra bem bonita e rodeados por uma espécie de moldura de flores e instrumentos musicais, assim como por uma cadeia e dois laços, um em cima, outro em baixo, onde se lê respetivamente “Responsórios cortados ou pequenos” e “Pertence á Regia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de V. Viç.^{am}” (ver Fig. 7).

Contudo, a importância do Pe. Espanca reside não apenas na sua atuação como compositor. Como o Pe. Sereno, foi também um colecionador, sendo graças a ele que este espólio possui vários dos manuscritos de compositores de inícios e meados do século XIX, quer locais (Francisco Peres e Francisco Franco) quer nacionais (Leal Moreira, António José Soares, Fr. Marques e Silva, Casimiro Júnior e Santos Pinto). No título do *Te Deum* de Francisco Franco (RG 1), num novo arranjo pelo Pe. Espanca, este assume-se como tendo sido discípulo de Franco. Como veremos adiante, por sua vez, o Pe. Espanca também foi professor de música.

Por último, neste grupo, surge Augusto César de Paiva Monteiro (fl. 1877-1903), uma figura algo misteriosa, no sentido em que não parece ter sido músico profissional, nem padre, mas antes um melómano com relações mais ou menos próximas com os Padres Sereno e Espanca. Compositor de um *Tantum ergo* (MG 20), um *O salutaris hostia* (MG 30), uma Ladainha (RMa 27) e uma valsa (P 33), também foi dono de cerca de 20 outras obras existentes neste espólio. Em várias destas peças consta o carimbo “Pharmacia Callipolense de Paiva Monteiro”, pelo que se pode deduzir a sua profissão ter sido a de farmacêutico.

⁹ Um bifólio na mão do Pe. Espanca mas sem atribuição. No fólio 1r consta a canção, com poesia da autoria de “Ignacio Pizarro M. de Sarmiento”; nos fólios 1v-2r um *Te Deum* a 5 vozes “p.^a o Conv.^{to} de S. Bento d’Evora”. (Fólio 2v está em branco.) O nome “Luiza d’Aguiar” é provavelmente uma referência à célebre cantora lírica setecentista Luísa Todi, cujo nome de solteira era Luísa d’Aguiar.

Como já se referiu, cerca de metade dos manuscritos são de obras de autor anónimo. Acreditamos que uma proporção relativamente grande seja de compositores já identificados noutros manuscritos, especialmente de autores locais. Em coleções deste género a anonimidade surge muitas vezes porque “toda a gente sabe” de quem são as músicas, sendo daí desnecessário registar a sua autoria. Infelizmente, este saber não chega a ser passado à posteridade. Mesmo não identificadas, porém, servem para confirmar o tipo de recursos instrumentais em uso no Santuário para os acompanhamentos: em especial, na música religiosa, uma tendência, a partir de meados do século XIX, de usar não só o órgão e cordas graves (violoncelo e contrabaixo), mas também instrumentos associados mais a bandas filarmónicas (quer madeiras quer metais) – flauta, clarinete, cornetim, trombone, saxhorn (de vários tamanhos) entre outros. Em alguns casos está previsto o fígle ou oficleide, instrumento de metal com chaves, hoje em dia obsoleto, mas bastante comum em meados e finais do século XIX, usado neste contexto sobretudo para reforçar o baixo.

Foi encontrado no meio das partituras um documento relevante sem notação musical: uma espécie de “guião” para a Novena de N. S. da Conceição, que terá sido elaborado em manuscrito pelo diretor do coro ou organista, provavelmente em finais do século XIX. É especialmente útil porque a novena, sendo um ato de devoção e não uma liturgia propriamente dita (fixa num dos livros litúrgicos), está aberta a um grau de flexibilidade quanto aos seus conteúdos. Com a ajuda deste documento, seria possível juntar várias músicas soltas de devoção mariana (e outras), incluindo, por exemplo um dos conjuntos de jaculatórias compostas para esta festa (RMa52 a 58), numa reconstituição conforme a prática de outrora neste Santuário.

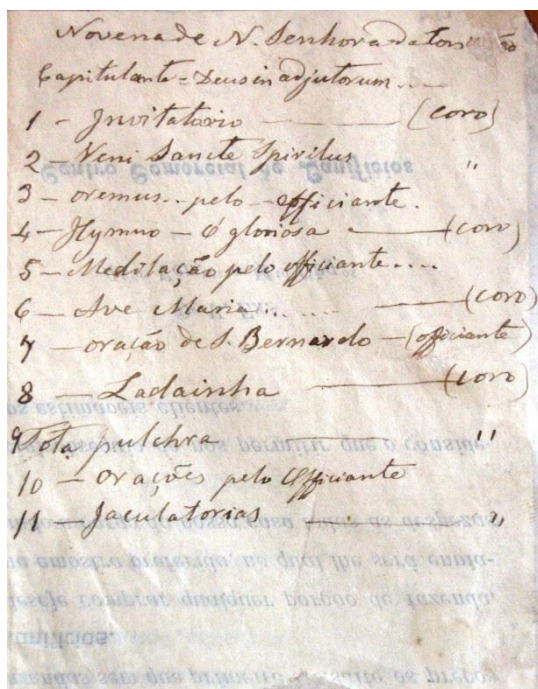


Fig. 8 Guião dos momentos da Novena de Nossa Senhora da Conceição (finais do século XIX)

4. Os manuscritos de cantochão e música didática

Os 21 livros e cadernos de cantochão demonstram que o uso do canto gregoriano manteve-se no Santuário ao longo do século XIX. A organização interna de cada espécime é variável – em alguns casos, limita-se à Missa de um determinado dia ou tipo (C 2 a 6, 14, 16), ou a um conjunto limitado de Missas ou antífonas (C 8, 9, 15, 18), enquanto outros têm uma organização cronológica durante parte do ano litúrgico (C 12, 15). Cerca de metade tem exclusivamente a melodia gregoriana com o respetivo texto, mas os restantes demonstram como era prática comum ter um acompanhamento pelo órgão (escrito por extenso ou implícito através de cifras para indicar a harmonia a usar).

De interesse particular referente a uma prática na “Real Cappella de V.^a V.^{ca}” é um caderno (C 11) com a indicação “Posse de Joaq[ui]m J. da R. Espanca”, datada de 1866, com regras e alguns exemplos de “fabordão” – uma espécie de recitação polifónica “improvisada”, usada sobretudo em salmos e cânticos, que toma como ponto de partida os tons de recitação gregorianos.

Das dez obras didáticas conservadas, todas elaboradas ou copiadas no século XIX, quatro dedicam-se à viola ou viola francesa (como antigamente se designava o que hoje em dia seria a guitarra clássica). Três destas (D 1, 2 e 5) são manuais que começam com explicações, seguidas por uma série de peças para pôr na prática os preceitos ensinados. Pertenciam ao Pe. José Nunes Sereeno, sendo a “Arte para aprender tocar viola” (D 1) na sua mão, o que abre a possibilidade de este ter sido o seu autor/organizador. Entre as peças selecionadas consta um arranjo da ária “Was klinget, so herrlich”, da *Flauta mágica*, de W. A. Mozart. A quarta obra (D 3) é apenas um conjunto de três folhas com peças para viola, sem indicação da sua autoria ou posse.

O princípio de começar com uma secção teórica, antes de passar para uma série de exercícios ou peças, alicerça igualmente as restantes obras didáticas. Duas delas são para a aprendizagem do canto em tonalidades diferentes. Com o título *Cantorias*, D 9 possui ambas estas secções, enquanto D 6 apenas a segunda. Em ambos os casos as peças avançam progressivamente em termos do número de sustenidos na armação, até quatro, e depois no número de bemóis, também até quatro. O uso de claves de dó na primeira linha em vez de sol na segunda, assim como o uso do termo “bequadro” em vez de “sustenido”, implica que estes exercícios tenham a sua origem num manual, o mais tardar, da viragem do século XIX.

De um modo semelhante o conjunto *Princípios elementares e Arte de acompanhar* (D 7 e 8), obras distintas mas cozidas para fazer um conjunto, constituem uma teoria da música seguida por exercícios para desenvolver a arte de acompanhar (74 exercícios de realização do baixo cifrado). As *Lições para acompanhar* de David Perez (D 10), já referidas, têm nesta versão 17 lições. Este manuscrito, datado de 1856, e assinado “Joaquim José da Rocha Espanca J.^{or}” terá sido usado pelo futuro padre na sua formação como organista. Por

outro lado, as cantorias, D 6, assinadas por António Joaquim Espanca (o seu irmão mais velho) e depois por “Joaquim Espanca”, com a data de 1 de março de 1859, lhe podem ter servido nas aulas de canto.

São ainda os mesmos princípios que orientam os *Primeiros exercicios de toque de piano ou organ para uso de Augusto Carlos Monteiro* (D 4) que o Pe. Espanca elaborou entre 13 de novembro de 1888 (data na página de rosto) e o dia 22 do mesmo mês (data que acompanha a assinatura no fim). Talvez filho do Paiva Monteiro, dono da Pharmacia Callipolense, Augusto Carlos Monteiro teve um mestre de piano ou órgão que mostra não só conhecimentos e formação



Fig. 10 Introitus “Gaudens gaudebo in Domino” (em canto gregoriano) para a Missa no dia de Nossa Senhora da Conceição, a 8 de dezembro (C 16)

sólidos, mas também uma noção clara de uma estruturação pedagógica progressiva em termos do que exige ao aluno. Entre as peças nas oito folhas de exercícios encontram-se arranjos do Hino de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, de Francisco Peres, e da ária “Non più andrai”, das *Bodas de Figaro*, de Mozart. É curioso observar que quer esta ária, quer “Was klinget, so herrlich”, já referida, eram conhecidas em Vila Viçosa quando nem *As Bodas de Figaro*, nem *A flauta mágica*, tinham sido ainda encenadas em Lisboa¹⁰.

Conclusões

Como se tem verificado ao longo desta descrição, as obras existentes neste fundo musical acumularam-se de forma algo aleatória. Não constitui um arquivo, no sentido da acumulação de obras através de um processo mais ou menos sistemático de armazenamento. Pelo contrário, para além de obras compostas para uso no Santuário, têm-se juntado nesta coleção outras músicas, quer religiosas quer profanas, de diversas fontes e em diversas alturas. Repara-se ainda como as obras que pertenciam ao Pe. Sereno ou ao Pe. Espanca eram muito evidentemente destinadas sobretudo ao uso pessoal dos respetivos donos – diferentes das obras que o Pe. Sereno ofereceu ao Arquivo Musical do Paço Ducal, ou as peças do Pe. Espanca na Biblioteca Pública de Évora, que são cópias limpas.

A elaboração de um inventário é um *sine qua non* para o estudo de qualquer fundo musical, mas o seu valor em si é bastante limitado. Um ensaio como o presente texto também tem uma utilidade reduzida a não ser para chamar a atenção para o fundo em questão e para certas características que podem ser significativas. A utilidade quer do inventário quer do ensaio reside no que permitem e no que incitam.

Parece-nos que as tarefas concretizadas até agora convidam o desenvolvimento de trabalhos de dois tipos: projetos de investigação de proporções variadas e a valorização do repertório conservado. Entre os muitos possíveis estudos, pode-se considerar, por exemplo:

1. Comparar este fundo musical com outros no Alto Alentejo e para além, para estabelecer semelhanças e diferenças que permitam, por um lado, identificar repertórios mais generalizados nesta zona e no país como um todo, e, por outro, esclarecer a verdadeira especificidade desta coleção em particular.
2. Focar compositores e outros músicos de interesse local, especialmente os que foram alunos do Colégio dos Santos Reis e/ou atuaram na Capela Ducal.

¹⁰ Estrearam-se em São Carlos respetivamente em 1945 e 1953!

3. Esclarecer, em especial, o aspeto musical das vidas do Pe. José Nunes Sereno e do Pe. Joaquim da Rocha Espanca.
4. Investigar outros aspetos da vida musical do passado do Santuário de Nossa Senhora da Conceição através da documentação não-musical sobrevivente, incluindo as atividades da Régia Confraria de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa como patrocinadores da atividade musical.
5. Articular as atividades musicais do Santuário com outros aspetos da vida em Vila Viçosa, por exemplo, o papel da família Tarana ou Paiva Monteiro na música e na Vila.

Por outro lado, a valorização do repertório tem de começar pela realização de edições modernas de uma seleção das músicas conservadas, de modo a permitir a sua execução, assim como a criação de oportunidades para a sua audição, quer em Vila Viçosa quer noutros lugares.

Para terminar, gostaríamos de agradecer a todos os que permitiram a realização deste projeto, em especial ao Dr. Carlos Ferreiro pelo primeiro contacto, assim como pela camaradagem e convívio nos dias passados em Vila Viçosa, e sobretudo ao Pe. Mário Tavares de Oliveira pelo convite e pelo caloroso acolhimento da sua parte, assim como da parte dos seminaristas que orientava no Seminário de São José de Vila Viçosa. Agradecemos igualmente ao atual Prior do Santuário de Nossa Senhora da Conceição, o Pe. Francisco Couto, pela autorização para reproduzir neste artigo fotos de manuscritos pertencentes ao Fundo Musical.

Bibliografia consultada

- Alegria, José Augusto. *Arquivo das músicas da Sé de Évora: catálogo*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1973.
- _____. *Biblioteca Pública de Évora: catálogo dos fundos musicais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.
- _____. *História da Capela e Colégio dos Santos Reis de Vila Viçosa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1983.
- _____. *Biblioteca do Palácio Real de Vila Viçosa: catálogo dos fundos musicais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- _____. *O Colégio dos Moços do Coro da Sé de Évora*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- Cranmer, David. *Música no D. Maria II: catálogo da coleção de partituras*. Lisboa: Teatro Nacional D. Maria II/Bicho-do-Mato, 2015.
- Grande enciclopédia portuguesa-brasileira*, 40 vols. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1936-60.
- Vieira, Ernesto. *Diccionario biographico dos musicos Portuguezes*, 2 vols. Lisboa: Lambertini, 1900.

UMA CAPELA COM NOME
CAPELA DO SANTÍSSIMO NOME DE JESUS
NA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE VILA VIÇOSA

Carlos Aurélio

1. Para discorrer com seriedade sobre uma certa capela deve o presente texto sondar um Nome, o Santíssimo Nome de Jesus.

Bendito seja Deus.

Bendito o seu santo Nome.

Bendito Jesus Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem.

Bendito o Nome de Jesus.

Bendito o seu Sacratíssimo Coração.

Bendito o seu Preciosíssimo Sangue.

Bendito Jesus no Santíssimo Sacramento do Altar.

Bendito o Espírito Santo Paráclito.

Bendita a excelsa Mãe de Deus, Maria Santíssima.

Bendita a sua santa e Imaculada Conceição.

Bendita a sua gloriosa Assunção.

Bendito o Nome de Maria, Virgem e Mãe.

Bendito São José, seu castíssimo Esposo.

Bendito Deus nos seus Anjos e nos seus Santos.

(Da invocação e adoração do Santíssimo Sacramento)

A oração católica em epígrafe, em três passos sucessivos bendiz Deus, Jesus Cristo e, finalmente, Maria Santíssima, expressando sempre a palavra “Nome”. Às vezes e de supetão é preciso avisar do essencial e, desde já dizemos, que um *nome*, ou melhor, certos nomes ancestrais e verídicos (ex: *céu*, *verde*, *homem*, *lua*, *sol*, etc.), não apenas apontam ou designam um ser ou uma

coisa mas também de alguma forma participam do designado. Outros nomes, mormente os modernamente compostos (ex: *televisão*, *automóvel*, etc.) apenas indicam o que justapõem, tendo tanto de convenção humana e até aleatório, como de utilitário e de arranjo linguístico, enfim, somam artifício ao significado limitado. Nestas palavras, dificilmente viverá a força íntima daquelas outras, a alma poética que move, expande e aprofunda.

São diversas as actuais doutrinas da linguagem que dão por convencional a origem linguística mas, se houver apenas convenção e trocarmos, por exemplo entre si, as palavras que designam respectivamente a *lua* e o *sol*, este, pela fonética logo empalidecerá, e aquela, jamais dará a ternura da luz nocturna. Os sons comunicam e *dão* o espírito dos seres. Conta a Bíblia no *Génese* que «o Senhor Deus, após ter formado da terra todos os animais dos campos e todas as aves dos céus, conduziu-os até junto do homem, a fim de verificar como ele os chamaria, para que todos os seres vivos fossem conhecidos pelos nomes que o homem lhes desse» (Gn 2,19). Portanto, e pelo olhar simbólico religioso, a primeira vez que o homem falou foi para nomear os animais, dizer os seus nomes. Ver é compreender com os olhos, apreender e saber dentro e, sem nomes, a realidade seria um feixe de percepções, uma multiplicidade instintiva sem pensamento, figuras sem substância. Faltaria o poder do *logos*. Orar é envolver a palavra Deus, meditando, dizendo e amando através do seu Nome.

2. Na Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, quem entra pela sua larga nave central, logo contempla a álea de sóbrias colunas dóricas cuja perspectiva conduz ao altar-mor, com seu nicho e dupla banda em grelha de prata, no qual se expõe e guarda a imagem medieval da Padroeira de Portugal. Se, entretanto, nos desviarmos pelas naves laterais veremos que se desenvolvem em diversa iconografia religiosa: pelo lado do Evangelho a primeira Capela é a de São José, depois a da Santíssima Trindade à ilharga da qual, já na cabeceira, se abre a Capela do Santíssimo Sacramento com seu sacrário eucarístico de origem italiana florentina, em madeira exótica cravejada a prata; pelo lado das Epístolas, à Capela de São Pedro segue-se a de Nossa Senhora do Carmo (séculos atrás era consagrada a Santo António) e, por fim, a do Santíssimo Nome de Jesus. Em tempos antigos todas estas capelas eram mantidas, enriquecidas e dedicadas aos seus patronos através de irmandades ou confrarias, sendo por exemplo a de S. José sustentada por doze irmãos carpinteiros, a de S. Pedro pelo clero local e a capela-mor da Padroeira pela Régia Confraria e a Confraria dos Escravos, às quais pertenceram as classes da nobreza de Vila Viçosa.¹

¹ PADRE JOAQUIM ROCHA ESPANCA, *Memórias de Vila Viçosa*, Cadernos Culturais da Câmara Municipal de V. Viçosa, 1985, n.º 24, pp. 84-91.

Uma capela com nome – Capela do Santíssimo Nome De Jesus na igreja...



Capela do Santíssimo Nome de Jesus

A actual Igreja de Nossa Senhora da Conceição ergue-se no preciso lugar do anterior templete gótico chamado de Santa Maria do Castelo, tendo sido reconstruída no primeiro quartel do século XV por D. Nuno Álvares Pereira e depois ampliada tal como está hoje a partir de 1569, reinando D. Sebastião. Está

ajustada à tradicional orientação toponímica religiosa: a entrada face a ocidente, a cabeceira a oriente. Assim, e depois do já descrito, podemos dizer que a Imaculada em seu altar-mor sustenta, vela e contempla a plenitude da Revelação de Jesus Cristo, desde sua virginal concepção e infância até à morte e ressurreição eucarísticas, passando pela festividade solene de seu Baptismo e Nome. De facto, a imagem axial da Virgem segura nos braços o fruto do seu ventre, o Menino Santo, pousada no crescente lunar e mediando Terra e Céu, assistindo ao santo sacrifício quotidiano da Missa, ele mesmo triunfante sobre a morte pela ressurreição e dádiva do Redentor; simetricamente, a capela à sua direita guarda o corpo de Cristo no Santíssimo Sacramento, enquanto à esquerda, se contempla e festeja o próprio Nome de Jesus. Sobre esta última, a Capela do Santíssimo Nome de Jesus, subjaz a presente dissertação. O Nome chama.

3. Advém a designação desta Capela da imagem escultórica que nela antes se acolhia, a do *Santo Crucifixo* (assim se chamava), e que actualmente se levanta no eixo central do altar-mor, no nicho do trono onde, outrora, se expunha o Santíssimo Sacramento em sua invocação e adoração. Em nossos dias, uma outra imagem de Cristo crucificado de muito menores dimensões acaba por não fazer jus à magnífica ambiência iconográfica, quer do cenário cerâmico, quer do pictórico, nomeadamente o que representa em fundo o Calvário sobre a cidade de Jerusalém.

Convém descrever a Capela do Santíssimo Nome de Jesus em suas cinco possíveis perspectivas: as duas laterais, a cabeceira, o tecto e o pavimento, este, não por ele mesmo, mas pela belíssima barca escultórica do século XVIII joanino representando a *Dormição* ou a Senhora da Boa-Morte, imagem exótica a esta Capela, pois que originária do antigo Convento das Chagas de Cristo, junto ao Palácio Ducal.

Começemos pelo tecto para o descrever em abóbada de berço com caixões pintados a fresco, enquadrando figurações geométricas e angélicas, decoradas em estilo clássico. Entre brancos, ocre e azuis desmaiados aviva e domina a cor escarlate, envolvendo ao centro um escudo com as cinco chagas do Redentor. Aliás, transpondo-nos à moldura exterior da Capela toda em pórtico marmóreo com frontão interrompido, nela se vê gravado em seu cimo o cristograma da Companhia de Jesus: **IHS**, *Iesus Hominum Salvator*, as três letras iniciais da palavra “Jesus” em grego (**ΙΗΣΟΥΣ** = **IHSOUS**, em sua versão latina). As cinco chagas irradiam assim da abóbada interior até ao significado expresso no exterior pelo Santíssimo Nome: em “Jesus Salvador dos Homens” não é a morte que advém pelas feridas, em último lance, é a vida que trespassando as chagas a enfrenta e vence.

Quanto às paredes laterais, o paralelismo dos seus programas iconográficos conduz a uma espécie de jogo imagético em espelho, ou se quisermos, a uma proposta especulativa ascendente na qual reside a hermenêutica subtil desta Capela: o Homem diviniza-se pela morte e ressurreição de Jesus Cristo, Luz da Luz. Lá chegaremos.

Uma capela com nome – Capela do Santíssimo Nome De Jesus na igreja...



Parede do lado do Evangelho



O Nascimento de Jesus,
Domingos Gonçalves,
c. 1720, 160x138 cm

De momento descrevamos as pinturas parietais constituídas por azulejos setecentistas em azul e branco que, em sua densa decoração figurativa envolvem, em baixo, duas imagens de índole narrativa e, em cima, duas telas pintadas a óleo. O programa cerâmico pintado repete-se em ambas as paredes quanto à decoração: os ornatos arquitectónicos ao gosto de composição brutesca e em estilo barroco exibem flores e frutos, volutas e folhagens, pares de figuras humanizantes e uma carranca sob uma cornija na parte mediana, abaixo da qual se abre em cada lado uma cartela de alto valor significativo. A moldura da cartela é formada por grossas volutas, um par de atlantes adossados, outro de anjos-tenentes, e em baixo, uma pérola aninhada numa concha fecha o enquadramento para que, rente ao chão, duas figuras infantis e aladas, através de uma legenda latina, mostrem e iluminem a exegese da imagem apresentada. Na metade superior de cada parede, a decoração azulejar repete vários pares de figuras angélicas, entrelaçadas com volutas, formando uma densa moldura à volta de uma pintura a óleo, alusiva ao programa cerâmico representado na cartela e legendado em latim na zona inferior. A Capela forma um quadrilátero ligeiramente irregular (profundidade=3,80mt; luz=3,30mt), sendo que, à esquerda, o quadro a óleo do *Nascimento* tem 160x138cm e, em frente, o da *Descida da Cruz*, 160x144 cm. Esta pequena diferença na dimensão da base dos dois quadros resulta e demonstra o precioso engenho para manter iguais as molduras cerâmicas, colmatando assim o ligeiro desvio na esquadria parietal e, deste, o comprimento desigual nas paredes.

Depois do comum comparemos o diferente: em baixo, a cartela e a legenda, em cima, a tela a óleo.

A parede do lado do Evangelho apresenta um programa pictórico baseado no nascimento de Jesus, ou melhor, no Mistério da Encarnação, e podemos ver pintada na cartela a paisagem de um sereno lago com um casario na margem do fundo com montanhas e árvores longilíneas, tendo em plano intermédio um rochedo donde irrompe uma árvore espontânea e, como tema principal, uma tulipa fechada que brota sozinha do chão. Por baixo, e já na moldura da cartela, abre-se uma concha hospedando uma pérola, sob a qual e em legenda ovalada, se pode ler: SINE SEMINE GERMEN. Podemos traduzir por “o rebento que nasce sem semente” ou, mais breve, em “gérmen sem semente”. A composição cerâmica ilude em *trompe-l'oeil* perspectico tendo a meio uma cornija, a partir da qual se desenvolve a moldura que cerca na metade superior uma tela a óleo representando o *Nascimento de Jesus*: algumas nuvens envolvem um anjo e a base de uma coluna em construção, fazendo fundo de um Presépio com a Sagrada Família e a adoração dos pastores.

Na parede do lado oposto, o das Epístolas, vemos na cartela cerâmica e emoldurada por similar decoração a representação de uma paisagem campestre com montanha e algum arvoredado em fundo e, em primeiro plano como tema principal, aparece um rapazinho vestido com uma túnica (aparenta dez ou doze anos, o Menino Jesus?) e que inscreve com uma faca ou um estilete o nome

Uma capela com nome – Capela do Santíssimo Nome De Jesus na igreja...



Cartela e legenda do lado do Evangelho: SINE SEMINE GERMINA



A Descida da Cruz, Domingos Gonçalves, c.1720, 160x144cm



Cartela e legenda do lado das Epístolas:
PULCHRUM PROPERAT PER VULNERA NOMEN

“JESSUS” em grosso tronco arbóreo. A respectiva legenda latina diz o seguinte: PULCHRUM PROPERAT PER VULNERA NOMEN. Aqui teremos tradução mais pródiga em variantes: “o nome que irradia (propaga ou se difunde) através de feridas” ou, mais simplesmente, “a beleza (que) irradia pela ferida do Nome”. Por cima da cornija também em *trompe-l’oeil* está outra tela que representa Cristo a ser deposto da Cruz: sobre um fundo onde se divisa a cidade de Jerusalém vemos S. João e duas santas mulheres (a Virgem e Maria Madalena) recebendo com demorada ternura o corpo morto do Senhor junto à cruz; em cena esbatida, à direita do quadro e entre o recorte da cidade hierosolimita, segue o cortejo funéreo que deposita Jesus em pedras tumulares; em cima abre-se o céu na vigília de um par de anjos.

Valerá ainda o tempo de leitura para um destaque maior e algumas precisões menores. O destaque visa a origem da legenda latina acima transcrita: PULCHRUM PROPERAT PER VULNERA NOMEN. Ora, recentes textos sobre os azulejos desta Capela, bem como preciosos auxílios de tradução e interpretação

trazem luz ao tema.² Do jesuíta belga Amberes Henricus Engelgrave (1610-1670), um dos maiores pregadores do seu tempo, foi editado o famoso *Caeleste Pantheon* (Coloniae Agrippinae, de 1657, com outra edição em 1727) no qual se expõem 52 sermões comentando todo o ano litúrgico, bem como os respectivos emblemas desenhados e ilustrativos. Precisamente o emblema I traz, gravado em cartela barroca, um anjo infantil inscrevendo o nome de Jesus num tronco de árvore; o título do emblema responde à Festa da Circuncisão do Senhor (Festum Circumcisionis Domini) e, em baixo, aparece gráfica e exactamente isto: “Pulchrum properat per vulnera NOMEN. Virg.9.Aeneida”, ou seja, esta legenda glosa, da *Eneida* de Virgílio em seu Livro IX, um episódio do herói Niso o qual pergunta: «Pulchram properet per vulnera mortem?», algo como, «*assumir rapidamente uma morte heróica por meio dos golpes?*».³ O que pode parecer associação confusa, grosseira e até perturbada, logo se esclarece se percebermos que este emblema se refere à ferida de Jesus Cristo na Circuncisão, acto do rito judaico correspondente ao Baptismo cristão e, pelo qual, o varão de oito dias de nascido e pela ferida do prepúcio, continuação da aliança mosaica, via o seu Nome sacralizado em Deus. Aliás, o mesmo emblema do Padre Henricus Engelgrave indica, por debaixo de Festum Circumcisionis Domini, o versículo de S. Lucas 2,21 dizendo “Vocatum est NOMEN eius Iesus”, ou seja, “e o seu nome foi chamado Jesus”. Tudo agora se aclara: as feridas de um remoto herói latino da *Eneida* são mera referência humana para a ferida definitiva e santa com que o NOME de Jesus virá redimir a humanidade, ou melhor, a suprema *beleza que irradia pela ferida do Nome*, Jesus, Nome que cada cristão, pelo Baptismo, passa a inscrever no seu próprio coração ou árvore da vida em reflexa seiva do Redentor.

Limando o destaque diremos que enquanto o anjinho da gravura de Henricus Engelgrave está perto de terminar o Nome — ele escreve IESU —, o rapaziinho adolescente da cartela cerâmica de Vila Viçosa com seu estilete vai sulcan-

² Refira-se a descrição de ANA PAULA REBELO CORREIA em *Azulejos de Vila Viçosa* in Revista Monumentos, n.º27, 2007 e, principalmente, o tema da interpretação e tradução desenvolvido pelo antropólogo espanhol JOSÉ JULIO GARCÍA ARRANZ em *Emblemas y jeroglíficos en la azulejería religiosa portuguesa del siglo XVIII: un ejemplo en la iglesia de Nossa Senhora da Conceição, en Vila Viçosa (Portugal)* in revista Santuários n.º 2, Faculdade de Belas-Artes de Lisboa, 2014.

Agradecemos também a gentil e preciosa ajuda das traduções latinas, quer nas legendas referidas, quer nas bandeiras da barca de Nossa Senhora da Dormição ao PADRE ALESSANDRO JATTA da Associação Mater Dei – Pequenos Filhos da Mãe de Deus, Convento de S. João, Elvas.

³ O texto completo dos versos 399 a 401 no Livro IX da *Eneida*, diz: «*Quid faciat? Qua vi iuvenem, quibus audeat armis / eripere? An sese medios moriturus in enses / inferat et pulchram properet per vulnera mortem?*», cuja tradução poderá ser: *Que vai fazer (Niso)? Com que força e com que armas ousará libertar o jovem (amigo)? Será que vai atirar-se para o meio das espadas para morrer e assumir rapidamente uma morte heróica por meio dos golpes?* (Tradução do Pe. José António Gonçalves, professor de latim no ISTE).

do a palavra JESSUS, estranha e inédita com dois SS e não um, como seria a palavra latina IESUS. Desta estranheza saímos com o auxílio de um amigo⁴ propondo que os dois SS ensinam o leitor português, não versado em fonética latina, a ler correctamente o Nome de Jesus na originária língua do Lácio: em latim, o S, ou é uma consoante sibilante áspera, na pronúncia tradicional, ou uma sibilante surda, na pronúncia restaurada. Portanto, sibila sempre e nunca dá para ler como Z, e assim se vê a importância decisiva que cartela dá à fonética do Nome. Uma vez mais a fonética! Outro detalhe: a Irmandade respectiva promovia a Festa desta Capela do Santíssimo Nome de Jesus no dia 1 de Janeiro, perto do Domingo depois da Epifania do Natal, ou seja, o da Festividade solene da Circuncisão do Senhor.

Por fim, vejamos algumas precisões menores e descritivas, ainda sobre estas duas paredes de azulejo e telas. Na pintura a óleo do *Nascimento de Jesus*, no lado do Evangelho, um anjo tutelar exhibe uma filactéria onde se lê GLORIA IN EXCELSIS DEO e no Presépio, enquanto S. José segura uma vela acesa, um dos três pastores com seu chapéu levantado na mão esquerda e a mão direita sobre os olhos, demonstra a contingência de ver-se ofuscado pela luz que irradia do Menino. No quadro da parede à direita da Capela, o da *Descida da Cruz*, uma das duas mulheres (Maria Madalena?) sugere que antes de perfumar os pés de Cristo, beija-os, vendo-se em primeiro plano a partir da zona inferior esquerda a coroa de espinhos deposta, os três grossos cravos da Crucificação do Senhor



Lambril do lado das Epístolas: Polcarpo de Oliveira Bernardes (1695 – 1778)

⁴ Em conversa sobre o tema veio o auxílio por Pedro Sinde, escritor e filósofo portuense. Aqui se regista o agradecimento.

ao madeiro da cruz, um vaso porventura de alabastro com mirra e aloé e, por fim, dois dados de jogar, um exibindo três pintas na face superior, outro, quatro, por certo lembrando que os soldados sortearam a túnica inconsútil d'Aquele que é revestido de doutrina unitária impossível de rasgar.

Quem escreve o que vê, acrescenta o que sabe. Está hoje tudo devidamente documentado e citado⁵ para se poder dizer que os azulejos desta Capela são de 1720 e da autoria do prestigiado ceramista luso Policarpo de Oliveira Bernardes que, aliás, assina na parede da direita, em baixo, no arranque do lambril. As duas telas são do pintor calipolense setecentista Domingos Gonçalves e diga-se, infelizmente, valem pelo que querem dizer e não como o fazem, sendo de factura pictórica e expressiva relativamente pobre. Sabe-se que a talha salomónica da cabeceira e as elaboradas molduras das telas são obra do carpinteiro Bartolomeu Dias, também natural de Vila Viçosa. Há documentos minuciosos sobre os custos dos quadros, da carpintaria e dos azulejos, e até dos caixotes e transporte que de Lisboa os trouxeram por via de almocreves. O espaço foi concebido e realizado como um todo, por certo sob jurisdição teológica de padres jesuítas.

Demorada mas feita a descrição das paredes laterais, percebe-se que o seu programa iconográfico convergindo na abóbada pelas feridas ou Chagas de Cristo, ilumina o santo Nome pela simbólica da cabeceira: o madeiro com Jesus crucificado levanta-se e espande no calvário da cidade santa de Jerusalém, rodeado pelo crescente lunar à esquerda da cruz e o sol à direita, sobrepujando um enorme resplendor dourado como os que irradiam dos ostensórios que custodiam a hóstia consagrada, ou seja, a figura do Corpo Santo remete para a realidade eucarística. Esse resplendor apresenta 15 raios em relevo (supõe mais um, coincidente e oculto pela cruz), sendo sete rectilíneos e oito flamejantes, a luz natural e a espiritual, conjugadas nas duas naturezas de Cristo. Duas colunas salomónicas e rica moldura em talha dourada conjugam-se e culminam em quatro volutas que enquadram um outro cristograma (IHS) a ouro sobre fundo vermelho.

Acresce dizer que nesta cabeceira e sob a banqueta esteve até há poucos anos depositada a imagem jacente do Senhor Morto que se usa no féretro processional do Enterro de Sexta-Feira Santa.

No eixo central do pavimento encontra-se nos dias de hoje, como aliás já referimos, a extraordinária barca escultórica da Dormição ou da Senhora da Boa Morte em alegoria da Assunção da Virgem cuja festa ocorre a 15 de Agosto. Esta peça, uma das mais belas no género no nosso país, é do reinado de D. João V e veio do Convento das Chagas. O seu exuberante simbolismo tem merecido

⁵ Vejam-se vários textos. Depois do PADRE JOAQUIM ESPANCA in *Memórias de Vila Viçosa*, Cadernos Culturais da Câmara Municipal (nomeadamente o tomo 24) há o Inventário Artístico do Distrito de Évora (Zona Sul) I Volume, p. 532, da autoria do Senhor TÚLIO ESPANCA, assim o designa o Preâmbulo (sem ter licenciatura universitária a vida e a erudição de Túlio Espanca deram-lhe licença para comunicar o seu bem saber!). Consulte-se principalmente o já referido texto *Azulejos de Vila Viçosa* de ANA PAULA REBELO CORREIA, Monumentos n.º27.

estudos apropriados que aqui não cabe desenvolver. Desde há quase um século que a Capela tem vindo a receber também o culto devocional de São Nuno de Santa Maria, mostrando-o em imagem escultórica (do início do século XX) como Beato Nuno Álvares Pereira, exibindo bandeira e espada e, recentemente, acompanhada de uma relíquia tumular originária do Convento do Carmo de Lisboa, assim legendada: *B. Nonni a S. Maria ex pulvere sepulcri*; canonizado em Roma 26.04.2009.

A Capela do Santíssimo Nome de Jesus tem vindo assim a admitir uma certa simbiose e deslocação devocional, aliás compreensíveis, dada a beleza intrínseca da barca da Dormição e a recente canonização de São Nuno em 2009, herói e santo cuja vida patriótica e de pendor mariano passou intimamente por Vila Viçosa e pelo Santuário da Padroeira de Portugal. Importaria talvez ligar a orientação devocional da Redenção pelo Nome de Jesus à completude de Maria: desde o início, ou seja, a Imaculada Conceição, passando pela Assunção até à Coroação celeste, a totalidade dos mistérios do Rosário.

4. Feita a descrição da Capela do Santíssimo Nome de Jesus uma evidência ocorre: porquê esta designação? Porquê a necessidade da palavra “Nome”? Não bastaria dizer, rezar e meditar, invocando apenas o Santíssimo Jesus? «*Pai-Nosso que estais nos céus / Santificado seja o Vosso Nome (...)*» diz também a oração sublime ensinada pelo Divino Mestre. O que significa, pois, santificar um Nome que por essência e natureza já é santo? Santificar é torná-lo santo para nós? Bendizê-lo? Bendito seja o Vosso Nome.

Regressemos ao princípio: um nome será apenas uma associação de fonemas úteis para designar um ser, uma coisa? Ou, muito mais, desse ser ou coisa ele participa, nasce mesmo da sua natureza essencialmente oculta, da sua ideia primordial? Em *Le Bateleur* o filósofo português António Telmo, desde logo por autognose e hermenêutica anagramática do seu nome (António Telmo-Tomé Natanael), enceta notável percurso especulativo através de sucessivas indagações quanto à génese das palavras, sustentando diálogos entre razão discursiva e inteligência poética, desde Platão à Cabala hebraica. Nesse texto notável são trazidas à colação duas obras platónicas, o *Crátilo* e o *Fedro*, a última para esclarecer as perplexidades da primeira. No *Crátilo*, um dos dialogantes, Hermógenes, defende mesmo a tese dos linguistas modernos sobre a origem convencional dos nomes, enquanto Crátilo descobre, até no nome do seu opositor, a hermética sagrada que os profanos vieram posteriormente a designar por gramática. No ínterim, António Telmo dá um exemplo português à luz dessa ciência antiquíssima das letras: «*a palavra flor era a síntese de quatro fonemas, significativa do que era realmente a flor: um sopro de vida (o f) levantando (o l) o ser invisível da planta até à forma suprema de uma esplendorosa rotação (o o e o r)*».⁶ Aliás, a *Gramática Secreta da Língua Portuguesa*, do mesmo António Telmo, expõe os elementos do alfabeto luso ao longo da árvore sefirótica.

⁶ ANTÓNIO TELMO, *Le Bateleur*, Edições Átrio, Lisboa, 1992, p. 28.

Dir-se-á que é fantasia, ou falsa esta etimologia, pois ao caso seria mutável a essência da *flor* conforme a língua: *fleur*, *flower*, *Blume*, etc. Esta objecção supostamente científica anula algo que é íntimo, quer o mistério dos sons em si mesmos quer a manifestação das ideias primordiais. Dito assim, podemos aclarar: quando a língua portuguesa diz *flor* e a alemã *Blume* isso significa que o génio espiritual de cada povo olha e indaga uma certa realidade transcendente mas exprimindo-a através de fonemas próprios, isto é, pela alma fonética que corresponde à sua idiossincrasia. A flor em si mesma, em sua profunda e intrínseca realidade de Espírito só Deus vê e sabe. Cada nome é pois uma possibilidade de luz infinita, uma inteligência poética, uma mediação expressiva. É curioso que nas línguas aqui exemplificadas seja o “I” a letra comum, esse som que levanta e essa forma gráfica que é imagem do caule da própria flor!

O Nome é tão decisivo, e no limite será essencial, que Moisés ao encontrar-se com Deus na epifania e densidade do Mistério da sarça-ardente do Monte Horeb, precisa de dizer antes de partir: «*Quando eu for ter com os filhos de Israel e lhes disser que o Deus dos seus pais me enviou para junto deles, se me perguntarem qual é o Seu nome, que lhes responderei? Deus disse então a Moisés: “Responderás o seguinte: Eu sou Aquele que sou”. E acrescentou: “Assim falarás aos israelitas: “Eu sou envia-me a vós!”*». (Ex 3,13-14). “Eu sou Aquele que sou” — em hebraico, “Eheieh asher Eheieh”; em latim, “ego sum qui sum”— é uma expressão que exprime o quanto o Nome de Deus é sempre interrogação, diz sem mais poder dizer. Aquele que é e faz ser, essência do que somos, oculta-se numa expressão de palavras que paradoxalmente significa a própria inefabilidade, e por isso o Nome do Deus bíblico do Antigo testamento não podia ser pronunciado. O nome de *Iaveh*, quando dito, seria de tal modo distante e grosseiro perante o real ou a ipseidade divina, que pronunciá-lo seria erro inevitável, mesmo blasfémia. A interdição dos seus fonemas era rigorosa e completa, apenas ao alcance da cobertura litúrgica do sumo-sacerdote, uma vez por ano, no íntimo do Santo dos Santos. Será que a luz do Mistério vive no próprio som? É-nos dito que o Criador cria pela Palavra: «*Deus disse: Faça-se ...*».

No sagrado Tetragrama impronunciável — IHVH — oculta-se o mistério supremo, o Deus *absconditus* e incognoscível do qual não há positividade possível para o definir. Sendo por essência indefinível é o Deus da teologia apofática. Na espiritualidade hebraica, o Talmude, a Mishnah, o Midrash, enfim, toda a tradição que reúne e comenta a lei oral e escrita emanante da Torah, nunca abandona o princípio fundador de Deus como Mistério, e Mistério sem nome capaz de o conter ou designar. Este é o laço cristão para com o Antigo Testamento: em vez de muita da actual teologia que quase reduz Cristo a baixa humanização, a intangibilidade divina permite e insta à tensão da criatura para interrogar, amar, e louvar o Criador. Mais tarde, o *Livro do Esplendor* ou o *Zohar*, e assim a Cabala em suas variantes instrumentais e operativas, a Gue-matria (valores numéricos), a Notaria (anagramas) e a Témuria (permutas de letras) sondam os nomes e as palavras da Torah ao jeito interrogante da escada de Jacob, pela qual os anjos (ou inteligências angélicas) subiram e desceram

entre Terra e Céu. Anotemos como exemplo significativo desta demanda que a primeira frase da Bíblia, o famoso “Bereshit Bara Elohim...” hebraico (No princípio Deus criou...) ocupa no *Zohar* vários capítulos, os quais, nas edições actuais perfazem mais de quinhentas páginas! Não é a quantidade que impressiona, é a diversidade interrogativa e poética que entusiasma.

Os nomes bíblicos podem ser chaves interpretativas do mistério divino na escritura sagrada. Por exemplo, o nome do grande patriarca da Aliança que primeiramente se chama Abrão e sua mulher Sarai, passa a Abraão e ela a Sara, quando Deus diz: «A aliança que faço contigo é esta: serás pai de inúmeros povos. Já não te chamarás Abrão, mas sim Abraão, porque eu farei de ti o pai de inúmeros povos» (Gn 17,4-5). Abraão quer pois dizer “pai de inúmeros povos”. Se dissermos em termos gramaticais que Deus mudou a palavra em função da alteração do significado, vemos que não há convenção de linguagem, antes causa final ao modo de Aristóteles, sendo o Nome, ele mesmo, finalidade de realização imanente e transcendente. Ao caso, a Cabala interpreta que Deus tirou do seu próprio nome (o Tetragrama: IHVH, em hebraico, יהוה) a letra He (ה) para juntá-la em Abraão (Abraham) e Sara(h).⁷

Ora, a ciência da Cabala ganhou forma em sua expressão cristã nomeadamente a partir do Renascimento e, todavia, algo de inédito, porventura de paradoxal, podemos aqui propor sem que nos mova nada de provocador: será plausível que a dita Cabala hebraica, pelo menos na expressão que dela hoje conhecemos, tenha advindo dos Judeus, evidentemente, mas desses, *et pour cause*, que e porque tiveram apertadas relações com o Cristianismo medieval? Não esqueçamos que tal fenómeno espiritual se deu na Península Ibérica (Catalunha) onde era mais estreito esse contacto e a razão é simples: a Cabala aparece para tentar suprir a típica distância judaica do Deus *absconditus*, cuja dádiva em Deus *revelatus* procede essencialmente e em primeira mão do Cristianismo. A Cabala Cristã justifica-se como variante da linguagem espiritual hebraica naquilo que é essencial ao cristianismo: a revelação humanizada de Deus, o Mistério da Encarnação.

Precisamente a ciência cabalística em sua vertente cristã veio a subsumir do próprio Tetragrama (IHVH) a potência do Mistério da Santíssima Trindade: «Le Iod initial dénote le Père, qui est l'origine de la SS Trinité, le He le Fils, il le Vau le Saint Esprit. Le double He signifie la double nature du Christ.»⁸ Os Nomes do Antigo Testamento revelam sentido subtil e, em simultâneo, denso, em sua materialidade fonética e linguística por notável exegese: pela língua hebraica Adão tanto significa “terra vermelha” como pelo Nome, ele mesmo, é

⁷ FRANÇOIS SECRET, *Les Kabbalistes Chrétiens de la Renaissance*, Arché, 1985, p. 5. Jérôme, (discípulo de Picco della Mirandola) (...) à propos d'Abraham et de Sarah, il écrit: «Les Hébreux disent que Dieu tira de son nom, de quatre lettres, le He pour l'ajouter à ceux d'Abraham et de Sarah.»

⁸ Ibidem, p. 258.

interrogação do homem, pois os valores numéricos na Guematria de *Ad(a)m* — alef, א (1) + dalet, ד (4) + mem, מ (40) — equivalem à palavra *ma* (= o quê?) — mem, מ (40) + he, ה (5), ambas somando 45.⁹ Correspondências interpretativas similares se fazem a partir de inúmeros nomes bíblicos como Israel, Jacob, Esaú, Moisés, etc., e o mesmo para diversas palavras-chave como “Arca”, dita em hebraico por *teva*, cujas quatro letras (tav, ת +iod, י +bet, ב +he, ה), coexistem tanto na Arca de Noé como na de Moisés (o cesto de junco em que foi abandonado ao sabor das águas do Nilo, Ex 2,1-10). É assaz significativo que as medidas da própria Arca de Noé (300x50x30 côvados) correspondam, pela arte *guemátrica* do famoso rabino Baal Shem Tov, à palavra *lachone*, a qual significa “língua”.¹⁰ Portanto, entre várias acepções, a Arca (a de Noé e a de Moisés), e nela a arca e a língua, não só fez perdurar a humanidade como é a língua que salva o povo judeu.

Mas se estes exemplos hebraicos surpreendem pela agilidade polissêmica e pelo movimento que imprimem a algo que pareceria imóvel, algo similar surge na Cabala Cristã, mormente na do Renascimento. Assim, no íntimo do Tetragrama hebraico eclode a chama esplendorosa do Nome de Jesus, nome, recordemos, dado por Deus através da Anunciação do Arcanjo Gabriel à Virgem Maria (Lc 1,31;Mt 1,21). A letra hebraica shin (ש = S) que traz em si o significado de clemência e misericórdia, irrompe ou é derramada na interioridade do Tetragrama, manifestando-se a palavra Ieshua, Jesus em hebreu. Acontecimento novo e redentor na história humana, o Nome inefável de Deus, sendo interdito e impronunciável no Antigo Testamento revela-se assim audível: algo similar, só na Criação do Livro do Gênesis quando o Criador para criar, falou, “Faça-se”, Fiat. O inefável, agora já o coração humano o pode escutar, movendo o silêncio tetragramático até à eclosão sonora, plena e redentora de IESHUA (IHSVH).¹¹

É forte a tradição cristã, de oriente a ocidente, em linhagem de teólogos mas principalmente de místicos e de santos, que transporta até hoje o Nome de Jesus como modo virtuoso e operativo no aperfeiçoamento da alma. São Paulo, por exemplo, repete inúmeras e aparentemente “exageradas” vezes, talvez a propósito e a despropósito, o Santo Nome de Jesus e, dito por S. Jerónimo, porque a sua pronúncia deliciava e comovia o apóstolo dos gentios, ou melhor, mais do que delícia, seria o Nome ele mesmo veículo de litania e adoração. Tal evidência é nítida nas epístolas paulinas e basta que recordemos o que escreveu aos cristãos de Filipos quando, através de um hino, afirma e exulta em alegria

⁹ MARC-ALAIN OUAKNIN, *Concerto pour quatre consonnes sans voyelles*, Éditions Balland, 1991. p. 214

¹⁰ Ibidem, pp.63-65, ver capítulo *L'Arche de Noé*.

¹¹ FRANÇOIS SECRET, *Les Kabbalistes Chrétiens de la Renaissance*, Arché, 1985, p. 49: «Si tu entends le mot YHWH, c'est-à-dire quand le Tétragramme sera audible, alors le nom Tétragramme appelé par Scin sera sur toi. Le Tétragramme, afin de pouvoir être prononcé, doit prendre la consonne Scin et donner YHSWH.»

magnífica: «(...) *Por isso é que Deus O exaltou e Lhe deu um nome que está acima de todo o nome, para que ao nome de Jesus, todo o joelho se dobre nos Céus, na Terra e nos Infernos (...)*» (Fil 2,9-11). O próprio Nome de Jesus reina e domina! Não se perturbem uns, ou outros conjecturem no erro, supondo aqui actos de magia e encantamento os quais pressupõem incertos poderes teúrgicos quando, o que conta e ressalta, é o Nome como catalisador do amor a Deus. Quando verdadeiramente se ama, o amante repete com entusiasmo e delícia o nome amado. No coração que ama, a palavra Jesus habita como chama e fogo que arde sem se ver, que queima e não consome, ao modo da sarça que a Moisés se manifestou. A invocação do Nome de Jesus basta para preencher em plenitude uma vida amorosa. Todavia, São Bernardino de Sena, um dos mais notáveis santos invocadores do Nome, avisa da astúcia diabólica que envolve encantamentos, ainda que estes associem o Pai-Nosso ou a Avé-Maria: «*Do not confuse the invocation of the Name with those inane and insane and entirely erroneous incantations used by some who claim to be invoking the Name of God but who are in fact invoking the devil and using his incantations.*»¹²

Uma vasta e frutuosa tradição de invocação do nome de Jesus se expandiu, mormente na Igreja Ortodoxa do Oriente como ilustra o caso paradigmático da *Filocalia*, livro clássico da mística da Oração do Coração na qual se centra o Hesicasmos, ou seja, «*a recitação continuada do nome de “Jesus” é uma das locuções indicadas na prática hesicasta, progredindo a sua recitação, em sentido decrescente de sonoridade até à sua completa interiorização, remetida para cadência do coração*». ¹³ “Nosso Senhor Jesus Cristo, tende piedade de mim que sou pecador” pode ser a jaculatória preciosa para unificar os sentidos até à identificação e centralidade do Nome pois, ele mesmo, designa a natureza sagrada do Senhor Jesus, é e age como Presença. Assim o Nome, o Santíssimo Nome de Jesus, recria e ajusta no tempo e no espaço a força centrípeta que dele faz luz e chama cristãos no coração orante, a presença íntima do Redentor de certa forma continua e expande o santíssimo sacramento do altar, a eucaristia e a adoração de Jesus na hóstia consagrada. Quanto mais a vida moderna fragmenta, dispersa e pulveriza no tempo e no espaço, quanto mais descentra e dissolve o sentido da profundidade e da altura em mera horizontalidade e relati-

¹² RAMA COOMARASWAMY, *The Invocation of the Name of Jesus – As Practiced in the Western Church*, Fons Vitae, U.S.A. 1999, pg. 71. O mesmo texto continua: «*In such formulas are interpolated unknown words and in them are always to be found mendacious things. Even though the Pater Noster or Ave Maria is added to disguise them, and even though by similar means they may appear as something noble, nevertheless – it is permitted by the justice of God you must remember that the devil can with his craftiness, make a man or a child sick, and then through erroneous and impious incantations make him well in body. The devil, however, in doing this, fastens onto the soul and the heart of such a person the mortal sin of blasphemy and heresy. Such a situation is clearly demonstrated to us in the legend of B. Bartholomew*»

¹³ *Relatos de um Peregrino Russo ao seu Pai Espiritual*, Paulinas, 2007, pg. 7.

vismo (o quotidiano moderno é hoje, só e apenas rede horizontal fragmentada da qual a Internet é signo!), mais se impõe e necessita a centralidade virtuosa do Nome, o da virilidade cavaleiresca dos que, ao modo do nosso D. Duarte, se aprimoram na “arte da ensinança de bem cavalgar em toda a sela”, porque de viagem a sós com Deus, aqui falamos. Leia-se a eloquência deste pequeno texto sobre o tema: «*Man is born in both space and time. To avoid being lost in space he must seek a fixed point in reality or a center. To avoid being caught up in the coils of passing time he must seek a fixed point in eternity. The Divine Name provides access to both. Centrality: The Name is one with what is named. It is the form in the formless. In so far as it is He who invokes the Name within us, the Name provides man with a centrality that is both immanent and transcendent*». ¹⁴ É o Nome que invoca o Nome em nós mesmos ou, no dizer de São Paulo, «*já não sou eu que vivo, é Cristo que vive em mim*» (Gal 2,20). E o trigrama da Companhia de Jesus, IHS, ele próprio sobrepujado a meio pela cruz e circundado pela centralidade irradiante da luz eucarística, não só significa como entoa o Nome e, pelo som, o faz gemido orante no coração da vida.

Não por acaso esta Capela do Santíssimo Nome de Jesus é simétrica na cabeceira da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa com aquela outra Capela do Santíssimo Sacramento: o Nome e o Corpo de Jesus Cristo fazem-se jus mutuamente, reflectem-se e contemplam-se, o primeiro como sílabas de alma, orantes e interiorizadas, o segundo, como alimento real do espírito, tudo sob os auspícios e o terno olhar da Imaculada Mãe, axial no altar-mor. O trigrama crístico resplende pois como tradição ancestral até aos nossos dias e daí que a devoção ao Imaculado Coração de Maria reconduza em inevitabilidade soteriológica ao Sagrado Coração de Jesus: IHS, Iesus Hominum Salvator, o Nome cristão por excelência, desde sempre teve na Virgem a reserva pura e o sacrário humano que a fez ao nascer isenta de pecado original, redimida por Cristo preventivamente como nos iluminou a mariologia do franciscano medieval Duns Escoto. O Anjo indicou à Mãe o Nome de Jesus, ela foi a primeira criatura humana a conhecê-lo, bendita seja, e no dia da Circuncisão ao apresentar-se no Templo, esse Nome o deu a conhecer ao mundo. Ela dá o Nome, e Jesus a vida, a Virgem Imaculada da Anunciação e a do Calvário no-lo apresentam, e aqui reside a significação da cabeceira desta Igreja em Vila Viçosa, uma cabeça de Cristo que resplandece e fala.

Se olharmos com atenção a composição pictórica e escultórica da Capela do Santíssimo Nome de Jesus e sabendo que o grande crucifixo que hoje vemos no altar-mor nela se levantava, intuiremos o seguinte: os luzeiros de que nos fala o Génesis aquando da Criação, estão ali, a Lua à esquerda de Cristo e o sol à sua direita, iluminando a noite e o dia da quarta jornada do Criador, mas aquela outra luz maior e ovalada, central e irradiante, é a luz do Nome, de outra

¹⁴ RAMA COOMARASWAMY, *The Invocation of the Name of Jesus – As Practiced in the Western Church*, Fons Vitae, U.S.A. 1999, pg. 45.

essência e natureza, reflexa do primeiro dia genesíaco que separa a luz das trevas. Os raios que a circundam, os rectos e os flamejantes em relevo, se somados aos intervalados, pintados e quase sumidos, darão por certo aqueles 32 que ainda hoje se podem ver no símbolo jesuíta do Nome, IHS. Jesus, Luz da Luz ao sabor do saber do Credo, teria assim nesta Capela o seu Nome implícito e coincidente com a auréola do divino rosto do Crucificado. O Nome, IHS, é aqui substituído e dado pela Luz da Luz.

O homem tanto precisa de louvar a Deus como precisa do Nome, desse que se quis revelar como tal. Valem pois as primeiras palavras da confissão de um santo, e de um santo que tanto começou por fugir à luz da Revelação em Jesus Cristo: *«Senhor, tu és grande e digno de todo o louvor. Grande é a tua virtude e a tua sabedoria não tem limites. Quer o homem louvar-te, ele que é uma parte da tua criação, o homem que irradia a sua mortalidade, que irradia o testemunho do seu pecado e o testemunho de que tu resistes aos orgulhosos: e contudo quer louvar-te o homem que é uma parte da tua criação. És tu que fazes com que ele se delicie em louvar-te, porque tu nos fizeste para ti, e o nosso coração está inquieto enquanto não repousar em ti. Senhor, faz com que eu saiba e compreenda se devo invocar-te primeiro ou louvar-te, se primeiro devo conhecer-te ou invocar-te. (...)»*.¹⁵

Para termos recorrido com seriedade tivemos que sondar um nome, o do Santíssimo Nome de Jesus, sem o qual, a arte se veria diminuída e o significado da própria capela, truncado. Quase sempre esquecemos que desde os remotos tempos a palavra “cultura” é filha da palavra “culto”.

¹⁵ SANTO AGOSTINHO, *Confissões*, INCM, Estudos Gerais, 2000, Livro I, 1 pg. 5.

FORMULAÇÃO DE PASTAS CERÂMICAS A PARTIR DE MATÉRIAS-PRIMAS ARGILOSAS E CARBONATADAS DOS CONCELHOS DE VILA VIÇOSA E REDONDO PARA A PRODUÇÃO DE OLARIA TRADICIONAL

Alves, T.^{1,a}, Martins, R.^{1,b}, Lopes, L.^{1,3,c}, Gomes, C.^d,
Baroso, M.^{3,e}, Santos, D.^{3,e}, Rosado, F.^{4,f}, Rosado, L.^{4,f}

Resumo

A investigação que se apresenta foi desenvolvida no Departamento de Geociências da Universidade de Évora, no Cencal (Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica das Caldas da Rainha) e na Olaria XT de Redondo. Os estudos realizados permitiram verificar que as matérias-primas argilosas existentes nos Concelhos de Vila Viçosa e Redondo, devido às propriedades físicas, químicas e mineralógicas que apresentam, podem ser utilizadas, não só como matérias-primas em bruto, mas também misturadas entre si na composição de pastas cerâmicas, passíveis de aplicação na indústria cerâmica, particularmente na olaria tradicional de Redondo e S. Pedro do Corval.

¹ Departamento de Geociências da Universidade de Évora, Portugal; ² Instituto de Ciências da Terra (ICT), FCT, Portugal; ³ CENCAL – Centro de Formação Profissional para a Indústria Cerâmica das Caldas da Rainha, Portugal; ⁴ Olaria Xico Tarefa, Redondo, Portugal

^a tf.pereiraalves@gmail.com, ^b rubenvm@uevora.pt, ^c lopes@uevora.pt, ^d cgomes@ua.pt, ^e analises@cencal.pt, ^f olariaxt-redondo@sapo.pt

Abstract

The research herein presented was developed in the Department of Geosciences at the University of Évora, Cencal (Vocational Training Center for the Ceramic Industry of Caldas da Rainha) and Pottery XT, Redondo. The studies allowed to verify that the clay materials exist in Vila Viçosa and Redondo councils, due to physical, chemical and mineralogical properties that feature may be used not only as a crude raw material, but mixed together in the composition of ceramic pastes and could be applied in the ceramics industry, namely the traditional pottery of Redondo and São Pedro do Corval.

1. Introdução

O Departamento de Geociências da Universidade de Évora há longos anos que se dedica a investigar possíveis aplicações dos subprodutos da indústria extrativa e transformadora de mármore. Um dos temas desenvolvidos refere-se ao estudo da *terra rossa* e das lamelas carbonatadas em olaria. No âmbito de uma tese de Mestrado em Engenharia Geológica da Universidade de Évora, efetuaram-se estudos com vista a melhorar os resultados já anteriormente obtidos.

O esgotamento gradual dos barreiros de qualidade que alimentam a indústria tradicional de Redondo e São Pedro do Corval, leva a que os oleiros optem por adquirir pastas cerâmicas na região centro do país, ou mesmo a importá-las de Espanha. Acontece que junto destes importantes centros oleiros, existe a indústria extrativa de mármore ornamentais, com forte incidência nos Concelhos de Borba, Estremoz e Vila Viçosa onde ocorrem algumas centenas de pedreiras. Só por si, este dado justifica a pesquisa, caracterização e quantificação de matérias-primas secundárias, por vezes erroneamente classificadas como resíduos resultantes desta indústria. Na fase de abertura das pedreiras existem matérias-primas argilosas resultantes da remoção de solo de cobertura (*terra rossa* – que se apresenta na forma de um tipo de solo residual, resultante da dissolução de calcários, com empobrecimento em sílica e enriquecimento em óxidos e hidróxidos de ferro). O processamento dos mármore com vista à sua transformação em chapa, ladrilhos e produtos por medida, gera matérias-primas não argilosas (lamelas carbonatadas, localmente designadas por “nata”) resultantes do corte, serragem e polimento das rochas carbonatadas. Estes materiais são muitas vezes removidos e depositados a céu aberto junto às unidades extrativas, sem o cuidado necessário com vista a futuras utilizações, tanto na recuperação ambiental de pedreiras já esgotadas, como na aplicação como matéria-prima em outras indústrias, causando impactos visuais e ambientais (Fig. 1).

Os estudos efetuados consistiram na caracterização física, mineralógica, tecnológica e industrial de várias amostras de *terra rossa* recolhidas de três depósitos diferentes e de lamelas carbonatadas, utilizando-as como matérias-primas ou em diferentes percentagens na composição de pastas cerâmicas, com vista à sua aplicação em cerâmica, particularmente na olaria tradicional.

2. Metodologia do Trabalho

A investigação realizada consistiu nas seguintes etapas:

1. Campanha de amostragem;
2. Caracterização física, tecnológica e industrial das matérias-primas argilosas;
3. Formulação de pastas cerâmicas com diferentes contributos percentuais de cada uma das matérias-primas argilosas e não argilosas;
4. Caracterização tecnológica e industrial das pastas cerâmicas formuladas;
5. Ensaio industrial com as pastas cerâmicas formuladas.

Os locais de amostragem selecionados situam-se nos Concelhos de Borba e de Vila Viçosa (Fig. 2). Foram escolhidos por revelarem grandes possanças de *terra rossa*, e por se encontrarem preservados há décadas, dando garantias de muito reduzida contaminação por outros materiais. Estudos anteriormente realizados (Cunha, 2010) indicavam que os materiais destes depósitos revelavam boas características para aplicação cerâmica. Assim sendo, procedeu-se à recolha de três amostras de 30 Kg cada, que mais tarde foram submetidas a ensaios de caracterização mineralógica, tecnológica e industrial. Estes ensaios tiveram como objetivo compará-las entre si, aferindo as potencialidades da *terra rossa*. Atribuíram-se às amostras ensaiadas, as seguintes designações:

1. Borba VV – Depósito com um volume aproximado de 3000 m³, formado com material resultante da destapação das pedreiras localizadas junto à Estrada Nacional n.º 255 entre Borba e Vila Viçosa;
2. Lagoa – Depósito formado com material resultante da destapação de uma pedreira junto ao Monte da Lagoa, no extremo Sudeste do anticlinal de Estremoz;
3. Biblio VV – Ao contrário dos dois anteriores, este não corresponde a um solo residual de alteração dos mármore, apresentando características diferentes da *terra rossa*. Resultou da escavação para as fundações da biblioteca municipal de Vila Viçosa. Este solo representa uma argila existente na interface entre a Formação de Mares (xistos e metaquartzitos negros) e a Formação Dolomítica (metadolomitos e metavulcanitos).

Após tratamento e beneficiação destes materiais, o que incluiu a secagem, desagregação, partição e corte granulométrico a 0,250 mm, com o intuito de avaliar as suas potencialidades para aplicação cerâmica, as três amostras foram submetidas a diversos ensaios de caracterização física e química. Os ensaios de caracterização tecnológica das amostras decorreram nas instalações do CEN-CAL, tendo sido submetidas a uma homogeneização do material sólido com

água, com recurso a um misturador, ao que se seguiu um período de secagem em placas de gesso (Fig. 3A) e posterior conformação de provetes (Fig. 3B). Nestes avaliou-se a trabalhabilidade, extrudibilidade e conformação. Também se procedeu à determinação das percentagens de retração verde-seco, seco/cozido e total, resistência mecânica à flexão, percentagem de absorção e análise térmico-dilatométrica. Para cada amostra, com base no procedimento de controlo do processo n.º C – 00 – 98 do CENCAL, numa extrusora Macocer, produziram-se 80 provetes perfeitamente lineares (100 mm de comprimento e 10 mm de diâmetro) e sem deformações.



Fig. 1 – Depósito de “natas” localizado junto de um olival em Vila Viçosa.

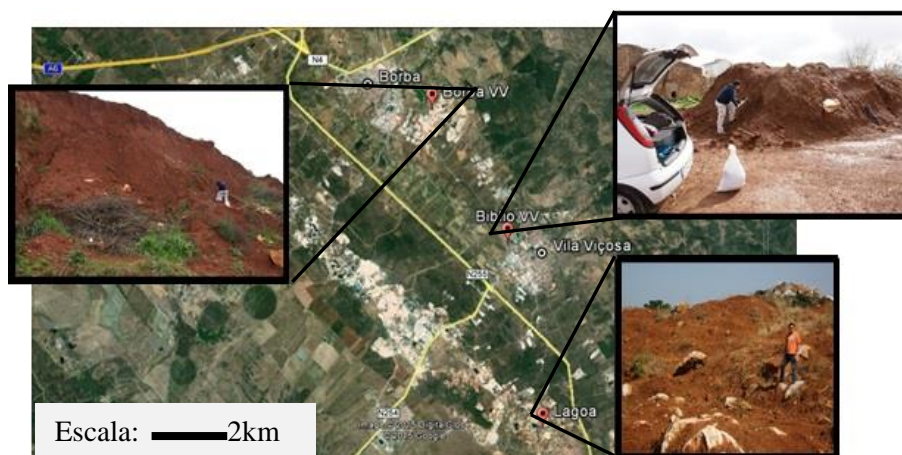


Fig. 2 – Localização dos três locais de amostragem sobre imagem do Google Earth obtida em 10 de dezembro de 2015.



Fig. 3 – (A) Secagem em placa de gesso; (B) Conformação de provetes através de extrusão.

3. Resultados dos Ensaio de Caracterização Tecnológica das Matérias-primas

Em relação à extrudibilidade e trabalhabilidade, as amostras Biblio VV e Lagoa são as que apresentaram maior índice de plasticidade e foram as que melhor se extrudiram, com pressões que variaram entre 1,5 Bar e 2 Bar, revelando boa conformação dos provetes. A amostra Borba VV foi a que apresentou piores resultados de trabalhabilidade, extrudibilidade (com pressões próximas de 3,5 Bar e 4 Bar) e conformação, tendo havido dificuldade na obtenção de corpos de prova perfeitos, uma vez que a maioria apresentava superfícies porosas e gretadas. Este resultado já era esperado devido aos baixos valores de plasticidade e composição mineralógica, mais rica em quartzo (tendo esta pasta uma composição mais siltosa).

A secagem é uma das fases mais importantes de todo o processo cerâmico, devido aos reajustes naturais e às variações de volume verificadas nos corpos cerâmicos até atingirem uma humidade de equilíbrio. No Quadro n.º 1, são apresentados os valores referentes ao ensaio de contração ou retração húmido/seco (% Ret. H/S) e os valores de resistência mecânica à flexão (RMF) obtidos a partir dos provetes conformados depois de secos, em estufa ventilada, a uma temperatura máxima de 110 °C.

Quadro n.º 1 Propriedades cerâmicas após secagem.

Amostra	Secagem em estufa a 110 °C	
	RMF (Kgf/cm ²)	% Ret. H/S
Biblio VV	23,06	5,94
Borba VV	21,45	5,55
Lagoa	33,25	5,58

Após a análise dos valores, verifica-se que a amostra Lagoa é a que apresenta maior valor de resistência mecânica à flexão. De acordo com estes dados e, tendo em conta os baixos valores de resistência mecânica à flexão (23,06 Kgf/cm² e 21,45 Kgf/cm²) verifica-se que as amostras Biblio VV e Borba VV se comportaram como matérias-primas argilosas mais magras, nas quais a composição mineralógica se revela fundamental para explicar esta propriedade, bem como a distribuição dimensional das suas partículas. Em relação às retrações é possível afirmar que elas se situam dentro dos valores normais (inferiores a 10 %) e que todas as amostras apresentam percentagens semelhantes de retração húmido seco, sendo que o maior valor pertence à amostra Biblio VV.

Após a secagem na estufa ventilada a 110 °C, os provetes foram introduzidos em dois fornos elétricos, programados com diferentes gradientes térmicos, conforme a temperatura final de cozedura previamente estabelecida (900 °C, 1000 °C e 1100 °C) de forma a avaliar os parâmetros de retração seco/cozido (% Ret. S/C), retração total (% Ret. Total), resistência mecânica à flexão (RMF (Kg/cm²)) e por último a absorção (% Absorção de Água) (Quadro n.º 2). As temperaturas máximas a que os provetes estiveram sujeitos foram medidas através de anéis de Buller, registando-se assim no primeiro patamar temperaturas que se situaram entre 851 °C e 900 °C, no segundo patamar as temperaturas rondaram 1028 °C e 1048 °C e por último, no terceiro patamar obtiveram-se temperaturas entre 1051 °C e 1060 °C.

Quadro n.º 2 Propriedades cerâmicas das matérias-primas cozidas a 900 °C, a 1000 °C e 1100 °C.

Patamar de Cozedura	% Ret. S/C	%Ret.Total	RMF (kgf/cm ²)	% Abs
900 °C	Biblio VV – 1,86 Borba VV – 1,08 Lagoa – 0,97	Biblio VV – 7,46 Borba VV – 6,24 Lagoa – 7,03	Biblio VV – 136,92 Borba VV – 78,60 Lagoa – 116,00	Biblio VV – 25,1 Borba VV – 20 Lagoa – 22
1000 °C	Biblio VV – 8,88 Borba VV – 4,54 Lagoa – 6,92	Biblio VV – 14,68 Borba VV – 9,70 Lagoa – 11,88	Biblio VV – 319,58 Borba VV – 161,08 Lagoa – 291,93	Biblio VV – 9,3 Borba VV – 12,3 Lagoa – 9,6
1100 °C	Biblio VV – 11,19 Borba VV – 5,12 Lagoa – 9,46	Biblio VV – 16,31 Borba VV – 10,88 Lagoa – 14,17	Biblio VV – 409,78 Borba VV – 184,84 Lagoa – 374,34	Biblio VV – 4,3 Borba VV – 8,5 Lagoa – 4,9

A 900 °C, relativamente à retração seco/cozido, foi a amostra da matéria-prima Biblio VV a que apresentou o maior valor de retração verificando-se também a mesma tendência para o valor de retração total, possivelmente devido à sua composição mineralógica. Relativamente a estas duas características, as três amostras apresentam valores muito semelhantes.

Quanto à resistência mecânica à flexão são as amostras com maior componente argilosa que apresentam valores mais elevados, com destaque para a

amostra Biblio VV. Comparativamente com a resistência mecânica dos provetes secos, constata-se um aumento substancial da resistência, nos provetes cozidos a 900 °C, particularmente na amostra Biblio VV que revelou um aumento exponencial (de 23,06 Kgf/cm² para 136,92 Kgf/cm²) passando a ser o valor mais elevado. Em relação à absorção de água todas as amostras apresentaram valores elevados para esta propriedade, onde, a capacidade absorvente de alguns minerais argilosos e a distribuição granulométrica das amostras, são os fatores que mais contribuem para tal facto.

Em relação ao segundo patamar de cozedura, os valores de temperatura máxima que se obtiveram com os anéis de Buller foram: 1042 °C para a amostra Lagoa, 1028 °C para a amostra Borba VV e, por último, 1038 °C para a amostra Biblio VV. Tal como na cozedura anterior também aqui, a discrepância de valores é causada pela diferença de temperatura emitida pelas resistências no interior do forno elétrico. Foi neste forno, que se colocaram duas prateleiras de forma a ser possível atingir dois patamares de temperatura diferentes.

Relativamente à retração seco/cozido todas as amostras continuam a evidenciar retrações, sendo a amostra Biblio VV a que apresentou o maior valor verificando-se o mesmo para o valor de retração total, quase 15 %. Por outro lado, a amostra Borba VV apresenta os valores mais baixos de retração seco/cozido e de retração total. Na resistência mecânica à flexão nota-se novamente um aumento considerável dos valores em relação àqueles obtidos no primeiro patamar de cozedura.

Quanto à absorção de água todas as amostras apresentaram valores mais baixos em relação ao primeiro patamar de cozedura. No entanto, pela análise do Quadro n.º 3, verifica-se que quanto maior é o valor de retração total, menor é o valor da absorção, facto justificado pela densificação e fecho da porosidade do corpo cerâmico. Tal como nas cozeduras anteriores, também no patamar de 1000 °C foram utilizados os anéis de Buller de forma a medir os valores máximos de temperatura. Assim foram registados os valores de temperatura máxima 1060 °C para a amostra Lagoa, 1051 °C para a amostra Borba VV e por último, 1057 °C para a amostra Biblio VV.

Relativamente à retração seco/cozido e retração total, todas as amostras continuam a evidenciar retrações, sendo a amostra Biblio VV a que continuou a apresentar o maior valor. Por outro lado, a amostra Borba VV apresenta sistematicamente os valores mais baixos de retração seco/cozido e retração total. Tal como anteriormente, também aqui foram as duas matérias-primas com maior componente argilosa (Biblio VV e Lagoa) que revelaram valores mais elevados de retração total.

Na resistência mecânica à flexão (Fig. 4) é novamente notório um aumento considerável dos valores obtidos, relativamente aos determinados no segundo patamar de cozedura. Tal como foi constatado anteriormente é a amostra Borba VV que continua a revelar os piores resultados de resistência mecânica à flexão (184,84 Kgf/cm²).



Fig. 4 – Ensaio de resistência mecânica à flexão com recurso a uma prensa (Cencal).

Em relação à absorção de água, todas as amostras estudadas apresentaram valores mais baixos em comparação com os valores obtidos no segundo patamar de cozedura. Tal como foi anteriormente constatado, verifica-se pela análise do Quadro n.º 3, que ocorre uma ligeira tendência para um comportamento oposto entre a resistência mecânica à flexão e a absorção de água. Ou seja, quanto maior é o valor da resistência mecânica à flexão, menor será o valor da absorção de água, relação justificada pela densificação e fecho da porosidade do corpo cerâmico.

Por último, é possível concluir que os parâmetros analisados nos três patamares de cozedura (resistência mecânica à flexão, absorção de água, retração seco/cozido e retração total) apresentam resultados proporcionais. Assim, quando se obtêm maiores valores de retração total, também se verificam maiores valores de resistências mecânicas e, por conseguinte, menores absorções, refletindo assim estruturas mais fechadas e com menores porosidades à medida que se aumenta a temperatura de cozedura.

4. Resultados do Ensaio Industrial

O ensaio industrial teve lugar na Olaria XT do Mestre Xico Tarefa, na Vila de Redondo. O material utilizado foi obtido através da peneiração por via seca (corte granulométrico a 250 μm), homogeneizado de forma manual, para aumentar a sua consistência. Este processo foi repetido até que a matéria-prima apresentasse uma boa plasticidade de forma a ser trabalhada e moldada na roda de oleiro. As amostras entregues ao Mestre Xico Tarefa foram espalhadas no chão da olaria para perderem alguma da humidade que ainda conservavam (Fig. 5). Apesar dos valores encorajadores da análise granulométrica, dos índices de plasticidade e do corte granulométrico realizado a 250 μm , os resultados das

resistências mecânicas a cru, revelaram baixos valores, suscitando dúvidas, em relação ao seu comportamento após conformação. No entanto, depois de conformadas as peças e de acordo com a opinião do Mestre Xico Tarefa, todas as matérias-primas ensaiadas possuem trabalhabilidade e qualidade para serem utilizadas em olaria, de forma individual ou através da mistura entre elas.



Fig. 5 – Conformação de uma peça na roda do oleiro.

A amostra Biblio VV oferece uma excelente resposta às diferentes solicitações, comportando-se como “mais que uma pasta”, prevendo-se ainda que eventualmente deverá ser a mais resistente ao choque durante o processo da cozedura. Segundo o mestre Xico Tarefa, devido à excelente trabalhabilidade e plasticidade, existe a possibilidade da mesma se poder misturar com outros barros mais fracos nas proporções 4:1, 3:1 ou 2:1.

A amostra Borba VV foi a que revelou um pior comportamento. Apesar de ser trabalhável, é necessário um pouco mais de astúcia para o fazer. Tal facto explica-se por ser a pasta com maior percentagem de quartzo, classificando-se por isso como a matéria-prima mais magra de todas. Também é a mais refratária, podendo ser utilizada como barro de chama ou louça de chama.

A amostra Lagoa, tal como a amostra Biblio VV, comporta-se como “mais que uma pasta” tendo o Mestre Xico Tarefa referido que até com a adição de “terra da rua”, se conseguiria formular uma boa pasta para aproveitamento cerâmico, no entanto, alerta para o facto de que pela alta plasticidade não será recomendável para a conformação de peças muito abertas. Referiu ainda que a amostra Lagoa é mais plástica e trabalhável que as outras e mesmo que a pasta tradicionalmente usada por si (“isto é mel”).

De forma a evitar contrações bruscas dos corpos cerâmicos já conformados, a secagem das peças ocorreu numa zona da olaria, onde existe alguma corrente de ar e prateleiras suficientemente espaçadas (Fig. 6), para que se verifique a secagem homogênea de todas as peças. Apesar da secagem ter ocorrido no

mês de julho, quando se registam temperaturas elevadas e consequentemente uma secagem heterogénea e demasiado rápida, não se registaram defeitos relevantes nos corpos conformados.



Fig. 6 – Secagem das peças conformadas.

As peças foram cozidas em forno elétrico durante quase sete horas. O forno à temperatura inicial de 15 °C foi aquecendo lentamente à velocidade de 180 °C/h até atingir a temperatura de 900 °C (cerca de 5h:30m). Seguiu-se uma hora de cozimento até aos 930 °C, a que se seguiu um patamar de 10 min nesta temperatura. Após a cozedura, não se verificaram defeitos nas peças cerâmicas, que evidenciaram ainda as tonalidades características de cada uma, tais como castanho-escuro (Biblio VV), cor-de-laranja (Lagoa) e cor-de-laranja avermelhado (Borba VV) (Fig. 7).



Fig. 7 – Aspectos cromáticos das matérias-primas após cozedura:
A – Biblio VV; B – Borba VV; C – Lagoa.

5. Formulação e caracterização tecnológica das pastas cerâmicas

Uma pasta cerâmica é uma mistura de matérias-primas e componentes que lhe confere propriedades de forma a melhorar o desempenho aquando da sua aplicação industrial. A formulação deve permitir que as mesmas possam ser trabalhadas por diferentes métodos, permitindo a manipulação das peças em cru, proporcionando ainda que os materiais cozidos apresentem as características ideais para as tarefas que foram concebidos. Nesta perspetiva, a partir dos resultados obtidos nos ensaios de caracterização física, tecnológica e industrial atrás referidos e com base nas potencialidades das suas reservas aparentes no terreno, formularam-se cinco pastas cerâmicas diferentes (Quadro n.º 4) com o objetivo de gerar pastas com trabalhabilidades diferentes, adicionando ainda areia como desengordurante (de forma a reduzir os altos valores de retração durante a secagem e cozedura, contrariando a plasticidade excessiva, de forma a possibilitar a abertura do corpo cerâmico) e lamas carbonatadas (“nata”), também como desengordurante.

Quadro n.º 4 – Pastas cerâmicas formuladas.

Referência da	Composição
Pasta n.º 1	50 % Borba VV + 50 % Biblio VV
Pasta n.º 2	80 % Biblio VV + 20 % Areia siliciosa
Pasta n.º 3	65 % Lagoa + 35 % Borba VV
Pasta n.º 4	88 % Lagoa + 12 % Nata de mármore
Pasta n.º 5	65 % Lagoa + 23 % Borba VV + 12 % Nata de mármore

Para efeitos de comparação e por forma a evidenciar o real potencial para aproveitamento cerâmico das pastas formuladas, foram utilizados alguns valores de referência de duas pastas cerâmicas comerciais denominadas Pasta Nacional (Interpastas) e Pasta Estrangeira (Collet) que são tradicionalmente utilizadas pelos oleiros de Redondo e São Pedro do Corval na conformação das peças que produzem.

A Pasta Collet é mineralogicamente constituída por: Quartzo (45 %), Feldspato Potássico (5 %), Feldspato Sódico (5 %), Calcite (10 %), Ilite (15%), Hematite (Óxido de Ferro, 5%) e por Goethite (Hidróxido de Ferro, 5%). Por sua vez, a composição mineralógica da Interpastas apresenta: Quartzo (40 %), Feldspato Potássico (10 %), Feldspato Sódico (10 %), Calcite (15 %), Hematite (5 %), 25 % de minerais argilosos como a Caulinite (15 %) e Ilite (10 %). A caracterização tecnológica foi feita nas instalações do CENCAL, e a metodologia dos ensaios foi executada seguindo os seus procedimentos de controlo.

No Quadro n.º 5 são apresentados os valores de retração húmido/seco (% Ret. H/S) e resistência mecânica à flexão (RMF), dos provetes conformados com as pastas cerâmicas e após secos na estufa à temperatura máxima de 110 °C nos dois estudos.

Quadro n.º 5 – Propriedades cerâmicas dos provetes secos à temperatura de 110 °C.

Amostras Secagem a 110 °C	Pasta Collet	Interpastas	Pasta n.º 1	Pasta n.º 2	Pasta n.º 3	Pasta n.º 4	Pasta n.º 5
RMF (Kgf/cm ²)	96,88	69,27	16,40	17,75	22,35	24,67	23,28
% Ret H/S	5,50	5,74	6,2	7,3	5,81	5,55	5,60

Em relação à resistência mecânica à flexão, verifica-se que as pastas cerâmicas formuladas apresentam valores bastante inferiores em relação às pastas cerâmicas comerciais.

A retração húmido ou verde/seco também revela valores muito semelhantes entre todas as pastas, com o pormenor das pastas n.º 1 e n.º 2 se destacarem com percentagens superiores às das pastas industriais, podendo estes valores serem explicados pela elevada plasticidade da matéria-prima argilosa Biblio VV (constituente de ambas as pastas). Este parâmetro, retração verde/seco, indica também o grau de compacidade das pastas por redução dos poros que inicialmente estavam preenchidos com água. Tal facto deveria favorecer maiores resistências mecânicas, o que não se observa. Estes resultados, algo intrigantes felizmente não tiveram comprovação aquando do ensaio industrial, visto as peças, depois de conformadas, terem sido manuseadas com facilidade e sem deformações.

A cozedura dos provetes foi feita com recurso a determinados gradientes térmicos e respeitando diferentes patamares de temperatura. Enquanto nas pastas formuladas se adotaram três patamares de temperatura (850 °C, 950 °C e 1050 °C), as pastas comerciais foram sujeitas a patamares de temperatura diferentes (870 °C e 970 °C). Assim sendo, nesta comparação de resultados, apenas serão tidos em conta os valores correspondentes aos dois primeiros patamares de cozedura.

No Quadro n.º 6 apresentam-se os valores de retração seco/cozido (% Ret. S/C), de retração total (% Ret. total), de resistência mecânica à flexão (RMF) e de absorção de água (% Abs) dos provetes em dois patamares de cozedura.

Em relação à resistência mecânica à flexão, verifica-se que as pastas cerâmicas formuladas continuam a apresentar valores bastante inferiores em relação às pastas cerâmicas comerciais, sendo contudo bastante similares entre si.

Quanto aos valores de retração seco/cozido verifica-se que as pastas cerâmicas comerciais apresentaram dilatações, devidas eventualmente à composição carbonatada (Cunha, 2010). Relativamente à retração total, são as pastas cerâ-

micas formuladas que apresentam maiores valores, com destaque para a pasta cerâmica n.º 3.

Amostra	Cozedura – 850 °C				Cozedura – 950 °C			
	RMF (kgf/cm ²)	% Ret Seco/Cozido	% Ret total	% Abs	RMF (kgf/cm ²)	% Ret Seco/Cozido	% Ret total	% Abs
Collet	251,02	- 0,38	5,20	18	390,11	0,32	5,75	16
Interpastas	181,94	- 0,34	5,35	15	259,03	0,47	6,06	14
Pasta n.º 1	83.50	0.36	6.18	24.2	256.34	7.56	12.46	12.6
Pasta n.º 2	70.45	0.15	6.94	26	256.28	5.3	11.49	15.7
Pasta n.º 3	69.97	1.23	7.12	24	208.06	6.53	12.73	14.9
Pasta n.º 4	67.97	0.87	6.08	25.2	269	3.5	8.7	11.9
Pasta n.º 5	73.38	0.85	6.1	26	274	4.6	9.3	10.7

Quadro n.º 6 – Propriedades cerâmicas dos provetes após cozedura.

Relativamente ao segundo patamar de cozedura, considerando a resistência mecânica à flexão, o maior valor pertence à pasta Collet e o menor à pasta n.º 3. Com a exceção desta, as restantes pastas formuladas apresentam valores similares e até superiores (pasta n.º 5), quando comparadas com a pasta Interpastas. Assim, conclui-se que em termos de resistência mecânica à flexão, as pastas elaboradas possuem um comportamento melhor que a pasta Interpastas.

No parâmetro da retração seco/cozido são as pastas Collet e Interpastas que apresentam menores valores. Em relação a esta propriedade, verifica-se ainda que as pastas n.º 4 e n.º 5 apresentam valores inferiores. Tal facto deve-se à utilização da “nata” de mármore, que contribuiu para a redução dos valores deste parâmetro.

Relativamente à retração total, todas as pastas cerâmicas formuladas apresentam um valor superior, quando comparadas com as pastas comerciais.

Por último, em relação à percentagem de absorção de água, os valores obtidos nas pastas formuladas, são inferiores aos das pastas comerciais. Relativamente a este parâmetro são as pastas cerâmicas com “nata” de mármore na sua constituição, aquelas que apresentam uma percentagem inferior de absorção, quando comparadas com todas as outras pastas cerâmicas. Tal facto deve-se novamente à utilização desta matéria-prima não argilosa, que contribuiu para a redução dos valores deste parâmetro, através do fecho da porosidade dos corpos cerâmicos.

As pastas n.º 4 e n.º 5 foram submetidas a um terceiro patamar de temperatura, de forma avaliar o comportamento da “nata” de mármore a altas temperaturas de cozeduras. Esta “nata” (Fig. 8) é essencialmente constituída por cal-

cite (> 98% de carbonato de cálcio, CaCO_3), resultante da separação gravítica, acelerada por efeito de tratamento químico com agentes floclulantes, das águas utilizadas durante o corte e polimento do mármore, representando uma prática comum pelas serrações existentes em todo o Anticlinal de Estremoz. Em relação a este terceiro e último patamar de cozedura, no Quadro n.º 7 constam os valores referentes às propriedades cerâmicas dos provetes cozidos até 1050 °C.

Quadro n.º 7 – Propriedades cerâmicas das pastas cerâmicas n.º 4 e n.º 5, cozidas a 1050 °C.

Amostra	% Ret.	% Ret.	RMF	% Absorção de	Cor
Pasta n.º	5,05	9,81	308,87	8,5	Vermelho
Pasta n.º	4,83	9,66	325,56	9	Vermelho

Tal como anteriormente, relativamente à retração seco/cozido e à retração total, ambas as amostras evidenciaram retrações similares que são em grande parte influenciadas pelas percentagens da matéria-prima argilosa Lagoa, presente em ambas as amostras. Tal como seria de esperar o aumento de retrações, com o incremento da temperatura e em particular quando se atingem valores elevados, tem a ver com a formação da fase Espinela a 980 °C, o surgimento de fases líquidas a partir da fusão do Feldspato a 1050 °C, com a vitrificação da Illite e o crescimento da Mulite, levando ao aumento da resistência mecânica e à diminuição da porosidade.

Na resistência mecânica à flexão verifica-se um pequeno aumento em relação aos valores obtidos no segundo patamar de cozedura, passando de 269 Kgf/cm² para 308,87 Kgf/cm² na pasta n.º 4 e de 274 Kgf/cm² para 325,56 Kgf/cm² na pasta n.º 5.

Em relação à absorção de água todas as amostras apresentaram valores mais baixos quando comparados ao segundo patamar de cozedura, o que é considerado normal, devido ao fecho dos poros do corpo cerâmico.

6. Ensaio industrial das pastas cerâmicas

Tal como sucedeu no ensaio das matérias-primas, também nas pastas cerâmicas formuladas, os resultados das resistências mecânicas em cru, revelaram baixos valores, inferiores aos das matérias-primas, suscitando algumas dúvidas, em relação ao seu comportamento durante a fase de conformação e manuseamento das peças.

Em relação à pasta n.º 1, o Mestre Xico Tarefa referiu que esta pasta cerâmica oferece uma excelente resposta às diferentes solicitações durante a conformação, ressaltando que é possível subir as peças em altura (Fig. 9) devido à sua elevada plasticidade. Segundo o Mestre Oleiro, considerando-a uma ótima pasta refere que à pasta n.º 1 também se pode aplicar o ditado popular “rir ao fazer, chorar ao cozer”. Ou seja, apesar de salientar a sua excelente trabalhabilidade.

dade, o Mestre Xico Tarefa alerta para a possibilidade de surgirem ruturas nas peças durante os processos de secagem e cozedura. Apesar dos baixos valores de resistência mecânica em cru ($16,40 \text{ Kg/cm}^2$), as peças conformadas com esta pasta cerâmica são facilmente manipuláveis sem se danificarem.



Fig. 8 – “Nata” de mármore.



Fig. 9 – Fase de conformação de peças cerâmicas

Relativamente à pasta cerâmica n.º 2, o Mestre Xico Tarefa referiu que, tal como a anterior, oferece uma boa resposta às diferentes solicitações durante a conformação, e que, apesar dos baixos valores de resistência mecânica à flexão em cru ($17,75 \text{ Kg/cm}^2$), também é possível manipular as peças sem contudo as danificar. Em relação à trabalhabilidade, o Mestre Xico Tarefa aconselha a que esta matéria-prima não seja utilizada em peças muito grandes, devido à sua alta plasticidade, considerando-a até mais plástica que a pasta anterior. Apesar desta pasta já possuir 20 % de areia siliciosa, o Mestre Oleiro aconselha a mistura com outros inertes (areias, “nata” de mármore, matérias-primas argilosas com menor plasticidade) em proporções até 20 %, tornando-a menos gorda (menos plástica) e igualmente apta para o processo cerâmico. Este comentário é importante, uma vez que a matéria-prima Biblio VV é a que apresenta menor volume de reserva aparente no terreno, possibilitando uma enorme margem de progressão em estudos futuros e novas formulações.

Na pasta cerâmica n.º 3, o Mestre Xico Tarefa referiu que de todas é a que revelou melhor comportamento, assemelhando-se inclusive às pastas que habitualmente utiliza, todavia revelando melhor trabalhabilidade. Refere ainda que é mais refratária que as anteriores, podendo inclusive aguentar melhor o choque térmico relacionado com os processos de secagem e cozedura. Devido à dificuldade que existe em encontrar depósitos de barro que suportem chama direta e que aguentem o choque térmico, esta pasta cerâmica pode ser utilizada de forma a suprimir essa deficiência.

Relativamente à pasta cerâmica n.º 4, o Mestre Xico Tarefa referiu que esta pasta cerâmica, tal como a anterior (semelhante às pastas industriais), oferece

uma boa resposta às diferentes solicitações durante a conformação, e que, apesar dos baixos valores de resistência mecânica à flexão em cru (24,67 Kgf/cm²), também é perfeitamente possível manipular as suas peças, sem lhes imprimir deformações. O Mestre Oleiro considera que esta pasta cerâmica é do melhor que há para trabalhar, considerando-a como a mais plástica de todas as pastas cerâmicas formuladas, alertando contudo, para o processo de secagem e de cozedura destas peças.

Por último, na pasta cerâmica n.º 5 foi referido que, tal como a pasta n.º 4, oferece uma boa resposta às diferentes solicitações durante a conformação, considerando-a contudo menos plástica que a anterior.

De uma forma geral, todas as pastas cerâmicas, apresentam excelente trabalhabilidade, chegando inclusive a igualar-se às pastas normalmente comercializadas e utilizadas pelo Mestre Oleiro. Segundo o Mestre Xico Tarefa, e estabelecendo um “ranking” das pastas cerâmicas formuladas no âmbito deste estudo, a pasta n.º 3 considera-se como a melhor de todas, seguindo-se as pastas n.º 4 e n.º 5 (havendo pouca diferença entre elas) e por último as pastas n.º 2 e n.º 1. Este “ranking” estabelecido pelo Mestre Xico Tarefa é muito importante, uma vez que as pastas que revelaram o melhor comportamento foram elaboradas com as matérias-primas argilosas mais abundantes e com maiores reservas na região (Lagoa e Borba VV).

Após a secagem foi ainda aplicado nas peças, um engobe feito à base de caulino. O engobe não é mais do que uma tinta aplicada na olaria tradicional após a fase inicial da secagem da peça, podendo ser de cor vermelha, almagre e branca, servindo para a tingir. É aplicado antes da primeira cozedura de forma a obter uma boa ligação à pasta. Geralmente esta aplicação evita problemas relacionados com a porosidade, tornando a peça impermeável com a aplicação de vidrado numa segunda cozedura.

Após a secagem à temperatura ambiente, as peças foram cozidas num forno elétrico durante um período aproximado de 6 h. O forno à temperatura inicial de 15 °C foi aquecendo lentamente à velocidade de 180 °C/h. Após quatro horas de cozedura que elevaram a temperatura do forno para 600 °C, a temperatura aumentou de novo (à velocidade de 180 °C/h) até se atingir a temperatura máxima entre 900 °C e 920 °C. De forma a estabilizar as tensões internas nas peças foi ainda adaptado um patamar de 10 a 15 min entre 900 °C e 920 °C, no final das seis horas de cozedura.

Depois de cozidas, as peças foram vidradas, por imersão numa tina contendo uma mistura de água com um vidrado transparente, referência V 202 da Vitrifer. O gradiente térmico durante a cozedura da vidragem foi idêntico ao da cozedura da peça, tendo-se atingido a temperatura máxima entre 940 °C e 950 °C, de forma a estabilizar as tensões internas nas peças, possibilitando uma aderência total do vidrado. Foi ainda adotado um patamar de vinte minutos à temperatura máxima, no final das seis horas de cozedura. De forma geral e após observação das peças, concluiu-se que houve muito boa adesão do vidrado, não se notando defeitos de enrolamento (Fig. 10).



Fig. 10 – Conjunto de peças vidradas realizadas com as pastas formuladas neste estudo.

Apesar dos resultados bastante satisfatórios, em algumas peças das pastas n.º 4 e n.º 5 foram detetados alguns defeitos como o fissuramento e a rotura por choque térmico. No entanto, e de acordo com o Mestre Oleiro, tais defeitos não surgem por características associadas às pastas cerâmicas formuladas, podendo os mesmos resultarem de variadíssimas causas entre elas o choque térmico, provocado pelas resistências do forno elétrico, a secagem irregular e muito rápida das peças, o “cansaço” da pasta n.º5 durante o processo de homogeneização, e alguns processos de aquecimento e arrefecimento demasiado rápidos à temperatura de 573 °C.

7. Conclusões

O presente estudo colocou em evidência a existência de matérias-primas argilosas e não argilosas que, apesar de necessitarem de alguma preparação e beneficiação, ficam à disposição dos oleiros, com depósitos existentes a cerca de 20 km de Redondo e 40 km de São Pedro do Corval. Dos resultados tecnológicos correspondentes às matérias-primas argilosas e pastas cerâmicas, concluiu-se que todas as amostras estudadas apresentaram uma excelente trabalhabilidade, tendo-se obtido ótimos resultados durante a extrusão e conformação dos respetivos provetes.

Apesar dos baixos valores de resistência mecânica à flexão em cru, é possível manipular as peças cerâmicas conformadas sem contudo as danificar ou provocar defeitos. É de realçar que, com o aumento das temperaturas de cozedura até 950 °C se verifica um aumento dos valores de resistência mecânica à flexão.

Já os valores mais baixos de retração seco/cozido e retração total, estão associados à utilização da “nata” de mármore, que funciona como desengordu-

rante, diminuindo a plasticidade das pastas. De acordo com a opinião do Mestre oleiro, todas mostraram excelente trabalhabilidade, referindo ainda a semelhança das amostras com as pastas industriais, tradicionalmente usadas por si.

Após a cozedura de “chacota”, verificou-se que quase todas as peças cerâmicas se apresentavam sem defeitos e com uma elevada tenacidade, com destaque para a matéria-prima Biblio VV. Apesar de, em algumas peças conformadas com as pastas formuladas ter ocorrido o aparecimento de fissuras e fendilhamento, estes não foram causados pelas matérias-primas utilizadas. Ou seja, de acordo com o Mestre Xico Tarefa, estes defeitos poderão ter origem num choque térmico muito forte, uma vez que as pastas se apresentavam com um teor de humidade elevado e foram colocadas muito próximas às resistências do forno.

Após os trabalhos desenvolvidos foi possível provar que tecnicamente é viável a aplicação da “terra-rossa” em olaria tradicional, porque as matérias-primas argilosas Biblio VV, Borba VV e Lagoa, possuem características que as tornam matérias-primas cerâmicas de qualidade, quando utilizadas por si só ou misturadas entre si, com adição de matérias-primas não argilosas. De uma forma geral, os valores são de facto promissores, com alguns deles a rivalizarem com os resultados correspondentes a pastas comerciais.

Apesar da matéria-prima Biblio VV ter apresentado um valor de resistência mecânica em seco relativamente baixo, os valores obtidos após cozedura e a sua dureza, permitem classificar este material como de qualidade excecional. Nesta matéria-prima destaca-se ainda a sua coloração, onde a tonalidade castanha escura é muito rara nas cerâmicas produzidas no Alentejo, revelando um aspeto estético bastante apelativo.

Bibliografia

- Alves, T. F. L. P. (2015) – “*Formulação de Pastas Cerâmicas a partir de Matérias-Primas Argilosas dos Concelhos de Vila Viçosa e Redondo para a Produção de Olaria Tradicional*”. Tese de Mestrado em Engenharia Geológica, Universidade de Évora, 251p.
- Cunha, A. M. F. (2010) – “*Aplicação na Olaria de Terra Rossa de Ocorrências no Anticlinal de Estremoz*”. Tese de Mestrado em Engenharia Geológica, Universidade de Évora, 122p.
- Gomes, C. F. (1988) – “*Argilas, o que são e para que servem*”. Fundação Calouste Gulbenkian, 457p.
- Martins, R. S. V. (2007) – “*Investigação científica e tecnológica de matérias-primas minerais de Santiago do Cacém (Alentejo) e das suas potencialidades para a indústria cerâmica*”. Universidade de Évora, Departamento de Geociências, Tese de Doutoramento, 457p.

Museus, território e interacção com a comunidade

MUSEU DO MÁRMORE

– O FUTURO, PRESENTE!

**Martins, R.^{1,a}, Lopes, L.^{1,2,b}, Brito da Luz, L.^{3,c},
Germano, D.^{4,d}, Melo, N.^{4,e}**

Resumo

O Museu do Mármore Raquel de Castro, localizado numa antiga pedreira às portas de Vila Viçosa é uma referência para todos os que visitam a Região do Mármore. É neste espaço que se concentra todo o conhecimento adquirido ao longo de décadas de actividade da indústria extractiva e transformadora de mármore no Anticlinal de Estremoz. Os conteúdos dispostos, lógica e organizada-mente, são acompanhados por abordagens científicas e práticas, tornando o museu um espaço de conhecimento e cultura constituindo um retrato onde as populações e industriais da região se podem rever.

Abstract

The Raquel de Castro Marble Museum, located in an old quarry, nearby Vila Viçosa, is a reference for everyone who visits de Marble Region. This space is the center of all knowledge acquired during decades of marble dimension stone extractive and processing activities. The contents, logically organized, are supported with scientific and practical approaches, thus, the Marble Museum become a space of knowledge and culture, where the people of the region and particularly, the industrials can feel identified.

¹Departamento de Geociências da Universidade de Évora, Portugal; ²ICT – Instituto de Ciências da Terra, FCT, Portugal; ³MARBRITO – Indústrias Reunidas de Mármore S.A.; ⁴CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, Universidade de Évora.

^arubenvm@uevora.pt, ^blopes@uevora.pt, ^clmnbbl@marbrito.com, ^ddavid.lc.germano@gmail.com, ^enmelo@uevora.pt

1. Introdução

O Museu do Mármore Raquel de Castro localizado numa antiga unidade extractiva, a Pedreira da Gradinha, à entrada de Vila Viçosa, para quem chega vindo de Borba é um local excepcional para uma viagem pela indústria do mármore. Neste espaço, o visitante passará por uma sequência lógica de temas expostos de forma esclarecedora e didáctica. No final ficará com uma ideia completa da complexidade desta indústria e das diferentes vertentes, tais como a génese geológica do maciço marmóreo, do enquadramento histórico, da componente tecnológica, extractiva e transformadora, do ambiente e segurança industrial e ainda da arte representada pelos artistas do Anticlinal de Estremoz.

O Museu do Mármore possui um enorme e rico acervo com cerca de trezentas peças, número que vai aumentando graças às doações e generosidade de industriais e de particulares, bem como ao apoio de instituições, onde pontificam a Universidade de Évora e o CEVALOR – Centro Tecnológico de Pedra Natural de Portugal. O Museu do Mármore possui dois espaços distintos, com elevado potencial e versatilidade, para abarcar as diferentes temáticas envolvidas em todas as atividades relacionadas com o “ouro branco”: área coberta com sensivelmente 500 m² e espaço exterior que inclui cavidade, área periférica e escombreira, com mais de 15.000 m².

Espaços privilegiados de divulgação para públicos alargados, os Museus assumem um papel importante no fortalecimento da literacia científica da comunidade na qual estão inseridos. Desempenham um importante papel na construção da cidadania, funcionando como conectores de diversos sectores da sociedade e catalisadores de mudança (Salazar, 2011), tendo como principal programa narrativo “instruir” (Mourão, 2010). Enquanto não estiverem concluídos os trabalhos de reestruturação, o actual Museu do Mármore mais se pode considerar uma exposição. Esta, não sendo sinónimo de museu, pode ser reveladora da identidade e missão do espaço em que está inserida. As exposições são modos privilegiados de expressão das mensagens dos museus, já que chegam “junto de públicos alargados de forma imediata” (Lopes, 2010). No imediato e recorrendo a maquetas, painéis ilustrados e elementos audiovisuais é possível criar uma exposição simultaneamente didáctica e divertida. Pensar em cada elemento desta exposição requer conhecer não só a ciência do tema, mas também as expectativas de todos os actores envolvidos no processo de criação e do público que se espera dela venha a fruir.

O projeto que agora está em curso representa uma nova corrente museológica, visando a melhoria da qualidade de exposição, com uma redistribuição e etiquetagem das peças de forma lógica e o melhoramento da informação científica e tecnológica relacionada com todo o património geológico, industrial, antropológico e ambiental.

2. Uma Viagem pelo Museu

2.1 Área Coberta

O pavilhão coberto, dividido em áreas temáticas dispostas de forma coerente, conduzirá o visitante pelos diferentes campos do saber, relacionados com o mármore (Fig. 1).

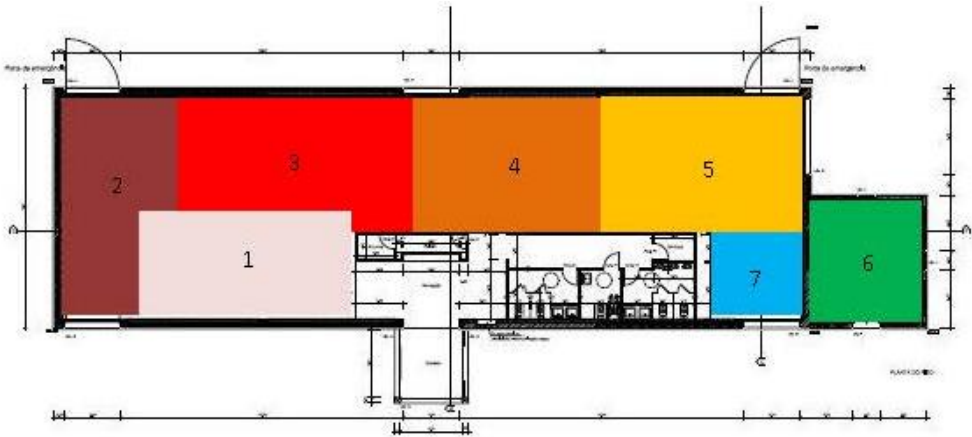


Fig. 1 – Planta da área coberta do Museu do Mármore e sectores temáticos.

Legenda: 1 – Sector da Geologia; 2 – Sector do Histórico e Etnografia; 3 – Sector da Extracção; 4 – Sector da Transformação; 5 – Sector dos Artistas da Região; 6 – Sector do Ambiente; 7 – Auditório.

2.1.1 Sector da Geologia

A Geologia está na base de toda e qualquer actividade que se desenvolva em torno do mármore. Assim, uma área de 42 m² será a porta de entrada para uma longa viagem pela indústria do mármore como rocha ornamental. Aqui se revela ao visitante o que é o mármore, como é constituído, como se formou e como chega aos nossos dias. É feito o enquadramento geológico do Anticlinal de Estremoz, estrutura regional cuja composição permite “visitar mundos improváveis” que nesta região tiveram lugar, num percurso de milhões de anos justificados pela amplitude de espaço e tempo necessários para que os fenómenos identificados e que levaram à formação do mármore, possam ter ocorrido.

O mote é dado à entrada com duas chapas polidas em livro aberto (Fig. 2). Nestas chapas, através de informação em painel os visitantes poderão perceber que, o que é observável nas típicas vergadas de diferentes cores, representa fielmente os fenómenos geológicos ocorridos regionalmente. A informação será completada com a observação ao microscópio petrográfico de lâminas delgadas executadas a partir de amostras retiradas de uma das chapas. Esta observação é

algo tão diferente do que estamos habituados a ver no dia-a-dia. É motivo de espanto para cada um, quando se perceber que também à escala microscópica, os fenómenos geológicos são idênticos aos observados à escala regional.



Fig. 2 – Chapas polidas em livro aberto. Trabalho executado na empresa Granisul, Construção Mármore e Granitos Lda.

O microscópio petrográfico faz a ponte para um fantástico bloco de “olho-de-mocho” com inúmeros cristais centimétricos de calcite, gentilmente cedido pelas empresas Bentel, Sociedade Extractiva de Mármore Lda e Margaça, Transformação de Mármore, Lda. A informação científica será assegurada com um painel explicativo da génese destes cristais, bem como da carsificação inerente às rochas carbonatadas.

A “descoberta” prossegue com uma análise mais detalhada sobre o mineral predominante, no mármore – a calcite. Este mineral tem duas particularidades que o tornam único. Por um lado, apresenta três planos de clivagem (planos de fratura) proeminentes, fazendo com que, quando se parte um cristal de calcite, este se divida em pequenos fragmentos (romboedros) geometricamente idênticos. Por outro, quando sujeito ao ataque químico com uma solução fraca de ácido clorídrico, faz efervescência franca tornando fácil a sua distinção dos mármore dolomíticos (regionalmente conhecidos por “bravo”) e que, no caso do Anticlinal de Estremoz, são desprovidos de interesse ornamental. Para o efeito é necessária uma bancada devidamente equipada com campânula de segurança, para reter estilhaços e evitar o contacto directo com o ácido, onde o visitante poderá certificar-se deste fenómeno.

A informação geológica prossegue com outros elementos:

1. Conjunto de modelos 3D destinados a ilustrar a “História Geológica” da região:
 - a. Fase sedimentar – Pré-câmbrico – Ordovícico superior – Formação da Pangeia;
 - b. Fase tectónica – Carbónico – Formação da Cordilheira Hercínica;
 - c. Fase distensiva – Mesozoico – Segmentação da Pangeia;
 - d. Fase erosiva – Actualidade – Tectónica actual.
2. Mapa Geológico do Anticlinal de Estremoz em “rocha” na escala 1:12.500;
3. Mapa Geológico detalhado do Concelho de Vila Viçosa na escala 1:5.000;
4. Coluna Litoestratigráfica do Complexo Vulcano-Sedimentar Carbonatado de Estremoz;
5. Testemunhos de sondagem devidamente caracterizados;
6. Expositor com “reliquias” geológicas consideradas *ex libris* naturais do Concelho; i.e. conglomerado de base do Câmbrio; vários tipos de mármore; ocorrências minerais do Concelho (pseudomorfoses de pirite, malaquite, azurite, libethenite, calcopirite, óxidos e hidróxidos de ferro, hematite, dolomite, siderite, etc.); fósseis (graptólitos, crinoides); etc.;
7. Expositor da “calcite” destinado a ilustrar várias formas cristalográficas, deste mineral, reconhecidas no anticlinal, algumas extremamente belas e/ou raras.

Os modelos 3D explicam visual e interactivamente os diferentes passos da evolução geodinâmica da região, desde a formação (há mais de 500 milhões de anos) das séries sedimentares carbonatadas ao estado actual, passando pelos processos de metamorfismo, tectogénese e erosão. No mínimo serão representadas quatro fases embora no texto explicativo se faça uma exposição mais detalhada destas assim como das fases intermédias (Lopes & Martins, 2014, 2015).

A coluna estratigráfica é fundamental no enquadramento geológico e serve para ilustrar a posição que, preferencialmente, os diferentes tipos de mármore ocupam em profundidade e espacialmente.

Os mapas serão executados a partir de rochas recolhidas para representar os tipos litológicos mais comuns, devendo o seu corte ser efetuado com recurso a jacto de água.

Complementando os mapas geológicos propomos um módulo audiovisual interativo constituído por um ecrã táctil que permitiria a deslocação virtual do visitante para os espaços físicos. Num segundo nível de informação haverá um pequeno texto explicativo de cada local. Estes locais farão parte da nova “Rota do Mármore”, tentando-se assim aliciar o visitante a deslocar-se do edifício do Museu para o Museu Natural vivo.

Os expositores para relíquias geológicas e pequenas peças deverão ser preferencialmente numa base em madeira ou em metal com uma campânula em acrílico e ter um projector de luz adequado, permitindo ao visitante a observação completa dos objectos.

2.1.2 Sector do Histórico e Etnografia

A indústria de mármore na região remonta pelo menos ao Período Romano, tendo-se descoberto vestígios dessa época. Seguiram-se séculos de exploração intermitente, até que no início do século XX arrancou a fase moderna com uma evolução ao sabor dos desenvolvimentos tecnológicos e dos mercados nacionais e internacionais. Em baixo são elencadas as peças que deverão ocupar uma área sensivelmente de 40 m² e que gradualmente levam o visitante dos tempos mais remotos até às primeiras décadas do século XX. Pretende-se que esta secção dê algum relevo a riquíssimos depoimentos de antigos cabouqueiros, muitos deles perpetuados em verso. Esta secção constituirá também uma “ponte” imperceptível para a secção seguinte, mais tecnológica.

Das peças a ter em conta constam as seguintes:

- a) Vestígios de exploração romana e referências à aplicação do mármore alentejano em monumentos daquela época;
- b) Levantamento fotográfico dos vestígios *in situ* e referência à sua localização;
- c) Documentos diversos, curiosidades, vocabulário específico, fotos;
- d) Quadro com versos de poetas populares sobre a vida nas pedreiras e registo sonoro dos mesmos;
- e) Objectos antigos, de pequeno porte (marretas, maços, escopros, palmetas, cunhas, etc.), devidamente recuperados e com referência à sua funcionalidade;
- f) Antiga coluna perfuradora com coroa usada para a abertura de poços mestres, com respetivos testemunhos (vulgarmente denominados “nabos”), acompanhada de foto com equipamento montado e descrição;
- g) Pannel descritivo sobre o corte com fio helicoidal, com peça constituída por manequim, caixa de areia, poste com poleia e simulação de entrada do fio no maciço;
- h) Alguns equipamentos antigos de remoção de massas, tais como “macacos” manuais, *crapaud* manual e algumas ferramentas acessórias.

2.1.3 Sector da Extração

Ao contrário do que se possa pensar, a tecnologia actualmente utilizada na indústria do mármore é tecnologicamente avançada e muito eficiente. Com base no ciclo de trabalhos de pedreira, apresenta-se uma descrição pormenorizada de todas as operações principais e trabalhos acessórios que se realizam numa unidade extractiva.

A peça central é uma maqueta, com 3,00 m de comprimento e 1,16 m de largura, à escala 1:50 constituída por um módulo a céu aberto e outro subterrâneo, desenhada em 2008, pelo Departamento de Geociências da Universidade de Évora que por se encontrar com imperfeições de monta, mereceu em 2016 consideráveis trabalhos de recuperação e melhoramento, sendo complementada com mais informação (Fig. 3). Os blocos foram cedidos pela empresa Plácido José Simões S.A. e cortados no CEVALOR – Centro Tecnológico de Pedra Natural de Portugal.

Respeitando o projecto original, os dois módulos encontram-se separados por um cabo real (rocha dolerítica). Deste expositor faz ainda parte um ecrã interactivo onde o visitante pode seleccionar uma operação, como por exemplo, corte com fio diamantado, desmonte, remoção, etc., possibilitando o visionamento de um filme e acendendo um led na maqueta assinalando a operação respectiva. Para o efeito, o programa informático foi desenvolvido pelos alunos do Mestrado em Mecatrónica da Universidade de Évora.



Fig. 3 – Trabalhos de remodelação da exploração a céu aberto e subterrânea de mármore com a inclusão de mural representativo da paisagem regional, diagramas de produção e módulos interactivos com filmes ilustrativos das diferentes fases do processo.

Na maqueta serão introduzidos ainda equipamentos envolvidos no ciclo de trabalhos de pedra à escala 1:50, criados pelo Eng. José Patrício. Na parte superior da maqueta encontra-se um mural de 3,00 m de comprimento e 0,40 m de altura, pintado pela artista Maria de Fátima Compõete. A peça completa-se com um painel de 3,00 m x 1,50 m, explicando as operações realizadas em unidades extractivas a céu aberto e subterrânea, efectuado por alunos do Mestrado em Eng. Geológica da Universidade de Évora (Fig. 3).

No Sector da Extracção, o visitante poderá ainda observar um conjunto de fotos das diferentes actividades que constituem todo o processo extractivo e alguns equipamentos usados na perfuração, corte e desmonte. Sendo o martelo pneumático ligeiro, uma das ferramentas mais utilizadas nas pedreiras, seria particularmente interessante um martelo parcialmente aberto, revelando a complexa engrenagem, no seu interior (Fig. 4). Sendo o oleador uma peça imprescindível para o manuseamento deste equipamento, sugere-se o mesmo procedimento.



Fig. 4 – Martelos parcialmente cortados revelando o seu interior. Museu Mineiro do Lousal.

O desmonte de grandes massas é efectuado com o recurso a vários equipamentos, com capacidades e operacionalidades diferenciadas. Assim, é fundamental a presença de três equipamentos: pistons hidráulicos e colchões pneumáticos, ambos caídos em desuso e colchões de água de utilização generalizada, actualmente nas pedreiras.

A remoção e transporte, apesar de fazerem parte do ciclo de trabalhos de pedreira, são efectuados por equipamentos de grande porte, pelo que poderão ser visualizados no exterior.

A fazer a transição para o sector seguinte, por ser comum em muitas operações à extração e à transformação, surgirá um painel explicativo sobre o fio diamantado, a sua constituição e operacionalidade. Este painel foi realizado pelos alunos da Licenciatura em Engenharia Geológica da Universidade de Évora com a colaboração da Diamond Service Portuguesa – Ferramentas Diamantadas Lda e do Eng. José Patrício.

2.1.4 Sector da Transformação

Seguindo o circuito lógico do museu, após a extracção dos blocos de mármore entra-se na transformação. Esta secção possui cerca de 70 m² de área e tal como na secção anterior, também aqui se pretende reproduzir todo o ciclo de trabalhos de beneficiamento do mármore através de uma maquete à escala 1:50.

Na maqueta estarão representados tanto o ciclo de trabalhos fabris de beneficiação do mármore, quer no aproveitamento para chapa (engenhos multilâminas, linha de polimento de chapa), quer no aproveitamento para ladrilho (talha blocos, linha de polimento de ladrilho, selecção e embalagem). A maqueta deverá incluir metade da estrutura de uma nave industrial, de forma a se poderem visualizar todos os equipamentos existentes no interior da fábrica de transformação. A maqueta contempla ainda todos os espaços exteriores existentes numa fábrica, tais como parque de blocos com pórtico, parque de chapas, monolâmina, monofio e sector de depuração e filtro – prensagem de lamias. A especificidade desta maqueta exigirá a adjudicação do trabalho a uma empresa ou pessoa especializada em maquetas.

À semelhança da maqueta da pedra, também nesta deverá figurar na parte superior um painel dedicado a um *flowsheet* de fábrica com os percursos, preferencialmente referenciados com leds, bem como um painel representativo do circuito de lamias. Também aqui seria muito interessante a inclusão de monitor táctil onde o visitante pudesse seleccionar cada uma das fases correspondentes ao ciclo fabril, visualizando de seguida um pequeno filme alusivo à mesma.

Entretanto, também nesta secção, já se procederam a trabalhos de melhoramento, nomeadamente no que diz respeito aos calços de polimento. Anteriormente existiam pequenos fragmentos soltos, de calços (Fig. 4A), sem qualquer explicação, tendo sido substituídos por um conjunto de ladrilhos de mármore ruivina, correspondentes aos diferentes estágios do processo de polimento e acabamento de superfícies, com os respectivos calços (Fig. 4B). Este melhoramento foi possível graças à contribuição das empresas Fresator – Indústria Metalomecânica, S.A, Piedras Arte Bella, Comércio, Transformação e Extração de Rochas Ornamentais e Curvomármore, Lda.

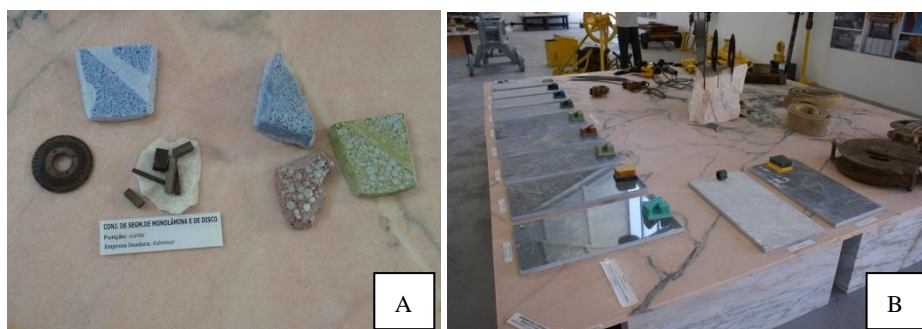


Fig. 4 – Módulo alusivo aos calços de polimento. Antes (A) e depois da intervenção (B).

A secção completar-se-á com outros expositores, tais como:

- a) Discos diamantados utilizados em talha-blocos inseridos num pequeno bloco (disco de 1000 mm de diâmetro na posição vertical e disco de 400 mm de diâmetro na posição horizontal), bem como fotos e descrição da operacionalidade do equipamento;

- b) Lâmina usada em monolâmina acompanhada de foto e descrição;
- c) Painel sobre a ferramenta diamantada e os problemas que vulgarmente surgem nessas ferramentas;
- d) Bancada com utensílios usados em trabalhos de cantaria;
- e) Cubos giratórios em bases metálicas, com as seis faces constituídas por diferentes tipos de acabamentos, dos vários tipos de mármore alentejano.

A Secção da Transformação passará gradualmente para a secção seguinte com a exposição de alguns trabalhos de cantaria.

2.1.5 Sector dos Artistas da Região

Esta secção, com aproximadamente 94 m², será especialmente dedicada aos artistas do Anticlinal de Estremoz que trabalham o mármore e possuem obra artística realizada com este tipo de pedra. Será um espaço de homenagem aos escultores dos Concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa que, não possuindo a projecção nacional e internacional de outros nomes das artes, realizam obras fantásticas de grande interesse cultural, revelando grande mestria e sensibilidade.

António Inácio Pereira Anselmo, filho de José Maria Anselmo e de Maria Joaquina Anselmo, (Fig. 5) nasceu em Borba a 12 de Novembro do ano de 1949. É casado e tem dois filhos maiores. Também é avô de três netos.



Fig. 5 – António Anselmo no seu *atelier* em Borba.

A sua estadia na escola foi breve, concluiu a quarta classe, e, logo se juntou ao pai e aos irmãos, na oficina, para aprender o ofício. Seu pai tinha uma oficina de canteiro, onde, em conjunto com os seus dois irmãos, trabalhava. Faziam,

sobretudo, imagens de mármore. Aos treze anos já dominava o ofício, fazendo imagens na perfeição, trabalho que continuou, ao longo da vida, a aperfeiçoar. Interrompeu a atividade para ingressar na tropa, onde concluiu o segundo ciclo, voltando novamente à oficina após a conclusão da vida militar, para aí trabalhar até 1980. Nessa altura, estabeleceu-se por conta própria iniciando uma atividade longa realizando vastíssimos trabalhos escultóricos, os quais estão espalhados por todo o país. Em Borba realizou vários trabalhos em mármore, destacando-se dos demais, o monumento ao bombeiro e o monumento ao trabalhador das pedreiras. Na Orada, uma freguesia de Borba, realizou o monumento das ceifeiras.

Na vila do Cano, deixou para as gerações futuras poderem apreciar, um busto de um poeta. Em Vendas Novas tem uma Nossa Senhora de Fátima, escultura de dimensões enormes, aproximadamente com dois metros de altura, em frente de uma igreja. Na Moita, está uma Senhora da Boa Viagem, também de grandes dimensões, junto à beira do rio Tejo.

Carlos Augusto Carvalho Pereira nasceu a 7 de Outubro de 1959 na vila do Cano, concelho de Sousel. Filho mais velho de Epifânio Frederico Luís e Antónia Maria Velez, com poucos meses de idade veio viver para a cidade de Estremoz. É casado com Helena Borbinha Clímaco e deste casamento nasceu o único filho do casal, José Carlos.

Frequentou a Escola Industrial Rainha Santa Isabel em Estremoz onde completou o antigo 5.º ano do liceu. Terminado o ensino escolar, teve como primeira experiência profissional, a profissão de pedreiro. Mais tarde foi trabalhar para o grupo de empresas de extracção e transformação de mármore Mar-moz/Marbrito. Corria o ano de 1983. Influenciado pelo meio em que laborava, aos 36 anos, começou a fazer artesanato em mármore. Nunca fez formação nesta área, nem teve um mestre que o ensinasse. Aprendeu muito com a sua experimentação, fruto do ramo onde trabalhava e também com as várias visitas efectuadas à oficina do escultor João Cutileiro, em Évora, as quais lhe permitiram um contacto diferente com este mundo.

As suas peças nascem de momentos de inspiração. Olhar para uma pedra é o início de um novo trabalho. Faz as peças no seu local de trabalho, durante a hora de almoço ou após o horário laboral (Fig. 6).

Carlos Pereira participou em dois concursos, um promovido pela Associação de Desenvolvimento Montes Claros, em conjunto com o CEVALOR, outro organizado, em 2001, pela Câmara Municipal de Estremoz, onde recebeu uma Menção Honrosa. Marca presença assídua na Feira Internacional Agro-Pecuária de Estremoz – FIAPE, e já expôs em vários locais, tais como: Sala de Exposições da Junta de Freguesia de Santa Maria, em Estremoz; Casa de Turismo do Alandroal; Regimento de Cavalaria n.º 3 de Estremoz, por ocasião do seu aniversário; Festas anuais da vila do Cano e a Festa da Juventude de Borba. Um presépio seu tem percorrido várias localidades, nomeadamente, Lisboa, Estremoz e Crato. Desde 2007 possui a Carta de Reconhecimento de Origem Geográfica de Artesanato do Concelho de Estremoz, atribuída pela Câmara Municipal de Estremoz.



Fig. 6 – Carlos Pereira a iniciar uma peça.

César Mário Carvalho Valério nasceu em Vila Viçosa em 19 de Maio de 1944, vindo a falecer a 12 de Julho de 2006. Tinha 4 anos quando o seu pai morreu, tendo necessidade de começar a trabalhar muito cedo, logo após ter terminado a instrução primária. Aos 13 anos iniciou a actividade como aprendiz de canteiro e logo revelou a sua habilidade para trabalhar a pedra, facto que lhe permitiu trabalhar para quase todos os artesãos da época e escolher os que melhor pagassem (Martins, R. *et al* 2012).

A sua obra mais emblemática é a escultura de Cabrilho, navegador português que descobriu a costa ocidental americana, em 1542, porém fê-lo ao serviço da Coroa Espanhola. Esta escultura é um monumento nacional americano estando erguido em Point Loma, San Diego, Califórnia. César Mário Valério elaborou a escultura a partir de um bloco de moca creme de 17 t, tendo ficado com as dimensões de 4,27 m x 0,92 m x 1,02 m. Para o efeito recebeu dos Estados Unidos, um molde em gesso em tamanho real (Fig. 7), a partir do qual, com recurso a um pantógrafo, foi esculpindo a pedra. Este molde encontra-se atualmente na oficina de cantaria no Alto da Portela e será doado ao Museu do Mármore pelos seus filhos, constituindo uma homenagem a este talentoso canteiro.

Durante a realização desta monumental escultura, César Mário Valério recebeu a visita de várias individualidades portuguesas e americanas (Fig. 7).



Fig. 7 – Visita de Miss Cabrillo e de Charters de Almeida, em 1987, à oficina no Alto da Portela. César mostra algumas ferramentas que utilizou. À direita molde em gesso da estátua de Juan Rodríguez Cabrillo.

César Roberto Jorge Valério (Fig. 8) nasceu a 1 de Maio de 1976 em Vila Viçosa, onde sempre residiu e trabalhou, no coração da indústria dos mármore. Filho do grande escultor com o mesmo nome e de Gracinda da Conceição Alegrias Jorge Valério. Muito cedo começou a frequentar a oficina de cantarias do pai, onde passava as férias escolares. Sob a sua alçada, cresceu e tomou contacto com as várias pedreiras, com as diversas oficinas de canteiro, com outras esculturas em pedra mármore e com outros artistas. Começou aos catorze anos, durante as férias da escola, a ajudar o seu pai para ganhar dinheiro para os seus *hobbies*.



Fig. 8 – César Valério terminando uma das suas mais emblemáticas esculturas – O Filho do Sol.

Aos dezassete anos desistiu da escola e começou a trabalhar para o pai, iniciando-se como aprendiz de canteiro. Em 2003, inicia a carreira de escultor e

cria a sua primeira obra. Tem como paixão a arte de trabalhar o mármore. A convivência com o seu pai e com outros escultores, assim como a experiência adquirida com as esculturas criadas, ensinou-lhe a compreender o essencial da vida, uma passagem por este maravilhoso planeta no qual estamos por cá um tempo indeterminado. A sua experiência como escultor leva-o a arriscar na criação de peças muito trabalhosas e difíceis de executar das quais se pode dizer que parecem estar vivas...

César Valério já criou mais de quarenta obras, algumas com mais de tonelada e meia. Tem várias peças emblemáticas destacando-se algumas, tais como o “*Samurai*” feito em 2005, o “*Homem do Leme*” de 2008, o “*Filho do Sol*” de 2013, em mármore rosa, o “*Beijo*” em mármore Ruivina e o “*Falcão*”, ambos de 2014.

Diogo José Manuelito Germano nasceu em Borba a 25 de Novembro de 1957. Filho de David Cordeiro Germano e Perpétua Maria Manuelito. É divorciado e tem dois filhos. Frequentou o liceu em Vila Viçosa onde completou o primeiro e o segundo ano complementar do curso geral dos liceus. Teve a primeira experiência profissional em 1980 na firma Plácido José Simões, S.A., onde se manteve até 1987. Mais tarde, estabeleceu uma parceria com a firma Poeiras, Lda. Após esta parceria fundou a empresa Sociedade Nova Mármore, Lda, em conjunto com Silvano Testi. Mais tarde estabeleceu-se por conta própria. Devido à crise que se instalou na indústria, cancelou a atividade profissional de importação e exportação de mármore e granito. Actualmente trabalha na empresa António Mocho, Lda., como encarregado.

Embora tenha sempre gostado de esculpir a pedra, só se iniciou verdadeiramente no mundo da escultura, em 2010. Trabalha algumas rochas ornamentais, tanto nacionais, como internacionais, com destaque para o mármore. Começou por esculpir peças menos elaboradas, procurando trabalhar a pedra da forma mais simples possível, no que respeita ao tipo de ferramentas. Algumas foram adaptadas pelo próprio para esse fim, como por exemplo grosas e limas para metal. Utiliza outro tipo de ferramentas mais vulgares tais como lixas de água, badames, máquinas de corte com discos de diâmetro 125 mm ou 180 mm e lixadeiras para afagar superfícies mais amplas. O restante trabalho é feito manualmente. Aliado a isto, junta três elementos essenciais como a inspiração, a criatividade e a originalidade. O resultado final só podia ser a criação de peças únicas e exclusivas, criadas manualmente com muito carinho.

Diogo Germano já participou em algumas exposições, destacando-se em Borba, o evento “um dia pela vida” da Liga Portuguesa contra o cancro e outra em Vila Viçosa no Hotel Marmóris (Fig. 9). Em 2014, participou na IX Bienal Salão de Artes, na Vidigueira e também na festa da vinha e do vinho, em Borba. Em 2015 participou, em Campo Maior, numa exposição no Salão do Centro Comunitário, e, pela segunda vez na festa da vinha e do vinho.



Fig. 9 – Diogo Germano com uma guitarra portuguesa feita em pedra, na exposição no Marmóris Hotel.

José Eduardo Bravo (Fig. 10) nasceu em Estremoz a 24 de Abril de 1958, cidade onde vive e trabalha. Filho de Eduardo Júlio Bravo e de Jerónima de Jesus Fonseca Guedas. Tem dois filhos homens, maiores de idade.



Fig. 10 – José Bravo a trabalhar uma figura religiosa

Iniciou-se na arte da cantaria aos 10 anos de idade, altura em que começou a trabalhar, enquanto aprendiz, com Diamantino João Fonseca Coias, seu primo direito, o qual tinha o antigo curso da Escola Industrial de Cantaria Artística. Com este Mestre ganhou prática de maço e cinzel e no ponteadado a cruzeta, técnica que domina na perfeição, a qual, aperfeiçoou e transmitiu aos seus dois descendentes.

Há mais de 30 anos que trabalha em estatuária, em peças de cantaria artística, dedicando-se também, com a paixão que o caracteriza, ao restauro. O seu trabalho reveste-se de grande imaginação. Os trabalhos realizados vão desde a representação figurativa, à abordagem religiosa, passando pela interpretação de

actividades ou posturas, as quais permitem evidenciar a utilização de diversas técnicas e materiais, onde se destaca a qualidade do seu reportório artístico. Como peças mais importantes do seu trabalho podemos elencar uma estátua da Rainha Santa Isabel, uma Pietá e uma bailarina. Já expôs colectivamente em diversas exposições e participa frequentemente em feiras nacionais, entre as quais a Feira de Artesanato de Estremoz. Ao longo da sua carreira já realizou uma série de obras para instituições nacionais e internacionais e também para várias individualidades tais como, José Miguel Júdice, Miguel Sousa Tavares e Carlos Fino, entre outras. Tem peças em coleções particulares espalhadas por todo o Mundo.

Luís Manuel Cotovio da Silva nasceu a 23/05/1961, no Forte de São Julião da Barra, Oeiras, onde morou durante 23 anos. Em Vila Viçosa constituiu família, tendo-se iniciado no sector da indústria transformadora do mármore. Multifacetado, desempenhou diversas funções nas firmas onde trabalhou. De espírito inquieto e autodidacta, começou manualmente a fazer pequenas esculturas em pedra utilizando apenas ferramentas rudimentares, elegendo esta actividade como o seu *hobby* do qual retira muita satisfação. Em pedra realizou o logotipo de várias Associações de Bombeiros, tanto nacionais como internacionais. Rapidamente percebeu que o mármore mais escuro (Ruivina) se adaptava na perfeição ao seu objectivo. Criou assim a gravura em Ruivina com uma técnica de picotado, trabalhando os diferentes tons de cinzento que esta pedra proporciona consoante o acabamento da sua superfície.

Os anos de experiência adquirida permitem-lhe escolher a pedra com precisão, evitando pedaços que possuam características que prejudiquem a homogeneidade da superfície. Utiliza diferentes tipos de punções a assim cria autênticos postais em pedra (Fig. 11), por vezes adornados com um rendilhado criado com auxílio de uma pequena fresa diamantada, que lhes confere o aspecto de um selo.



Fig. 11 – Luís Silva trabalhando no seu *atelier*.

Normalmente opta por fragmentos de pedra polida rejeitados pelas serrações. Com o riscador (punção de bico muito fino) faz o desenho na superfície polida do mármore. De seguida, com um punção de bico fino e de massa específica para lhe facilitar a incisão na pedra, com uma cadência adquirida ao longo dos anos, vai preenchendo os espaços desejados com um picotado. Um punção rombo é utilizado especialmente quando as superfícies são maiores, possibilitando-lhe alguma rapidez no trabalho

Manuel João Pereira Véstias (Fig. 11) nasceu a 6 de Fevereiro de 1950 em Estremoz. Filho de Emílio Joaquim Véstias e de Delfina Balbina Pereira. É casado com Estevainha Rosalina Caxias Matos Véstias. Tem um filho maior.



Fig. 11 – Manuel Véstias no seu atelier.

Em 1963 ingressou no Curso de Cantaria da Escola Industrial e Comercial de Estremoz e foi aí que aprendeu a trabalhar o mármore com o Mestre José Caramelo. Quando terminou o curso foi trabalhar para a empresa Pires Cacho e Viana a fim de ganhar experiência. Permaneceu na empresa até à sua incorporação no serviço militar.

Em junho de 1975, após a conclusão do serviço militar, abre a sua própria oficina no antigo coração dos mármore, junto às pedreiras e ao cemitério de Estremoz, onde ainda hoje trabalha. Já expôs os seus trabalhos por diversas vezes, nomeadamente na FIL e na Cruz Vermelha, em Lisboa, no Casino em Vilamoura, também no Estoril. Participa, desde o início, na FIAPE em Estremoz. Trabalha sobretudo mármore de Estremoz mas também utiliza outros mármore do anticlinal.

Como peças mais importantes do seu trabalho podemos destacar duas imagens religiosas, o Sagrado Coração de Jesus e a Imaculada Conceição, uma mitológica, o rapto das Sabinas e outra de cariz popular, a Maria da Fonte.

Desde 2007 possui a Carta de Reconhecimento de Origem Geográfica de Artesanato do Concelho de Estremoz, atribuída pela Câmara Municipal de Estremoz

Maria de Fátima Paulo Compõete, nasceu a 25 de Abril de 1961 em Borba. É filha de Luís Maria Compõete e de Antónia Augusta Paulo. Concluiu na Alemanha, na cidade de Quackembruck, na Alta Saxónia, onde residiu, a escolaridade obrigatória, tendo obtido em Portugal a equivalência ao 12.º ano. Autodidacta, desde muito cedo que revelou aptidão e interesse pelas artes. A sua versatilidade e talento permite-lhe realizar, com grande mestria obras tão variadas como a pintura, o restauro, a bijuteria e a escultura. Vivendo na Zona dos Mármore, naturalmente que a convivência com as pedreiras tornou natural a sua aproximação ao “mundo das pedras”.

Aproximadamente há 10 anos, a sua atenção recaiu sobre “estranhas” formas que por vezes apareciam nas pedreiras, juntamente com a rocha marmórea! Foi então que percebeu, que, além do mármore, surgiam cristais de calcite, por vezes de grandes dimensões e com formas diferentes, bem como drusas, as quais, conferem às superfícies um aspecto estético único (Fig. 12). Rapidamente se apaixonou por estas formas, que a natureza proporciona, que não sendo mármore, não atraem a atenção dos industriais.



Fig. 12 – Fátima Compõete retocando as “folhas de calcite” na sua árvore exposta no Hotel Marmóris.

Graças à invulgaridade dos cristais de Calcite provenientes de pedreiras localizadas nos Concelhos de Estremoz, Borba e Vila Viçosa, iniciou a sua aplicação em obras de arte onde se destacam “Árvores”, elaboradas com um tronco e hastes em diversos tipos de metais (em forma de arame). A estrutura metálica é fixa num fragmento de mármore e as folhas são formadas por cristais previamente tratados, segundo uma técnica por ela criada, no sentido de garantirem a continuidade do brilho. A peça mais emblemática da sua obra está presente no *hall* de entrada do Alentejo Marmóris Hotel & Spa, em Vila Viçosa. Para além das árvores, Fátima Compõete realiza peças de decoração, bijuteria e acessórios de moda empregando frequentemente os cristais de calcite.

Roberto Miguel Alexandre Ganito nasceu em 1978, na freguesia de São Bartolomeu em Vila Viçosa. Filho de Dinis Lúcio Ganito e Jacinta Vitória Barroso Alexandre Ganito, tem dois filhos, um rapaz e uma menina. Até 2007 viveu em Santiago de Rio de Moinhos, Borba. A partir desse ano, foi residir para a cidade de Borba onde vive actualmente.

Aos 11 anos ingressa no seminário de São José, em Vila Viçosa e aos 13 anos continua o ensino secundário, na Escola Secundária Pública Hortência de Castro. Só aos 15 anos se começou a interessar por arte e a incluí-la no seu estilo de vida, tendo escolhido o 2.º Agrupamento Geral de Artes que conclui com o 12.º ano. Então manifesta interesse pela pintura e escultura tendo concluído em 1998 um curso breve de história de arte e literatura portuguesa. Em 1999, foi convidado pelo seu professor de Teoria do Design e Oficina de Artes, Carlos Filipe, para ir trabalhar para o CEVALOR com a missão de fazer o acabamento das suas esculturas. Aqui ainda trabalhou com o escultor Agostinho Moreira. Em 2000 começou a esculpir as suas obras em mármore, tendo-se associado ao Centro de Artes e Ofícios da Associação de Desenvolvimento Montes Claros. A partir desta data começou a cooperar na organização de simpósios de esculturas em mármore, na participação em exposições e na troca de experiências com mais de uma dezena de artistas, de várias nacionalidades e alunos da Faculdade de Belas Artes de Lisboa que passaram pelos ateliês do CEVALOR. Em 2000 frequentou o curso de Formação Profissional de Conservação e Restauro do Mármore.

Em 2003, seguindo os passos de seu pai, ingressa na Guarda Nacional Republicana. Regressou ao Alentejo em 2005 e em 2014 renasce a vontade de esculpir a pedra, na sua vertente surreal e abstrata (Fig. 13). Após autorização dos seus serviços, volta a assumir o seu trabalho de escultor.



Fig. 13 – Roberto Ganito a trabalhar uma escultura no seu *atelier* localizado no CEVALOR.

Em 2015 regressa aos ateliês do CEVALOR, onde tem guardado as suas obras e memórias que agora se vão traduzir nos seus trabalhos.

2.1.6 Sector do Ambiente

Na Zona dos Mármore (ZM), é urgente dar a conhecer o importante papel que as pedreiras assumem na dinâmica da biodiversidade local, desmistificando ideias pré-concebidas de que o impacto destes espaços é negativo sob qualquer perspectiva. Para que isso seja possível, a comunicação do tema deve ter sólidas bases científicas e o principal objectivo deverá ser envolver os cidadãos, capacitando-os para que possam contribuir activamente na conservação da biodiversidade. O uso do conhecimento científico requer que este seja bem assimilado pelos agentes sociais e sociedade em geral. Mais do que “informar” é preciso “ensinar” e assim catalisar mudanças efectivas na Sociedade. O Museu do Mármore é um local ideal para cumprir este objectivo. De facto, um espaço expositivo dedicado à biodiversidade da região contribui para a disseminação do conhecimento sobre as espécies locais e a importância que as pedreiras assumem na sua conservação.

Pedreiras inactivas: *hotspots* de biodiversidade!

Não obstante os impactes causados pela atividade extractiva durante a vida activa de uma pedreira de mármore, sobretudo ao nível da paisagem, geomorfologia e ecossistemas (Moura *et al.*, 2007; Oliveira, 2008a; WBCSD, 2011a), diversos estudos apontam para que o fim da extracção e consequente desactivação de uma pedreira traga novas oportunidades para a vida selvagem, podendo, inclusive, impulsionar o aumento da diversidade da fauna e flora (ver Lucas *et al.*, 2011; Germano, 2013). Seja através da recuperação ecológica natural, ou de metodologias de restauro ecológico promovidas pelo homem e correctamente aplicadas, como a promoção da recolonização por espécies autóctones e a prevenção da colonização por espécies não-nativas (Gentili *et al.*, 2011; Gilardelli *et al.*, 2013), os estudos indicam que as pedreiras não representam uma ameaça para as espécies nativas, podendo mesmo causar impactes positivos na biodiversidade (Jefferson, 1984; Bétard, 2013).

À medida que a recuperação ecológica ocorre (quer de forma natural ou adequadamente assistida pelo homem), desenvolvem-se novos e diversos biótopos que se tornam disponíveis, levando à formação de um novo ecossistema. As escombreyas, as cavidades e as zonas de transição entre as pedreiras inactivas e os terrenos adjacentes permitem que espécies, anteriormente ausentes, ocupem esses novos nichos ecológicos. Espécies associadas a zonas rochosas, que encontram abrigo nas escombreyas e blocos rochosos dispersos; espécies aquáticas ou higrófilas que encontram condições ideais de sobrevivência nas cavidades inundadas ou nas suas margens; ou espécies associadas a áreas de transição entre o mato e o bosque mediterrânico que encontram nessas pedreiras condições idênticas e essenciais para as colonizarem com sucesso. Tal cenário pode ser comprovado em diversas pedreiras inativas da ZM (Germano, 2013).

De que biodiversidade falamos?

Quem passa com uma conduta discreta e um olhar mais atento poderá ter a oportunidade de observar diversas espécies de aves, répteis, anfíbios, mamíferos e insectos que não sendo raras, são pouco comuns e mais difíceis de ocorrer ou observar noutras áreas da ZM. Entre elas o melro-azul (*Monticola solitarius*) (Fig. 14), uma ave solitária cuja distribuição em Portugal é bastante fragmentada (Equipa Atlas, 2008) mas que encontra nas zonas rochosas das pedreiras o seu habitat de eleição.

O melro-azul partilha o habitat com répteis como a lagartixa-do-mato (*Psammodromus algirus*) (Fig. 15) e a lagartixa-esverdeada (*Podarcis virescens*) que, apesar de encontrarem um refúgio ideal nas fendas rochosas, lhe servem, muitas vezes, de alimento.

Este tipo de habitat também é bastante frequentado pelo coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*) que tira partido do abrigo proporcionado pelas inúmeras cavidades rochosas que encontra na transição com o mato mediterrânico envolvente. Com a disponibilidade de mamíferos chegam também as aves de rapina que são vistas a patrulhar essas pedreiras com alguma frequência. Entre elas, a águia-calçada (*Aquila pennata*) é visita frequente em busca de alimento. Entre os répteis, as cobras são comuns, explorando as oportunidades que o mosaico de biótopos oferece e ocupando áreas que vão desde as zonas rochosas ao mato com vegetação densa. Temos como exemplo a cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*) (Fig. 16) e a cobra-de-ferradura (*Hemorrhois hippocrepis*), cuja ocorrência implica o aparecimento da águia-cobreira (*Circaetus gallicus*), por exemplo.

Os biótopos aquáticos providenciados pelas cavidades são talvez os mais concorridos e aqueles que permitem uma maior variedade de fauna. Entre as aves já observadas nesses biótopos encontram-se o guarda-rios (*Alcedo atthis*), o galeirão-comum (*Fulica atra*), a galinha-d'água (*Gallinula chloropus*) (Fig. 17), o mergulhão-de-crista (*Podiceps cristatus*) (Fig. 18), a garça-real (*Ardea cinerea*) e até o borrelho-pequeno-de-coleira (*Charadrius dubius*).

Entre os répteis destaca-se a grande ocorrência de cobra-d'água-viperina (*Natrix maura*) e a presença do cágado-mediterrânico (*Mauremys leprosa*); entre os anfíbios predomina a rã-verde (*Pelophylax perezi*) (Fig. 19) e as relas (*Hyla meridionalis* e *Hyla molleri*); e entre os insectos, variadas espécies das subordens *Anisoptera* (libélulas) e *Zygoptera* (libelinhas).

Outro dos aspetos em destaque é a presença do chasco-ruivo (*Oenanthe hispanica*), espécie que em Portugal tem o estatuto de Vulnerável (Cabral *et al.*, 2005) e que se encontra associada a leitos de cursos de água dominados por rochas e escassa vegetação emergente (Godinho *et al.*, 2010). Para além do referido, não se podem descuidar as óptimas condições que estes locais oferecem aos mamíferos nocturnos, tais como os morcegos, quer sejam espécies de hábitos cavernícolas ou arborícolas, ou das que utilizam os espelhos de água para caçar.

Mas, não só a fauna beneficia com as novas oportunidades que estas pedreiras proporcionam, pois a vegetação também entra na equação, desempe-



Fig. 14 – Melro-azul (*Monticola solitarius*), macho, fotografado numa pedreira inactiva.



Fig. 15 – Macho de lagartixa-do-mato (*Psammodromus algirus*). Pedreira inactiva, em área de transição entre o biótopo rochoso e o mato mediterrânico.



Fig. 16 – Juvenil de cobra-rateira (*Malpolon monspessulanus*), fotografado numa clareira adjacente à cavidade de uma pedreira inactiva.



Fig. 17 – Galinha-d'água (*Gallinula chloropus*).



Fig. 18 – Mergulhão-de-crista (*Podiceps cristatus*).



Fig. 19 – Rã-verde (*Pelophylax perezi*) captada nas margens de uma pedreira inundada.



Fig. 20 – Arroz-dos-telhados (*Sedum album*), planta colonizadora de substratos rochosos. Fotografada sobre um bloco de mármore perto de uma escombreira.

nhando um papel determinante no tipo de fauna ocorrente. Assim podemos encontrar nas zonas rochosas (escombreyras e aglomerados de blocos dispersos) vegetação rupícola como o arroz-dos-telhados (*Sedum album*) (Fig. 20), o alecrim-das-paredes (*Phagnalon saxatile*) ou o azedão (*Rumex induratus*), sendo que nas cavidades inundadas e nas margens encharcadas proliferam espécies aquáticas como a alga *Chara vulgaris*, e higrófilas como o poejo (*Mentha pulegium*), o junco (*Scirpoides holoschoenus*), o caniço (*Phragmites australis*) e a tábua-estreita (*Typha angustifolia*), frequentemente acompanhados por árvores como a tamargueira-africana (*Tamarix africana*) ou a borrazeira-branca (*Salix salviifolia* subsp. *australis*), esta última um endemismo lusitano importante para a conservação.

O cenário completa-se com a presença de espécies emblemáticas dos sistemas mediterrânicos, tal como o sobreiro (*Quercus suber*), a azinheira (*Quercus rotundifolia*), o carrasco (*Quercus coccifera*), a silva (*Rubus ulmifolius*), as cistáceas (e.g. esteva *Cistus ladanifer*, roselha *Cistus albidus*), os espargos (*Asparagus* spp.), o tomilho “bela-luz” (*Thymus mastichina*), o funcho (*Foeniculum vulgare*) ou os orégãos (*Origanum vulgare* subsp. *virens*), citando algumas das mais evidentes. É importante referir que o ganho ecológico é tanto mais relevante quanto maior o valor de conservação das novas espécies colonizadoras. Mais: por todas as razões atrás referidas, tais locais apresentam enormes potencialidades de desenvolvimento de toda uma tipologia de habitats integrados no Plano Sectorial da Rede Natura 2000, que descreve os tipos de habitats naturais de interesse comunitário constantes da Directiva Habitats (Germano, 2013).

O espaço dedicado ao Sector do Ambiente possui cerca de 39 m², sendo destinado à exposição sobre a biodiversidade nas pedreiras inactivas da ZM, podendo constituir mais um importante passo no sentido da conservação do património natural da região. As estratégias a empregar poderão ser várias, de entre as quais se destacam a criação de modelos que retratem as diferentes fases de recuperação ecológica de uma pedreira após a conclusão dos trabalhos, de modo a que o observador compreenda a sucessão ecológica das comunidades vegetais ao longo do tempo e a sua influência na fauna ocorrente. O projecto contempla ainda a produção de uma exposição audiovisual (fotografia e vídeo) que dê a conhecer as espécies animais e vegetais mais emblemáticas desses locais, assim como espécies ocorrentes que sejam relevantes devido ao seu valor conservacionista e a produção de painéis e guias com elencos da fauna, da flora e dos habitats presentes nesses espaços singulares. Uma pintura mural de grande dimensão, a ocupar as paredes desta sala, onde figurassem as espécies mais emblemáticas existentes nas pedreiras da região, seria surpreendente para o visitante e traria uma qualidade ímpar à exposição.

E o Mármore não Ornamental? É um Resíduo ou um Subproduto?

É um facto que todo o processo extrativo e transformador do mármore, desde que ele é arrancado no fundo de uma pedreira até tomar a forma de um

ladrilho ou de uma aplicação em obra que, se produz grandes quantidades de desperdício. Os baixos rendimentos na extracção, graças a um maciço densamente fracturado leva a que se produzam grandes quantidades de pedra sem qualidade para ser considerada ornamental, indo alimentar as enormes escomboreiras da região. O pó resultante do corte e polimento do mármore, com a designação regional de “natas”, pelo facto de estar misturado com água, também ele é acumulado a céu aberto. A terra rossa é um solo de cobertura que é removido para posterior abertura das cavidades e instalação das infraestruturas é igualmente depositado a céu aberto. Qualquer destes materiais, graças às características físicas e químicas, possui elevado potencial para aplicações, como matérias-primas, em indústrias a jusante da actividade extractiva e transformadora do mármore. Este potencial faz com que estes materiais deixem de ser considerados resíduos e sejam classificados como subprodutos com interesse económico. O Departamento de Geociências, desde longa data tem realizado estudos de aplicação, particularmente das “natas” e terra rossa, principalmente na indústria cerâmica, com resultados muito promissores. A secção dedicada ao ambiente também é um espaço adequado à divulgação de estudos realizados, por exemplo, com a exposição de protótipos resultantes de ensaios industriais.

2.2 Área Descoberta

O actual Museu do Mármore, situado na antiga pedreira da Gradinha, possui um espaço exterior com elevado potencial, não só de carácter museológico, mas também perfeitamente adaptado a outras actividades lúdicas e culturais, nomeadamente concertos musicais, peças de teatro, como já ocorreram no passado e possíveis concursos de escultura.

A área exterior do Museu possui quatro zonas distintas:

1 – Zona de olival com cerca de 2300 m², situado nas traseiras do edifício principal. Este local pode ser adaptado, para um parque de merendas, oferecendo um espaço aprazível para os visitantes poderem descansar ou fazerem uma pequena refeição. A partir de blocos de mármore sem valor comercial pode-se criar mobiliário urbano completando-se o cenário com a distribuição aleatória de esculturas de grande porte, pertencentes ao acervo do Museu.

2 – Área expositiva entre o edifício principal e a cavidade da pedreira. Este local com cerca de 1200 m² é destinado à exposição de equipamentos de grande porte utilizados na extracção do mármore. A distribuição aleatória de equipamentos (Fig. 21) carece de reorganização, de agrupamento e montagem coerente com as suas funcionalidades, etiquetagem correta, sendo que a maioria necessita de recuperação urgente, devido ao seu elevado estado de degradação.

À semelhança do que se passa no Sector da Extracção, também aqui o visitante deverá ser levado por um circuito orientado numa lógica de actividade mineira extractiva, respeitando o ciclo de trabalhos:

- a) Furação (martelos pneumáticos, perfuradoras pneumáticas e hidráulicas, colunas perfuradoras); seria interessante a integração de um espaço experimental onde as pessoas pudessem fazer um furo num bloco com martelo pneumático, sendo necessário, para isso, um compressor e um martelo pneumático operacionais.
- b) Corte (fio helicoidal, fio diamantado); no caso do fio helicoidal pretende-se a montagem completa de todos os equipamentos associados a este antigo processo de corte, podendo-se aproveitar algumas peças ainda existentes na pedreira (Fig. 22). Fazendo parte do acervo do museu, uma das primeiras máquinas de fio diamantado (Fig. 23) que operaram no Anticlinal de Estremoz, tendo sido doada pela empresa Marmoz, Companhia Industrial de Mármore de Estremoz, Lda., merece recuperação e montagem adequada de todas as peças.
- c) Desmonte (crapauds); estando alguns equipamentos de menores dimensões já expostos no interior do museu, neste espaço dar-se-ia, particular ênfase aos crapauds motorizados (Fig. 24), por terem revelado um importante salto tecnológico no desmonte de grandes massas. Também estes equipamentos necessitam de recuperação urgente.



Fig. 21 – Peças de grande porte colocadas no exterior.



Fig. 22 – Duas peças das primeiras máquinas de fio diamantado utilizadas nas pedreiras.

Uma peça de grande valor é o compressor Ingersoll Rand (Fig. 25A) fabricado em 1917 e utilizado em 1954 nas pedreiras de mármore. Trata-se de uma peça rara e de um valor incalculável. Foi doada ao Museu pela empresa Solubema, Sociedade Luso Belga de Mármore, S.A. e encontra-se colocada indevidamente levando o visitante a pensar que os grandes círculos laterais são rodas para movimentação da máquina, o que é profundamente errado! São realmente rodas de balanço e que deveriam estar suspensas, devendo todo o equipamento estar sobre uma base de betão, tal como os compressores existentes no Museu Mineiro do Lousal (Fig. 25B).

A produção de cal é uma actividade paralela à da indústria extractiva e transformadora que também deve ter representação no Museu do Mármore. Com base num tradicional forno da cal, propõem-se a construção de um forno de

grande dimensão, possibilitando a visita de pequenos grupos para visionamento de um espectáculo multimédia que retrate o ancestral processo de fabrico da cal.

Atendendo ao valor e à raridade de alguns dos equipamentos expostos no exterior, após recuperação, deveriam ficar protegidos das condições climatéricas, pelo que seria aconselhável a montagem de toldos.



Fig. 23 – Montante com poleia de direcção para o fio helicoidal existente na pedreira da Gradinha.



Fig. 24 – *Crapauds* existentes no Museu do Mármore.

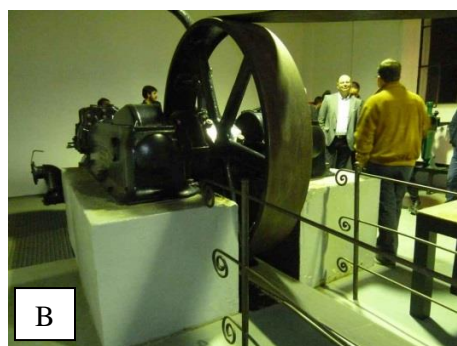


Fig. 25 – A – Compressor Ingersoll Rand existente no Museu do Mármore incorretamente posicionado; B – Parte de um compressor da mesma marca, corretamente colocado, existente no Museu Mineiro do Lousal.

Apesar do enorme acervo existente no Museu do Mármore, não há muitas referências às pequenas oficinas de cantaria, na maior parte de cariz familiar e empregando menos que três ou quatro operários. Em Portugal estas constituem mais de 80%, quer de número de empresas quer de pessoas afectas ao Sector das Rochas Ornamentais. Nesta perspectiva de completar o panorama da Indústria do Mármore, desde que sejam criadas, pela Câmara Municipal de Vila Viçosa, as condições físicas para a montagem de uma oficina/escola de cantaria no espaço externo do museu, um dos autores deste trabalho em memória ao seu pai, Salvador

Joaquim Calisto Lopes, doará o acervo completo que herdou e que actualmente se encontra em funcionamento e em perfeito estado de conservação (Fig. 26).



Fig. 26 – Máquina de corte com *charriot* manual existente na oficina de Salvador Joaquim Calisto Lopes, em Santa Marta de Corroios, Seixal.

3 – Cavidade

Exemplo típico de uma pedreira este espaço apresenta uma corta com aproximadamente 350 m de perímetro (Fig.27). Também aqui se justifica o aproveitamento mais adequado deste espaço privilegiado com a montagem de uma grua Derrick, de uso generalizado nas pedreiras da Zona dos Mármore, de um estojo de fio helicoidal de corte a areia, etc.

A acumulação de águas das chuvas e a intercepção de um aquífero superficial permitem que a cavidade possua permanentemente um volume de água na ordem de 52.135 m³, conferindo um cenário de grande beleza e tranquilidade. A existência de bancadas perfeitamente horizontais, no interior da cavidade faz adivinhar excelentes palcos para concertos e peças de teatro, assim como algumas actividades desportivas ao ar livre.

4 – Escombreira

Este elemento artificial constituído por mármore sem qualidade ornamental possui cerca de 20 m de altura e uma área aproximada de 6400 m² (Fig. 27). Representa um elemento fantástico para se terminar uma visita ao Museu do Mármore, pois constitui um miradouro de onde se pode observar a pedreira e se vislumbrar, a Norte, um dos núcleos extractivos do Concelho de Borba, a Sul, Vila Viçosa e a Nordeste parte da Tapada Real e a planície alentejana. Para que os visitantes possam realizar uma pequena caminhada até ao seu topo, a rampa necessita de alguns trabalhos de regularização do piso, sendo absolutamente necessário a remoção de lixos e entulho que foram indevidamente colocados no seu topo! Por uma questão de segurança aconselha-se a construção de um corrimão no ponto mais alto da escombreira.

3. Notas Finais

Nos museus representam-se a cultura e as referências mais significativas de um povo. Aí se encontram guardados os legados deixados pelos nossos antepassados, sendo muitas vezes fruto do engenho, sabedoria e experiências adquiridas. Um museu deverá por isso, ser encarado como um local de culto, onde tudo o que é exposto obedece a um conjunto de critérios que permitam a valorização e a conservação do mesmo. A distribuição correcta e harmoniosa do acervo pelos espaços, respeitando cronologias, temáticas distintas e fundamentos científicos, são parâmetros fundamentais para a sua credibilização. Aprender pela experiência e pela prática é uma vertente cada vez mais posta em prática nos museus de todo o Mundo, ainda mais nos que têm um carácter científico-tecnológico, como o é o Museu do Mármore.



Fig. 27 – Pedreira do Museu do Mármore, actualmente inundada e respectiva escombreira.

Os melhoramentos propostos contribuirão para que o Museu proporcione à comunidade em geral e em particular à comunidade escolar, oportunidades de aprendizagem científica através de experiências interactivas que constituirão uma extensão das aulas nas escolas. Para ser viável, devem ser promovidas em coordenação com os Conselhos Executivos, Departamentos e Professores das escolas geograficamente próximas. Periodicamente devem ser promovidos nas escolas concursos sobre a temática “Mármore”; experiências similares realizadas no Centro Ciência Viva de Estremoz, dão-nos um saldo muito positivo e com resultados surpreendentes. O desenvolvimento do gosto pelo principal recurso do Concelho pode assim ser promovido e encarado como uma oportunidade, ao invés de uma fatalidade para onde só vai trabalhar quem não consegue

ter sucesso em mais nenhuma área. Ajudará a desmitificar a imagem negativa do sector e poderá vir a revelar novos valores nas “artes” de extrair, transformar e aplicar o mármore.

Uma porta de entrada para o Museu do Mármore deverá ser uma página na internet apelativa e interactiva onde devem estar representadas todas as temáticas abordadas na exposição e alguns conteúdos, assim como uma área de novidades que motivem o visitante a deslocar-se ao Museu. Reconhecendo o interesse para a região e não apenas para Vila Viçosa, somos da opinião que a Câmara Municipal deveria motivar a população e todos os agentes, públicos e privados, de algum modo relacionados com a temática do mármore, no sentido de fazer um “Museu do Mármore Raquel de Castro, Séc. XXI”, para isso sugere-se a criação de uma associação “Os Amigos do Museu”. Tendo em conta a actual conjuntura de concursos a projectos, Horizonte 2020, poderá ser a altura certa para uma candidatura a fundos, no sentido de melhorar os conteúdos e o acervo que possui. O documento que é apresentado, pode na íntegra ser aproveitado para esse fim.

Bibliografia

- Bétard, F. (2013). Patch-scale relationships between geodiversity and biodiversity in hard rock quarries: case study from a disused quartzite quarry in NW France. *Geoheritage*, 5, 59-71.
- Cabral, M. (coord.); Almeida, J.; Almeida, P.; Delinger, T.; Ferrand de Almeida, N.; Oliveira, M.; Palmeirim, J.; Queiroz, A.; Rogado, L.; & Santos-Reis, M. (eds) (2005). *Livro vermelho dos vertebrados de Portugal*. Instituto da Conservação da Natureza (ICN), Lisboa. 660 pp.
- Equipa Atlas (2008). *Atlas das aves nidificantes em Portugal (1999-2005)*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, Parque Natural da Madeira e Sec. Regional do Ambiente e do Mar/Assírio e Alvim.
- Gentili, R., Sgorbati, S., & Baroni, B. (2011). Plant species patterns and restoration perspectives in the highly disturbed environment of the Carrara marble quarries (Apuan Alps, Italy). *Restoration Ecology*, 19 (101), 32-42.
- Germano, D. L. C. (2013). *Análise da evolução da recuperação ecológica em pedreiras de mármore inactivas no anticlinal de Estremoz: avifauna, flora e vegetação*. Tese de Mestrado em Qualidade e Gestão do Ambiente. Universidade de Évora, Évora. 169 pp.
- Gilardelli, F., Sgorbati, S., Citterio, S., & Gentili, R. (2013). Restoring limestone quarries: hayseed, commercial seed mixture or spontaneous succession? *Land Degradation and Development*, 9 (2013).
- Godinho, C.; Rabaça, J. E.; & Segurado, P. (2010). Breeding bird assemblages in riparian galleries of the Guadiana River basin: the effect of spatial structure and habitat variables. *Ecological Research*, 25 (2): 283-294.
- Jefferson, R. G. (1984). Quarries and wildlife conservation in the Yorkshire Wolds, England. *Biological Conservation*, 29, 363-380.
- Lopes, C. (2010). A sócio-ecologia do museu de história natural. In Andrade, P. (coord.). *Museus, Públicos e Literacia Científico Tecnológica. Redes de Comuni-*

- cação de Significados no Espaço Interdimensional do Museu*. Edições Colibri. Lisboa, pp. 121-129.
- Lopes, L. & Martins, R. 2014. Global Heritage Stone: Estremoz Marbles, Portugal. From: Pereira, D., Marker, B. R., Kramar, S., Cooper, B. J. & Schouenborg, B. E. (eds) *Global Heritage Stone: Towards International Recognition of Building and Ornamental Stones*. Geological Society, London, Special Publications, 407, <http://dx.doi.org/10.1144/SP407.10>.
- Lopes, Luís & Martins, Ruben. 2015. Vila Viçosa: Património Geológico, Potencial Científico e Geoturismo. *Callipole – Revista de Cultura* n.º 22 – 2015, pp. 101 – 119. Vila Viçosa.
- Lucas, G.; Michell, P.; & Williams, N. (2011). It's Official: Quarrying Adds to Biodiversity. *Agg-Net.com*, pp. 25-29.
- Martins, R., Varela, C., Lopes, L., Valério, C., Valério, M. (2012) – *Afinal o Navegador Cabrilho Também Partiu de Vila Viçosa! Callipole, Revista de Cultura* n.º 20; *Câmara Municipal de Vila Viçosa*; pp. 353 – 366.
- Moura, A. (coord.); Carvalho, C.; Almeida, I.; Saúde, J.; Ramos, J.; Augusto, J. (2007). *Mármore e calcários ornamentais de Portugal*, 383 pp.
- Mourão, J.A. (2010). O Museu como acto comunicativo: produção e interpretação. In Andrade, P. (coord.). *Museus, Públicos e Literacia Científico Tecnológica. Redes de Comunicação de Significados no Espaço Interdimensional do Museu*. Edições Colibri. Lisboa, pp. 59-70.
- Oliveira, G. (2008). *Recuperação ecológica de pedreiras – um caso de estudo na Serra da Arrábida*. Disponível em <http://naturaLink.pt/article.aspx?menuid=16&cid=92987&bl=1>, consultado em 16 de fevereiro de 2016.
- Salazar, J.F. (2011). The mediations of climate change: museums as citizens' media. *Museum and Society*, 9(2): 123-135.
- WBCSD (2011). *Guidelines on quarry rehabilitation. Cement Sustainability Initiative (CSI)*. WBCSD, Conches-Geneva, Switzerland, 32 pp. Disponível em [http://wbcsdcement.org/pdf/CSI%20Guidelines%20on%20Quarry%20Rehabilitation%20\(English\)_Dec%202011.pdf](http://wbcsdcement.org/pdf/CSI%20Guidelines%20on%20Quarry%20Rehabilitation%20(English)_Dec%202011.pdf), consultado em 16 de fevereiro de 2016.

Website

Câmara Municipal de Estremoz. Disponível em <http://www.cm-estremoz.pt/?pa=113&lang=1>, consultado em 13 de Janeiro de 2016.

NÚCLEO MUSEOLÓGICO DA ALFAIA AGRÍCOLA: TESOURO DO ALENTEJO AGRÍCOLA

Hugo Guerreiro*

Nota introdutória

Com um percurso bastante atribulado desde a sua fundação em 1983, o Núcleo Museológico da Alfaia Agrícola de Estremoz, apesar de tudo, tem satisfeito em termos de coleções expostas os mais exigentes dos etnógrafos ou entusiastas.

Com uma vasta coleção composta por peças que estiveram a uso no quotidiano agrícola no concelho de Estremoz, este núcleo é uma relevante fonte de informação em termos de arqueologia industrial do período que medeia o final do século XIX e o terceiro quartel do século seguinte. Este espaço temporal abrange um período de pré-mecanização e a mecanização inicial da agricultura alentejana, terminando a coleção cronologicamente com o Trator, hoje veículo mecânico chave em qualquer exploração.

Neste artigo pretende-se então, sumariamente, dar a conhecer este Núcleo Museológico da Alfaia Agrícola de Estremoz, percurso histórico, coleções que integram o acervo e o programa museológico que sustenta este projeto.

Contexto

Sito a NO da cidade, na Estrada de São Domingos, perto da zona industrial de Estremoz, o núcleo museológico está instalado provisoriamente, num Pavilhão alugado com 357,75 m².

* Setor de Museus do Município de Estremoz.

É parte integrante do Museu Municipal Prof. Joaquim Vermelho, o qual é por sua vez um setor afeto à Divisão Sócio-Cultural da Câmara Municipal de Estremoz, seguindo o emanado do Regulamento Interno desta estrutura, no seu artigo 5.º e 6.º.

Tem por vocação o cumprimento integral das funções museológicas no âmbito do Museu Municipal, pelo registo, inventário, documentação e apresentação da cultura material e imaterial do concelho de Estremoz, dando um especial enfoque ao mundo rural, nomeadamente ao universo agrícola.

Os seus objetivos são:

1. Preservação da memória da cultura rural do concelho de Estremoz material e imaterial, nos seus mais diversos suportes;
2. Fomentar a criação de Redes temáticas regionais que permitam uma melhor compreensão da cultura material e imaterial do povo alentejano;
3. Participar no estudo, investigação e posterior apresentação dos temas próprios ligados ao núcleo museológico;
4. Fazer do Núcleo Museológico da Alfaia Agrícola de Estremoz um espaço de partilha de saberes, com grande ligação à comunidade e movimento associativo local, fomentando o voluntariado e a educação.

Breve história

Pequenas mostras de alfaias agrícolas nas Feiras de Artesanato de Estremoz, deram origem a uma grande exposição na Feira Internacional Agro-Pecuária e do Artesanato de Estremoz, que ocorreu de 1 a 8 de Maio de 1987, onde estiveram ao público mais de 4 mil peças recolhidas pelo Sr. Crispim Vicente Serrano (funcionário da CME).

De salientar o valioso trabalho de recolha nas Casas de Lavoura da região realizado pelo Sr. Crispim, que sabia exatamente o que queria para valorizar e completar a coleção e também onde ir buscar as peças. Um fantástico trabalho de recuperação das peças foi também efetuado por uma equipa da Câmara Municipal de Estremoz, liderada por este funcionário da autarquia, na Horta do Quiton.

Deste espaço as peças foram transferidas para um imóvel devoluto da EPAC, sito na Rua Serpa Pinto. Apenas em 15 dias o Prof. Joaquim Vermelho, com o auxílio de trabalhadores da CME, montou uma exposição temporária nesta antiga Moagem, que seria então apresentada durante mais uma FIAPE.

No entanto, por manifesta vontade da comunidade e da autarquia, a vasta exibição passou de temporária a permanente, ficando este mesmo imóvel como o Museu da Alfaia Agrícola.

Entretanto já estava ativa uma Comissão da Alfaia Agrícola, onde um conjunto de cidadãos estremocenses preocupados com o desaparecimento da memória local ao nível da agricultura, uniram esforços para dinamizar culturalmente o espaço, e pressionarem instituições locais, regionais e nacionais para

que estas não deixassem de atuar, de modo a que tão importante e significativo acervo não desaparecesse.

Através desta pressão, e com uma atuação sempre ativa da autarquia, o Departamento de Etnologia do Instituto Português do Património Cultural, envia o Prof. Dr. Henrique Coutinho Gouveia para estudar a possibilidade de fazer desta vasta coleção um Museu de Agricultura Regional. Em Março de 1989 o estudo é concluído e é entregue uma proposta de projecto para apreciação. Por motivos diversos, o projecto não teve qualquer concretização.

Em 1988 o Museu vê reconhecido o estatuto de Manifesto Interesse Cultural da parte da Secretaria Regional da Cultura, o que lhe permitia, teoricamente, aceder ao Mecenato cultural, situação que nunca se veio a concretizar.

Na década de 90 funcionou no Museu um curso de Património e Museologia da Escola Profissional da Região Alentejo, cujo objetivo era ligar os alunos ao acervo, aprendendo estes museologia através desta instituição. Neste ponto é de salientar a intervenção sempre pró-ativa do Prof. Joaquim Vermelho.

No dia 18 de Janeiro de 1996 celebrou-se a escritura de constituição da ETMOZ – Associação Etnográfica e Cultural de Estremoz – cujo objetivo era apoiar e incentivar a recolha, conservação, valorização e investigação do património cultural e ambiental das comunidades da região. A associação veio formalizar a Comissão da Alfaia Agrícola, ficando a gerir o Museu através de um protocolo que fez com a CME, deixando de ser somente a entidade que dinamizava o espaço. O protocolo evoluiu para outras formas de colaboração em 2003, ficando a partir desta data a autarquia com a gestão total das coleções e imóvel, sendo as coleções integradas no Museu de Estremoz enquanto Núcleo Museológico.

Em Agosto de 1999 a CME e o Ministério do Equipamento do Planeamento e da Administração do Território celebraram um contrato programa de cooperação técnica e financeira para aquisição do imóvel que albergava a coleção do Museu da Alfaia Agrícola. Tal contrato não chegou a concretizar-se.

Desenvolveram-se também, a partir de 1998, atividades ligadas às escolas primárias e jardins de infância, através de uma parceria entre o Projeto Escolas Rurais e a ETMOZ, projeto este que durou até 2002.

Por razões de segurança, e após parecer dos serviços de engenharia da autarquia, o núcleo museológico encerra a visitas a partir de Abril de 2004. Até 2006 realizaram-se somente operações de inventário, preservação e conservação do acervo, sendo a partir desse ano impossível continuar os trabalhos dado o estado de ruína do imóvel e o perigo que isso representava para os colaboradores que ali desenvolviam a sua atividade.

Em Novembro de 2005 procura a autarquia retirar o acervo para um pavilhão do Regimento de Cavalaria 3, dado o avançado estado de degradação do edifício e o perigo a que estavam submetidas as coleções. Observou-se que não haviam condições para tal.

Durante a Cozinha dos Ganhões de 2005, surge uma nova hipótese de recuperação deste núcleo, através da entrega da gestão à Fundação Alentejo Terra

Mãe, com a salvaguarda que o projecto museológico de reconstituição de uma antiga Herdade Agrícola Alentejana teria que se localizar no concelho de Estremoz. Entre 2005 e 2008 chegou mesmo a procurar-se uma propriedade para o efeito, estando o projecto praticamente certo em termos de concretização. Infelizmente, por doença grave do Presidente da Fundação, a ideia não avançou mais.

No ano de 2009 ficou decidido que a situação do acervo era insustentável, pelo que o executivo municipal iniciou negociações com a EPAC para aluguer de um pavilhão que acolhesse as colecções.

A 15 de Julho de 2010, após obras de adaptação, começou a transferência de peças do antigo Museu, para um armazém sito junto aos Silos da EPAC, onde se procedeu à exposição do acervo enquanto Reserva Visitável a 25 de Junho de 2013.

A Reserva Visitável

A vastidão do acervo do Núcleo Museológico da Alfaia Agrícola de Estremoz, e a exiguidade do espaço do pavilhão para onde se fez a transferência, exigiram que se pensasse uma nova metodologia de apresentação das colecções. Dado que era impossível recriar ambientes de trabalho agrícola, em virtude da dimensão modesta do referido pavilhão, entendeu-se que o ideal seria concretizar a ideia de uma Reserva Visitável, ou seja, um espaço onde se acondicionam de forma sistemática as peças por colecção, tipologia e função. Este modo de apresentação, para além de facilitador em termos de arrumação, permite também ter uma melhor perceção das colecções, suas características fundamentais, lacunas, diferenças, mas ajuda igualmente a compreender a evolução histórica e técnica de cada peça.

Dentro do pavilhão construiu-se ainda um espaço de *Reserva Não Visitável*, onde se colocaram peças que não estão em condições de exposição, ou por estarem incompletas, ou pelo seu mau estado de conservação e infestação (Zona de Quarentena), mas também cujo enquadramento, ou condições de apresentação, não se compatibilizam com o conceito de arrumação desta Reserva Visitável. Este espaço foi equipado ao abrigo do programa de financiamento *ProMuseus* da Rede Portuguesa de Museus, com estanteria em metal.

A Organização da Reserva Visitável

Para a arrumação da Reserva Visitável, optou-se por seguir o critério de organização do inventário museológico, o qual em grande medida segue as recomendações emanadas nas *Normas de Inventário da Alfaia Agrícola* do já extinto Instituto Português de Museus.

As cinco categorias do acervo em exposição são então a *Alfaia Agrícola*, *Metrologia*, *Oficinas e Unidades Transformadoras do Mundo Agrícola*, *Outros* e os *Transportes*, que se subdividem por sua vez nas seguintes subcategorias:

- **Alfaia Agrícola:** Instrumentos de Corte e Manuseio de Forragens; Instrumentos de Debulha; Instrumentos de Limpeza de Cereais e Manuseio de Palhas; Instrumentos de Mobilização da Terra; Instrumentos de Recolha e Manuseio de Fertilizantes Naturais; Instrumentos de Sementeira; Instrumentos de Rega e Monda; Instrumentos de Colheita de Cereais.

A Alfaia Agrícola é o conjunto de instrumentos de trabalho diretamente manuseados pelo homem, na sequência das operações que visam a produção de bens e que têm a terra como objeto e meio desse mesmo trabalho. Elas caracterizam-se pela relação de íntima proximidade e adaptação física ao corpo do agricultor que as utiliza (Normas de Inventário da Alfaia Agrícola, IPM, 2000, pp.17.).

Optámos por introduzir nesta categoria alguns equipamentos da primeira vaga de mecanização que ocorreu no Alentejo, dada a especificidade da coleção e a ligação plena que ainda tinham à agricultura tradicional (não industrializada).

- **Metrologia:** Metrologia Agrícola
A coleção em Reserva Visitável é composta por diferentes medidas líquidas para cereal. A maioria das caixas possui marca de aferição por punção. Estão também em exposição diversas massas e balanças.
- **Oficinas e Unidades Transformadoras do Mundo Agrícola:** Oficina de Ferreiro; Oficina de Carpintaria e Abegoaria; Oficina de Latoeiro.

As Oficinas e Unidades Transformadoras do Mundo Agrícola, reportam a profissões e espaços associados às atividades do mundo rural, seja na área da transformação dos frutos da exploração (ex:Queijaria e Enchidos), seja de apoio à agricultura (ex: Abegoaria/Carpintaria e Ferraria). Em exposição temos uma “Carpintaria”, “Ferraria” e “Latoaria”.

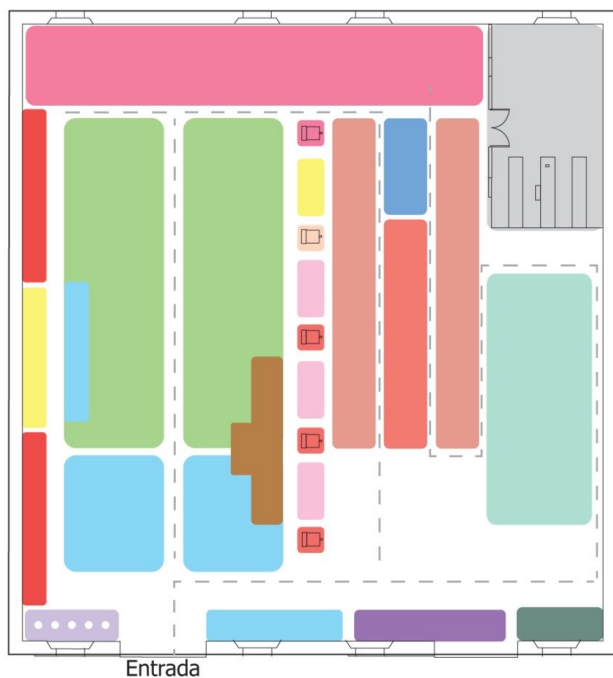
- **Transportes:** Instrumentos de Acarreio Humano; Instrumentos de Atrelagem; Instrumentos de Condução e Controle de Animais; Transportes de Tração Humana; Transportes a Dorso de Animal; Transportes de Tração Animal.

Quanto aos “Transportes”, esta é uma categoria que tem de estar sempre associada a um acervo ligado ao mundo rural. Os carros eram essenciais para o transporte dos frutos da colheita, mas também para conduzir ao local de trabalho trabalhadores, alfaias e alimentação. Em exposição, associadas a esta categoria, apresenta-se também toda uma panóplia de sistemas de atrelagem de animais a carros e alfaias. São aqui incluídos também os carrinhos movidos por ação do homem, para conduzirem ao destino sacas, cântaros e forragens para gado. Não esquecemos nesta categoria, apesar de ser uma inovação da mecânica, o Trator.

- **Outros:** Nesta categoria colocámos peças presentes nas coleções, mas que não são passíveis de incluir em nenhum dos grandes conjuntos de instrumentos/transportes, como por exemplo os chocalhos, campainhas ou esquilas.

Explicação das coleções no pavilhão da Reserva Visitável

Núcleo Museológico da Alfaia Agrícola: Reservas Visitáveis



- — — Espaço Visitável
- Instrumentos de atrelagem
- Instrumentos de condução e controle de animais
- Instrumentos de corte e manuseio de forragens
- Instrumentos de debulha
- Instrumentos de limpeza de cereais e remuição de palhas
- Instrumentos de mobilização da terra
- Instrumentos de rega e monda
- Instrumentos de sementeira
- Metrologia
- Oficinas e unidades transportadoras do mundo agrícola
- Outros (chocalhos)
- Reserva não visitável
- Transportes a dorso animal
- Transportes de tração animal
- WC

Trabalhos em desenvolvimento

A abertura ao público das Reservas Visitáveis fez-se, como já referimos, em 25 de Junho de 2013. O acervo não estava nas condições ideais de apresentação, conservação ou estudado, mas abriu-se para que a comunidade pudesse voltar a usufruir deste património. Contudo, desde então, a recuperação das peças que constituem as diversas coleções e o novo inventário tem avançado a bom ritmo.

Em termos de investigação, sempre que necessário os técnicos do Museu Municipal recorrem a antigos trabalhadores agrícolas, que têm ajudado na demonstração de como funcionavam certas alfaias e como eram manuseadas. Estes dados têm reflexo direto na legendagem e no inventário.

Quanto à ação educativa, em virtude da falta de espaço de acolhimento e desenvolvimento das atividades, tem sido impossível conceber uma planificação e um projeto que vise o conhecimento das coleções, bem como do mundo rural por parte de jovens e crianças. Será importante, para o futuro, ter em atenção conceitos como as sociabilidades rurais; conhecimento específico dos ciclos agrícolas, quais as alfaias e instrumentos usados em cada um destes e que trabalhos agrícolas lhes estavam associados; o traje de trabalho e domingueiro; a casa de habitação do povo; a estrutura física, mas também de divisão do trabalho e social das Casas Agrícolas e a relação com a paisagem. A ação educativa terá também de passar por velhos trabalhadores rurais e proprietários agrícolas, recolhendo dados referentes ao universo e mundividência do mundo rural, mas também colocando estes a interagir com jovens e crianças.

O grande objetivo futuro, como está descrito no Programa Museológico de 2010, passa por um Núcleo Museológico da Alfaia Agrícola construído de raiz, com espaço não só de Reserva Visitável, mas também de Exposição de Longa Duração, com cerca de 700m² de área. Assim, não haveria uma exposição permanente, mas sim mostras de 2 anos (exposições de longa duração), onde com as alfaias disponíveis na coleção, e porventura outras cedidas por museus e particulares, se fosse trabalhando o conhecimento que há sobre as peças, ciclos agrícolas e sociabilidades.

Nota conclusiva

Este artigo para além de dar a conhecer a riqueza do acervo do Núcleo Museológico da Alfaia Agrícola de Estremoz, pretendeu igualmente apresentar o trabalho que tem sido efetuado e também que projetos se pensam para o futuro. É relevante alavancar este núcleo, com um novo imóvel para exposição e reserva, com um projeto educativo e uma equipa técnica que explore todas as potencialidades de um conjunto de coleções que pode ajudar a compreender a atividade agrícola alentejana do período da pré-mecanização e mecanização inicial.

Fontes

GUERREIRO, Hugo, *Programa Museológico do Núcleo Museológico da Alfaia Agrícola de Estremoz*, Estremoz, CME, 2010 (documento de trabalho).

Inventário do Núcleo Museológico da Alfaia Agrícola de Estremoz.

Normas de Inventário da Alfaia Agrícola, IPA, 2000.

Homenagem

COMEMORAÇÃO DOS 120 ANOS DO FALECIMENTO DO PADRE JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA (1839-1896)

Rute Pardal*

É um facto que na sociedade portuguesa contemporânea a reflexão sobre a identidade nacional não se aprofundou como em outras nações europeias. Também é verdade que nunca deixou de estar presente na historiografia e na literatura, desenvolvendo-se em múltiplas direcções após 1974-1975, ou seja, como a independência das colónias ultramarinas. Muitos autores têm enfatizado a função social da História na formação da consciência nacional. Com efeito, as elites intelectuais, entre elas os historiadores, têm ocupado um lugar destacado na fixação de uma memória social – uma memória escrita, muitas vezes erudita, acessível não raramente a uma minoria. Essa memória da nação teve as suas limitações – durante muito tempo permaneceu manuscrita, quando não oral¹, amiúde negligenciou as diversidades étnicas e culturais bem como as assimetrias regionais, para olhar o território nacional como um todo indiferenciado. E até ao século XIX, deixou-se entrosar por diversos mitos.

A par de outras temáticas como a cruzada, os descobrimentos e a expansão ultramarina, a decadência e o atraso relativamente a outras nações europeias, a definição do herói nacional ou as relações com Castela, o problema da independência de Portugal e a sua permanência histórica constituíram um dos temas chave da historiografia portuguesa, sobretudo a partir da revolução liberal de meados do século XIX. Tornou-se, de resto, numa das referências fundamentais na legitimação histórica do Estado português. O tema da formação de

* CIDEHUS, Universidade de Évora.

¹ Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Portugal: a emergência de uma nação*, Lisboa, Colibri, 2004. E, Idem, “Reflexão sobre Portugal e os Portugueses na sua História”, *Revista de História Económica e Social* (Lisboa), 10, Jul.-Dez.1982, pp. 1-13.

Portugal foi tratado de diversas perspectivas, tendo em conta, não raro, a questão das origens étnicas dos Portugueses, a autonomização do Estado no século XII, o território, a construção da nação e a sua continuidade no tempo². A frequente indiferenciação entre os conceitos de pátria, Estado e nação, que se observa na historiografia oitocentista (com raras excepções como as de Herculano e Oliveira Martins), contribuiu para a mistura daquelas questões.

A ideia de decadência, assim como a ideia de império estão presentes na historiografia liberal portuguesa do século XIX³. Em que momento e de que maneira os historiadores começaram a utilizar esses conceitos para criar uma consciência de identidade nacional é a questão que se impõe⁴. A decadência é um sentimento e uma ideia que se exprime em Portugal a partir do século XVI, muito ligada a uma corrente crítica em relação à expansão ultramarina e que depois se associa ao sentimento de crise com os sinais de declínio de poderio marítimo no Oriente, à perda da independência em 1580 e, sobretudo, às grandes dificuldades do século XIX e primeiros decénios do século XX. As teorias da decadência difundem-se essencialmente a partir da ocupação francesa e da crise do antigo sistema colonial, no tempo do império napoleónico. Os factores responsáveis pela sua acentuação foram, entre outros, o absolutismo e o desaparecimento da antigas cortes desde finais do século XVIII, as conquistas ultramarinas e o catolicismo da reforma católica, associado ao fanatismo religioso, à inquisição e ao jesuitismo. Depois daqueles primeiros intelectuais emigrados, que verteram as suas ideias na imprensa londrina da época, Alexandre Herculano⁵ contribuiu muito para o desenvolvimento desta teoria que se prolongaria pelo século XX com a historiografia republicana.

De facto, desde os finais do século XVIII, o racionalismo iluminista e a afirmação de uma historiografia de exigência documental e científica, sobretudo ligada à Academia Real das Ciências, alimentaram uma corrente crítica em relação às « fábulas » acerca das origens de Portugal: Túbal (neto de Noé, suposto fundador de Setúbal e do Reino de Portugal) e a sua descendência mítica, o milagre de Ourique e as alegadas Cortes de Lamego. A crença no progresso, a confiança na razão e o sentido crítico perante a teologia contribuía para minar a credibilidade dessas tradições tão difundidas mas, na verdade, nunca fundamentadas em evidências históricas. A instauração do regime liberal pela força das armas – depois legitimado por eleições e pela adopção dos textos constitu-

² José Mattoso, *Identificação de um país*, 2 vols, Lisboa, Ed. Estampa, 1985.

³ A.C.N. da SILVA & HESPANHA, A. 1993, «A identidade portuguesa», in J. MATTOSO, ed., *História de Portugal*. Vol. IV, Lisboa, Circulo de Leitores, 1993, 18-37.

⁴ Cf. Nuno G. Monteiro & Álvaro Costa Pinto, “Mitos culturais e identidade nacional portuguesa”, A. Costa PINTO, ed., *Portugal contemporâneo*, Madrid, Sequitur, 2000, pp. 232-245.

⁵ Alexandre Herculano, *História de Portugal*, I, Lisboa, Bertrand, pref. e notas críticas de José Mattoso, 1980. [1.ª ed. 1846]

cionais – e as novas exigências culturais de um Estado-nação em construção, que intentava formar cidadãos instruídos e não já súbditos fiéis ao monarca absoluto, tornavam arcaicos alguns desses mitos das origens. Mas até meados de Oitocentos, era ainda muito comum a teoria providencialista acerca da batalha de Ourique, como momento-chave na formação do Estado português: para além dos legitimistas, partidários do Antigo Regime político, o poeta António Feliciano de Castilho ainda a difundia. Outros autores esqueciam a tradição do milagre de Ourique mas continuavam a ver na batalha o facto decisivo na fundação da monarquia. Esta sobrevalorização do acontecimento, baseada, por vezes na teoria contratualista da origem popular do poder real, associava-se também à sobrevalorização do papel histórico de Afonso Henriques – herói fundador por excelência. Fundamentava-se assim a separação do Estado, quando não da Nação (frequentemente confundida com o Estado), no princípio dinástico.

A obra pouco lida mas muito prestigiada de Alexandre Herculano (a *História de Portugal de 1846*)⁶ e as intensas polémicas anticlericais em que se envolveu – especialmente a controvérsia acerca do milagre de Ourique – contribuíram decisivamente para a subalternização das tradições mitológicas das origens na cultura histórica nacional. Por outro lado, ultrapassava definitivamente a história factual que superlativava uma data, um facto único supostamente decisivo, adoptando a teoria da formação de Portugal como um processo. No entanto, aquelas tradições cumpriam uma função social e mental não despidiéndose na sociedade do Antigo Regime. Todas elas estruturavam uma certa ideia de excepcionalidade da pátria, sublinhando, de algum modo, a sua antiguidade e carácter precoce relativamente a outras nações. Acentuava-se assim a diferença histórica e o percurso único dos Portugueses, como se só as invocando se pudesse justificar a existência do reino e afirmar a sua glória e prestígio. Como se só assim os Portugueses soubessem encontrar a confiança que o curso dos sucessos e insucessos nem sempre pôde alimentar.

Quase todos os calipolenses já ouviram falar do Padre José Joaquim da Rocha Espanca, muitos conhecem-no como historiador ou arqueólogo, daí a introdução feita acima. Nasceu em Vila Viçosa, foi baptizado na Igreja de São Bartolomeu da mesma vila em 27 de Maio de 1839⁷, tendo nascido a 17 desse mês. Filho de Joaquim José Lourenço da Rocha Espanca e de Maria das Dores da Purificação Pereira. Seria presbítero em Bencatel, em Pardais, e na sede do concelho, na Igreja de São Bartolomeu. Muitos o conhecerão pelo seu múnus eclesiástico, todavia o Padre Espanca, como comumente é conhecido, foi um homem multifacetado. Atendendo às lacunas que muitas vezes caracterizava a instrução do clero em Portugal no século XIX, podemos-lo considerar um intelectual, por isso, um clérigo à frente do seu tempo, cuja formação começou desde

⁶ Cf. Idem, *Ibidem*.

⁷ Arquivo Distrital de Évora, *Paroquiais de Vila Viçosa, Baptismos de São Bartolomeu*, 1.º n.º 22.

cedo em Vila Viçosa, com a instrução primária, como então se denominava. Na verdade começam-se a encontrar vestígios do seu percurso religioso quando já frequentava o Seminário Diocesano de Évora. A 24 de Abril 1858 iniciou-se o processo de habilitações de *genere*⁸. Com 19 anos de idade Joaquim José da Rocha Espanca requeria ao reitor do Seminário Diocesano de Évora a isenção do pagamento de custas para tomar prima tonsura e ordens menores, alegando então não ter meios para efectuar o pagamento⁹. Ignorando a resposta, ainda que se adivinhe positiva a 29 desse mesmo mês pediu admissão ao exame de prima tonsura e ordens menores, o qual, tudo indica, deve ter sido bem sucedido, uma vez que a 27 de Maio de 1861 Joaquim José da Rocha Espanca obteve permissão régia para ser admitido às duas ordens sagradas de subdiácono e diácono¹⁰. Seria nessa condição que obteria em Dezembro de 1861 a mercê régia de se apresentar na serventia vitalícia da tesouraria da Igreja paroquial de Rio de Moinhos, para nela constituir o seu património eclesiástico e seguir a sua ordenação¹¹. Ainda nesse mês obteria certidão de aprovação no exame de diácono por parte do seminário diocesano de Évora. Um ano depois pedia admissão ao exame de cantochão e em 20 de Junho de 1863 recebia autorização régia para ser admitido à sagrada ordem de presbítero, recebendo certidão da mesma em setembro de 1863 por parte do Seminário Diocesano de Évora¹².

Pelo silêncio da documentação deduz-se que o Padre Joaquim Espanca deve ter permanecido em Bencatel como Tesoureiro da Igreja Paroquial de Santa Ana no período que mediou entre 1863 e 1877. Com efeito, só neste último ano é que se encontraram os autos de colação do Presbítero Calipolense na Igreja Paroquial de Santa Catarina de Pardais¹³. Os mesmos foram antecédidos, como era habitual, pela carta de apresentação régia, datada de 22 de Novembro de 1877. Começando a officiar em Dezembro de 1877 na paróquia de Santa Catarina de Pardais, viveu sempre na paróquia de Bencatel, isto até 1880, altura em que se mudou para Vila Viçosa. Na sede do concelho foi colocado na paróquia de São Bartolomeu, tendo-se apresentado no Arcebispado nos princípios de Junho de 1887, tomando posse a 24 de Julho desse mesmo ano. Em São Bartolomeu permaneceria até à sua morte, em sua casa, ocorrida a 26 de Novembro de 1896¹⁴.

⁸ Arquivo Distrital de Évora, Câmara Eclesiástica de Évora, *Habilitações a ordens, Habilitações de Genere, Habilitação de Genere de Joaquim José da Rocha Espanca*, caixa 201, processo 1694.

⁹ Idem, *Ibidem*.

¹⁰ Idem, *Ibidem*.

¹¹ Idem, *Ibidem*.

¹² Idem, *Ibidem*.

¹³ Arquivo Distrital de Évora, Câmara Eclesiástica de Évora, 1877, secção N, série 001, *Colaões*, caixa n.º 39.

¹⁴ Curiosamente o registo do seu óbito foi feito na paróquia onde oficiara os últimos oito anos de vida e pelo punho do seu irmão, António da Rocha Espanca, pároco interino. Cf.

Passou-se aqui de relance a vida eclesiástica do padre Joaquim José da Rocha Espanca, no entanto ela foi muito além do múnus religioso. Como referido acima foi essencialmente um intelectual inserido no contexto socio-político da província do Alentejo e de Vila Viçosa da segunda metade do século XIX. Pela breve resenha historiográfica feita acima, e tendo em conta o seu enquadramento, o Padre Espanca não pode ser considerado um historiador, ou um Arqueólogo, nem mesmo à luz da historiografia portuguesa do século XIX. Sem ser de maneira nenhuma demeritório, o trabalho deste conhecido calipolense deve inserir-se no campo das crónicas e da etnografia, embora utilizando documentos, que são a base científica da História.

Sem ser o nosso objectivo enveredar pela descrição da sua obra, da vasta bibliografia que produziu, de facto há que destacar as *Memórias de Vila Viçosa*, que a Câmara Municipal de Vila Viçosa publicou em 36 volumes há mais de três décadas¹⁵. E se o Padre Espanca não se pôde considerar propriamente um historiador, como referido, a sua escrita nas *Memórias de Vila Viçosa* bebeu influências no estilo historiográfico português da segunda metade de oitocentos, nomeadamente no que se refere à exaltação das figuras e instituições notáveis, no caso em apreço, essencialmente da Casa de Bragança, e das suas figuras mais proeminentes. Em última análise foi também um contributo para a antes referida construção de identidade, mais que não fosse, a identidade “calipolense”.

Mas as influências das correntes historiográficas e literárias do século XIX não se quedaram apenas pelo chamamento das excelsas figuras locais, denota-se um certo romantismo nas *Memórias* quando dá ênfase às duas fases de decadência de Vila Viçosa. Uma primeira ocorrida por certo após a execução do terceiro Duque de Bragança na cidade de Évora em 1483, uma vez que também supôs a retirada das terras e títulos à Casa de Bragança, que, como é do conhecimento geral, era o núcleo vital de Vila Viçosa. Exactamente por ser tão importante na vitalidade da sua Vila, a “partida” para a Corte em Lisboa da família Bragança, após 1640, ditaria o início de um segundo momento de menor fulgor.

Como referimos, não é o objectivo deste texto alongar-se sobre todos os escritos do padre Joaquim Espanca, esse é de facto um trabalho já realizado¹⁶. No contexto do interesse do insigne calipolense pela etnografia, pelos usos e costumes da sua terra e do seu concelho, não podemos deixar de trazer aqui à luz um manuscrito inédito¹⁷ escrito enquanto pároco da freguesia de Santa Cata-

Arquivo Distrital de Évora, *Paroquiais de Vila Viçosa, Óbitos de São Bartolomeu*, l.º 149.

¹⁵ Joaquim José da Rocha Espanca, *Notícias de Vila Viçosa*, Vila Viçosa, Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1984. Aliás o Padre Espanca acabou por fazer uma sinopse desta obra a que deu o nome de *Compêndio de Notícias de Vila Viçosa*, Redondo, Typographia de Francisco Paula de Oliveira Carvalho, 1892.

¹⁶ Cf. Joaquim Torrinha, “O pensamento político do Padre Espanca”, *Callipole*, n.º 20, 2012, pp. 105-144.

¹⁷ Uma cópia do referido manuscrito, que se encontrava no Arquivo da Câmara Municipal de Vila Viçosa, chegou até nós há já alguns anos pelas mãos do Dr. Manuel Inácio Pestana.

rina de Pardais em 1879. Trata-se do *Livro novo dos usos e costumes da Freguezia de Santa Catharina de Pardães concelho de Villa Viçosa e Arcebispado de Évora*.

No fundo este manuscrito não significava uma fórmula desenvolvida pelo padre Joaquim Espanca, sendo habitual os párocos registarem para o uso quotidiano, e memória futura, os usos e costumes, essencialmente eclesiásticos, das suas paróquias. Não é de estranhar, por isso, que o pároco de Santa Catarina de Pardais o tivesse feito pouco depois de ser colado na freguesia. Será menos estranho ainda se nos ativermos aos condicionalismos políticos do período em questão. De facto, as leis da desamortização vinham diminuindo o património da Igreja desde 1834, sobrevivendo o clero secular das cóngruas pagas pelas propriedades detidas pelos vizinhos ou moradores das respectivas paróquias¹⁸. Onde, a tarefa de registar usos e costumes, bem assim como propriedades e obrigações das mesmas para com a Igreja, era fundamental para a sobrevivência do clero secular.

No que se refere concretamente ao *Livro novo de usos e costumes da Freguezia de de Santa Catharina de Pardães* é necessário que se refira que o seu autor não se limitou a registar os benefícios que o pároco colado recebia das propriedades da mesma. O livro é constituído por cerca de 145 fólios, estando dividido em doze capítulos, sendo que alguns deles têm subdivisões em numeração romana. Não faremos aqui uma análise detalhada do referido manuscrito, até porque não é o tempo nem o lugar, ainda que mereça um estudo aprofundado em sede de publicação, aliás como todo o percurso literário do Padre Espanca. Todavia, não podemos deixar de notar a descrição minuciosa da freguesia de Pardais, desde logo no prefácio e no primeiro título. Aí ficamos a saber que a igreja paroquial se situava no outeiro em frente à aldeia, ou seja: contígua ao cemitério paroquial, inaugurado em 1845. Ficamos também a conhecer as demarcações da freguesia, que em termos gerais se mantêm as mesmas hoje em dia. Por outro lado, o padre Espanca dá-nos a imagem de uma freguesia pequena, com cerca de 480 almas, com um aglomerado urbano disperso entre aldeia, ribeira e fonte soeiro, para além dos montes mais distantes nas herdades e hortas limítrofes. Hortas abundantes segundo o mesmo pároco em frutas e leguminosas. Rica em água, que, correndo pela ribeira chamada de Pardais, alimentava de igual modo inúmeras azenhas ao longo do seu curso.

Por todos os motivos seria de extrema importância dar à estampa este manuscrito. Com efeito exortamos o executivo da Câmara Municipal para ser feito, tendo o mesmo mostrado muita receptividade.

¹⁸ Sobre o assunto, veja-se entre outros, Luís Espinha da Silveira, “Venda de bens nacionais, estrutura da propriedade e estrutura social na região de Évora na primeira metade do século XIX”, *Análise Social*, vol. XXVI (112-113), 1991, pp. 585-612. E, José Viriato Capela, “A crise da paróquia no Antigo Regime: a paróquia portuguesa a caminho de um novo modelo de acção paroquial, nova pastoral, ensino e assistência”, *Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*, Coord. Maria Marta Lobo de Araújo e Alexandra Esteves, Braga, CITCEM, 2011, pp. 71-90.

Após esta primeira parte, de descrição mais geral, o *Livro novo de usos e costumes da Freguezia de Pardáes* entra numa longo rol descritivo (ao longo de praticamente 10 títulos) de todas as propriedades urbanas e rurais da freguesia com a anotação dos nomes dos proprietários e respectivas contribuições para a broa do pároco, assim como para os rendimentos do Tesoureiro da paróquia. É com efeito um trabalho minucioso, denunciador do conhecimento exaustivo do terreno, e fundamental para os investigadores que se dedicam à história económica, social e ao estudo da estrutura da propriedade.

Como epílogo do manuscrito, o padre Espanca ofereceu-nos uma pequena resenha biográfica dos curas assistentes na freguesia de Pardais, de 1686 até 1877, ano em que Joaquim José da Rocha Espanca iniciou o ofício de presbítero na mesma localidade.

Para terminar, resta referir que nos 120 anos da morte do padre Joaquim Espanca muito fica ainda por trabalhar acerca da sua vida e obra. Como referimos antes, não é este nem o tempo nem o lugar. Contudo, o trabalho desenvolvido por este presbítero intelectual merece uma análise de maior fôlego, que, simultaneamente o valorize, assim como os lugares sobre os quais se debruçou. A História também tem esse significado, o significado da preservação da memória. E por ela todos nós temos responsabilidade.

Recensão



VÍTOR SERRÃO – ARTE, RELIGIÃO E IMAGENS
EM ÉVORA NO TEMPO DO ARCEBISPO
D. TEOTÓNIO DE BRAGANÇA, 1578-1602, LISBOA,
FUNDAÇÃO DA CASA DE BRAGANÇA, 2015.

Miguel Soromenho

A abordagem prosopográfica aos mais esclarecidos mecenas portugueses da Época Moderna está, entre nós, ainda por fazer, não chegando ainda os estudos sobre alguns dos protagonistas eclesiásticos da encomenda artística, especialmente – D. Jorge de Almeida, D. Afonso de Castelo Branco, D. Jorge de Ataíde, D. Luís de Sousa, D. Tomás de Almeida, D. Francisco Gomes do Avelar, entre muitos, muitos outros – para traçar uma visão de conjunto sobre o tema.

O caso muda agora de figura com a publicação (2015) de um extenso trabalho sobre o arcebispo de Évora, D. Teotónio de Bragança (1530-1602), da autoria do historiador da arte Vítor Serrão, sem dúvida um dos mais prolíficos autores da disciplina em Portugal. Assente numa exaustiva recolha documental e bibliográfica, como é seu hábito, bem como no conhecimento seguro das obras artísticas e de arquitectura patrocinadas pelo esclarecido mecenas, Vítor Serrão começa por inscrever, e bem, esta complexa personagem no ambiente cultural do tempo, no caso de D. Teotónio, o paço ducal de Vila Viçosa, onde cresceu, fornecendo ainda outras duas chaves decisivas para o entendimento da personagem e da sua acção mecenática: as determinações saídas do Concílio de Trento, por um lado; e a integração do reino português no Império Habsburgo, por outro.

Filho do duque D. Jaime, D. Teotónio de Bragança teve a formação religiosa cumprida entre os cónegos regantes de Santo Agostinho, no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, cursando Humanidades, e logo de seguida no colégio

de Jesus desta cidade, após o que continuou os seus estudos teológicos em Roma, na universidade de Paris, entre 1555 e 1559, onde se formou, e na de Bordéus, que, em 1574, lhe outorgou o grau de Doutor em Teologia. Feito arcebispo de Évora em 1578, ali desenvolveu uma pastoral de forte cunho tridentino – reorganização administrativa, modernas práticas assistenciais, recuperação do hagiolégio paleocristão do aro regional – ao mesmo tempo que empreendia uma política sistemática de qualificadas encomendas artísticas e arquitectónicas.

Destaca-se, neste percurso de um verdadeiro evergeta moderno, as obras pensadas e realizadas na Sé e que incluíam a reconstrução da capela-mor – o que não chegou a ser feito – e o seu enriquecimento decorativo com, pelo menos, cinco conjuntos de paramentos ricamente bordados, alguns deles pedidos a oficinas de Florença, e peças de ourivesaria sacra, de entre as quais avulta uma lâmpada de prata entretanto desaparecida, desenhada pelo arquitecto Nicolau de Frias. Uma tábua subsistente do pintor régio Diogo Teixeira destinada também à catedral eborense, representando a *Assunção da Virgem*, é seguro testemunho, para o autor, de um gosto moldado pelos critérios da encomenda de corte, gosto a que não faltou igualmente certa marca cosmopolita, com a contratação de artistas, cantores e músicos estrangeiros.

É, assim, esta exigência de D. Teotónio que explica o lugar preponderante, na economia do livro, das figuras dos arquitectos Nicolau de Frias e Pêro Vaz Pereira, não sem alguma polémica e conclusões discutíveis, embora tendo sido ambos, sobretudo Frias, figuras de primeiro plano da arquitectura portuguesa do seu tempo. Pêro Vaz Pereira espera há muito por um estudo sistemático da obra que deixou; a síntese aqui ensaiada é entretanto um contributo inestimável, com novas atribuições e juízos críticos, embora pareça excessivo o papel subordinado que Vítor Serrão lhe atribui relativamente a Nicolau de Frias. Sobre este é sem dúvida estimulante a demonstração da diversidade disciplinar do seu trabalho, mas a afirmação da excepionalidade da sua obra arquitectónica, à falta de exemplos de comparação, radica no pressuposto de uma alegada formação em Itália, que não foi até hoje possível comprovar. A linguagem decididamente erudita do convento da Cartuxa de Évora, a “obra de uma vida” de D. Teotónio de Bragança – empresa ambiciosa que contou com o apoio integral do arcebispo, desde o projecto à encomenda de paramentaria, pratas, móveis, retábulos, imagens, e ainda da grande livraria – dever-se-ia então à intervenção determinante de um italianizado Nicolau de Frias, menorizando o projecto fundador de Fr. Giovanni Vincenzo Casale, é verdade que alterado após a sua morte, mas mesmo assim remetendo para uma cultura arquitectónica que se torna difícil reconhecer no arquitecto português.

A ligação de ambos, Nicolau de Frias e Pêro Vaz Pereira, a D. Teotónio percebe-se bem no âmbito do mecenato dos Bragança e serve a Vítor Serrão para uma digressão importante por outro tema delicado da historiografia da arte mais recente sobre o paço ducal de Vila Viçosa: a cronologia da empreitada da fachada, que o autor crê, com argumentos pertinentes, poder atribuir a uma campanha de finais do século XVI dirigida por Nicolau de Frias e não às obras

ali realizadas na década de 30 pelo arquitecto francês Francisco de Loreto – aliás outra das novidades do livro agora editado.

Um vasto fresco sobre a arte portuguesa na mudança da centúria e os seus reflexos num território bem circunscrito – a arquidiocese de Évora – fica aqui bem estabelecido, embora muito prejudicado por uma edição deficiente, eivada de gralhas, notas mal numeradas e péssimas ilustrações. Neste particular, D. Teotónio de Bragança merecia melhor.

Notícias culturais

NOTÍCIAS DE VILA VIÇOSA PARA O MUNDO EVOCANDO O II ENCONTRO DE POETAS POPULARES DE VILA VIÇOSA – 2015

Antónia Ruivo

A Poesia Popular Alentejana, assim como o Cante Alentejano enquadrados na expressão de tradição oral, têm o seu âmago na paisagem característica desta região. As grandes planícies a perder de vista, ou o verdejante do montado são desde os primórdios a musa inspiradora de um povo simples e de palavra fácil. Também as lides diárias ligadas à terra, assim como a crítica assertiva ao dia a dia assombrado pela parca qualidade de vida, das gentes destas paragens, e numa versão mais ligeira, a sátira retractando essas mesmas vivências, são também elas, o mote para quadras, sextilhas, ou décimas. Sendo as décimas a expressão máxima da Poesia Popular Alentejana.

Na autenticidade do sentir ao longo dos séculos se expandiu na pluralidade de uma arte até à contemporaneidade, sentir esse, transmitido inicialmente através da expressão oral, por pessoas analfabetas, mas, com uma capacidade de memorização extraordinária. Quase sempre eram os trabalhadores rurais ou ligados à extração mineira, que transportavam para a confraternização nas tabernas noite dentro, ou nos ajuntamentos pelas vilas e aldeias. Em feiras, mercados, e até mesmo ao redor de uma fogueira, ou no descamisar do milho nas noites de lua cheia, os versos desmembrados à solidão da planície.

Tendo como facto consumado, que o alicerce que perpétua a memória colectiva de um povo, passa pela forma como o mesmo trada e cataloga as suas raízes. Foi, e é a oralidade da poesia popular, um dos marcos de salvaguarda patrimonial, de costumes, vivências e emoções.

Nos dias de hoje e com o acesso ao conhecimento quase generalizado através dos meios audiovisuais, tem os poetas de raiz popular assistido de forma

pacífica ao descurar de alguns pontos de referência. O que traz por vezes alguma confusão no que toca à sua denominação.

Poeta Popular é aquele que quase sempre de improviso elabora uma estória em rima, transmitindo dessa forma o sentir generalizado de uma comunidade. Mas, tal como tem perdido, tem a poesia popular angariado mais-valias, como a expressão popular afirma, “quem conta um conto acrescenta um ponto.” E assim, a poesia popular da modernidade e os seus autores, são salvaguardados na expressão original, através da escrita, estando desta forma a preservação primordial da obra facilitada, assim como a sua divulgação.

Algumas medidas tem sido tomadas em prol da arte popular, mas muito mais está por fazer. Escassos são os estudos antropológicos vocacionados à análise do tema em questão, principalmente à análise profunda das décimas, suas raízes e propagação, assim como raros são os eruditos que se aventuram pela Décima Alentejana, já que a sublime formação de uma quadra mote, seguida por uma glosa de quatro décimas, em que cada uma retorna a um dos versos da quadra inicial pela ordem adjacente, e que pode a estrutura existente ser lida em sentido inverso, ou a partir de qualquer ponto, sempre que a quadra mote seja perfeita, fazendo desta prática poética o clímax em Poesia Popular. No desdobramento sobre si mesmo de todo o contexto. Tem a Décima Alentejana sido afastada consecutivamente, dos manuais escolares, muito embora sejam introduzidos nos programas textos do Cancioneiro Português.

Foi na ousadia de um povo analfabeto que se desenvolveu uma jóia rara da Literatura Popular. No território nacional a arte das décimas é quase exclusiva ao Alentejo. Mas, com ecos além-fronteiras, aqui mesmo ao lado em Espanha, por quase toda a América Latina, e até no Mar das Caraíbas, largamente utilizada pelos poetas repentistas no Arquipélago de Cuba. Também o pai da Língua Portuguesa, Luiz Vaz de Camões, nos deixou no seu legado poético a décima heptassilábica, ou décima com redondilha menor cuja sonoridade se assemelha em tudo à tradicional Décima Alentejana, embora uma e outra se diferenciem estruturalmente, tal como acontece nas diferentes regiões onde a mesma é utilizada, o que torna desde logo a Décima Alentejana um legado único e incontornável.

Urge por isso, que os meios académicos se debrucem sobre o tema e que o mesmo ocupe por direito um lugar nas universidades e escolas nacionais, à semelhança do que aconteceu no Brasil em 1988 com a criação no Rio de Janeiro de uma academia tendo como prioridade a preservação e divulgação da Literatura Popular.

Vila Viçosa é também ela desde sempre, berço de poetas populares, e como tal a Câmara Municipal de Vila Viçosa, com o objectivo ao incentivo e divulgação das nossas tradições poéticas, promoveu no dia 25 de Julho de 2015 o segundo encontro de poetas populares, alargado às diversas regiões do Alentejo. Contou este segundo encontro com a participação de 30 poetas diferenciados em idade, espaço e formação académica. A iniciativa culminou no lançamento de uma obra poética para consulta futura. Por iniciativa da Câmara Municipal

Notícias de Vila Viçosa para o mundo evocando o II Encontro de Poetas...

de Vila Viçosa, que tornou possível o agrupamento em livro, dos trabalhos poéticos apresentados no primeiro encontro de Poetas Populares, de 2014.



António Almas

Teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Vila Viçosa, no passado dia 13 de Dezembro a apresentação do livro “Práticas de Caridade e Assistência em Évora (1650-1750)” de Rute Pardal. Licenciada e Doutorada em História pela Universidade de Évora, onde também realizou mestrado, a autora utilizou como base de apoio para este seu trabalho a dissertação de doutoramento apresentada em Setembro de 2013. Um trabalho de investigação alicerçado num vastíssimo conjunto de registos nominativos dos arquivos da Misericórdia e Cabido de Évora para o período a que se refere este trabalho. O projecto, que foi desenvolvido ao longo da última década, começou a tomar forma no seminário de História Moderna do curso de Mestrado em Estudos Históricos Europeus, onde a autora estudou as elites locais de Évora no período Filipino e constatou o enorme manancial documental do espólio da Misericórdia. Posteriormente, através da participação em projectos financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Rute Pardal pôde aprofundar os conhecimentos sobre outras instituições e mecanismos de assistência existentes em Évora à época, nomeadamente os ligados à igreja e à caridade privada, transcendendo assim o âmbito da assistência institucional.

A participação em encontros científicos nacionais e internacionais permitiu-lhe o alargamento das perspectivas de análise, abordagem e diálogos interdisciplinares, facilitando o enquadramento da realidade de Évora no panorama global.

Esta é uma obra inovadora que interpela assistidos e distribuidores de recursos assistenciais e que pretende perceber quais os efeitos sociais da ajuda prestada em tempos tão recuados e com pouquíssimos mecanismos de controlo.

A revista *Callipole* deseja a esta sua assídua colaboradora o sucesso que merece com este trabalho de investigação.

COLIBRI – ARTES GRÁFICAS

APARTADO 42 001 – 1601-801 LISBOA

TELEFONE | (+351) **21 931 74 99**

www.edi-colibri.pt | colibri@edi-colibri.pt
